



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Jean Felipe de Assis

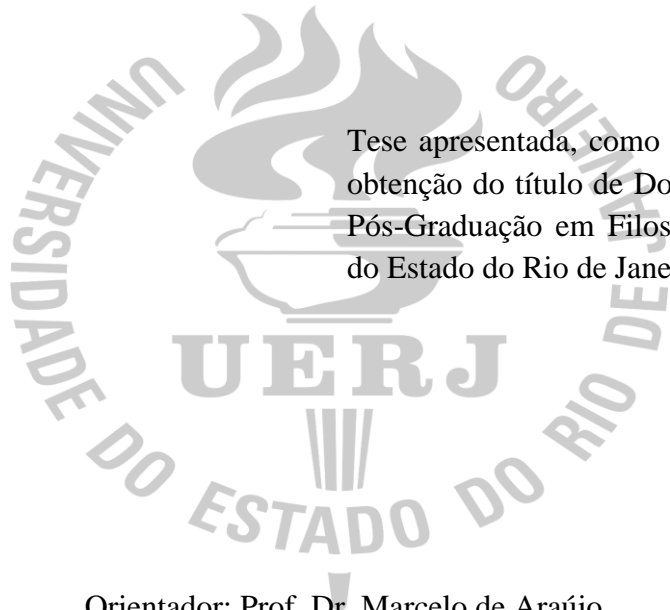
Ambiguidade e Ambivalência na *Ars Politica* de Maquiavel: Fundações e Refundações das ordens civis para combater a corrupção e para preservar a liberdade

Rio de Janeiro

2022

Jean Felipe de Assis

**Ambiguidade e Ambivalência na *Ars Política* de Maquiavel: Fundações e Refundações
das ordens civis para combater a corrupção e para preservar a liberdade**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Araújo

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

M149 Assis, Jean Felipe de.
Ambiguidade e Ambivalência na *Ars Politica* de Maquiavel: Fundações e Refundações das ordens civis para combater a corrupção e para preservar a liberdade / Jean Felipe de Assis. – 2022.
211 f.

Orientador: Marcelo de Araújo.
Tese (Doutorado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Machiavelli, Niccolò, 1469-1527 – Teses. 2. Ciência política – Teses. 3. Ambiguidade – Teses. 4. Ambivalência – Teses. I. Araújo, Marcelo de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III Título.

CDU 32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jean Felipe de Assis

Ambiguidade e Ambivalência na *Ars Política* de Maquiavel: Fundações e Refundações das ordens civis para combater a corrupção e para preservar a liberdade

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 17 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo de Araújo (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Celso Azar

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Cesar Kiraly

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Fernando Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Daniel de Vasconcelos Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Izabela Aquino Bocayuva

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2022

Rectius vives, Licini, neque altum
semper urgendo neque, dum
procellas cautus horrescis, nimium
premendo litus iniquum.

auream quisquis
mediocritatem diligit, tutus
caret obsoleti sordibus tecti,
caret invidenda sobrius aula.

saepius ventis agitur ingens
pinus et celsae graviore casu
decidunt turres feriuntque
summos fulgura montis

sperat infestis, metuit secundis
alteram sortem bene
praeparatum pectus. informis
hiemes reducit Iuppiter, idem

submovet. non, si male nunc, et
olim sic erit: quondam cithara
tacentem suscitatur Musam neque
semper arcum tendit Apollo.

rebus angustis animosus atque
fortis adpare: sapienter idem
contrahes vento nimium
secundo turgida vela.

Horácio, Ode II. 10

E' sono molte cose che discosto paiano terribili, insopportabile, strane,
che, quando tu ti appressi loro, le riescono umane, sopportabili,
dimestiche; e però si dice che sono maggiori li spaventanti ch'e mali: e
questa è una di quelle

Maquiavel, Mand. III.11

RESUMO

DE ASSIS, Jean. *Ambiguidade e Ambivalência na Ars Política de Maquiavel: Fundações e Refundações das ordens civis para combater a corrupção e para preservar a liberdade*. 2022. 211 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Após estudos exegéticos ao longo do corpus de Maquiavel em temas específicos, e.g., formas de regime, a díade *Virtù-Fortuna*, noções de antropologia filosófica, religião, história, a utilização da imitação; corrupção e liberdade, constatam-se os diferentes matizes e os variados usos da ambiguidade e da ambivalência como um meio de superação das desordens políticas por análises críticas dos acontecimentos nas coisas humanas. Maquiavel sustenta a imprescindibilidade de um trabalho intelectual árduo para o reconhecimento das ações presentes e um conhecimento das práticas pretéritas para uma correta adequação às circunstâncias pela imitação da *Virtù*. A superação das calamidades observadas em Florença é possível pela constante refundação das ordens civis para preservar a liberdade e para conter as ações inexoráveis da corrupção. Uma investigação minuciosa das coisas humanas e da história não resulta em respostas definitivas (*perfecta*), mas pode resgatar o sabor dos acontecimentos e inspirar o amor à pátria. Nesse contexto, as investigações intelectuais e as práticas civis estão repletas de ambiguidades e de ambivalências, visto que: as legislaturas e magistraturas estão em constantes transformações; os humanos estão incessantemente insatisfeitos, mas possuem a possibilidade de obtenção de glória; os regimes políticos devem se adequar à população e às circunstâncias históricas; ritos e discursos religiosos devem ser interpretados de acordo com as necessidades civis; os tumultos civis aperfeiçoam as ordenações públicas e a liberdade, enquanto a divisão em facções acelera a degradação de ambas. Consequentemente, na dinâmica inerente ao político, as análises e as ações são sempre imperfeitas, nunca acabadas. As reinserções da *Virtù* não eliminam inconstâncias, mas sustentam-se nas instabilidades, incertezas e indeterminações (ambiguidade), ao mesmo tempo em que consideram a coexistência de ações, aparentemente, antagônicas, paradoxais e antitéticas (ambivalência).

Palavras-chave: Maquiavel. Política. Ambiguidade. Ambivalência

ABSTRACT

DE ASSIS, Jean. *Ambiguity and Ambivalence in Machiavelli's Ars Politica: Founding and Refounding civil orders to withstand corruption and preserve liberty* 2022. 211 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

After exegetical investigations along Machiavelli's corpus on specific themes, e.g, forms of regime; the Virtù-Fortuna dyad; notions of philosophical anthropology; religion; history; uses of imitation; corruption and liberty different characteristics and the multiple uses of ambiguity and ambivalence, as means to overcome political disorders by critically analyzing human affairs, emerge. Machiavelli assures an indispensable hard intellectual work for recognizing current actions as well as acknowledging past practices in order to provide correct adaptations to circumstances and occasions through imitations of Virtù. Overcoming the calamities observed in Florence is possible through refounding civil orders to preserve liberty and to contain the inexorable actions of corruption. A careful investigation of human affairs and history does not result in definitive answers (*perfecta*), but can preserve a flavor of events as well as inspire loving for the country. In this context, intellectual investigations and civil practices are full of ambiguities and ambivalences, since: legislatures and magistrates are constantly changing; humans are incessantly dissatisfied, but they have the possibility of obtaining glory; political regimes must adapt to the people and to historical circumstances; religious rites and speeches must be interpreted according to civil needs; civil tumults improve public ordinances and liberty, while factional division hastens their degradation. Consequently, in political dynamics, analysis and actions are always imperfect, never completed. Reinsertions of Virtù do not eliminate inconsistencies, but are based on instabilities, uncertainties and indeterminations (ambiguity), while, at the same time, considering the coexistence of apparently antagonistic, paradoxical and antithetical actions (ambivalence).

Keywords: Machiavelli. Politics. Ambiguity. Ambivalence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Andria
AG	L'Arte della Guerra
Asin.	Dell'Asino D'Oro
Belf	Belfagor arcidiavolo, Favola
Cap.	I Capitoli
CC	La Vita di Castruccio Castracani da Lucca
Cl	Clizia
D	Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio
Dec.	I Decennali
DDV	Descrizione del modo tenuto dal Duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il Signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini
DRSF	Discorso Sopra Il Riformare lo Stato di Florença Discursus Florentinarum Rerum
DL	Discorso o Dialogo Intorno ala Nostra Lingua
IF	Istorie Fiorentine
Mand.	La Mandragola
MTPV	Il modo di trattare Il popolo di Valdichiana
P	Il Principe

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
1	OS CONFLITOS CIVIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DA LIBERDADE: AMBIGUIDADES E AMBIVALÊNCIAS PARA A EFETIVIDADE DA AÇÃO NA IMITAÇÃO DA VIRTÙ.....	16
1.1	<i>Amar a Pátria mais do que a própria Alma: Corrupção, Conflito e Liberdade em Maquiavel.....</i>	20
1.1.1	<u>A corrupção à luz da História de Florença e das reflexões políticas nos <i>Discorsi</i>.....</u>	<u>22</u>
1.1.2	<u>A inexorabilidade da corrupção e a necessidade do conflito: a satisfação dos cidadãos, o amor à pátria e a manutenção da liberdade.....</u>	<u>31</u>
1.2	Imitação e reinserção da <i>Virtù</i> na <i>Ars Política</i> de Maquiavel.....	39
1.3	Ambiguidades e Ambivalências na <i>Ars Política</i> de Maquiavel: Efetividade da Ação Política nas Possibilidades e nos Conflitos da Ocasão.....	51
1.3.1	<u>Ambiguidade: apreensão das pluralidades e das possibilidades da ocasião.....</u>	<u>52</u>
1.3.2	<u>Ambivalência: coexistência, conflito e flutuação de posições antagônicas.....</u>	<u>55</u>
1.3.3	<u>Ambiguidade e ambivalência nas argumentações de Maquiavel: Luzes e Sombras na efetividade da ação política.....</u>	<u>57</u>
2	QUESTÃO MAQUIAVÉLICA E AS DIFERENTES FORMAS DE REGIME NA PROMOÇÃO DA ORDEM: UMA LEITURA DO <i>DISCURSUS FLORENTINARUM RERUM</i>.....	71
2.1	<i>Questão Maquiavélica: Múltiplas Interpretações e Plurais ordenações civis....</i>	71
2.2	Fundar e Manter uma Ordem Civil em <i>Discorso Sopra Il Reformare Stato di Firenze</i>.....	75
2.3	Diferentes Formas de Regime e Diversos modos para Fundar uma Ordenação Civil.....	83
3	DÍADE VIRTÙ-FORTUNA NA FUNDAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ORDEM EM MAQUIAVEL.....	92
3.1	Personificações da <i>Virtù</i>.....	99
3.1.1	<u>Rômulo e Numa.....</u>	<u>100</u>
3.1.2	<u>Moisés.....</u>	<u>103</u>
3.1.3	<u>Cesare Bórgia</u>	<u>106</u>

3.1.4	<u>Castruccio Castracani</u>	111
3.2	Ambiguidades e Ambivalências nas Atualizações da <i>Virtù</i>	118
4	NAS TEIAS DA FORTUNA E NAS AMARRAS DO POLÍTICO: ANTROPOLOGIA POLÍTICA EM MAQUIAVEL	120
4.1	<i>Virtù</i>, Tumultos e Humores	122
4.2	<i>Virtù</i> e Livre Arbítrio	127
4.3	Ambição, <i>Virtù</i> e Glória nas Realizações e nas Satisfações Humanas	131
5	A RELIGIÃO NA FORMAÇÃO DA <i>CIVILIDADE</i> E NA MANUTENÇÃO DA LIBERDADE	134
5.1	Religião, <i>Civilidade</i> e Manutenção da Liberdade: as Ordenações Civis nos <i>Discorsi</i> de Maquiavel	139
5.2	Entre Ordenações Civis e Militares: a Religião na Constituição da Ordem e da <i>Civilidade</i> no Pensamento de Maquiavel	146
5.3	As Tradições Religiosas no Declínio da <i>Virtù</i>, no Enfraquecimento do Humano e nas Desordens Civis	150
6	HISTORIOGRAFIAS E HISTÓRIAS EM MAQUIAVEL: AS DIVERSAS FORMAS DE REINSCREVER A <i>VIRTÙ</i> PARA A DEFESA DA LIBERDADE	153
6.1	Ascensão e Queda das Ordens Civis	155
6.2	A Memória e a Restauração da <i>Virtù</i>: a História como uma Mestra para as Ações dos Humanos e para as Reflexões Políticas	158
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
	REFERÊNCIAS	197

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre as diversas maneiras de reinscrever a *Virtù* para a fundação e para a manutenção das ordenações civis nos escritos de Maquiavel, destacam-se as formas dos regimes políticos, os confrontos com as avassaladoras ações da Fortuna, as concepções a respeito do humano, as posições sobre a religião e os métodos historiográficos do autor. Em sua *Ars Politica*, Maquiavel sustenta a necessidade de superar facções e de buscar a satisfação dos *humores* dos cidadãos no combate às inexoráveis formas de corrupção dos regimentos civis. Em todas essas análises, ambivalências e ambiguidades sustentam as propostas discursivas do autor. Os exemplos de *Virtù* podem ser imitados, se corretamente adequados às circunstâncias e às ocasiões. Após análises exegéticas nos escritos de Maquiavel a partir das temáticas supra-destacadas, defende-se que a base de sustentação e o sentido do político estão ancorados na ambiguidade que propicia a efetividade da ação; essa, por sua vez, justamente para garantir a sua efetividade, contém em si, simultaneamente, elementos opostos que devem se adequar às circunstâncias – ambivalência.

A corrupção, inexorável nos regimes políticos e nos costumes sociais, pode ser a condição para a restauração da cidade ou a causa de sua ruína, adquirindo contornos ambíguos e ambivalentes em muitas passagens do corpus Maquiaveliano. Ela pode ser utilizada para conquistar o domínio, embora cause grandes dificuldades para a sua manutenção, mas também incentivada para o enfraquecimento das instituições com a finalidade de aumentar os benefícios das facções em disputas no interior de uma cidade. Desse modo, o crescimento da corrupção, um mal social, destrói a *civilidade* e perverte os costumes dos cidadãos, subjugando a liberdade. O amor à pátria deve incentivar contínuas batalhas à corrupção, abolindo as facções mediante conflitos que visem à satisfação de todos os cidadãos para a manutenção da liberdade. Argumenta Maquiavel, portanto, que as consequências nefastas da corrupção devem ser contidas e tratadas na fundação de novas ordenações civis e também em suas contínuas reformulações a partir dos princípios norteadores de um regime existente (P. VII; D. I.10;16;17;18;29; IF. III.5).

Os variados usos da ambiguidade e da ambivalência como um meio de superação das desordens políticas por análises críticas dos acontecimentos nas coisas humanas são averiguados em estudos exegéticos nos seguintes temas ao longo do *corpus* de Maquiavel: formas de regime, a díade *Virtù-Fortuna*, noções de antropologia filosófica, religião, história, a utilização da imitação; corrupção e liberdade. A necessidade de refundação das ordens civis para a preservação da liberdade assume as transformações das coisas humanas e a *imperfeição*

dos regimes estabelecidos, visto que esses não obtêm respostas definitivas e acabadas. Todavia, em face a corrupções profundas dos costumes e dos modos de agir, a *Virtù* dos bons exemplos deve inspirar amor à pátria e o desejo da glória humana, ressaltando que ambos convergem para a incessante construção da liberdade. As dinâmicas políticas, portanto, mediante suas análises e suas ações são sempre *imperfeitas*, nunca acabadas. As reinserções da *Virtù* não eliminam inconstâncias, mas sustentam-se nas instabilidades, incertezas e indeterminações (*ambiguidade*), ao mesmo tempo em que operam na coexistência de ações, aparentemente, antagônicas, paradoxais e antitéticas (*ambivalência*).

A adequação dinâmica dos bons exemplos, conformando-os às necessidades impostas pelas circunstâncias, insere Maquiavel nos variados usos da *imitatio* antiga e renascentista. A imitação deve reavivar as práticas civis e as atitudes de *Virtù*, fornecendo ânimo para a realização das ações políticas e das práticas pedagógicas, conforme a atuação como secretário de Florença e seus escritos políticos, históricos e literários salientam. Desse modo, ao revisar a noção de *imitatio*, especificamente na antiguidade e na renascença, contextualizam-se os argumentos de Maquiavel sobre a possibilidade dos humanos alcançarem a *Virtù* pela imitação das ações adequadas nos *Discorsi*, no Príncipe, nas Histórias Florentinas e na Arte da Guerra. Ao propor investigações e análises do passado que produzam utilidade e deleite, realçando o sabor das ações humanas, os escritos Maquiavelianos realçam a impossibilidade de uma definição pré-determinada sobre quais opções devam ser usadas (*ambiguidade*) e sustentam a possibilidade de duas perspectivas, aparentemente antagônicas, serem escolhidas simultaneamente (*ambivalência*). Por fim, diante da imponderabilidade da Fortuna, da desmedida ambição humana e da instabilidade civil, a imitação dos bons exemplos, ao ser corretamente utilizada nas circunstâncias, é um artifício para a reinserção da *Virtù* contra os abusos de poder, as corrupções das magistraturas e o enfraquecimento político.

Ao ler os antigos, em consonância e dissonância com os autores do *humanismo cívico italiano*, Maquiavel propõe a instauração e a defesa das ordens civis, ressignificando o presente por um resgate da *Virtù* dos antepassados romanos em uma esperança de combater a fragilidades e a decadências políticas percebidas por ele. Posições políticas plurais são assumidas pelo escritor, mesmo quando parecem antitéticas, de acordo com a *necessidade* e com a *ocasião*. Nesse contexto, a *Questão maquiavélica (The Question of Machiavelli)*, popularizada por Isaiah Berlin, a ponderar sobre as possíveis divergências ou discrepâncias no pensamento político de Maquiavel, especificamente entre as interpretações monocráticas e republicanas, não se aplica. A ênfase Maquiaveliana na criação de civilidade que promova a união entre os cidadãos, o amor à pátria, o combate à corrupção e a defesa da liberdade demanda

ações adequadas a contextos e povos específicos, evitando tiranias, facções e privilégios particulares. Nesse sentido, a pluralidade de formas políticas possíveis de serem utilizadas deve estar de acordo com a *necessidade* dos tempos e com as oportunidades da *ocasião*. Essa multiplicidade de propostas para o estabelecimento e para a sustentação de uma ordem civil corrobora a variedade de recepções das ideias do autor, ao passo que elas devam ser compreendidas por sua complementaridade em seus contextos iniciais e não por uma prevalência ou por predileção de Maquiavel a um regime político específico.

A investigação do par *Fortuna-Virtù* é relevante nas diversas análises críticas do pensamento de Maquiavel e, embora tais termos possuam origens e tradições bem determinadas ao longo do pensamento latino, principalmente específicas considerações antigas, medievais e reflexões no *humanismo cívico*, suas características elusivas ao longo das argumentações do florentino são mantidas, possibilitando inúmeros debates acadêmicos. Diante da ambivalência e da ambiguidade desses termos, perante relevantes e variadas tradições, a relevância da paridade entre *Fortuna* e *Virtù* em Maquiavel é enfatizada como um passo importante no combate a anacronismos. Para tanto, uma investigação feita ao longo do *corpus* do secretário florentino mostra a relação da díade *Fortuna-Virtù* com outras importantes e centrais reflexões, e.g., *desiderio*, *stato*, *forza* (desejo, estado e força). As instabilidades políticas, as potências além do controle humano, a imponderabilidade das ações civis são temas recorrentes nas concepções sobre a Fortuna em variadas argumentações desse autor. Em aberto diálogo com os humanistas cívicos que enfatizam maior participação política e social, mesclando embasamento racional, consideração moral e as discussões sobre as formas dos regimes políticos, esse escritor apresenta uma concepção historiográfica, a revigorar tradições do mundo antigo, na criação de uma ordem civil mediante a *Virtù*, a qual demanda comprometimento pessoal e público na exaltação das potencialidades e no reconhecimento dos limites humanos. Assim, analisar-se-ão os exemplos mais significativos dos fundadores e dos sustentadores da ordem civil destacados nos textos discursivos do florentino, e.g., Rômulo, Numa, Moisés, Cesare Bórgia, Castruccio Castracani. Ao estudar as imagens da Fortuna, em face das concepções políticas e antropológicas do autor, discutir-se-á a centralidade da díade *Virtù-Fortuna* no desenvolvimento argumentativo de algumas ideias principais desse famoso pensador político.

As concepções sobre o *humano*, ou algumas noções de antropologia filosófica, expressas ao longo das argumentações de Maquiavel, são de extrema importância nesse contexto, pois descrevem a fragilidade e a potencialidade dos agentes políticos em suas ambições pessoais, mas também em seus desejos por glória ou por satisfação. Ao mesmo tempo em que as ordens civis devem sustentar o bem comum em contínuas defesas das instituições

públicas em oposição às facções, as ações políticas perpassam níveis privados e pessoais que não permitem sustentar propostas impessoais para as formas governamentais. Desse modo, o humano é apresentado nesses escritos mediante ambivalências, pois evidenciam características *pessimistas* e também possibilidades para a fundação da ordem, para o amor à pátria e para a obtenção da ordenação social. Entre inimizades, traições, simulações, ingratidões e violências, o humano é compreendido em meio às devastadoras ações da Fortuna, mas também por possuir a adequada *Virtù* e ser capaz de *força*, *ambição*, vontade de *glória* e *astúcia* em constantes combates contra a degeneração e a corrupção. Vivendo em constantes mudanças, em paixões e em contradições, o humano deseja mais do que pode obter; das leituras de Tito Lívio e da história recente das terras itálicas, constata-se a existência de dois *humores* no tecido social que devem ser satisfeitos para a obtenção e para manutenção da ordem.

Ao louvar os grandes feitos dos antigos e censurar as desordens em seu presente, Maquiavel pondera sobre a importância da religião no estabelecimento de uma *civilitàà*¹ que promova e sustente o *vivere libero*², ao reinterpretar mito e tradições fundadoras de acordo com as necessidades civis. Desse modo, a crise política vivenciada pelo enfraquecimento da *Virtù* antiga é vista como uma decadência das concepções e das aspirações humanas e civis. Assim, Maquiavel considera a religião importante no estabelecimento de uma *civilidade* que promova e sustente a liberdade. A promoção da ordem e o zelo das ações civis são mais facilmente obtidos naquelas civilizações que preservam as tradições e os ritos religiosos, possibilitando resistência a abusos tirânicos por infundirem grande ânimo em seus cidadãos. Considera ainda que o desrespeito e o descaso à religião tendem a conduzir civilizações a desordens e a ruínas. Investigam-se, portanto, os modos pelos quais os costumes religiosos possuem grandes impactos nas conduções políticas, nas formas de regime, nas ordenações civis e na luta contra corrupção da *civilidade*. Mostra-se como, ao atentar-se para as ordens políticas corrompidas ao redor de si e enunciar as ordens dos antigos, o florentino louva os admiráveis sucessos dos tempos pretéritos e critica veementemente o presente – cheio de misérias, de infâmias e de vitupérios, portanto, repleto de insucessos, de inseguranças e de desordens. Não se discute a veracidade factual das crenças religiosas; pondera-se sobre a promoção do ânimo, da unidade,

¹ O termo foi traduzido por civilidade na argumentação da presente tese.

² Ao longo do desenvolvimento argumentativo, optou-se em traduzir *vivere libero* por liberdade. Estudos dos campos semânticos das expressões *vivere libero*, *vivere civile* e *vivere politico* são necessários, especificamente para distinguir os modos de entendimento em cada contexto argumentativo, sobretudo a dialogarem com o bem comum, utilidade pública e a concepção de uma civilidade (MÉNISSIER, 2002, p.51-54). Tais prerrogativas adentram a pluralidade de formas eficazes para a garantia da segurança, das ordenações internas e da autonomia civil destacadas nos argumentos presentes no primeiro capítulo desta tese.

do amor à pátria. Para tanto, é imprescindível interpretar os mitos e as tradições fundadoras das religiões de acordo com as necessidades civis.

As concepções e os modos de escrita da *História* são, portanto, meios de reinscrever o ânimo civil em vias ativas, expressas na defesa da liberdade. Em diálogos com *o humanismo cívico* e os entendimentos cíclicos da História, escrutina as ações humanas, as decisões políticas e as sucessões nas ordenações civis das cidades italianas, ponderando sobre as atitudes a serem imitadas na fundação e na manutenção da *civilidade*, mesclando imagens da antiguidade clássica com os eventos contemporâneos a ele. As concepções de História na Renascença expressam grande valor à antiguidade, mas também demonstram suas eminentes necessidades sociais em diversos níveis de discursos. Assim, as inter-relações entre justiça, liberdade e vontade, juntamente às novas tendências historiográficas a revigorar tradições do mundo antigo, demandam comprometimento pessoal e público na exaltação das potencialidades e dos limites humanos. Os modos de entender a História em Maquiavel mostram as constantes ascensões e quedas das ordens civis, ao mesmo tempo em que destaca a permanência dos tipos e dos exemplos humanos para o cultivo da *Virtù* em face às ações da *Fortuna*. Ao assumir uma concepção cíclica da História, evidencia uma disparidade entre a digna *Virtù* dos antigos e a decadência de seus contemporâneos. As concepções e ações dos antigos romanos, portanto, devem ser entendidas e imitadas em um combate ardoroso contra a corrupção das ordens públicas.

Desse modo, em face ao “baixo conhecimento do passado” e “ao insuficiente conhecimento das coisas presentes”, deseja expor Maquiavel os admiráveis atos de *Virtù* registrados pelos humanos que merecem imitação dos governantes, dos regimes e dos magistrados, devido aos seus modos “de ordenação das repúblicas, em manter os *estados*, em governar os reinos, em ordenar as milícias, em administrar a guerra, em julgar os súditos e em acrescer o *domínio*” (*D. proem*)³. Mostra-se, assim, o *isomorfismo* entre as ordenações civis e militares na obtenção e na manutenção do *stato* presente ao longo do corpus do autor, independente dos regimes políticos necessários, e consoantes às oportunidades providas pela *ocasião*. Desse modo, as ordenações civis são construídas em complexas articulações existentes entre os desejos pessoais por glória e os desejos para o bem comum.

A *Virtù* assemelha-se a uma força vital necessária para a sustentação individual e coletiva na busca humana por glória. Por outro lado, a *Fortuna* perpassa todas as coisas

³No original: “nello ordinare le republiche, nel mantenere li stati, nel governare e' regni, nello ordinare la milizia ed amministrare la guerra, nel iudicare e' sudditi, nello accrescere l'imperio, non si truova principe né republica che agli esempi delli antiqui ricorra”.

humanas, dissolvendo a mais estável das tradições e exigindo ações enérgicas dos agentes públicos. Em um quadro político desolador, em que as corrupções intensificam debilidades civis e ambições pessoais desmedidas, instaurar a *Virtù* no coração dos humanos exige um processo educacional e político que rompa a inércia de tradições estabelecidas em diversos níveis sociais. A díade *Fortuna-Virtù* compõe ocasiões e ânimos necessários para a superação da instabilidade civil por meio de comprometimentos pessoais e coletivos na fundação e na manutenção da ordem. Para sustentar essa argumentação, Maquiavel destaca ao longo de suas obras significativos exemplos, dentre os quais: Rômulo, Numa, Moisés, Cesare Bórgia, Castruccio Castracani. Em todos esses casos, a Fortuna apresenta-se como uma manifestação das incertezas e imponderabilidades das coisas humanas, mesmo diante dos mais aptos cidadãos. Considerando a importância das aparências, os atos de simular e dissimular amplificam as ambiguidades inerentes às ações políticas, mas também condicionam a coexistência de características que podem ser consideradas antitéticas, visto que o humano de *Virtù* deve estar preparado para todas as transformações da Fortuna.

O humano encontra-se, inexoravelmente, em uma batalha contínua contra a corrupção das ordenações civis, vinculado a desejos de honras, mas também satisfações pessoais e coletivas. A ambição propicia tanto a desestruturação, as facções e as divisões, quanto a vontade de satisfação. Assim, devido à caprichosa e inescapável Fortuna, ingratidões, inimizades, traições podem destruir o bem comum. Todavia, a adequada *Virtù* possibilita a superação dos obstáculos apresentados. Há uma ambivalência na apresentação do humano por Maquiavel, enraizada nas limitações e nas potencialidades de suas ações: sempre a desejar, nunca a se realizar; cativo de forças impossíveis de serem controladas – reunidas na exposição da Fortuna. Todavia, ao adaptar-se a variadas situações, com astúcia, ímpeto e vigor, alcança parcialmente suas ambições na fundação das ordenações civis, na instauração do amor à pátria e na manutenção da liberdade. Desse modo, justamente na multiplicidade de sentidos da corrupção, ora vista como um elemento de deterioração das ordenações civis, ora concebida como possibilidade de refundação das bases sociais, o humano deve encontrar seu caminho para as satisfações pessoais e coletivas, na constituição da liberdade.

Muitos são os caminhos necessários para o estabelecimento e para a manutenção de uma *civilidade*; dentre esses, destacam-se as cerimônias e os ritos religiosos, os quais podem ser responsáveis pela instauração da indispensável *Virtù* ou ainda pelo enfraquecimento da mesma. Desse modo, as veementes críticas à religião cristã visam a reformulações políticas, civis, militares e pedagógicas para a superação das corrupções dos costumes, das ações e das ordenações civis. Ao engrandecer as práticas religiosas dos antigos romanos, Maquiavel

contrasta-as com o declínio e com a fragilização das sociedades nas terras itálicas. Assim, a religião, ao interpretar seus ritos e mitos de acordo com as necessidades civis, é um valioso instrumento para a instauração da *Virtù*, do ânimo, da unidade, do amor à pátria. As práticas religiosas são eficazes para a sociedade quando unificam a população de uma cidade e lhe fornecem ânimo em suas práticas civis e militares, porém, ao mesmo tempo, podem ser perigosas por retirarem o desejo humano pela glória terrena.

Entre as múltiplas formas de entender, de interpretar e de reinscrever a *Virtù* no presente, Maquiavel utiliza exemplos antigos e correntes, com grande impacto no imaginário de seus leitores, dialogando com modos historiográficos do humanismo cívico italiano que destacam a *via ativa*. As investigações da *História* propiciam diretrizes para as ações humanas, pois, embora os tempos, os modos e os regimes estejam em constantes mudanças, os desejos e as paixões humanas são permanentes. Assim, as interpretações das *coisas humanas* são instrumentos didáticos utilizados em defesa do viver civil mediante adequações da *Virtù* em regimes políticos, em ações militares, em instituições públicas que busquem superar facções, desuniões e degradações da ordem. O combate contra a deterioração do domínio de um *stato* demanda ações individuais e organizações coletivas, dentre as quais a imitação da *Virtù* propostas pelas produções historiográficas. Embora o próprio ato da escrita possua elementos propedêuticos, as adequações requerem análises minuciosas do presente, sem uma garantia de obtenção do resultado esperado, mas possibilitando uma pluralidade de ações de acordo com a necessidade.

Mostra-se, assim, como a obtenção, manutenção e ordenação de um *stato*, que satisfaça os *humores* de sua população e preserve a liberdade, são temas centrais no *corpus* de Maquiavel, conforme visto na necessária pluralidade das formas de regime, nos diversos efeitos ritos e nas cerimônias religiosas, nos exemplos dos humanos de *Virtù* e nos meios pelos quais a história é escrita. Se um indivíduo consegue fundar uma ordenação mais facilmente e, para mantê-la, a coletividade se apresenta mais propícia, a Fortuna, sempre a espreitar e a se envolver nos afazeres humanos, requer *Virtù* quando a *ocasião* permitir ajustar as ações, os discursos e os entendimentos. Para tanto, a imitação dos antigos e dos contemporâneos bem sucedidos deve se ajustar às exigências das circunstâncias. Ao passo em que não existe um regime perfeito em si mesmo, imutável e acabado, não há uma metodologia prévia a ser executada. A constatação da imperfeição das fundações humanas exige uma constante refundação das ordens civis, as quais se sustentam nas instabilidades, nas aparências e em práticas aparentemente antitéticas.

1 OS CONFLITOS CIVIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DA LIBERDADE: AMBIGUIDADES E AMBIVALÊNCIAS PARA A EFETIVIDADE DA AÇÃO NA IMITAÇÃO DA VIRTÙ

Maquiavel inicia seus argumentos em *Il Principe* afirmando “todos os *estados*, todos os domínios, que tiveram e têm império sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados” (P. I)⁴. Por outro lado, nos primórdios dos *Discorsi*, Maquiavel busca destacar quais são os *estados* e os princípios das cidades⁵, em especial o caso romano, por possuir fundações, legislaturas e ordenações civis que mantiveram a *Virtù* antiga viva nessa cidade (D.I.1). Em nenhum momento em sua obra o escritor analisa sistematicamente a noção de *stato* expressa nessas, e em outras, passagens. Conclui Norberto Bobbio que o autor não poderia usar o termo se o mesmo já não fosse corrente e de fácil apreensão comunicativa em seu contexto de produção, relacionando-se semanticamente ao poder máximo que se exercita sobre habitantes de um território específico (BOBBIO, 1985, p. 40-42). Grandes debates, todavia, existem a respeito da utilização desse termo no desenvolvimento argumentativo de Maquiavel e na recepção de seu pensamento (e.g., HEXTER, 1957; DESCENDRE, 2014; MASS, 2013; CORRADO, 2016; RUBINSTEIN, 2012).

Nas primeiras linhas de *Il Principe*, Maquiavel apresenta uma taxonomia reduzida das formas de regimes políticos e, ao mesmo tempo, inclui o termo *stato* no campo semântico de domínio político, força e regimento social com usos coercivos. Ademais, o autor reúne nesses *stati* as formas republicanas e os principados. Os estudos etimológicos indicam circunstâncias e condições em um período de tempo determinado de presença firme e estabelecida para o termo (FARIA, 1962, p.943; 945; GLARE, 2016, p. 2010-11; LEWIS e SHORT, 1956, p.1762-63)⁶. O uso do participio passado “*sono stati*”, indicando um *estado* que existia no passado e não se mantém no presente, traduzido acima por “foram”, denota a instabilidade e a mutação dos regimes políticos instaurados e ordenados. Esses não são permanentes, estão em constantes degradações, desordens e corrupções, as quais resultam em restaurações, reordenações e refundações que são investigadas ao longo de toda a produção intelectual de Maquiavel. Na abertura dos *Discorsi*, por outro lado, o autor enfatiza que as ordens estabelecidas e os poderes reunidos nos *estados* possuem princípios passíveis de serem estudados historicamente e

⁴ No original: “*Tutti gli stati, tutti e’ dominii Che hanno avuto e hanno império sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati*”

⁵ No original: “*Quali siano stati universalmente i principii di qualunque città*”

⁶ As derivações de *sto*, *-as*, *-are*, *steti*, *statum* indicam a determinação e possibilidade de estar em pé, fixo, imóvel, parado. Há, assim, um sentido de perseverança, resolução, estabelecido em permanecer imóvel.

investigados nas constituições presentes para que, conforme salientado ao longo do desenrolar argumentativo dessa obra, a *Virtù* dos antigos e dos bons exemplos contemporâneos ajude a superar a degradação do presente. Dessa maneira, mesmo na ausência de um estudo sistemático, de uma definição clara e de uma exposição pormenorizada a respeito do entendimento do termo *stato*, constata-se sua relevância nos textos de Maquiavel, sobretudo ao estar associado à diversidade de regimes políticos e aos modos de manutenção da ordem civil.

A dificuldade em precisar todos os significados do termo "*stato*" no corpus de Maquiavel é atestada em muitos estudiosos e comentaristas, mas sempre inserida no contexto renascentista da criação de uma "linguagem vulgar da política" e na manifestação das ordens civis em constante movimento (DESCENDRE, 2014, p. 570-571). Há uma pluralidade de significados para o termo em uma diversidade de particularidades semânticas em diferentes passagens, possuindo um aberto debate de interpretações. A *Questão Maquiavélica*, as díspares interpretações possíveis de seu pensamento em contextos modernos e contemporâneos, contribui de maneira significativa para a adquirida centralidade e para a importância do termo, visto as formas idealistas dos Estados Nacionais atribuírem domínio político, atribuições éticas ou forças coercivas ou técnicas para a apresentação do *stato* em Maquiavel, inclusive por interesses totalitários (BARBUTO, 2005, p. 38-44). Assim, há tentativas de investigações "genealógicas" do termo no corpus de Maquiavel, a partir de suas heranças antigas, medievais e renascentistas (RUBINSTEIN, 2012, p. 157-159), mas também considerações sobre um processo gradual e evolutivo para as concepções modernas (DESCENDRE, 2014, p. 570). Nesse contexto, Matthijs Mass examina o estudo feito por J.H. Hexter sobre a utilização feita do termo "*lo stato*" em *Il Principe* e a premissa de que existiria, além de uma continuação semântica, uma associação no âmbito da "história das ideias" com as concepções modernas associadas aos Estados Nacionais. As análises estatísticas e estilísticas das múltiplas ocorrências do termo na famosa obra não apenas impossibilita um sentido imediato para as distintas utilizações de Maquiavel para o termo, as quais possuem significativa variação com o entendimento moderno, mas também alerta-nos para as comparações históricas sem o rigor de uma investigação dos contextos de produção intelectual (MASS, 2013, p. 14-21).

Corrado Vivanti, destacando a falta de uma definição e a multiplicidade de usos de *stato* por Maquiavel, salienta os usos que se relacionam a um corpo orgânico e institucional, a domínios territoriais e a formas de governo ou de regime (2016, p. 174-175). Em seus vários significados e nuances, Vivanti atesta diacronicamente a presença do termo no corpus de Maquiavel, inferindo que não há um tratamento específico da noção de *stato* nas obras iniciais e tampouco o desenvolvimento de uma ideia. Conclui, assim, que para Maquiavel "Política não

se identifica com o Estado”, mas é vista na complexidade de interpretações do viver civil e nas ordenações do bem público na construção de harmonias entre as esferas públicas e privadas.

A raiz *etimológica*, comumente associada a *status* no Medievo, destaca o sentido de instabilidade, mudança e transformação, colaborando com a constante batalha contra a corrupção das ordens estabelecidas. Conforme salienta Romain Descendre, em seu artigo na *enciclopedia machiavelliana*, há “plasticidade”, “fluidez” e “abertura semântica”, em todos os usos do termo *stato* em Maquiavel, que salientam a importância do contexto discursivo, ao mesmo tempo em que apresentam uma dificuldade na distinção e na recomposição dos sentidos “denotativos” e “conotativos” propostos pelo autor em seus argumentos particulares. Todavia, destaca uma distinção entre o privado e o público, uma relação entre território e domínio, além de meios de institucionalização e de entendimento das coisas humanas (DESCENDRE, 2014, p. 574-576).

Desse modo, a obtenção e a manutenção de um território com domínio ordenado sobre cidadãos mediante formas institucionalizadas de poder são temas centrais, independentes dos regimes políticos adotados para fundar a *civilidade* e conter a inevitável corrupção das ordenações públicas. A manutenção do *stato*, em diversas variações, é vista ao longo do corpus de Maquiavel como um meio de preservar o bem público e evitar facções: mesmo que o poder régio se faça necessário em face às insolências e às desobediências (D.I.18); todavia, a fraqueza de um príncipe pode ser superada pela *Virtù* presenciada no antecessor, mas para a manutenção da ordem civil e para a sua proteção, instituições devem ser criadas (D.I.19); as ambições pessoais e o amor à pátria devem gerar garra, obstinação e *Virtù* nos cidadãos e nos soldados, os quais se armarão de todos os meios necessários para a proteção da ordem civil, seja ela monárquica ou republicana (D.I.43); a exemplo da Roma antiga, a Fortuna possui sua contribuição, mas é a *Virtù* dos indivíduos, dos exércitos e das ordens civis estabelecidas que preservaram o conquistado (D.II.1;6); para tanto, podem ser bem ou mal usados os meios de obtenção e de manutenção das ordenações, os quais envolvem violências, crueldade, traições e guerras (P. III; VIII; XVII; XVIII; D.I.9; CC CV-XX).

Assim, entre paradoxos e contradições decorrentes das propostas interpretativas do pensamento de Maquiavel, Mark Jurdjevic atesta variações de propostas monárquicas e republicanas nos argumentos do autor, as quais desvelam as limitações humanas em formas dinâmicas de governo reunidas em uma *república híbrida* (JURDJEVIC, 2007, pp. 1228-1257). De fato, impossibilitados de superar o dilema da *Questão Maquiavélica*, resta-nos discutir as premissas subjacentes às propostas dos possíveis regimes políticos, por meio dos quais a liberdade e a segurança das cidades são as prioridades das ordens civis instauradas

(NEDERMAN e GÓMEZ, 2002, p. 82-86), em diferentes atualizações da *Virtù*. Desse modo, argumenta Quentin Skinner, existir apenas uma mudança de foco entre *Il Principe* e os *Discorsi*, enquanto os pressupostos são mantidos para o estabelecimento de uma *Virtù* necessária para salvaguardar a pátria (SKINNER, 2007, p. 182-185). Os meios de evitar as divisões e facções que impedem o fortalecimento do bem público necessitam das formas constitucionais civis e também das ações individuais. Nesse contexto, Thierry Ménissier argumenta que as posições de Maquiavel não sustentam “formas republicanas puras”, mas uma conceptualização “heterodoxa”, necessária para superar a degradação dos costumes, as corrupções das ordens civis e o enfraquecimento dos agentes humanos (MÉNISSIER, 2013, p. 52-55). Consta-se, portanto, como as coisas humanas, conforme nos apresenta Maquiavel, estão repletas de ambiguidades e de ambivalências desde as práticas cotidianas da conquista e da manutenção do domínio perpassando os modos de sistematização intelectual, política, religiosa, histórica e cultural.

A pluralidade de entendimentos do termo *República*, por exemplo, é atestada ao longo do desenvolvimento político ocidental, possuindo hodiernamente uma contraposição a regimes monárquicos hereditários após as revoluções americanas e francesas (MATTEUCCI, 1982, p. 1433-1436). Etimologicamente relacionada com a *res publica* romana, iniciada após a expulsão de Tarquínio e consolidada posteriormente pela dominação romana dos etruscos (GRIMAL, 2010, p.19-48), Cícero populariza o termo em sua vasta obra ao estabelecer consenso, utilidade pública e uma lei comunitária que separasse interesses privados dos bens comuns, em uma forma de governo que misturasse os regimes políticos diante da necessidade (ZETZEL, 2003, xv-xviii). Desse modo, embora possa ser associado à *Politeia* helênica, Cícero não efetua uma distinção quantitativa a respeito daqueles que exercem o poder, e.g., monarquia, oligarquia e democracia, mas realça a qualidade das ações para o bem comum (MATTEUCCI, 1982, p. 1434).

Nesse contexto, a renomada classicista Maria Helena da Rocha Pereira discute as raízes antigas e as recepções desse nome composto de difícil definição que perpassa todas as noções públicas, morais e políticas latinas (PEREIRA, 1984, p. 319-423). A autora afirma que uma impressão comum da organização política dos quais magistrados, Senado e o povo integravam um equilíbrio de poder dos quais muitos preferem a tradução por *Estado*. *Res*, substantivo impreciso, pode aparecer sozinho, mas é modificado pelos adjetivos que qualifica e condiciona, i.d., *romana*, *privata*, *populi*. As derivações etimológicas de *publicus* e *populus* são questionáveis; todavia, a associação de Catão entre “*o direito, a lei, a liberdade, a res publica*” serem bens comuns, complementa *gloria* e *honor* na base da satisfação individual e coletiva.

Para Cícero, portanto, o povo não se refere a um grupo de pessoas agrupadas desordenadamente, mas a uma associação pela adesão de uma lei e por uma comunidade de interesses. Desse modo, a existência da tirania exclui a existência de uma *res publica*, a qual em declínio cederia espaço historicamente a noções específicas do termo *imperium*. Desse modo, há um período de ambivalência no qual, embora a *res publica* não existisse conforme a idealização romana, ela era proclamada na manutenção dos regimes imperiais. Ambos os termos ingressam definitivamente no imaginário político ocidental, independente das formas de regime ou das ordens civis estabelecidas estarem de acordo com suas raízes históricas.

Tais constatações são relevantes, visto que as tradições antigas possuem grande relevância para Maquiavel, especialmente a constituição, as crises e o declínio da República romana. Desse modo, investigar as transformações ocorridas para a queda da monarquia e o estabelecimento paulatino de um novo regime político indica a formação de lideranças individuais, os cônsules, e uma gradual institucionalização de magistraturas, de tribunos, de comícios, e de ordenações variadas entre os patrícios e os representantes da plebe (COTTA, 1982, p. 1426-1440). As interpretações maquiavelianas de Tito Lívio e das instituições criadas auxiliam o autor a conceber a proposta da satisfação dos *umori* na ordenação civil. As fricções entre os grupos destacados demarcam fatores basilares para a República Romana, ainda que seja impossível uma redução dialética simplista entre ricos e pobres, nativos e estrangeiros. Todavia, observa-se a criação das instituições da plebe a partir de reivindicações no âmbito do direito público e das carreiras políticas, a ponto de convergirem na criação de importantes leis. Nuno Rodrigues acredita, portanto, que exista uma ordem *patrícia-plebeia* organizada na República romana. Desse modo, conclui que o conflito das ordens civis romanas foi essencial para a dinamicidade da constituição, para o equilíbrio de forças e para a formação dos órgãos da República (RODRIGUES, 2015, p. 69-105). Maquiavel, por sua vez, argumenta que a partir dos conflitos civis a corrupção das ordenações pode ser superada na constante construção da liberdade civil nos contextos das cortes renascentistas.

1.1 ***Amar a Pátria mais do que a própria Alma: Corrupção, Conflito e Liberdade em Maquiavel***

Em suas analogias naturalistas, sobre a dinâmica da constante matéria em movimento e do corpo humano, Maquiavel prescreve a necessidade de um tratamento para cada um dos níveis de corrupção nas terras itálicas, visando à reinserção da *Virtù* a partir de exemplos individuais e de ordenações civis adequadas. Não há um regime político, em seus meios de

institucionalização normativa, *perfeito* – completo, acabado (Faria, 1962, p. 725-726). A *imperfeição* dos regimes reside justamente nas inerentes e nas inexoráveis alterações ocorridas em todos os níveis da prática social, das quais decorre a carência de adaptações constantes que refundem a ordenação civil a partir de ações plenas de *Virtù*, seja por indivíduos, seja pela *civilidade*. A corrupção é, ao mesmo tempo, a causa da ruína e a possibilidade de restauração das ordenações civis – essa última a partir da satisfação dos humores de todos os cidadãos e do retorno aos princípios fundadores de uma sociedade que preserve a liberdade, ao evitar a submissão e a tirania. A corrupção, ao associar-se às coisas humanas, em contínuos movimentos, é inerente aos sistemas políticos e decorrente das práticas civis. Desse modo, ela pode ser a condição para a restauração da cidade ou a causa de sua ruína, adquirindo contornos ambíguos e ambivalentes em muitas passagens do corpus Maquiaveliano.

Ilustra-nos um sentido positivo da corrupção da ordem as analogias propostas em sua Comédia *Mandragola*. Lucrezia, descrita por Calímaco como afastada de todas as distrações dos jovens, reclusa em casa, sem participar de nenhum dos prazeres e nenhuma das festas da vizinhança, é vista como um alvo difícil de ser alcançado. Todavia, ainda que todos os servos possam tremer diante dela, busca-se alcançar algum meio de efetivar uma *corrupção* (Mand. I.1)⁷. Ora, no desvelar da intriga cômica, todos possuem a satisfação de seus desejos, portanto, a destruição das organizações materiais e os desvios das normas sociais são vistos como meios de se obter a glória nas metonímias do encontro amoroso, das relações posteriores estabelecidas entre os cidadãos e dos modos de adaptar as ações civis, os ritos religiosos e os hábitos sociais.

Todavia, a corrupção das leis, dos costumes, das magistraturas, das armas e dos regimes políticos é também a causa primordial da degradação, da decadência, da destruição e da submissão das cidades italianas. Essas *comune* não conseguem gerir adequadamente suas atividades políticas devido à ambição desmedida daqueles que priorizam seus interesses pessoais e não desejam a liberdade – entendida como um meio de organização livre com a participação de todos os cidadãos nos diversos níveis da estrutura social e também como a possibilidade de uma gestão pública própria sem o controle de estrangeiros. Conforme constatado nos *Decennali* e nas *Histórias de Florença*, devido às facções e brigas internas, as terras itálicas estavam desoladas, débeis, cheias de mortes e de sangue (Dec. I.1-6).

⁷ Embora Lucrezia seja descrita como "honestíssima", alheia a todas as coisas do amor e dos prazeres possíveis a sua posição social, a ponto de Calímaco sentenciar: "não haver lugar para alguma corrupção" (*che non ci è luogo ad alcuna corruzione*). Para obter a conquista amorosa, conseqüentemente a satisfação dos humores de todos os envolvidos na intriga cômica, o herói se dispõe a reordenar os costumes, carecendo de uma corrupção.

Desse modo, apresentam-se: uma passagem no capítulo VII do *Príncipe*, em que a corrupção pode ser usada para a obtenção de império e de domínio, mas também indicando a grande dificuldade para a sustentação do poder obtido; trechos significativos do primeiro livro dos *Discorsi* (D.I. 10; 16; 17; 18; 29) em que as dificuldades de uma população manter sua liberdade devido à corrupção são expressamente avaliadas, além de uma condenação clara aos regimes tirânicos, nos quais as destruições das ordenações civis impedem o cultivo de um conflito dinâmico entre as parcelas que compõem a população de uma cidade para a satisfação dos humores, visto existir a prevalência de interesses privados; por fim, analisa-se uma passagem significativa nas Histórias Florentinas (IF. III.5) em que as ideias centrais de Maquiavel são expostas mediante um discurso de autoria desconhecida em que a corrupção das leis, das magistraturas e dos costumes é vista como a causa primordial do enfraquecimento civil e da submissão de Florença devido às constantes lutas entre as facções da cidade. Após essas considerações exegéticas, constata-se a inexorabilidade da corrupção, visto que as ordens civis estabelecidas não são permanentes, mas apresentam-se em constantes transformações. Contudo, devem ser evitadas as facções e a deterioração da *civilidade*, por meio das quais o enfraquecimento das práticas civis conduz as cidades itálicas à submissão externa, domínio abusivo dos mais poderosos e acentua a possibilidade de tiranias. A efetividade da *Virtù*, portanto, centra-se na ambiguidade e na ambivalência como condições de refundar constantemente ordens civis, evitando os abusos e os excessos. Até mesmo a corrupção pode ser satisfatoriamente utilizada para a obtenção dos objetivos da cidade.

Observa-se, portanto, como o chamado a simular e a dissimular, os usos da força e da astúcia e até mesmo a utilização de métodos extraordinários devem ser entendidos como medidas necessárias em alguns contextos políticos, mas os abusos dessas práticas, sobretudo quando essas visam à obtenção de benefícios pessoais que não favoreçam o bem comum, devem ser evitados, pois deterioram as bases de sustentação civil da sociedade, deturpam os costumes e pervertem as boas leis. A corrupção é inerente a todo regime político e a toda organização social, pois as coisas humanas estão em constante transformação. Não há uma regra universal para conter as ações da corrupção e para preservar a liberdade, visto que todas as práticas devem se adequar à população (*matéria*), aos regimes (*forma*), às circunstâncias e aos tempos.

1.1.1 A corrupção à luz da *História de Florença* e das reflexões políticas nos *Discorsi*

Ao discorrer sobre os principados novos e como o acesso ao poder pode ser obtido por armas alheias, Fortuna e dinheiro, Maquiavel ressalta que alguns imperadores obtiveram o

comando ao corromper alguns soldados (P. VII). Ora, deduz-se que a passagem de cidadãos privados ao principado não teve muita dificuldade; por outro lado, a manutenção dessa posição é extremamente árdua. A corrupção, elemento central nessa exposição, desvela como os humanos são volúveis e instáveis, assim também, conseqüentemente, a base de sustentação do poder obtido. Os governos adquiridos nessas circunstâncias não podem subsistir por não possuírem "barbas", i.e., idade suficiente, raízes profundas – nas primeiras adversidades serão desfeitos; a ausência do cultivo da adequada *Virtù* para a obtenção do posto torna ainda mais difícil que esses governantes consigam efetivar o necessário para a manutenção do império de maneira "sadia" (P. VII). Mostra-se, portanto, como a corrupção pode ser explorada para a mudança de regimes políticos; todavia, em contexto em que os costumes e as leis são enfraquecidos, os modos usados para a fundação da ordem impedem que as reformas necessárias sejam obtidas com êxito no decorrer da vida civil, a não ser que meios extraordinários sejam utilizados, conforme os exemplos de Francisco Sforza e César Bórgia indicam.

No primeiro livro dos *Discorsi*, a temática da corrupção aparece destacada em momentos-chaves da argumentação do autor: os fundadores de uma República são louvados e aqueles que exercem uma tirania são vilipendiados; a dificuldade de uma população habituada a viver sob um príncipe em manter sua liberdade durante uma mudança de regime; uma população corrompida mantém sua liberdade com grandes dificuldades; as maneiras pelas quais a liberdade pode ser mantida na reordenação ou na não reordenação das ordens civis; por fim, na discussão referente às ingratidões de uma população e de um príncipe (D.I. 10; 16; 17; 18; 29). Mostra-se, portanto, como o desenvolvimento argumentativo de Maquiavel indica-nos uma relação constante entre as formas de ordenação de um regime, suas corrupções inerentes e a manutenção de uma liberdade conquistada. As ordenações civis, assim que são estabelecidas, sofrem transformações que podem alterar significativamente as bases de suas fundações. Desse modo, os combates às corrupções devem ser travados nos atos de governo, nas legislações, nas ações civis e nos costumes dos humanos. O desejo pela liberdade, independente do regime, exige uma exaltação aos meios de fundar, manter e reordenar bons governos. Ademais, boas leis e bons costumes devem propiciar as adequações necessárias às inerentes transformações das circunstâncias. A corrupção é latente e perpassa variados níveis do tecido social, devendo ser controlada para que não aniquile o vigor dos cidadãos e torne os regimes políticos débeis. Assim, os desvios podem ser tão profundos que as repúblicas livres, ao desejarem manter essa liberdade e expandir seus domínios, podem obter um grande mal: a tirania (D. I.29). Para manter

a liberdade em qualquer regime, deve-se tomar novas atitudes todos os dias para conter as consequências da corrupção.

Ao descrever as transformações políticas na Roma antiga, em especial a passagem do regime republicano para o império, Maquiavel ressalta que os louvores obtidos por Júlio César são decorrentes de uma corrupção da avaliação dos escritores, visto que esses focalizavam a Fortuna desse personagem e a longa vida do império (D I.10). Por outro lado, as críticas direcionadas a César podem ser observadas naqueles escritores que não estavam sob o fascínio dos eventos e tampouco sob a patronagem da família *Iulia*. Desse modo, salienta Maquiavel que os imperadores que viveram de acordo com as leis romanas foram amplamente louvados, enquanto que os *imperadores celerados* não puderam se salvar mesmo com a ajuda de grandiosos exércitos. O estudo da história, portanto, desvela, aos príncipes, os exemplos a serem imitados. Ademais, indica também os efeitos da degeneração da boa ordenação civil, visto que mesmo aqueles que seguiam uma boa conduta eram vítimas de uma corrupção introduzida por seus antecessores, e.g., Galba e Pertinax (D I.10).

Na mesma passagem, Maquiavel considera a possibilidade de fundar um bom governo, não pela ancestralidade ou pelo direito de nascença, mas pela adoção ao cargo imperial em Roma, visto que os dados históricos corroboram essa assertiva. Nesse contexto, sem citar casos específicos que sustentasse sua exposição, Maquiavel descreve o governo bom: "um príncipe seguro no meio de cidadãos seguros; um mundo repleto de paz e de justiça; um Senado com sua autoridade e magistrados com suas honras; os cidadãos cobertos de riquezas; a nobreza e a *Virtù* exaltadas; em toda a parte a tranquilidade e o bem"⁸. Por outro lado, destaca ainda: "todo rancor, toda licença, [a] corrupção e [as] ambições são afastadas"⁹. De fato, conclui Maquiavel que os tempos áureos seriam instaurados, nos quais qualquer pessoa poderia possuir e defender a opinião que desejasse; o mundo estaria triunfante; o príncipe estaria pleno de reverência e de glória, o povo repleto de amor e de segurança¹⁰. Descreve, portanto, um tempo idílico em que o governo expressaria uma harmonia entre todas as camadas populacionais, a satisfação de seus humores e a obtenção de suas ambições visariam a defesa da segurança e da liberdade de todos os cidadãos. Por outro lado, ao comparar com outros imperadores, retrata Maquiavel guerras atroz; discórdias e sedições; atos cruéis, seja na paz ou na guerra; príncipes mortos ao ferro;

⁸ No original: "Perché, in quelli governati da' buoni, vedrà un principe sicuro in mezzo de' suoi sicuri cittadini, ripieno di pace e di giustizia il mondo; vedrà il Senato con la sua autorità, i magistrati co' suoi onori; godersi i cittadini ricchi le loro ricchezze, la nobiltà e la virtù esaltata; vedrà ogni quiete ed ogni bene" (D. I.10).

⁹ No original: "dall'altra parte, ogni rancore, ogni licenza, corruzione e ambizione spenta" (D. I.10).

¹⁰ No original: "vedrà i tempi aurei, dove ciascuno può tenere e difendere quella opinione che vuole. Vedrà, in fine, trionfare il mondo; pieno di riverenza e di gloria il principe, d'amore e sicurtà i popoli" (D. I.10).

inúmeras guerras civis e batalhas externas¹¹. Em seu ato comparativo com os antigos, Maquiavel considera a Itália em meio a sérios infortúnios, aflita, saqueada e destruída. Somente um príncipe, em tamanha corrupção das ordens, dos costumes e das ações, desejando a glória do mundo, buscaria o governo para reordenar todas as coisas e não para se aproveitar dessa calamitosa situação.

À semelhança das propostas platônicas¹², a corrupção das ordenações civis está em direta conexão com as ações e com os costumes individuais. Nesse contexto, fundar, manter e reformar os governos são atos integrantes da prática política diante da inexorabilidade da corrupção, pois somente na constante vigilância e pelas ações adequadas torna-se possível conservar a liberdade. Assim, todas as formas de reintroduzir a *Virtù*, mediante indivíduos e legislações civis, devem ser utilizadas no combate à corrupção das ordens civis e das consequentes práticas humanas, almejando a segurança da cidade e a glória, mesmo após a morte dos príncipes, dos legisladores e dos idealizadores de um regime. Desse modo, novamente a ecoar a República platônica, as reputações dos tiranos tornam a esses odiáveis e execráveis, vivendo em perenes angústias e lembrados por serem infames¹³.

As relações entre as concepções de liberdade e a corrupção das ordens civis são amplamente expressas nas dificuldades que um povo possui em manter-se livre, interna e externamente, após ter estado sob o governo de um príncipe centralizador. Compara-se essa população a um animal, feroz e silvestre, que tenha permanecido em estado de servidão e alimentado em um cárcere. Desse modo, ao ser posto em liberdade, esse animal não saberia sobreviver e sequer teria forças para fugir de seus predadores (D.I.16). Ao fim da analogia, declara-se que um povo acostumado a viver sob o governo de outros, sem saber os meios de racionalização das defesas e das ofensas públicas, desconhecendo os príncipes e tampouco sendo conhecido por esses (D.I.16), irremediavelmente, sucumbirá a um jugo ainda mais cruel do que aquele ao qual estava submetido anteriormente. Ademais, salienta Maquiavel que, na população em que a corrupção entrou em todos os níveis de convivência civil, não há possibilidade de um viver em liberdade. As tentativas de reorganização social enfrentam novos e antigos inimigos, aqueles que desejam benefícios da tirania, das desordens e das ações

¹¹ No original: "Se considererà, dipoi, tritamente i tempi degli altri imperadori, gli vedrà atroci per le guerre, discordi per le sedizioni, nella pace e nella guerra crudeli: tanti principi morti col ferro, tante guerre civili, tante esterne" (D. I.10).

¹² Ao buscar defender que a justiça seja preferível à corrupção, Sócrates discute as origens da *polis* e os processos educativos, sobretudo na famosa analogia existente entre a população e a alma dos indivíduos (Rep. II-III).

¹³ No caso de Maquiavel, sentencia o autor: sobre as duas vias possíveis àqueles que desejam o poder: viver seguro e, depois da morte, ter honras rendidas; a outra, viver em constantes angústias e, para a posteridade, estar em eterna infâmia (D.I.10; Rep. IX).

malévolas. As Repúblicas e os Principados devem prestar grande atenção a esses inimigos, para eliminar as facções e conter os ódios civis que possam ser instaurados, mas também os desejos de vingança daqueles que defendem novos governos. Assim, conclui Maquiavel que fundação, manutenção e reordenação das ordens civis somente podem ocorrer em populações que não estejam totalmente corrompidas pelas ambições tirânicas, pelos benefícios de uma tirania, pelos desejos de vingança, pela prioridade dada às facções.

A corrupção deve ser combatida em todos os níveis para a preservação da liberdade, visto que as dificuldades para as necessárias e constantes reformas das ordenações civis crescem à medida que as legislações, as práticas sociais e os costumes sociais reverberam as repercussões de atos corrompidos. Ao descrever a situação romana, Maquiavel recorre, novamente, a uma imagem: a retirada da cabeça corrompida (*capo*) enquanto o torso (*busto*) ainda estava inteiro, possibilitava aos antigos romanos a serem facilmente ordenados e a viverem livres. Ora, referia-se às corrupções existentes na monarquia romana dos Tarquínios, as quais não haviam sido espalhadas para toda a população. Na transição entre o período monárquico e republicano na Roma antiga, portanto, a corrupção existente nos monarcas não impedia uma reformulação civil. Por outro lado, após a morte dos imperadores – lista César, Calígula e Nero – foi impossível à Roma "manter e dar um princípio de liberdade"¹⁴. Ao considerar as transformações entre esses dois períodos históricos, Maquiavel atesta que esses resultados díspares ocorreram devido aos diferentes níveis de corrupção: no período dos Tarquínios, o povo não estava todo corrompido; no império, a corrupção estava em seus maiores níveis (D.I.17). As leis, os costumes, as práticas e as concepções eram tão diferentes que apenas um exemplo de *Virtù* poderia inspirar toda a população no passado remoto, enquanto o apoio de muitos cidadãos não afastava o medo do povo durante o império – exemplifica esse caso com a família Brutus, respectivamente, na expulsão dos reis de Roma e no assassinato de Júlio César.

A corrupção civil instaurada por Caio Mário, e capitaneada posteriormente por César, cegava e debilitava o povo romano. Assim, todo o corpo civil estava tão corrompido que não haveria possibilidade de uma restauração da liberdade. Grande felicidade para os romanos antigos foi a expulsão dos reis corruptos, pois impediu que seus hábitos e costumes fossem adquiridos por todos, "penetrasse nas vísceras da cidade" (D.I.18). Até mesmo os tumultos civis e os escândalos foram benéficos para a ordenação civil – tese importante do autor sobre a satisfação dos humores. Conclui: quando a *matéria* não é corrupta, os tumultos não são

¹⁴ No original: "ma, morto Cesare, morto Caio Caligola, morto Nerone, spenta tutta la stirpe cesarea, non poté mai, non solamente mantenere, ma pure dar principio alla libertà" (D.I.17).

maléficos; quando a *matéria* é corrupta, até mesmo as leis bem ordenadas não prosperam, a não ser com usos de extrema força¹⁵. Sem sanar as marcas profundas da corrupção da população, a *matéria* por meio da qual a forma de governo – república ou império – será constituída, somente momentos excepcionais, com indivíduos de rara *Virtù*, permitiriam algum sucesso civil. O domínio proposto por um regime, sem participação da população, redundando em uma corrupção que impede a vida civil livre devido à desigualdade, a qual somente pode ser combatida por ações extraordinárias¹⁶.

Assume-se, portanto, que a corrupção apresenta-se de alguma forma e em algum nível em todas as cidades. Propõe-se Maquiavel não apenas a combater a corrupção e reintroduzir a *Virtù* nas sustentações civis, mas manter um *stato libero*. As dificuldades em fundar e manter a liberdade são grandiosas e não há uma regra fixa, visto que os diferentes níveis de corrupção propiciam distintas ocasiões. A relação entre os costumes e as leis¹⁷ insere na *Ars Politica* de Maquiavel o pressuposto de que os regimes políticos, as expressões culturais, os ritos religiosos, as concepções sobre o humano e os discursos históricos estejam entrelaçados nas variadas formas de fundar, manter e reordenar o corpo civil. Assim, os costumes, as leis, as instituições devem ser adequados às circunstâncias para que possam frutificar os benefícios desejados. Por outro lado, as inevitáveis transformações ao longo do tempo podem refrear a erosão da corrupção ou expandi-la em todo o tecido social. Descreve, assim, os modos pelos quais os costumes dos antigos romanos foram transformados, aumentando a desigualdade e a discórdia na população, e como as adaptações feitas às leis serviam apenas para assegurar a manutenção de famílias, facções e indivíduos poderosos nos cargos e nas magistraturas. Se, anteriormente, qualquer cidadão valoroso poderia propor leis e efetivar mudanças, ao longo da República romana a corrupção perverteu normas, costumes e legislações, pois somente os altos magistrados puderam conduzir a coisa pública já não mais para o bem de todos e em busca de salvaguardar a liberdade, porém almejando a interesses próprios; restava ao povo, portanto, deliberar a respeito de sua própria ruína (D.I.18).

Assim, Roma mantinha-se em liberdade mesmo diante dos variados exemplos de corrupção por promulgar novas leis e fundar novas instituições apropriadas a cada momento. A

¹⁵ No original: "dove la materia non è corrotta, i tumulti ed altri scandoli non nucono: dove la è corrotta, le leggi bene ordinate non giovano, se già le non sono mosse da uno che con una estrema forza le faccia osservare" (D. I. 18).

¹⁶ Tais ações são mencionadas ao longo das argumentações dos *Discorsi*, sobretudo devido ao uso da força física ou a imposições legislativas, e.g., possibilidade de usos de fraudes em guerra (D. III. 40); defesa da pátria a todos os custos (D. III. 41); uso de audácia e violência como meios extraordinários (D.III. 44); necessidade de novas providências diárias (D. III.49)

¹⁷ As leis e os costumes estão entrelaçados: os bons costumes necessitam boas leis; as boas leis requerem bons costumes (D.I.18).

diversidade de *matéria* – população em seus modos de pensar e agir – sinaliza diferentes meios pelos quais a corrupção deteriora a organização civil. Demanda-se, portanto, um constante retorno às bases de estabelecimento da ordem pública mediante legislações graduais ou transformações totais da constituição política. Todavia, Maquiavel considera muito difícil, senão impossível, que uma sociedade com altos níveis de corrupção consiga manter um regime republicano livre, tendo, em alguns casos, a preferência por um *estado régio* para garantir a lei e reprimir insolências (D.I.18). Tal condição é resultante da dificuldade de uma reforma parcial pelo exemplo e pela exortação de um único indivíduo de *Virtú*; assim também, as dificuldades de uma reforma total, nas quais as armas, a violência e os meios extraordinários devem se manifestar e, ao mesmo tempo, afastam aqueles que possuem boas intenções e agregam ambiciosos, os quais estão sempre prontos a cometer atos cruéis.

No desenvolvimento argumentativo do livro terceiro das *Histórias Florentinas*, Maquiavel distingue os tumultos ocorridos na república romana antiga, que propiciavam a união civil, daqueles ocorridos em sua amada cidade, que resultavam sempre em desunião, facções e constantes instabilidades. As inimizades entre as famílias, a insuflar sempre maiores discórdias, também instauravam grandes desigualdades na composição social, civil e política. Desse modo, as disputas internas enfraqueciam as ordenações públicas e, conseqüentemente, tornavam Florença uma presa fácil a seus adversários externos. Maquiavel expõe um discurso, sem nomear diretamente a autoria, de um dos cidadãos reunidos para a reforma das ordenações civis, mesclando suas próprias concepções políticas, históricas e sociais (IF. III.5). Argumenta ainda que sanar as divisões presentes, sem cuidar que outras facções e outras formas de desunião possam emergir na sociedade, é nefasto: não tratam as causas essenciais de que esses tumultos se nutrem e não frutificam em ordenações civis adequadas ao fortalecer as facções existentes em suas respostas às tentativas inadequadas de reforma (IF. III. 6). Em ambos os casos, não eliminar a divisão civil pela instauração do amor à pátria e manter essas práticas que subjagam a liberdade, há extremos perigos para as repúblicas.

Na argumentação do discurso proferido em San Piero Scheraggio, em que cidadãos movidos pelo amor à pátria pensavam sobre as desuniões civis em Florença, há um belíssimo resumo das propostas de Maquiavel reunidas em seu *corpus*, e.g., poemas, escritos de chancelaria, obras discursivas, epistolografia e textos literários. Em uma análise exegética desse discurso, constatam-se as variadas formas de atuação dos regimes de governo; as características humanas em suas ações públicas; as oportunidades providas pela Fortuna e os meios de ação adequados de acordo com a *Virtù*; o enfraquecimento civil causado por ritos religiosos e costumes sociais nas terras itálicas; além da utilização dos textos historiográficos como modos

de entendimento dos maus exemplos do passado que devem ser evitados e dos bons casos a serem imitados. Maquiavel, portanto, insere-se na história de sua cidade, prenunciando em um tipo de profecia pós-evento, as consequências dos acontecimentos amplamente conhecidos e registrados nos anais públicos. Os elementos centrais do pensamento de Maquiavel estão reunidos nesse discurso, enfatizando a *ambiguidade* e a *ambivalência* dos regimes políticos, das ambições humanas, das ações políticas, assim também os meios necessários para a correta adequação das práticas de *Virtù*. A corrupção, percebida em todas as *comune* itálicas, diminui o amor à pátria e aumenta o desejo pelos interesses privados que deturpam os regimes, as leis, os costumes e toda a sociedade.

O discurso proferido distingue, de maneira clara e enfática, grupos que desejam salvaguardar o interesse público e aqueles que somente querem satisfazer objetivos privados. Em passagens que ecoam as *Catilinárias* de Cícero, o enunciador descreve reuniões às escuras, em quartos e gabinetes, que somente querem a destruição da ordem pública; os interlocutores, ao contrário, reúnem-se publicamente para justamente lançar luzes a esses casos, não apenas para salvaguardar momentaneamente a cidade, mas impedir que essas facções prosperem e destruam a possibilidade da defesa da liberdade. Mostra a seus ouvintes/leitores, portanto, que a ambição humana que prospera nessas facções não deseja a glória pelo amor à pátria, mas benefícios momentâneos e honras públicas. Distingue-se, portanto, uma ambição destrutiva que somente perpetua divisões, intrigas, mortes e exílios daquela que busque sanar o mal instaurado na cidade e que pensa no bem público, não nos benefícios particulares.

A ausência do Império e da Igreja não proporcionou uma força civil que corrigisse a corrupção e orientasse os atos civis adequadamente, mas estimulou o aumento das divisões internas, conforme visto também em toda a Itália. Como resultado, a cidade não é livre, visto estar dividida em profundas facções e ter se tornado uma presa fácil às ordenações de governos e comandos estrangeiros. Desse modo, a corrupção da ordem pública que resultou em divisões e desuniões civis é entendida como a causa primordial do caos vivenciado. De fato, constata que os cidadãos apenas se unem ao agirem contra a pátria ou para atacarem um cidadão privado conjuntamente. A corrupção não se restringe aos assuntos de governo, mas perpassa considerações religiosas e costumes sociais. A extinção do temor a Deus gera desconfiança, inseguranças, meios para facilmente enganar, louvor aos que praticam o mal e desdém para os que agem com bondade. Todas as coisas que "podem ser corrompidas" e aquelas que "podem corromper" estão presentes nas terras itálicas: os jovens são ociosos, os velhos lascivos, todos os cidadãos repletos de maus costumes, as boas leis são ineficazes pelos maus usos.

Nesse contexto, a ganância não está relacionada à verdadeira glória que seria fundar e manter uma cidade livre, mas em infames honras que produzem e se sustentam em: ódios, inimizades, desavenças e facções. Por sua vez, esse cenário resulta em: mortes, exílios, aflição dos bons e exaltação dos maus. Para sustentar tamanha desorganização social, o amor às facções e aos partidos, em que se sustenta o poder dessas facções, nutre constantemente mais divisões e discórdias, ao mesmo tempo em que proferem falsas defesas da liberdade quando, verdadeiramente, tornam a cidade cativa para obter seus próprios objetivos. Constata-se, assim, que os líderes e os príncipes sustentam essa calamidade mediante variadas formas de governo e vocabulários piedosos, utilizando de todos os meios, dentre esses a crueldade, para usurparem e para se manterem no poder. Desse modo, as leis não são criadas para a utilidade pública, mas para satisfazer as necessidades das facções em constantes batalhas, i.e., as guerras, os tratados de paz e as alianças são firmadas para a satisfação da parcela mais poderosa da cidade e não para o bem comum.

A partir de exemplos históricos, as constantes divisões são vistas como modos de obtenção e de sustentação do poder de uma pequena parcela da população. Ademais, possuem como corolário a submissão a poderes externos, e.g., rei Roberto e o duque de Atenas. Averigua-se que Florença não está de acordo com o modo de vida livre, mas tampouco à subserviência: não conseguem uma república e tampouco um principado em suas respectivas benesses¹⁸. Devido à ambição desmedida dos estratos superiores da população, os quais estimulam a divisão para obtenção de maiores benefícios, todos cidadãos são subjugados e a própria pátria subordinada: elimina-se a liberdade em todas as mudanças inexoráveis dos tempos, seja pela possibilidade de participação nas decisões civis, seja pelo domínio em face às ameaças externas.

Maquiavel, em sua função de historiador comissionado a escrever sobre sua cidade, resgata um discurso de autoria desconhecida que delineia os propósitos historiográficos norteadores de sua obra: as lembranças dos acontecimentos antigos, modernos e presentes servem para sanar os males presenciados pela desordem instaurada pelas ações calamitosas da corrupção (IF. III.5). Desse modo, na ausência do império e do papado, não há razão para que os antigos partidos, suas divisões e os resultados infaustos sejam restaurados. Pelo contrário, diante da possibilidade de governar a si mesma, Florença pode pensar em uma reforma dos costumes e dos modos civis que reinsira a *Virtù* mediante o cultivo do amor à pátria e não as práticas que visam aos benefícios privados. O amor à pátria, não desejos particulares, é o

¹⁸ IF. III.5 "Non di meno in alcuno stato mai non ci riposammo, come quelli che non siamo mai stati d'accordo a vivere liberi e di essere servi non ci contentiamo".

caminho para superar a deterioração da cidade de Florença. A corrupção, de fato, é uma doença grave que aflige a todos, um veneno que mata a todos os cidadãos e promove uma raiva que consome todo o processo civil. Contudo, essa desorganização não está na natureza dos humanos, mas relaciona-se diretamente aos tempos em que esses vivem. A Fortuna propicia a ocasião para a instauração da *Virtù*, pois diante da inexorável mudança dos tempos, pode-se esperar uma melhor ordenação civil a partir da deterioração do que existia anteriormente e superar a malignidade constatada nos modos corrompidos do presente. Deve-se, portanto, frear as ambições daqueles que desejam apenas obter ganhos pessoais, mudando os costumes, as ordens e os modos que propiciam suas ações. Ressalta-se ainda que aqueles que desejam uma vida civil pautada na liberdade devem ser imitados imediatamente. É melhor a utilização das leis, em sua benignidade em oposição aos malefícios da corrupção, para o estabelecimento e para a manutenção da liberdade; todavia, pode-se também recorrer às armas quando necessário for. Entretanto, acima de tudo, os cidadãos devem amar a pátria mais do que a própria alma (*amare la patria più dell'anima*¹⁹); amar os bens comuns e a glória de uma cidade livre, mais do que as benesses momentâneas das honras civis adquiridas pelas divisões.

1.1.2 A inexorabilidade da corrupção e a necessidade do conflito: a satisfação dos cidadãos, o amor à pátria e a manutenção da liberdade

A corrupção, conforme visto na seleção de textos no *corpus* de Maquiavel, é inexorável a todos os regimes políticos e todas as ordenações públicas. A partir das tensões existentes, os tumultos civis podem gerar a satisfação dos humores de todos os cidadãos, os quais mediante o amor à pátria, torna possível a conquista e a manutenção da liberdade nas atividades públicas. A disrupção da ordem é uma condição sem a qual o contínuo reformular dos regimes não seria possível; todavia, na medida em que interesses particulares incentivam as desuniões e as divisões civis, a corrupção impede as ações virtuosas, subjuga a liberdade e coloca a integridade física das cidades em risco. Não há um modo único e previamente estabelecido para sanar os malefícios da corrupção, deve-se constantemente analisar as circunstâncias e agir de acordo com a ocasião. A cidade de Florença possui exemplos históricos que explicam sua corrente situação infame, sobretudo ao comparar os conflitos na Roma antiga: quando a corrupção pode ser contida, os conflitos civis fortalecem a cidade e sustentam as ações em prol da liberdade; por outro lado, quando a corrupção atinge grandes níveis na estrutura administrativa e na

¹⁹ Referência à carta de Maquiavel a Vetori, de 16 de Abril de 1527.

sociedade, os conflitos apenas geram inimizades, facções e desuniões que tornam as leis ineficazes e as magistraturas débeis.

Desse modo, a corrupção em Maquiavel pode ser entendida como uma oportunidade para a ação, seja na fundação de novas normas ou na restauração dos modos de atuação vigente; ao mesmo tempo, a corrupção pode limitar as ações e causar a inércia civil. As ambições humanas podem nutrir o amor à pátria ou a avareza na busca por benefícios próprios, desvelando uma intensa relação entre os costumes sociais e as legislações. Assim, essas ambiguidades e as ambivalências resultantes dos desejos insaciáveis dos humanos são, ao mesmo tempo, meios de salvaguardar a liberdade e formas nas quais os regimes políticos estão em perigo.

O *Momento Maquiavélico*, proposto por Pocock, ocorre quando uma república depara-se com sua finitude, ao buscar manter sua estabilidade política e moral em face a eventos incontroláveis e irracionais que buscam destruir suas bases de sustentação (2003, p.viii). Assim, a corrupção sempre se apresenta e a Fortuna, eventualmente, propiciará alterações nos regimes estabelecidos independente das ações individuais, mesmo que essas ajam com *Virtù* (2003, p. 76-80). Ao comparar os momentos críticos das repúblicas inglesas e americanas, o autor constata as diferentes nuances que a corrupção apresenta em contextos distintos aos escritos de Maquiavel, mas também assevera os diversos meios pelos quais atitudes revolucionárias ou ações constitucionais buscavam articular concepções virtuosas nas interfaces entre os costumes sociais e as legislaturas no combate à deterioração da ordem (POCOCK, 2003, p. 577-581). Por outro lado, a corrupção pode ocasionar inércia individual e civil. Newton Bignotto propõe que a corrupção limita a ação da *Virtù*, especificamente em contextos nos quais nem mesmo as boas leis e os indivíduos excepcionais conseguiriam sanar seus males, restando somente uma reforma radical das ordenações civis (BIGNOTTO, 2003 p. 74). Do contrário, não existindo uma reformulação das práticas e das propostas políticas, resta apenas "a morte do corpo político" (p. 69-82). De fato, "os limites da ação" estipulados pela corrupção, dependendo dos níveis de corrupção da cidade, inserem-se nas questões a respeito da natureza humana, nas transformações dos regimes políticos, nas concepções históricas, nos ritos religiosos e nos costumes sociais (BIGNOTTO, 1991, p. 171-211).

Thierry Ménissier atesta a polissemia do termo corrupção no senso comum, no pensamento político e nos escritos de Maquiavel. Assim, investiga os meios pelos quais o corpus do secretário florentino apresenta uma noção de corrupção cívica e não uma proposta deontológica, dialogando com as variadas tradições do humanismo, em especial as traduções e os comentários aos escritores antigos, e.g., Aristóteles e Cícero. Todavia, ressalta Ménissier, a

constante vigilância dos cidadãos é imprescindível, sobretudo na dinâmica dos interesses pessoais, das ambições e das satisfações obtidas em busca da glória nos dinamismos das transformações civis (MÉNISSIER, 2013, p.51-60). Desse modo, atividade política, manifestações sociais e o comportamento moral estão entrelaçados nas necessidades de mudanças e nas reestruturações das ordens civis de acordo com as ocasiões.

As múltiplas manifestações e a polissemia do termo corrupção nos escritos Maquiavelianos propiciam uma familiaridade ao longo da leitura dos diferentes textos, sobretudo devido à evidência de que as ordens civis, suas instituições e seus modos de atuação estão corrompidos a ponto de instaurar uma letargia fatal. Ao perpassar costumes, regimes e formas de pensamento, a corrupção apresenta-se como uma decorrência dos inevitáveis conflitos no tecido social quando a norma vigente é rompida por interesses pessoais em detrimento do bem comum. Contudo, as coisas humanas estão sempre em movimento e, portanto, são sempre modificadas. Deve-se, portanto, recorrer a formas de restaurar os princípios fundadores a partir dos conflitos entre as variadas parcelas da população, visto que as ambições, as paixões e os interesses humanos são a força motriz tanto do amor à pátria, quanto da criação de facções. Nesse contexto, seguindo as formas dicionarizadas do termo corrupção, Ménissier descreve como o uso de meios para promover uma ação contrária a leis vigentes está conectado com um sentido de alteração, putrefação, decomposição e devassidão. Desse modo, o campo semântico do termo sugere uma avaliação prévia de uma condição e de sua posterior mudança, associando-se aos corpos políticos para a descrição de práticas coletivas que desvirtuam um padrão prévio (2013, p.53). Ménissier, elenca três áreas para a discussão filosófica a respeito da corrupção: os regimes políticos; degradação moral; utilização de meios ilegais para a obtenção de benefícios. O autor insere um tema platônico e aristotélico sobre a contínua transformação dos regimes no pensamento Maquiaveliano; atestam-se o enfraquecimento civil e as relações com os discursos teológicos; e, por fim, os resultados de benefícios particulares que propiciam a criação de facções, cismas e divisões na sociedade.

Ménissier resume alguns pontos centrais da argumentação de Maquiavel em que a degradação civil é atestada pela submissão das cidades itálicas e pela incapacidade delas se organizarem. Destacam-se: a exortação para a expulsão dos bárbaros da península; decadência das práticas civis em comparação com os antigos; práticas religiosas e costumes sociais que enfraquecem o envolvimento civil; diminuição da autoridade do poder público devido aos interesses particulares das facções. Conclui o autor que os usos textuais da noção de corrupção nos escritos Maquiavelianos possuem uma conotação política que perpassa níveis civis e institucionais, mas também esferas morais em diversos âmbitos locais. Misturam-se, assim,

conceitos que tradicionalmente são associados à "deontologia", "axiologia", "engajamento cívico" na promoção de uma ordem civil que proteja a liberdade por uma paixão patriótica que eleve os interesses da comunidade acima das ambições pessoais (2013, p.58). Nesse contexto, a inexorabilidade das mudanças nos regimes e a pluralidade desses para a defesa da pátria oferecem amplos debates interpretativos.

Diante da interconexão entre os regimes, práticas sociais e a moralidade, Ménessier propõe um estudo das perspectivas antropológicas sustentadas nos escritos de Maquiavel, concluindo que há uma potencialidade de corrupção em todos os humanos, visto que a capacidade de satisfação não é proporcional ao desejo humano. Assim, Ménessier atesta tanto a possibilidade de uma defesa da liberdade nos tumultos, quanto a utilização desses para a satisfação particular das facções (2013, p. 61; 2017, p. 63-73). Nesse contexto, portanto, as "correções" aos costumes de uma sociedade são apresentadas por esse autor em uma dicotômica perspectiva entre um pensamento liberal e uma proposta republicana: uma intervenção heterômica mínima associada ao liberalismo; uma atribuição à sociedade e ao Estado no pensamento republicano moderno. Acredita Ménessier, em uma apropriação das ideias de Maquiavel em contextos distintos e comparando-as aos trabalhos de Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Claude Lefort, que exista um caminho intermediário em que uma "fibra republicana" mescle-se às autonomias em "uma pluralidade democrática de valores" (MÉNESSIER, 2013, p. 65-71). Conclui que Maquiavel buscava, portanto, educar politicamente seus contemporâneos para que eles combatessem os malefícios da corrupção em suas variadas esferas de atuação social.

De fato, Ménessier apresenta os matizes republicanos do pensamento de Maquiavel em defesa de uma participação cívica mais efetiva que transformasse radicalmente a situação de calamidade civil em que as terras itálicas vivenciavam. Nos dois textos analisados para a compreensão de seu pensamento sobre a corrupção em Maquiavel, o autor francês tangencia em alguns momentos outras possibilidades de regimes e de ações para a proteção da liberdade, para a ordenação social e para o combate contra a degradação civil (2013, p. 58-59; 2017, p. 59-82). Todavia, não explora amplamente a ambiguidade e a ambivalência inerentes às propostas Maquiavelianas: a ambição humana não apenas resulta na ruína da ordem civil, mas também na maior glória possível que é uma organização que proporcione o bem coletivo e preserve a liberdade da cidade. Desse modo, em Maquiavel, não prevalece uma terceira via, um meio termo, um processo intermediário, mas a coexistência de propostas contrárias, de perspectivas antagônicas – as quais promovem constantes conflitos e são ajustadas de acordo com a ocasião. Restar-nos-ia, portanto, discutir as antinomias inerentes às combinações liberais

e republicanas ao longo do pensamento moderno e contemporâneo, sobretudo os modos pelos quais ambiguidades e ambivalências são evidenciadas nessas propostas (MANSFIELD, 1989, p. 15-19; GIRLING, 1997).

Para Giovanni Balestrieri, em seu verbete na *Enciclopedia Machiavelliana*,²⁰ a corrupção, entendida como declínio e desagregação de uma ordenação política, possui grande relevo no pensamento de Maquiavel. Desse modo, o agente político virtuoso busca reduzir a ação destrutiva da corrupção, ao passo em que utiliza-se da oportunidade de uma alteração para restaurar o bem comum, evitando com todas as forças a tirania. Embora utilize-se dos humores, relativos aos corpos humanos em analogia às entidades políticas, Balestrieri atesta não haver um naturalismo fatalista ou determinista em Maquiavel, visto que as alterações são constantes nos regimes e os efeitos de uma degradação podem ser evitados.

O meio de conter a ambição desmedida e a malignidade humanas, assim também seus efeitos nefastos na sociedade, é buscar satisfazer a todos os indivíduos ao inserir os mesmos em posições sociais que não os impulsionem a agir de acordo com as *necessidades* imediatas, ao mesmo tempo em que atuem por suas próprias decisões. Desse modo, ao resgatar a tese de Maquiavel sobre a exigência de recriar as ordenações sociais constantemente a partir da reinserção da *Virtù* nos costumes, nas legislaturas e nas práticas políticas, Balestrieri considera que as ordenações civis e as leis devem impor uma *necessidade artificial* – política – aos humanos, muitas vezes em oposição aos seus impulsos naturais. Por fim, assumindo que as ambições particulares desmedidas são impulsionadoras para a degeneração da ordem civil, meios extraordinários podem ser usados, com o cuidado para que esses não cometam violências excessivas, destruam a liberdade interna de uma cidade e resultem em tirania.

Ricardo Breschi também assevera a centralidade do tema da corrupção no pensamento político maquiaveliano, especificamente nas propostas de imitação dos antigos romanos e na importância de retornar aos princípios norteadores de um regime diante da decadência e da corrosão de uma ordenação estabelecida. A sociedade civil, inerentemente marcada por "equilíbrios precários", presencia conflitos salutares para a manutenção da liberdade (Breschi, 1988, p. 708-709), quando esses propiciem a satisfação dos desejos e das ambições humanas (p. 715-717), ou ela manifesta dissensões que favorecem facções que propaguem diferentes níveis de corrupção (p. 710-712). Breschi descreve como diferentes contextos e diferentes níveis de corrupção exigem ações diversas em uma pluralidade de regimes políticos a serem

²⁰ Giovanni G. Balestrieri. Corruzione. In: Enciclopedia Machiavelliana (2014). Acesso https://www.treccani.it/enciclopedia/corruzione_%28Enciclopedia-machiavelliana%29/ 31 de março de 2021, 23:47

utilizados, inclusive ações extraordinárias e formas mistas para eliminar as corrupções das leis e dos costumes, i.e., das ordens e dos modos (p. 725-726). Dentre as consequências da corrupção, a profunda desigualdade e o afastamento dos populares das magistraturas possibilitam o surgimento de ociosidades e de elitismos que serão defendidos por interesses próprios e não para o bem comum. A estreita relação entre os costumes e as leis delimita a inevitabilidade das transformações, visto que as ambições pessoais e sociais devem ser realizadas. Desse modo, a deterioração da ordem é inevitável e as leis deveriam sanar os maus costumes da população para que essa corrupção não se prolifere. Todavia, as próprias legislaturas sustentam a desigualdade, respaldam o afastamento do povo da vida civil e sustentam a corrupção no interior da ordenação política.

Assim, a forma política necessária para combater a degradação das leis e dos costumes deve ser imposta de acordo com as possibilidades que a ocasião proporcione, visto que os regimes políticos devem ser adequados à sociedade civil do mesmo modo que as leis aos costumes. Em uma dinâmica de expressividade e repressividade, a ambição humana pode tanto favorecer a liberdade civil em direta oposição às intenções tirânicas, quanto promover interesses particulares que deteriore a ordem civil (BRESCHI, 1988, p. 730). Maquiavel, portanto, expõe que diante de uma profunda corrupção – política, moral, religiosa e cultural – a degradação das formas civis não necessariamente resulte em tirania, sem quaisquer impedimentos para um governo monárquico que preserve a liberdade e retorne à cidade a seus princípios norteadores a partir de uma *Virtù* individual. Assim, em uma "república mista", boas leis e bons costumes produzem uma *Virtù* a partir das diversas ambições no tecido social em conflitos dinâmicos que busquem a satisfação dos humores. Por outro lado, o crescimento individualizado e particularizado dos setores sociais indica elementos destrutivos incontroláveis da ordenação social (BRESCHI, 1988, p. 732-737).

Nicola Badaloni propõe, inicialmente, uma distinção entre as abordagens teóricas a partir das ideias de Maquiavel e uma leitura histórica que enfatize as ideias filosóficas significantes que são vistas como uma resposta valiosa na grande variedade de situações. Assim, o pensamento humanístico e renascentista é apresentado pelo autor em suas concepções antropológicas por: uma combinação de relações naturais em que concepções astrológicas, demiúrgicas, espirituais e naturalistas são combinadas em múltiplos discursos; a centralidade da utilidade individual e social enfatiza a praticidade do pensamento; a influência do mundo exterior nas concepções e nas ações humanas reverbera em manifestações mágicas e técnicas nas diversas áreas, e.g., medicina, jurisprudência, teologia e filosofia. Expõe o autor pontos de vistas contrastivos entre algumas propostas do humanismo cívico e o pensamento de

Maquiavel, e.g., Leonardo Bruni e Giovanni Pontano. Na leitura de Badaloni, Bruni sustenta que a *virtus* é uma exemplificação da potência humana e, portanto, justifica a acumulação de riquezas e a liberdade adquirida em Florença. Por sua vez, Pontano assevera que as Artes sejam o instrumento necessário para a restauração da *felicitas*. Todavia, Maquiavel aponta como as possíveis "manipulações" das concepções de natureza humana são utilizadas como modos de "construção social" (BADALONI, 1969, p.707). Assim, a *virtus* não está alocada preferencialmente nas Artes, na filosofia, nos ideais religiosos, mas na experiência política daqueles que fundam e reformam as ordenações civis em suas inerentes batalhas contra a corrupção.

Apresenta Badaloni, assim, um entendimento holístico do que seja o humano em suas condições naturais, sociais e espirituais na renascença, acentuando os discursos a respeito da natureza humana nos debates políticos. Em uma leitura em diálogo com a dialética materialista, o autor delinea a corrupção em Maquiavel como fruto de uma desigualdade excessiva em que um "retorno idílico" ao passado sustenta-se em discursos que visem a reformulações e a restituições dos princípios dos regimes estabelecidos (BADALONI, 1969, p. 689-690). Desse modo, a alta desigualdade entre os estratos sociais propicia a cristalização da corrupção em oposição às cidades "livres e não corruptas" em que as riquezas, as magistraturas e os domínios políticos são acessíveis (p. 703). Desse modo, o autor salienta as distinções feitas por Maquiavel às tradições do humanismo cívico, sobretudo ao salientar a ineficácia de uma proposta de paz na ausência de guerras e de conflitos internos, mas também para os discursos em que a liberdade poderia ser assegurada pelo domínio dos estratos mais altos da sociedade e, conseqüentemente, pelos mais virtuosos (p.703). O autor constata ainda que as distorções "ideológicas" sobre o que seja a *virtus*, corrobora uma naturalidade dos estratos sociais, mascarando as marcas "trágicas" da inserção humana nos mundos naturais e sociais que serão evidenciadas por Maquiavel (p.705). Desse modo, o retorno proposto aos antigos, valorizando o conflito entre os diferentes níveis do estrato social como meios para a obtenção da liberdade, seria um mecanismo utilizado por Maquiavel para a inserção da "condição histórica" nas práticas humanas (p. 708). De fato, a desigualdade excessiva, os luxos demasiados, o enfraquecimento civil devido aos ritos religiosos, a apatia pessoal que impeça a ação civil, são altamente criticados em todo o *corpus* Maquiaveliano. Contudo, deve ser salientado que as desigualdades não são, necessariamente, eliminadas, tendo cada parcela da população a premência de satisfação e, em alguns casos, as benesses materiais e o acesso às magistraturas são meras aparências²¹.

²¹ As diferentes formas de regimes e suas adequações a contextos específicos requerem a satisfação de todas as parcelas da população, as quais não necessariamente significam um acesso genuíno às decisões da cidade, mas

Ao considerar as coisas humanas sempre em movimento e a circularidade da história, a dissolução e a transformação dos regimes políticos possuem grande relevo nos argumentos de Maquiavel. Domenico Taranto, enfatizando a satisfação dos humores nas diferentes camadas sociais, ressalta a combinação aparentemente paradoxal entre um retorno aos princípios norteadores dos regimes e o imperativo de agir de acordo com os novos tempos. Desse modo, atestado pelos escritos históricos e pelas experiências políticas vivenciadas, a instabilidade e mutabilidade das instituições são tidas como evidências. Por sua vez, na criação de um "campo cultural ideal" – entendido como um grau zero teórico (TARANTO, 2001, p. 43-47) –, as leis, as armas, a religião e os costumes compõem um *ethos* civil a cultivar a *Virtù* (TARANTO, 2001, p. 55-56). Todavia, em todos esses níveis existem desagregações sociais resultantes de interesses privados, os quais propiciam o aumento da desigualdade.

Maquiavel, portanto, diferentemente de um pensamento aristocrático ortodoxo entende que as alterações inerentes às ordenações civis podem propiciar tanto a restauração quanto a ruína da ordem pública. A desestabilização das ordens e dos modos corrompidos é uma condição sem a qual um retorno aos princípios norteadores de uma sociedade não ocorre; por outro lado, a degeneração das leis e dos costumes por motivos privados propicia o surgimento de facções, conseqüentemente, o aumento da desigualdade, a diminuição da liberdade e o enfraquecimento da sociedade. Assim, a *Virtù* sustenta-se em respostas adequadas aos tempos e as necessidades mediante sanções civis, morais, militares, culturais e religiosas. Desse modo, na dinâmica existente entre a ambição humana que incentive a *Virtù*, a ordem e a liberdade e aquela que introduza fraquezas civis, corrupções e submissões (TARANTO, 2001, p. 49-52), as leis e os costumes estão interconectados tanto na ordenação quanto na dissolução civil.

Ao analisar os conflitos civis como meios de obter e sustentar a liberdade das cidades, Marie Gaille destaca pontos de vista incompatíveis no tecido social que não podem ser reconciliados ou harmonizados. Ao contrário, nas leituras dos textos de Maquiavel emergem transições históricas, mudanças de regimes e também a inevitabilidade das disputas civis devido às ambições humanas (GAILLE, 2006, p. 279-281). Assim, a ordem estabelecida em defesa da liberdade não pode ser consequência de um processo sistemático e ordenado, mas por variadas condições oriundas das necessidades circunstanciais de acordo com os regimes e a com as materialidades disponíveis para a efetivação da unidade civil. Esses argumentos desvelam a constante batalha pela liberdade na inserção da *Virtù*, em confrontos contínuos contra a corrupção e as desuniões civis que evitem uma submissão a forças externas. Tais ações exigem

podem resultar na criação de estruturas civis que mantenham as aparências de acesso às magistraturas, conforme a proposta apresentada por Maquiavel em seu famoso *Discursus Florentinarum Rerum* (de Assis, 2019).

ambiguidades e ambivalências nos discursos, nas ações e nos textos para adequadamente serem efetivos nas circunstâncias de execução (GAILLE, 2018, p. 90-111). A *imitação* da *Virtù*, a partir das ações adequadas nos bons exemplos históricos, requer adaptações propícias às necessidades civis e às demandas das circunstâncias sociais. Conseqüentemente, as práticas civis são nutridas nas instabilidades do presente e nas inseguranças dos resultados almejados, podendo se utilizar de meios, aparentemente, antagônicos.

1.2 Imitação e Reinscrição da *Virtù* na *Ars Politica* de Maquiavel

A *imitação* em Maquiavel perpassa exemplos antigos e renascentistas, ações políticas e gêneros literários, em adequações de acordo com a necessidade, visando a um fim retórico desejado para a reinscrição da *Virtù* e uma finalidade prática na instauração de ordens públicas que preservem a liberdade civil. Desse modo, buscam-se satisfazer os humores dos cidadãos, efetivar escritas historiográficas, discutir as formas dos regimes políticos e apresentar obras literárias que combatam a corrupção das ordens civis, dos costumes e das instituições. A *imitação*, mesclando tradição e inovação, não deve causar espanto, mas adequar-se às circunstâncias na elevação do ânimo. Ainda que não seja possível atingir as grandiosas obras vistas no passado, mediante uma exata reconstrução, a *imitação* fornece a oportunidade de estabelecimento da *Virtù*, mesmo em contextos de extrema decadência.

No primeiro Livro dos *Discorsi*, Maquiavel introduz a noção de *imitação* associando-a diretamente à nova investigação proposta, visto que as atitudes dos antigos, em sua opinião, são mais admiradas do que imitadas — *essere più presto ammirate che imitate*. Exemplifica essa assertiva pela aquisição de ornamentos materiais que emulem a estética antiga, mas o esquecimento dos atos de *Virtù* desses reinos e dessas repúblicas, mediante seus reis, capitães, cidadãos, legisladores e tantos outros exaltados pela grandeza da pátria (D. *proem*). Desse modo, constata que a medicina e a jurisprudência aprendem com os registros antigos, atualizando-os de acordo com a necessidade. Todavia, discorre Maquiavel que "em ordenar uma república, em manter o *stato*, sobre o governar de um reino, no ordenar de uma milícia e no administrar uma guerra, em julgar os súditos, em acrescentar o domínio, não há príncipe ou república que recorra ao exemplo dos antigos" (D. *proem*). A fraqueza resultante de uma opinião religiosa, assim também a preguiça, somada à ignorância dos acontecimentos históricos, propicia uma ausência de sabor das coisas em si mesmas. Desse modo, credita Maquiavel que aqueles que leem as histórias antigas satisfazem-se pelo prazer de inumeráveis acidentes — *piacere di udire quella varietà degli accidenti* — e não possuem ânimo para imitar

suas ações e averiguar a *Virtù* em seus atos. Desse modo, o autor salienta que está disposto a sanar esse erro dos humanos, indicando, portanto, a centralidade da imitação da *Virtù* dos antigos como uma meta possível de ser alcançada, não apenas nas codificações da jurisprudência e dos manuais de medicina, mas em seus genuínos sabores de *Virtù* no âmbito político.

As interações entre imitações individuais e coletivas são abordadas nas discussões a respeito do começo das cidades. Os humanos são egoístas e agem de acordo com a necessidade ou por escolha, possuindo maior *Virtù* nas ocasiões em que a escolha não possua tanta influência (D. I.7). Desse modo, a prosperidade civil e as condições geográficas podem provocar o enfraquecimento do ânimo dos cidadãos, sendo necessário estimular contínuo exercício. Assim, "sábios governantes" devem ser seguidos ao proporem a *imitação* de ininterruptas atividades que não diminuam o vigor das instituições e tampouco o ardor civil. Dessa maneira, evidencia-se a individualidade e a coletividade na dinâmica da imitação para o enriquecimento da civilidade.

A salvaguarda da liberdade é feita na manutenção de um viver civil adequado às circunstâncias e aos momentos. Desse modo, as variedades de ações necessárias para garantir os melhores modos de viver possibilitam imitar as instituições civis registradas na História. Assim, visto ser impossível extinguir os conflitos existentes entre os níveis populacionais (D. I.6), a liberdade civil constitui-se no embate (D. I. 7-8). A escolha da ação que deve ser imitada requer análises a partir das ocasiões e dos desejos — pessoais e civis. Ressalta-se, todavia, que são considerados execráveis aqueles que desejam imitar principados corrompidos pela ganância pessoal. Há uma distinção clara, portanto, entre aqueles que exercem o principado para completar a ruína da cidade e manter-se no poder, e.g., César, e aqueles que desejam reformar a *civilidade*, obtendo a melhor ocasião para obter a glória, e.g. Rômulo (D. I.10).

No início do segundo livro dos *Discorsi*, Maquiavel insiste na decadência presente em comparação com a grande *Virtù* dos antigos, mas pondera que os elogios excessivos ao passado, sem uma análise apurada, não auxiliam em um entendimento que produza uma imitação adequada às circunstâncias precárias vivenciadas. Assim, o autor deseja descrever o presente e as ações dos antigos para que os jovens evitem os vícios presentes e imitem a *Virtù* de alguns exemplos romanos, de acordo com as ocasiões apresentadas²².

²² Destaca-se uma comparação entre os vícios que reinam em seu momento histórico e a *Virtù* que reinava nos exemplos antigos selecionados (D. II proem.). Desse modo, conclui o autor que o propósito de seus escritos é para que os jovens possam fugir dos vícios e imitar as ações de *Virtù*.

Os humanos possuem apetites insaciáveis e suas ações imitam, de algum modo, o que observa-se no mundo natural²³. Ao versar sobre os modos de ampliação dos domínios de uma República, Maquiavel aponta três vias históricas: a formação de ligas na divisão do comando; a associação com aliados por um poder centralizado; e a formação de súditos. Compara, assim, os antigos toscanos que viviam em confederações e a expansão romana na península itálica como um caminho para a estabilidade civil. Os antigos romanos, segundo Maquiavel, não possuíam ninguém para imitar, para seguir normas e condutas, e não tiveram imitadores que tivessem a mesma *Fortuna*, ocasião e *Virtù*. Conclui essa exposição salientando que as ordens públicas dos romanos obtiveram sucessos internos e externos. Contudo, imitar, sequer uma minúscula fagulha dessa *Virtù*, não se efetiva no tempo presente devido à ignorância, ao considerar tais exemplos inúteis ou impossíveis de serem realizados (D. II.4.). Por outro lado, se as conquistas e as ordenações romanas parecem difíceis de serem imitadas, as confederações dos antigos toscanos, apagadas da memória, podem possibilitar tranquilidade, domínio e glória. Da mesma maneira que os antigos romanos combinaram *Fortuna* e *Virtù* nas ocasiões propícias para o estabelecimento de suas ordenações civis, Maquiavel instiga seus contemporâneos a estarem atentos às oportunidades e a imitarem as ações adequadas para as necessidades que se apresentam.

Os maus conselhos, as imprudências e as decisões impróprias conduzem cidades a situações deploráveis, as quais retiram todas as forças para uma organização civil em que a paz possa ser uma perdição e a guerra, destruição. Maquiavel exemplifica o exposto pelas organizações latinas que cederam o controle do Lácio à República romana e foram subjugadas gradativamente (D. II. 23). A devastação das cidades e das organizações sociais, seguidas de restabelecimentos e incorporações, são exemplos de medidas extremas que devem ser observadas, pois um governo deve assegurar-se por todos os meios, tolhendo as chances de revoltas e beneficiando um povo para que ele não deseje uma mudança de sua condição. Desse modo, em circunstâncias similares, repúblicas e principados deveriam imitar as práticas destacadas. Em muitos casos, Florença não procede assim. Conforme as rebeliões de 1502 em Arezzo asseveram, exílios, mortes e perda de privilégios apenas acirraram ainda mais os ânimos e aumentaram significativamente o risco de rebeliões (D. II. 23). Por outro lado, no terceiro livro dos *Discorsi*, Maquiavel destaca a tese de que para que um reino, uma república e uma

²³ Os apetites humanos são múltiplos e variam de acordo com as circunstâncias e os tempos. São, portanto, instáveis, sendo da "natureza" desejar a tudo, mas os objetivos alcançados são escassos pela ação da *Fortuna* (D. II. proem). Por outro lado, os desejos insustentáveis também imitam atitudes presentes no ambiente natural, e.g., uma República débil que não consegue sustentar um avanço a outros territórios e, ainda assim, efetua esse desejo, aparenta-se a uma árvore sustentada por uma pétala (D.II.3).

seita religiosa possuam maior longevidade, deve-se retornar constantemente a seus princípios norteadores. Enfatiza que a simples *Virtù* de um indivíduo, sem a existência de uma lei que demande alguma execução, inspira o desejo à imitação e envergonha aqueles que agem de forma contrária (D.III.1).

Em *Il Principe*, a imitação é apresentada nos capítulos que descrevem principados novos que se adquirem com armas próprias e *Virtù* (P. VI); principados novos adquiridos com armas alheias e Fortuna (P. VII); principados obtidos por crimes e atos nefandos (P. VIII); a organização da milícia (P. XIV); e os meios de evitar o desprezo e o ódio da população (P. XIX). Dessa forma, imitar os bem-sucedidos usos da *Virtù*, nas circunstâncias propícias, auxilia na fundação de novas ordens civis e em suas manutenções, mediante ações constantes que evitem a corrupção da *civilidade* estabelecida.

Inicia os argumentos do bastante comentado capítulo VI assinalando que os humanos quase sempre caminham por vias trilhadas por outros, procedendo, portanto, por *imitação*. Todavia, visto que não seja possível ter todos os meios existentes por aqueles que são estudados, tampouco obter a *Virtù* desses, sugere Maquiavel que os humanos devam imitar os "grandes" e aqueles que são tidos por excelentíssimos. Se a *Virtù* desses exemplos não se torna manifesta nas ações imitadas, "ao menos um certo odor" pode ser alcançado. Desse modo, diante das dificuldades na manutenção de novos principados, Maquiavel seleciona Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu pelo uso da ocasião propícia para a manifestação da *Virtù*. O estudo histórico desses *exempla* e a imitação de suas ações devem se adequar às condições e às necessidades, não existindo, portanto, uma norma de conduta universal para todas as situações possíveis.

Ao prosseguir suas discussões sobre os principados novos, Maquiavel retrata o caso de Cesare Bórgia e a hábil utilização que ele efetivou das tropas papais e francesas. O duque Valentino aniquila seus inimigos na Romanha, ao mesmo tempo em que recebe grande estima popular. Tais atitudes são dignas de nota e devem ser imitadas (P. VII). Desse modo, a fundação e a manutenção das ordens civis podem ser obtidas por variados meios e aqueles que são adequados à ocasião devem ser imitados, ainda que não se tenha a certeza de seus resultados. O desfecho da exposição crítica e da narrativa histórica de Cesare Bórgia indica-nos a imponderabilidade da Fortuna e a impossibilidade do humano prever ou controlar todas as transformações no jogo político. Assim, faz um diagnóstico de que a *Virtù* e sua respectiva imitação devam estar sempre adequadas às circunstâncias impostas pelas necessidades. Embora o resultado obtido não seja o pensado anteriormente, ainda assim as ações do duque Valentino são recomendadas por Maquiavel.

O autor apresenta ainda alguns casos que podem requerer imitação, os quais são aqueles principados obtidos e mantidos por crimes e atos nefastos, e.g., Agátocles e Alexandre VI, Oliverotto da Fermo. A manutenção por excessos de violência, medo, ofensas e crimes não favorece à estabilidade civil, requerendo estar com "a espada na mão" em todo o tempo. Assim, impossibilitado de aniquilar seus inimigos sumariamente devido ao surgimento de contínuas injúrias e de promover benefícios adequados a todos os súditos, apresenta-se uma forma civil extremamente instável, pois esse principado faz uso de "uma crueldade mal usada" (P. VIII). Intrigante a inserção desses comentários, pois desvelam argumentos sobre uma forma de governo insustentável, ao mesmo tempo que sugerem uma possibilidade de ser imitada, sem discutir seus "méritos" e em tempos de necessidade. Ademais, diferencia um mau uso e um bom da crueldade.

Ao aconselhar o modo que os príncipes devem organizar as milícias, tendo apenas a guerra como seu objetivo primordial para a proteção da pátria, a *imitação* dos antigos e dos contemporâneos é realçada grandemente, especialmente ao considerar as ações dos humanos excelentes. Os comportamentos e os motivos das ações ilustres devem ser examinados com afinco para que as derrotas sejam evitadas, as vitórias obtidas e, conseqüentemente, a glória alcançada (P. XIV). Assim, ao evidenciar os casos antigos em que grandes figuras buscavam imitar seus antepassados gloriosos, Maquiavel argumenta que assim deve proceder um príncipe sábio, nunca estando ocioso em tempos de paz, mas sempre preparando-se para resistir à Fortuna.

Ao discutir os meios de evitar o desprezo e o ódio, Maquiavel ressalta a importância das aparências para a satisfação dos desejos individuais e para a manutenção da reputação do príncipe. Ao mostrar a ruína de alguns imperadores romanos, Maquiavel lista as dificuldades em satisfazer os desejos pessoais, as ambições da população e o ânimo dos soldados. Desse modo, salienta que a manutenção da reputação era essencial para as ordenações civis e militares, evitando o ódio de alguma coletividade social a todo instante. Assim, sejam os imperadores mais moderados, com grande estima na população urbana que desejava a tranquilidade dos tempos de paz, ou aqueles mais belicosos com grande impacto nas camadas militares, esses humanos enfrentaram grandes inimizades e não obtiveram fins desejáveis. Não importa, portanto, se os governantes "tenham uma vida modesta, amem a justiça, sejam inimigos da crueldade, humanos e benignos", se eles não se adequarem corretamente à ocasião proposta

pela Fortuna, eles tendem a ter um triste epílogo²⁴. Por outro lado, salienta que Severo deva ser imitado, ao conjurar em suas ações uma *Virtù* que sabe usar bem a personalidade do leão e da raposa (P. XIX). Assim, era admirado por seus soldados e reverenciado pelo povo, tendo que usar de ludíbrio e de força para a manutenção de sua posição.

Todavia, conforme salientado anteriormente, as circunstâncias mudam, a *Virtù* individual pode não ser restaurada e as condições podem não ser favoráveis à *imitação*. Expressar crueldade ou benignidade, sem adequar-se à ocasião, é supérfluo, inútil ou pernicioso, resultando em conflitos desnecessários e em possível perda de domínio. Assim, não se deve imitar as ações dos *exempla* históricos sem um crivo das circunstâncias, mas aquilo que seja "necessário para fundar um *stato* e o que seja conveniente e glorioso para conservar um *stato* já firme e estabelecido" (P. XIX)²⁵.

A *imitação* como elemento de um processo literário e historiográfico é apresentada no próêmio das *Histórias Florentinas*, onde Maquiavel expressa a diligência de sua leitura dos historiadores que o antecederam para perceber seus modos de escrita e suas ordens de exposição. Diferencia-se desses célebres exemplos por eles descreverem com bastante atenção os conflitos externos, mas com brevidade as discórdias, as inimizades internas e seus efeitos. Argumenta, portanto, que a ausência de um tratamento devido a esses tópicos internos não fornece nenhuma utilidade ou nenhum prazer aos leitores (IF *proem*). A importância dessas divisões internas deve ser realçada para o bem da cidade de Florença e sem receios de ofender a memória dos antepassados. Desse modo, atrelando a *imitação* adequada à utilidade e ao prazer, Maquiavel propõe-se a narrar as *Histórias* da cidade a partir de suas constituições e de seus conflitos internos, destacando o desejo e a ambição que todos os humanos possuem em perpetuar a glória e adquirirem a fama. Discute, novamente, a *imitação* no gênero historiográfico ao salientar que utilizou os meios de escrita usual aos príncipes para narrar a vida de Cosimo di Medici e não aqueles empenhados nas "histórias universais" (IF. VII. 6.). Justifica-se, não causando admiração a ninguém, ao afirmar que um humano raro, deve ser louvado extraordinariamente, ao mesmo tempo em que credencia à famosa família a posição de regentes da cidade.

²⁴Maquiavel sentencia a independência entre o comportamento e a finalidade das ações ao tratar de Marco, Pertinax e Alexandre (P. XIX). Salienta ainda que somente Marco obteve um honrado fim pela hereditariedade e *Virtù* de seu antecessor.

²⁵ Passagem relevante para a concepção de Maquiavel sobre a imitação dos antigos, pois ao expor as derrocadas dos imperadores romanos nas diversas circunstâncias, o autor salienta que a obtenção do resultado não pode ser averiguada por ações em si mesmas, sem uma análise das circunstâncias: as ações a serem imitadas devem adequar-se às necessidades da ocasião.

A importância de entender a ocasião e de efetivar uma adequação para a *imitação* das ações de *Virtù* é salientada em um pequeno trecho no primeiro livro das *Histórias Florentinas*. Ao narrar a constituição dos reinos europeus a partir da dissolução do império romano e do desenvolvimento político da Igreja romana, Maquiavel assevera como o império foi transmitido para a germânia, diante das turbulências nas terras itálicas e algumas tentativas de estabelecer um governo estável. Nesse contexto, salienta que o caso de Niccolò di Lorenzo seja memorável, por expulsar os senadores de Roma e assumir essa república, reconduzindo-a a sua antiga forma. Alcançou a reputação de um governo justo e de *Virtù* em todas as cidades itálicas que lhe prestavam honrarias. Ao não suportar "tamanho peso", decide aliar-se a Carlos da Boêmia, eleito imperador pelo papa. Niccolò di Lorenzo é preso e mandado para o pontífice. Francesco Baroncegli, tribuno de Roma, inspirado nessas ações de Niccolò, expulsa os senadores. Todavia, ao imitar seu antecessor, Francesco Baroncegli não esperava que o papa soltasse ao antigo inimigo com a designação para o matar almejando a estabelecer a ordem anterior (IF I.31).

Outro trecho importante que enfatiza a necessidade de entender aquilo que deve ser imitado e as adequações necessárias para uma efetiva *imitação* é salientado por Maquiavel ao entender a submissão plena de Florença, diante da ausência de *Virtù* e das ordenações civis durante as constantes guerras itálicas. As divisões entre as facções internas no controle de Florença propiciavam constantes conflitos, exílios e a perda de domínio da cidade. Em um contexto de expansão geográfica e de batalhas contínuas entre as *comune* itálicas, há inúmeros confrontos para reformar a administração pública e para garantir o controle militar do território florentino pelos nobres remanescentes na cidade, pelos nobres exilados ou pelas potências estrangeiras que desejam o controle dessa *comuna* (IF. II. 24-42.)²⁶. Durante o domínio do duque de Atenas em Florença, enviado pelo filho do rei Roberto de Nápoles, o desrespeito às ordens civis e a violência dos estrangeiros causavam grande indignação e grandíssima revolta ao povo florentino, sobretudo diante da constatação de que a "majestade sobre o estado estava arruinada, as ordenações destruídas, as leis anuladas, todo viver honesto corrompido, toda modéstia civil desgastada" (IF. II.36), i.e., os cidadãos já não possuíam qualquer controle das constituições civis, dos poderes militares, dos hábitos morais e das demandas políticas de

²⁶ Dentre as inúmeras batalhas e as constantes reformas administrativas narradas nessas passagens, destacam-se: aliança com o rei Roberto de Nápoles; plenos poderes dado a Lando d'Agobio, que mostrou-se cruel, insolente e saqueador; batalhas contra Castruccio Castracani; disputas entre exilados e remanescentes pelo controle da cidade; aliança com o Duque da Calabria, Carlos, filho de Roberto de Nápoles; envio do duque de Atenas, Gautier de Brienne; expulsão do duque de Atenas, nova organização civil da cidade feita pelo povo e pelos nobres. Todos esses acontecimentos refletem a ruína das ordenações civis devido às dissensões internas, as quais não estavam sob controle, e os conflitos com potências externas, mais bem preparadas do que Florença.

Florença. Avalia Maquiavel, portanto, que o envio de um governante submisso ao reino francês condenava os florentinos em súditos da França e de seus costumes, visto que Gautier de Brienne, o duque de Atenas, fornecia cargos públicos aos franceses e esses passavam a ser imitados, mesmo em oposição ao viver civil.

Ademais, ao descrever as disputas entre os guelfos e os gibelinos, Maquiavel indica a seus leitores como essas facções imitavam suas ações reciprocamente, ao alternarem-se no exercício do poder (IF. III. 8). Ao diferenciar as disputas ocorridas em Florença e na Roma antiga – enquanto nessa são produzidas as ordenações republicanas, naquela são efetivadas divisões civis que impedem a satisfação dos humores (IF. III.1) –, Maquiavel salienta os modos pelos quais as desuniões internas propiciavam um enfraquecimento que seria aproveitado pelas outras *comune* itálicas, pelo reino francês, pelo império germânico e pelas tropas eclesiais (IF. III.2-3.). Tais disputas corrompiam todas as magistraturas, visto que aqueles que possuíam o controle da cidade expulsavam dos cargos públicos seus inimigos, almejando a possuírem maior segurança. Desse modo, ao imitarem as práticas de seus adversários, essas facções perpetuavam exílios, humilhações civis e desordens que gradativamente enfraqueciam Florença. Assim, as ações a serem imitadas devem ser avaliadas não por seus resultados anteriores, mas por suas efetivas realizações presentes.

Em uma série de comparações entre os antigos e seus contemporâneos, considerando as semelhanças entre os legisladores e os militares, o próêmio de *A Arte da Guerra* assevera que a vida dos soldados era grandemente louvada e com empenho imitada (*AG proem.*). Em sua argumentação, Maquiavel assevera que as ordenações civis e militares, a exemplo das práticas antigas, estão profundamente vinculadas, visando ao bem comum da cidade e à defesa de suas instituições. Desse modo, há uma coexistência necessária entre as ordenações civis e militares, as quais devem infundir amor à pátria e temor aos deuses. Todavia, as ordenações militares estão corrompidas e, portanto, separadas dos antigos modos, a ponto de serem esquecidas, abandonadas e odiadas. Acredita o autor que não seja impossível restaurar a antiga *Virtù* e deseja não apenas constatar a necessidade de *imitação* dos antigos costumes civis e da antiga milícia, mas também salientar a imitação dos valorosos soldados que lutam contra a corrupção e a ruína das ordenações civis em defesa da liberdade.

Cosimo e Fabrizio enaltecem a seus avós por amarem e imitarem os costumes antigos, sobretudo ao fugir da delicadeza das práticas presentes e engrandecer a aspereza necessária para as ordenações familiares, civis e militares. Todavia, diante de uma era tão e profundamente corrompida, efetivar árdios costumes é dificultoso, pois os contemporâneos tendem a

vilipendiar e a acusar esses imitadores dos antigos de infames²⁷. Assim, diante das práticas presentes, Cosimo afirma que seu avô abandonou os antigos e somente imitou a esses quando não causava admiração e espanto²⁸. Por sua vez, Fabrizio reconduz o argumento para os "modos mais humanos" do viver civil, defendendo que seria possível analisar o viver e as ordenações políticas dos romanos para inserir a *Virtù*, a disciplina militar e uma ordenação civil sem facções. Interessante notar a construção literária proposta por Maquiavel, pois Cosimo apresenta ações particulares e de educação doméstica que reverberam nas propostas de Fabrizio, especialmente diante da impossibilidade de uma imitação dos grandes feitos humanos em uma época corrompida. A exemplo do avô de Cosimo, Fabrizio não consegue implementar as ordenações militares desejadas pela ausência do amor à pátria, do desejo de glória e de temor aos deuses.

Assim, ao propor-se a imitar os antigos, Fabrizio analisa os tipos de armas usadas, os modos de combate, as formas de ordenar as tropas para a batalha, a escolha dos comandantes e os soldos dados. Ao observar os usos dos antigos romanos, suas técnicas, sua *Virtù* e sua disciplina, as tropas germânicas ganharam grande fama e enorme reputação, a ponto de também serem imitadas em toda a Europa (AG. II.1.). Desse modo, discorrendo sobre os modos de organização das tropas, Fabrizio mostra-nos a adequação da imitação à ocasião, visto que inicia sua exposição a respeito da cavalaria por apresentar o caso romano (AG II.33), mas também salienta o uso de atitudes similares pelos germanos. Constata, assim, a possibilidade de imitar esses bons exemplos para a formação de batalha, antigos e contemporâneos, e o erro daqueles que não efetivam tais considerações²⁹.

Ora, acredita Fabrizio que seus interlocutores podem ler amplamente sobre as ordenações dos exércitos gregos e romanos para a batalha, mas ele gostaria de destacar aquilo que ele considera necessário imitar, para que as milícias de seu tempo tenham "alguma parte de perfeição"³⁰. Enfoca, assim, as batalhas verdadeiras e os exercícios para treinar as formações de batalha que possam ocorrer, resgatando a antiga *Virtù* nas formas presentes de confronto e com as armas disponíveis para suas tropas.

²⁷ AG I.5. Após concordar com Fabrizio a respeito de seus antepassados, Cosimo pondera que, embora seu avô amasse as práticas antigas, os costumes hodiernos impediam-no de atualizar seus intentos.

²⁸ AG. I.5. Ao ser categorizado como louco (*pazzo*), o avô não apresentaria os meios árduos de viver a si mesmo e a seus herdeiros, mas adaptava-se a seu tempo e imitava aos antigos na medida do possível.

²⁹ AG II.33. Embora os cavaleiros romanos guerreassem sozinhos, eles possuíam apoios necessários para a manutenção da batalha, conforme algumas formações bélicas germânicas indicavam no tempo do autor. Desse modo, Fabrizio sentencia a possibilidade de imitar as práticas militares dos antigos romanos e dos germânicos de seu tempo.

³⁰ AG III.6. Diante das variadas possibilidades de serem imitadas, Fabrizio diz que enfocará nos detalhes necessários para que as tropas sob seu comando atinjam uma parcela da perfeição vista nas adequações dos exemplos do passado.

As boas ordenações, com disciplina e com obediência, são passíveis de serem imitadas. Luigi, por sua vez, após ouvir a explicação de Fabrizio a respeito da artilharia e de seu uso moderado, questiona se as ordenações antigas podem ser imitadas diante de tamanho arsenal bélico. Fabrizio concorda que a artilharia produz efeitos devastadores e não possuem uma defesa efetiva e, por esses motivos, opta sempre por diversificar suas defesas e suas táticas ofensivas, buscando eliminar a possibilidade de outros usarem tamanho poderio. A partir de exemplos antigos, e.g., Ventúdio contra os partos e César na Gália, expõe como a inutilização, o mais rapidamente possível, das armas letais dos inimigos são necessárias para a vitória no campo de batalha. Assume que os soldados possuam outras coisas para temer além das potentes artilharias, visto que essas são superadas pela *Virtù* de suas armas, de suas ordenações e de seus ânimos. Desse modo, a artilharia não impede que os antigos modos e o que há de excelente em seus exemplos sejam imitados (AG III.12.).

Ao buscar responder a Zanobi sobre o necessário a um capitão antes de entrar no campo de batalha, Fabrizio recorda os louvores dados a Aníbal e Cipião. Zanobi, assim, indaga os motivos pelos quais Cipião não obedeceu a alguns costumes seguidos nas formações militares (AG IV.6.). Fabrizio opõe ações de *Virtù* de Aníbal por outras similares, propostas por Cipião. Desse modo, indica que as circunstâncias devem ser avaliadas e as ações escolhidas de acordo com a necessidade, visto que além das ordenações militares há carência de entendimento e de acolhida pelas tropas (AG IV.7). Dentre algumas táticas, são destacados os modos de criar abalos físicos e também emotivos nas tropas inimigas, além de variados meios de enganar os adversários de acordo com cada território. Fabrizio acrescenta ainda que as atitudes após as batalhas também são relevantes. Assim, compara Aníbal e César, salientando que esse último é digno de imitação, pois nunca repousa após uma vitória, mas continuava com ainda maiores ímpeto e força. Todavia, novamente, as decisões devem estar adequadas à ocasião.

O sexto livro de *A Arte da Guerra* faz uso de uma metanarrativa, já salientada pelos participantes do diálogo que acreditam sustentar uma batalha contra Fabrizio. Desse modo, Zanobi argumenta ter aprendido com Fabrizio (AG VI.1) algumas ações adequadas dos capitães e que pretende utilizar nessa disputa oratória. Assim, os melhores soldados estão na dianteira e na retaguarda, enquanto que aqueles que estão no meio devem sustentar o combate. A *imitação*, portanto, é proposta diretamente do apreendido na conversa retratada literariamente. Por sua vez, o personagem Fabrizio novamente assevera a importância de uma *imitação* ativa da *Virtù* dos antigos, visto que se propõe a imitar os romanos, mas não se restringe a seus exemplos. Ao discutir o descanso das tropas, constata que esse somente pode ocorrer em locais seguros. Os romanos adaptavam-se aos locais de acordo com a necessidade, contudo Fabrizio deseja

salientar apenas aquilo que seja relevante para a formação dos exércitos, i.e., aquilo que deveria ser imitado³¹. A imitação dos romanos, portanto, é vista na discussão sobre os números ideais para as tropas, especificamente para a manutenção da disciplina e para a infusão de ânimo (AG VI. 15.). Todavia, ela não deveria ser seguida sem uma avaliação das transformações ocorridas ao longo do tempo e das carências nos campos de batalha.

Ao final do diálogo, Fabrizio constata que expôs tudo aquilo que poderia se lembrar diante do perguntado por seus interlocutores, constatando que a ausência de pormenores é devido a esses serem evidentes ou desnecessários para seus intentos: ordenar uma milícia em seu tempo com maior *Virtù* do que aquelas possuídas por eles e não reconstruir com exatidão a milícia antiga (AG VII. 39). Apresenta as questões centrais do diálogo, reinserindo a questão de Cosimo, a qual considera Fabrizio um grande entusiasta das práticas antigas e crítico daqueles que não os imitam nos assuntos relevantes – ressaltando que tampouco ele imitou os antigos em suas guerras. Recordar-se que os humanos que almejam a fazer algo devem estar primeiramente preparados para realizar o desejado assim que a ocasião permita (AG VII. 39). Considera que ao longo do diálogo seus interlocutores podem atestar sua possibilidade de reconduzir os modos antigos no presente, sobretudo ao expor as facilidades e as dificuldades da imitação dos antigos. Desse modo, ao considerar que os príncipes possuam maior facilidade de ordenar as milícias nos moldes desejados, espera Fabrizio que ele também possua a ocasião para atualizar a antiga *Virtù*. Aqueles que rejeitam esses ensinamentos, estão desprezando seus principados e suas cidades³² – motivo de tamanha dor em Fabrizio por não conseguir efetivar seus desejos devido a sua condição. Todavia, acredita que ao discorrer sobre esses assuntos, seus ouvintes mais jovens possam imitar os antigos e não apenas "coisas mortas"³³.

A adequação dinâmica dos bons exemplos, conformando-os às necessidades impostas pelas circunstâncias, insere Maquiavel nos variados usos da *imitatio* antiga e renascentista. A *imitação* deve reavivar as práticas civis e as atitudes de *Virtù*, fornecendo ânimo para a realização das ações políticas e das práticas pedagógicas. Uma admiração dos textos, das esculturas, das instituições e das legiões romanas que apenas procura reproduzir sem entender suas condições, suas circunstâncias e suas efetivações, tiram todo o sabor de seus

³¹ AG VI.3. Assim, imitar as ordenações militares romanas é destacado, especialmente como essas ajustavam seus alojamentos durante as batalhas. Entretanto, Fabrizio seleciona em sua exposição o que se adequa a seu tempo.

³² AG VII. 39. Há nessa passagem uma clara alusão às distintas formas de regime, visto que os cidadãos rejeitam sua cidade e suas ordenações, os príncipes seus domínios. Existe, portanto, uma rejeição da ordem estabelecida, portanto qualquer possibilidade de domínio, por ignorar tais preceitos.

³³ AG VII. 39. Crítica comum nos escritos de Maquiavel em que o processo de imitação encontra-se restrito a constatações estéticas e sem nenhuma utilidade para a vida pública. Nas palavras do autor, essas coisas mortas seriam "a poesia, a pintura e a escultura" ..

acontecimentos. A *Virtù* antiga pode ser alcançada, justamente pelos humanos transformarem as ações e as realizações de acordo com as exigências presentes. Assim, a reinserção da *Virtù*, nos escritos de Maquiavel, perpassa: a diversidade de regimes possíveis para a fundação e para a manutenção das ordenações civis; a superação da condição de submissão humana pelo desejo de glória; os modos de ordenação civil e militar inspirados pelo entusiasmo religioso; os confrontos com os agentes das desordens públicas em conflitos internos, batalhas externas e as incomensuráveis ações da Fortuna; e, por fim, os escritos historiográficos, literários e discursivos materializados na vasta produção do autor.

Elogiar o passado e buscar introduzir suas práticas, seus gostos e suas instituições como monumentos inalteráveis e inabaláveis à passagem do tempo, além de irrelevante e supérfluo, mostra-se nocivo. Ao buscar evitar os vícios e as corrupções das ordens civis, demandam-se variadas e múltiplas ações que devem imitar as práticas adequadas a cada contexto. Desse modo, os governantes sábios devem cultivar a civilidade ao retornar constantemente aos princípios de fundação dos regimes, promovendo exercícios que estimulem a *Virtù* pessoal e o viver civil adequados a cada ocasião. Os tumultos e as revoltas civis devem evitar a ganância pessoal e as facções ao promoverem a salvaguarda da liberdade civil.

A Fortuna gera a ocasião propícia e essa, por sua vez, requer ações de *Virtù*. Não há um manual prescritivo para governantes, cidadãos, repúblicas e principados, visto que as ordens e os modos são constantemente transformados ao longo do tempo. A ocasião exige, portanto, eficácia. Avaliar as circunstâncias corretamente e imitar as atitudes adequadas nutrem uma diversidade de possibilidades, as quais podem contribuir para a civilidade e para a satisfação dos humores da população, mas também para o crescimento de instabilidades, o gradativo aumento da corrupção das instituições, a instauração de desordens e, conseqüentemente, o enfraquecimento civil. Estímulos a *imitar* as bases fundantes da civilidade devem existir, ao mesmo tempo que a imitação dos grandes exemplos são úteis nos tempos de exceção. Todavia, as circunstâncias mudam, os recursos são escassos, a *Virtù* individual dificilmente subsiste na geração seguinte para que possa ser copiada: deve-se, portanto, adaptar-se às imposições da realidade, imitando o necessário para a efetivação da *Virtù*, mesmo diante das inconstâncias da inexorável Fortuna.

Da mesma maneira que os antigos romanos combinaram Fortuna e *Virtù* nas ocasiões propícias para o estabelecimento de suas ordenações civis, Maquiavel instiga seus contemporâneos a estarem atentos às oportunidades e a imitarem as ações adequadas para as necessidades que se apresentam. Há uma diversidade de maneiras para a satisfação dos humores e para estimular os princípios norteadores da fundação civil, do mesmo modo que existem

múltiplos regimes e práticas plurais adequadas a cada circunstância. Assim, ambiguidades e ambivalências tornam-se manifestas nos *corpora* Maquiavelianos, visto que nunca haverá uma certeza prévia sobre os resultados obtidos e todas ações, algumas aparentemente antagônicas, devem ser consideradas como meios de reinserção da *Virtù*. Maquiavel utiliza-se da polissêmica noção de *imitatio* para propor uma investigação do passado que possua deleite e utilidade, realçando os sabores das ações humanas e restituindo vida às práticas civis consideradas mórbidas devido aos interesses pessoais e às variadas formas de corrupção das magistraturas estabelecidas. A crueldade, em seus maus e bons usos (P. VIII; P. XVII), exemplifica o dito: quando bem utilizada preserva a civilidade; quando mal utilizada agrava a corrupção e a desordem civil. Desse modo, os atos cruéis não são rejeitados, pelo contrário, são passíveis de serem usados nas circunstâncias corretas. As características apresentadas na idealização de um príncipe corroboram essas ambiguidades e ambivalências nos seguintes contextos: louvores e vitupérios (P. XV); liberdades e parcimônias (P. XVI); manter ou retirar a palavra dada (P. XVIII); ser amado ou ser odiado (P. XIX; P. XXI). Mostra-se como a *imitação* das ações e dos bons exemplos, por não ser estática e inserir-se nos múltiplos gêneros discursivos, realça a impossibilidade de uma definição pré-determinada sobre qual opção deva ser usada (ambiguidade) e sustenta a possibilidade de duas perspectivas serem escolhidas simultaneamente (*ambivalência*). Por fim, diante da imponderabilidade da Fortuna, da desmedida ambição humana e da instabilidade civil, a *imitação* dos bons exemplos, ao ser corretamente utilizada nas circunstâncias, é um artifício para a reinserção da *Virtù* contra os abusos de poder, as corrupções das magistraturas e o enfraquecimento político.

1.3 **Ambiguidades e Ambivalências na *Ars Política* de Maquiavel: Efetividade da Ação Política nas Possibilidades e nos Conflitos da Ocasão**

Ao longo do desenvolvimento argumentativo do corpus Maquiaveliano, ambiguidades e ambivalências perpassam as ordens e as ações civis, as quais somente obtêm clareza a partir da necessidade de agir nas circunstâncias impostas pelas relações humanas. Todavia, até mesmo as práticas de *Virtù* estão repletas de inseguranças e de incertezas, perpassando regimes políticos, ritos religiosos e magistraturas públicas. A constante luta pela liberdade, evitando a vassalagem a agentes externos e os abusos dos comandantes da *civilidade*, constitui-se de batalhas incessantes contra a corrupção, um mal inexorável e inevitável, mas que pode ser combatido mesmo perante as fragilidades humanas e civis. As constantes mudanças no tempo, operadas pelas ambições humanas, crises externas e disputas internas, demandam ações de

Virtù, as quais nunca são plenamente acabadas e, portanto, consideradas *perfeitas*. Pelo contrário, as adaptações dos exemplos a serem imitados somente adquirem uma excelente efetivação devido à *imperfeição* inerente à condição humana. A obra de Maquiavel salienta algumas incessantes antíteses a partir de suas observações sobre as práticas civis, visando a promover a reinserção da *Virtù* na sociedade florentina por variados meios de execução, inclusive a divulgação de um espaço textual investigativo, esse que reúne tensões entre manutenção e "subversão", indispensáveis para a conquista e para a manutenção da liberdade (SFEZ, 1999, p. 18-19).

1.3.1 Ambiguidade: apreensão das pluralidades e das possibilidades da ocasião

A ambiguidade caracteriza-se pela presença de mais de um sentido possível em um vocábulo, frase, sentença ou ato comunicativo. As considerações sobre a ambiguidade são vastas e perpassam variadas áreas da intelectualidade desde a Antiguidade. Diferentes vocábulos integram os campos semânticos da ambiguidade nos usos correntes das línguas naturais: incerteza, dubiedade, múltiplos significados, indeterminação, vagueza, nebuloso, indefinido, inconsistente e assim por diante. Uma clarificação dos diferentes usos do termo careceria de análises semânticas e pragmáticas exaustivas desses vocábulos em seus usos técnicos nos variados contextos de enunciação. Kent Bach, por exemplo, atesta que as críticas às ambiguidades das línguas naturais não resultaram em expressões unívocas, apenas esclarecimentos possíveis a partir dos contextos de enunciação. Por um lado, atribuir a ambiguidade a ideias filosóficas pode resultar em simplificações desnecessárias dos problemas. Por fim, devem ser ressaltados os usos intencionais da ambiguidade, e.g., piadas, jogos linguísticos, considerações políticas e outros contextos de enunciação (BACH, 1998, p. 277-280). Por outro lado, há aqueles que circunscrevem a ambiguidade a características específicas das experiências linguísticas humanas particulares (*minimalistas*) e aqueles que avaliam a extensão do fenômeno nas variadas áreas das atividades humanas e, portanto, discutem seus efeitos, retóricos, legais, filosóficos e teológicos – *maximizadores* (OSSA-RICHARDSON, 2019, p. 7-10). Entretanto, em ambos os casos a ambiguidade reside na possibilidade entre sentidos alternativos e, ao mesmo tempo, destaca-se pela impossibilidade de uma escolha devido à coexistência dos sentidos possíveis (p. 13-18).

Tradicionalmente, uma definição precisa, portanto, busca eliminar ambiguidade e vagueza por constantes definições mais acuradas de um conceito. Rejeitam-se, portanto, coexistências de sentidos diferentes que não podem ser elucidados no contexto de enunciação

e limites inadequados para o que se deseja comunicar, as quais produzem disputas intelectuais ou linguísticas (COPI; COHEN; McHANON, 2014, p.79-90). Max Black (1990, p.1-9), após uma vida dedicada ao estudo da matemática, da lógica e da linguagem, assevera que o conjunto de seus trabalhos pode ser lido como uma busca por um sentido de razoabilidade (*reasonableness*), visto que a racionalidade (*rationality*) não se mostra suficiente para uma explicação consistente e completa sem uma investigação do senso comum (*common sense*). Entre modos de verificação, extensões analógicas entre áreas do saber, tomadas de decisão, ambiguidades presentes na racionalidade, o autor constata que quando os discursos possuem uma *ambiguidade radical*, embora não coadunem com princípios de determinação e precisão de alguns enunciados, eles possibilitam variedades de perspectivas, intencionais ou não, nos contextos comunicativos (BLACK, 1984, p. 89-107). Por fim, os problemas suscitados pelas lógicas contemporâneas sobre linguagens recursivas e de auto-referenciamento, decorrentes dos desenvolvimentos dos trabalhos de Frege, Cantor, Russell, Gödel, Hempel e tantos outros, asseveram: ora a necessidade de adequação de uma teoria aos limites formais e os constantes refinamentos dos sistemas criados; ora a impossibilidade de inferências consistentes na resolução de todas as proposições e sustentações axiomáticas (COFFA, 1974, p. 141-163; HEMPEL, 1952, p. 9-40; PANU, 2005, p. 513-534; FRANZÉN, 2005; FRANZÉN, 2006, p. 440-443.). Assume-se, portanto, que as formas de comunicação humana, mesmo aquelas que almejam a univocidade, são constituídas por idealizações e constantes desvios em sua aplicação, descrevendo uma variedade de performances e de entendimentos em contextos específicos (SCHEFFLER, 1979, pp. 1-9). Em decorrência desses debates, as lógicas difusas, entendidas pelos multivalores desde Lukasiewicz, possuem princípios de tolerância e de incerteza que são justificáveis nas funções que os sistemas exercem em seus contextos de execução – a ambiguidade destaca-se como uma característica seja pela relação intervalar, probabilística ou randômica (HUNG et alli., 2019, p. 10-13).

William Empson, em seus estudos de crítica literária, considera os distintos contextos nos quais a ambiguidade, sobretudo seus efeitos comunicativos nos estudos literários, são relevantes para superar as indecisões dos atos de fala. Nesse contexto, afirma que, embora possa ser útil uma separação entre as diversas manifestações da ambiguidade em contextos específicos, uma discriminação categórica não pode ser alcançada com a precisão desejada (EMPSON, 1949, p. 10-22). Salienta, portanto, o contínuo existente entre as partes mínimas do discurso, os morfemas na constituição do léxico, até a pragmática da enunciação. Desse modo, a ambiguidade apresenta-se em distintos significados para um vocábulo; diferentes significados associados entre si; significados que careçam de outros significados; distintos significados que

são unidos para a expressão de uma relação ou de um processo³⁴. O autor conclui que a ambiguidade possui funções específicas situadas nos discursos, em contextos adequados e ocasiões propícias, em que diferentes usos da ambiguidade possam ser apreendidos (p.260).

Desse modo, a ambiguidade, vista como qualquer nuance, embora ínfima, que propicie reações alternativas para o mesmo ato comunicativo, associa-se com os modos de integralização das gramáticas profundas e as materializações na linguagem, existindo uma seleção para uma economia da análise dos fenômenos linguísticos (LEECH, 1969, p. 217-224). Nesse contexto, a plausibilidade é uma característica comum ao entendimento do fenômeno da ambiguidade, visto que diferentes interpretações são possíveis em um mesmo contexto de enunciação; o intencionado pode não estar categoricamente estipulado na materialidade linguística; e a ideia de vagueza possui seus interesses retóricos, ao construir "recortes" conceituais pouco confiáveis que compõem um sentido singular ainda que não seja suficiente para uma compreensão plena do que é dito (ILARI, 1997, p. 53-57)³⁵. Por fim, os meios de representação literária apresentam elementos estruturais e formais em que duas hipóteses, logicamente incompatíveis, são apresentadas sem que o leitor possa decidir pela veracidade de uma delas (SHLOMITH, 1977, p. 3-8).

Ao analisar a presença da ambiguidade em diversas culturas, os modos de rejeição e de assimilação de sua presença, Donald Levine constata uma aversão moderna às condições ambíguas presentes nos discursos humanos, sobretudo a esses estarem associados a misticismos, indeterminações, ineficiências, arcaísmos e obscurantismos. Por outro lado, o próprio desenvolvimento intelectual moderno, em especial devido às decorrências das ciências naturais mescladas às formas culturais de construção social, sustenta-se em formas ambíguas de discursividade (LEVINE, 1985, p. 36-43). Nesse contexto, o autor constata a associação da ambiguidade a polissemias, vaguidades, instabilidades e inconsistências que podem ser constatadas nos meios de entendimento, subjetividade dos sujeitos e nos próprios objetos em análise (1985, p. 219).

Levine termina seu livro com uma paráfrase a uma oração, tradicionalmente atribuída a São Francisco de Assis: "Lord, give me the capaciousness and wit to tolerate and enjoy

³⁴ Dentre os sete diferentes tipos analisados pelo autor, destacam-se: múltiplos efeitos; múltiplas possibilidades em uma única resolução; dois significados desconexos são apresentados simultaneamente; significados alternativos são combinados para esclarecimentos; desvelar uma ideia no momento e na circunstância da expressão; o dito é contraditório, irrelevante e o receptor deve inventar interpretações; a existência de claras contradições (EMPSON, 1949, p. 242-245).

³⁵ O linguista destaca, no âmbito da semântica linguística, que a ambiguidade possui diferentes manifestações, dentre as quais: Homonímia Lexical; sintática; escopo de enunciação; diferentes correferentes (ILARI, 1997, p. 60-70).

ambiguity when it is appropriate, the clarity of mind and firmness of will to be unambiguous when it's not, and the wisdom to know what time it is"³⁶. A capacidade de discernimento e sagacidade de reconhecimento do tempo adequado para o uso da univocidade ou da equivocidade, além de admitir as limitações humanas condicionadas pela série de cláusulas adverbiais e, portanto, circunstanciais, dialogam diretamente com algumas premissas desenvolvidas por Maquiavel para a reinserção da *Virtù* ao longo de seus argumentos.

No pensamento filosófico contemporâneo, as interpretações existenciais do pensamento heideggeriano fornecem as bases de orientação para, diante da impossibilidade de uma certeza epistemológica, Simone de Beauvoir propor que as razões para o agir e a busca pelo vigor do viver devem estar nas condições vividas e, portanto, ancoradas na ambiguidade fundamental do humano, ser ao mesmo tempo sujeito e objeto da investigação intelectual, desvelada em suas situações cotidianas. Tais prerrogativas são caracterizadas por incertezas, obscurecimentos, desconfianças e indeterminações (CARD, 2003, p. 1-23). Ao distinguir as noções de absurdo e de ambiguidade, Beauvoir salienta que os sentidos constituídos pelos humanos nunca são fixos, embora sejam repletos de antinomias (BEAUVOIR, 1947, p.180). Mesmo a liberdade humana, em sua situação existencial, encontra suas leis na necessidade da ação (p. 218-220) e, portanto, nas tensões existentes nas constituições individuais e nas imposições sociais, até nos mais liberais sistemas educativos (p. 197-198), pelas quais a ambiguidade não pode ser plenamente evitada.

1.3.2 Ambivalência: coexistência, conflito e flutuação de posições antagônicas

O termo ambivalência, com bastante atestação ao longo do século XX em inúmeras correntes de pensamento, associa-se à simultaneidade de valores, atitudes, sentimentos, os quais podem ser contraditórios entre si. Ademais, constata-se uma flutuação contínua entre perspectivas opostas em que, ao mesmo tempo, exista aceitação e rejeição, fascínio e repulsa, e.g., conforme expresso nas análises sobre a abjeção por Julia Kristeva (1982, p. 56-89). Nutre-se, portanto, da impossibilidade de uma decisão epistemologicamente segura, a partir das indecidibilidades da razão e suas potenciais incertezas. Destaca-se, assim, um ambiente de conflito, dilemas, polarizações e contradições em suas repercussões sociais irreconciliáveis (LÜSCHER, 2002, p. 585-587). Essa dualidade de percepção, característica dos discursos sobre a condição humana, verifica-se na pluralidade de relações estabelecidas entre os indivíduos e

³⁶ Tradução livre e interpretativa: "Senhor, dá-me a capacidade e o discernimento para tolerar e apreciar a ambiguidade quando ela for apropriada, a clareza de mente e a firmeza de espírito para ser *não ambíguo* quando ela não for, e a sabedoria para saber qual momento seja [adequado]" (Levine, 1985, p. 220).

as sociedades, entre as formas de ação e a vontade pessoal (RICOEUR, 1996, p. 226-230; MONTAIGNE, 1965, p. 372).

A intolerância contra a ambivalência é vista nos variados sistemas binários da lógica e pode ser remontada às bases de sustentação do processo axiomático. Todavia, as distintas percepções das tradições modernas, em seus variados desenvolvimentos, permitiram uma associação entre os discursos científicos, sociais e psicológicos (PINKUS, 2010, p.55-58). Desse modo, ao tratar da esquizofrenia, Eugen Bleuer defende a simultaneidade de tendências opostas, as quais serão desenvolvidas pelos estudos freudianos posteriormente (PINKUS, 2010, p. 60-65). Ademais, a ambivalência nos discursos contemporâneos é atestada nas variadas áreas do pensamento, e.g., lógica, estética, sociologia, psicanálise, estudos culturais, política e assim sucessivamente (SMART, 1999, p. 1-65)³⁷. Por um lado, há um conflito de sentimentos com o desenvolvimento intelectual moderno e suas variadas interpretações; por outro lado, a ambivalência mostra-se como uma condição intrínseca ao desenvolvimento intelectual humano e, portanto, uma condição inerente da intelectualidade pela flexibilização das normas (LEVINE, 1985, p. 44-54), mas também um limite necessário àqueles que estão no poder e, simultaneamente, uma possibilidade de sobrevivência aos mais fracos (BAUMAN, 2007, p. 179).

Nesse contexto de indecidibilidade epistemológica, contínuas incertezas e inseguranças nutrem ansiedades morais nas tensões entre o privado e o público na constituição de uma comunidade moral com responsabilidade social e atenção às diferenças (SMART, 1999, p. 180-191). Homi Bhabha popularizou o uso do termo ambivalência em suas pesquisas pós-coloniais, possuindo grande impacto em variados estudos culturais. Para esse pensador, articulações e desarticulações das normas culturais estão presentes nas atitudes humanas em seus contextos culturais, as quais são combinadas em variadas formas de discurso na constituição e na reforma de produtos culturais que sempre desvelam características híbridas (1994, p. 90-92). No desenvolvimento das teorias culturais e das críticas pós-coloniais, a articulação terminológica entre hibridismo, ambivalência e mimesis subsidiam discursos em um terceiro espaço em que a diversidade de perspectivas, multiculturalismo e processos identitários ganham maior ênfase.

³⁷ Jan Hajda, por exemplo, propõe uma distinção entre os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais da ambivalência (1968, p.23). Ao pressupor a presença de "tendências contraditórias no comportamento humano" o autor distingue variados níveis, intensidades e modos em que a ambivalência é apresentada nas diversas áreas de atuação, as quais podem ter como resultados condições patológicas ou potencialidades de superar impasses dependendo das interpretações feitas em contextos específicos. Assim, ao não apresentar a ambivalência como um "fenômeno unitário", Hajda descreve diferentes tipos encontrado em situações concretas de interação humana, as quais possuem "origens independentes", embora tenham "relações indiretas" que podem ser associadas e estudadas por prevalências ou interesses (p.24-25).

As diversas maneiras de subversão dos discursos autoritários estudadas pelas propostas polifônicas de Mikhail Bakhtin asseveram o conflito entre a hegemônica tendência homofônica e as potencialidades de suas desconstruções (BAKHTIN, 1982, p. 424-425). A formação da subjetividade humana, portanto, ancora-se em tensões irreconciliáveis que são conjugadas nas performances, em ato, que sustentam e alteram as manutenções (forças centrípetas) e as transformações (forças centrífugas) das tradições (ERDINAST-VULCAN, 2013, p. 23-31). Dessa forma, o ininterrupto diálogo das expressões humanas no âmbito social aponta para duas direções opostas simultaneamente, articulando e desarticulando indivíduos e coletividades, considerações sagradas e profanas (ZIMA, 1981, p. 131-140). Para Bakhtin, portanto, a carnavalização é entendida como uma expressão da flexibilidade de pensamento humano, desestabilizando todas as coisas que são apresentadas como estáveis, desvelando a natureza humana como algo não definitivo e posto, além de suas características ambivalentes. Diante da impossibilidade da existência de algo fixo, acabado em si mesmo, o autor salienta o riso como uma forma de subversão em que o antigo e o novo coexistam (BAKHTIN, 1999, p. 165-166).

Zygmunt Bauman constata a tentativa intelectual moderna em superar as ambivalências pela imposição de ordenações racionais em todos os ramos do tecido cultural, a qual resultou no aparecimento dessa noção e sua aceitação em variados setores da sociedade. Desse modo, ao revisar as intenções epistemológicas das ciências modernas e suas aplicabilidades, perpassando as consequências lógicas e formais de suas atitudes acadêmicas, o pensador analisa as consequências culturais destas propostas (BAUMAN, 2007, p. 5-26). Evidencia-se, assim, o escândalo da ambivalência devido ao horror pela indeterminação, embora as próprias reflexões científicas sejam vistas como incapazes de sustentar a certeza epistemológica desejada.

1.3.3 Ambiguidade e Ambivalência nas Argumentações de Maquiavel: Luzes e Sombras na efetividade da ação política

Dentre as variadas repercussões da ambivalência e da ambiguidade decorrente das propostas de Maquiavel, Merleau-Ponty atesta as tensões existentes entre contingência e consciência, irracionalidade do mundo e defesa da liberdade (MERLEAU-PONTY, 2016, p. 659-660). J.G. A. Pocock, ao comparar os desafios republicanos enfrentados pelo escritor florentino, a guerra civil britânica e a Revolução Americana, analisa o momento Maquiavélico (*Machiavellian Moment*), períodos inevitáveis de instabilidades das instituições e dos ideais republicanos em que os princípios norteadores são confrontados por contradições, antinomias e conflitos. Há, portanto, coexistência de valores opostos para a sobrevivência dos ideais, das

práticas e das instituições republicanas (POCOCK, 2003, p. 553-555). Ancora-se tal premissa nas ambiguidades dos tempos e das ações humanas, precisamente devido às limitações da compreensão humana e à primazia do político diante do desejo inevitável de se lutar pelo melhor viver nos combates pela liberdade. Assim, o ideal da *Virtù* sustenta-se em ambivalências propostas por "justiça e guerra", virtudes esperadas e ações necessárias (POCOCK, 2003, p. 550-552). O processo de imitação de uma ação efetiva e adequada para combater a corrupção e preservar a liberdade nutre-se da ambiguidade e da ambivalência (GAILLE, 2006, p. 268-281).

As possíveis "adestrações"³⁸ do pensamento de Maquiavel, as formas pelas quais esse tenha se regularizado, legalizado e se constitucionalizado na formação do poder executivo dos Estados Nacionais modernos, asseveram ainda mais as ambiguidades e as ambivalências necessárias para a constante refundação da ordem civil nas propostas do autor florentino. Harvey Mansfield ressalta que a prática do executivo, concebida e desenvolvida visando à utilidade para os regimes republicanos, enraíza-se na constatação de que esse poder subordinasse a outras instâncias e instituições legislativas, ao mesmo tempo que deve agir em circunstâncias em que as leis estão impossibilitadas de atuar (MANSFIELD, 1989, xvi). Enquanto Mansfield sustenta que o *poder executivo* funda-se e opera por ambiguidades e ambivalências em uma aplicação – velada e publicamente negada – de algumas propostas presentes nos escritos de Maquiavel, Filippo Luchese introduz as ideias do autor florentino nas discussões a respeito do *poder constituinte* como um meio de superar algumas "falácias" e "inconsistências" das múltiplas relações entre a realidade factual e as formas jurídicas. Constata-se, portanto, nuances significativas na interpretação sobre as possíveis recepções do pensamento de Maquiavel, mas também a inexorabilidade das ambivalências e das ambiguidades na formação e na fundamentação das ordens civis constitucionais – executivas, legislativas e judiciárias (LUCHESE, 2017, p. 19-20).

As ambivalências e as ambiguidades nas propostas políticas são materializadas linguisticamente por Maquiavel e devem ser apreendidas nos contextos de interlocução em seus atos comunicativos. Cria-se uma codificação de termos, elementos narrativos, temáticas e técnicas que são interpretadas pela condição de estabelecer a *Virtù* nas ações humanas. Erica

³⁸ Tradução interpretativa do termo contido no consagrado texto de Harvey Mansfield, *Taming the prince: The ambivalence of Modern Executive power*, citado no desenvolvimento do parágrafo. A imagem de um domador de uma fera mantém os perigos que o animal possa ainda fornecer aos humanos. Por outro lado, a domesticação infere uma alteração no comportamento, mais bem expressa por uma docilidade. Constata-se, portanto, a atualidade do pensamento de Maquiavel justamente pela premência de momentos críticos para ações efetivas em circunstâncias específicas. Desse modo, investigações no *corpus* de Maquiavel sobre os modos de agir nos variados regimes políticos devem ser confrontadas com as constatações históricas nos republicanismos modernos, nas quais as legislações não impedem ações particulares e individualizadas, seja em benefício de parcelas da população, seja em prol do bem comum.

Benner sugere que as sutilezas na linguagem Maquiaveliana devem ser analisadas, mas não podem ser decodificadas (2013, p. xlii-iv). Assim, a autora sugere que a linguagem Maquiaveliana apresenta: paradoxos a ressaltar padrões de *Virtù* a partir dos exemplos históricos e contemporâneos; ironias e metáforas mediante um código linguístico sustentado pela ambiguidade necessária do discurso durante o argumento; os exemplos, a serem imitados, são provocativos, pois surpreendem as expectativas por contrastes irônicos e altamente descritivos; há silêncios e omissões afirmadas pelo autor, mas que aparecem no desenrolar da exposição, e.g., não tratar das Repúblicas no *Príncipe* (P. X; XII; XIII); há hipérboles e assertivas aparentemente absurdas que são contextualizadas por paráfrases e explicações contextualizadas.

O ser humano está inserido em sistemas históricos, políticos e sociais em constantes e inevitáveis mudanças. Diante da erosão de todas as suas seguranças, realçada pelas imprevisíveis atuações da Fortuna, a ocasião, ela mesma, funda-se na *desordem* e propicia o restabelecimento da *ordem*, justamente pela ambiguidade e pela ambivalência da condição humana e, conseqüentemente, do jogo político (SFEZ, 2018, p. 205-259). A *Virtù*, para ser efetiva, requer multiplicidades, distinções, antinomias, contradições, enfim, opera mediante ambiguidades (*equivocité*)³⁹ e, diante da necessidade, ambivalências, inclusive na escolha de um mal menor – tese central de Gérald Sfez. Os regimes, os modelos antigos, os ritos religiosos, os atos civis, os feitos de guerra apenas tangenciam a *Virtù* em suas realizações adequadas às ocasiões (1999, pp. 156-158). As práticas humanas que visam a estabelecer as ordenações e buscam mantê-las, portanto, representam sempre um quadro incompleto, vago, ambíguo; nunca são apresentadas por descrições inteiras ou representações plenas (1993, pp. 99-123). Nascidas do desejo de glória, em face às deteriorações já existentes e a possibilidade de uma ruína total, as ações de *Virtù* renovam as fundações civis justamente por suas características contraditórias, não regradas e ambíguas. Diz-nos, Sfez, que a ambiguidade da ação encontra-se no centro da concepção de *Virtù*, a qual, por sua vez, propicia o sentido do político em suas relações mais profundas. Desse modo, a base de sustentação e o sentido do político estão ancorados na ambiguidade que propicia a efetividade da ação; essa, por sua vez, justamente para garantir a

³⁹ O termo usado por Gérald Sfez possui sólidas raízes na filosofia medieval, sobretudo nas discussões a respeito da *univocitas entis* nas famosas controvérsias realistas e nominalistas (SFEZ, 1993, p. 99-123; 2018, p. 205-259). Desde os estudos antigos sobre analogia, a univocidade associa-se a um mesmo termo referir-se a significados distintos, ainda que mantendo em si mesmo algumas características elementares – conforme o fenômeno da sinonímia exemplifica. Há, ainda, distinções entre universais e transcendentais, destacando-se Duns Escoto sobre a possível univocidade do ser, diferenciando intuição e abstração, em distinção às analogias propostas pelas tradições tomistas (BROWN E DUMONT, 1989, p. 1-8). Desse modo, a equivocidade apresenta a possibilidade de coexistência de qualidades e de características em diversos níveis de análises (LESZL, 1970, p. 19-21).

sua efetividade, contém em si, simultaneamente, elementos opostos que devem se adequar às circunstâncias – ambivalência.

Em diálogo com as tradições antigas, em especial o pensamento aristotélico a respeito da *arete*, *phronesis* e *eudamonia* em suas famosas repercussões latinas⁴⁰, Maquiavel propõe-se a imitar os antigos para a obtenção da glória humana, especificamente os modos pelos quais a *Virtù* deve auxiliar nos combates contra a corrupção e na correta adequação das ações humanas. Para tanto, corrobora algumas premissas ecoadas desde a antiguidade, nas quais o humano encontraria sua plena realização na vida social. Contudo, diante de suas experiências políticas e suas constatações históricas, assevera que a premissa da racionalidade contemplativa, alicerçada nas tradições acadêmicas mais antigas, não alcança seus objetivos últimos na unidade civil, mas são utilizadas para justificar o enfraquecimento de uma vivência política ativa.

Para tanto, a doutrina do meio-termo, a *aurea mediocritas* latina, deve ser ressignificada de acordo com as necessidades da ocasião e não com modelos a respeito dos vícios e das virtudes concebidas por contemplações de um ideal. Se as paixões humanas inibem os atributos racionais que permitiriam uma ação virtuosa e, portanto, a correta medida em Aristóteles (HUTCHINSON, 1995, p. 214-228); para Maquiavel as paixões humanas são motores significativos para as ações adequadas às circunstâncias, pois a busca pelas melhores práticas sustenta-se no desejo de liberdade e no medo da dominação. Em um ambiente caracterizado pelas constantes mudanças nas coisas humanas, não há a possibilidade de um apelo recursivo causal para definir virtudes, vícios e o equilíbrio entre dois extremos. A ambiguidade, portanto, a possibilidade de existência de mais de um sentido possível e a impossibilidade de escolha racional, sustenta uma condição humana marcada por indeterminações, instabilidades e incertezas que são personificadas pela imagem da Fortuna. O humano de *Virtù* opera por simulações e dissimulações ao potencializar as ocasiões para, a partir das aparências, obter a glória. Nesse contexto, de indecibilidade da razão, a ambivalência, simultaneidade de posições intelectuais e emocionais que podem estar em contradições patentes, apresenta-se como uma condição para a imitação da *Virtù*, especificamente em momentos extraordinários e de ações extremas. Desse modo, nos textos de Maquiavel, as necessidades de fundar e refundar as ordens civis ancoram-se na ambiguidade e na ambivalência das ações humanas, visto que os vícios, as

⁴⁰ Inúmeros são os debates a respeito das tradições filosóficas helênicas e suas contextualizações interpretativas ao longo da Antiguidade, Medieval e Renascimento. Todavia, são inegáveis as repercussões dessas correntes de pensamento nos variados desenvolvimentos políticos, morais e sociais no surgimento da mentalidade latina. Exemplifiquemos com as obras de Cícero e Horácio, assim também a popularização dos debates em torno do epicurismo, do estoicismo e dos acadêmicos na Roma antiga (NUSSBAUM, 2001, p. 264-189; TUOMINEN, 2009, p. 237-279; VEGETTI, 2011, p. 195-260; GRIMAL, 2010, p. 119-135).

virtudes e a medida correta devem se adequar às circunstâncias e jamais são estabelecidos previamente.

Nesse contexto, as simulações e as dissimulações descritas ao longo do corpus Maquiaveliano (e.g. P. XI; XVI; XVII; D. I.11; 13; 41; IF. I. 25; VIII 34-35) constroem uma reputação a partir das aparências e da constituição de uma crença no contexto comunicativo, ainda que a ação efetivada rompa com as expectativas para se adequar às possibilidades da ocasião. Em um mundo caracterizado por imagens, o fingimento é um instrumento em tempos de guerra e de paz, nas práticas civis e nos ritos religiosos, nos acordos internos e nas práticas diplomáticas, na constituição das ordenações civis e em seus rompimentos. Verdades e falsidades não podem ser discriminadas sem um estudo minucioso das circunstâncias e das práticas civis. Por sua vez, as coisas humanas estão em constantes mudanças, corroborando a indecibilidade e a indeterminação, ao mesmo tempo em que uma ação de *Virtù* deve estar apta a operar em todas as possibilidades, mesmo quando contrariar algumas expectativas, ressaltando o cuidado para não ferir demasiadamente o senso comum e buscar a satisfação dos humores para toda a população.

Destacam-se as exemplificações dadas no desenrolar argumentativo de *Il Principe*, nas quais as forças internas dos principados devem ser medidas em seus contextos particulares; as razões pelas escolhas dos soldados mercenários e a formação de milícias; os louvores e vitupérios aos príncipes; parcimônia e liberalidade, crueldade ou piedade, temor e amor das ações; manutenção ou não das palavras dadas; utilização ou não das fortalezas (P. X-XX). Em todos esses casos, posições aparentemente antagônicas são apresentadas, as quais somente nos contextos de realização das práticas civis a efetividade da ação pode ser julgada e, portanto, avaliada se a prática escolhida operou com *Virtù*. Desse modo, não há uma escolha clara entre extremos, tampouco a intenção de um equilíbrio entre as perspectivas opostas, mas a possibilidade de utilização de todas essas perspectivas para melhor efetivar a ordenação e a manutenção da civilidade de acordo com a ocasião. Em um cenário de incertezas, indeterminações e inseguranças, simular e dissimular, saber usar e expressar as naturezas díspares (P.XVII)⁴¹ das possibilidades, mesclam ambivalências e ambiguidades no centro da proposta Maquiaveliana por algo durável, para além das deteriorações do tempo.

⁴¹ Nas famosas palavras de Maquiavel: "il che non vuol dire altro, avere per precettore uno mezzo bestia e mezzo uomo, se non che bisogna a uno principe sapere usare l'una e l'altra natura; e l'una sanza l'altra non è durabile". Tradução interpretativa: "O que não quer dizer outra coisa, ter como preceptor um ser meio besta e meio homem, senão que é necessário a um príncipe saber usar uma e outra natureza; e uma sem a outra não é durável".

A regência de um principado por suas próprias forças requer para além de recursos materiais, ordenações civis seguras e acordos diplomáticos bem estabelecidos. Desse modo, a exemplo da ponderação final atribuída a Castruccio Castracanni na biografia histórica de Maquiavel, torna-se imperativo avaliar as situações e estar preparado para negociações e para a guerra simultaneamente – tema também apresentado na relação idealizada do cidadão-soldado em *Dell'arte della Guerra*. Por fim, cabe ao governante evitar o ódio e, portanto, intrigas internas nas cidades bem ordenadas, para que a reputação civil-militar da cidade diminua o ímpeto de invasões externas (P. X).

As boas fundações para a *civilidade* são as boas leis e as boas armas⁴², pelas quais as cidades podem preservar a liberdade, combatendo a corrupção interna e a submissão externa. Ao expor as diferentes formações militares possíveis de serem usadas, Maquiavel insiste nos diversos contextos em que cada tipo tenha mostrado seu valor, mas salienta a importância das armas próprias e a não dependência de mercenários ou potências estrangeiras – um cenário que conduziu as terras itálicas à escravidão e ao vitupério (P. XII). O governante sábio (*uno principe savio*) deve estar constantemente exercitando todas as formas possíveis para a guerra, também estar apto a usar de todos os meios adequados à ocasião, mas desejando sempre suas próprias armas, mesmo nas adversidades, para que se apresente preparado nas ocasiões propiciadas pela Fortuna (P. XIV).

Ao listar uma série de características que denotam censura e louvor aos humanos, em especial os príncipes, Maquiavel apresenta uma série de dualidades⁴³ das quais seria extremamente louvável se os governantes possuíssem aquilo consensualmente aceito como positivo, mas salienta que a condição humana não consente essa possibilidade (P. XVI). Desse modo, deve-se fugir da fama daqueles vícios que possuem a potencialidade de depor os príncipes do poder; por outro lado, em contextos em que esses vícios não apresentem riscos, os mesmos vícios podem ser mantidos, pois em outras circunstâncias, esses vícios podem ser efetivos e o que se assemelha a virtude pode ser causa de ruína (P. XVI). Ainda mais claramente, aquilo que é considerado vício deve ser usado quando salvar o *stato* seja uma prioridade. Não há, portanto, uma relação causal entre aquilo que seja apreendido como virtude e a efetividade

⁴² Constituem-se, ainda assim, por ambiguidades e ambivalências, sobretudo pela carência de boas leis para que as armas também sejam boas. Em outras palavras, as diferentes formas militares, exércitos, mercenários e milícias não legitimam a si mesmos, mas carecem das legislaturas que, por sua vez, encontram suas bases de sustentação nos costumes. Nesse contexto, Maquiavel propõe uma combinação entre Rômulo e Numa, e conjectura sobre profetas armados (D. I.9-11; P. VI; P. XII).

⁴³ Lista-se: liberal-mesquinho; doador-rapace; cruel-piedoso; traidor-fiel; efeminado-feroz; pusilânime-energico; humano-soberbo; lascivo-casto; íntegro-astuto; duro-mole; grave-ligeiro; religioso-incrédulo; e outras similares (P. XVI).

de uma ação – ambiguidade; ademais, não apenas aquilo que seja visto como virtude, mas também os vícios, podem ser utilizados de acordo com as circunstâncias – ambivalência. Deve-se, portanto, imitar as ações bem sucedidas dos antepassados, sem ferir a aceitação civil, mas operando adequadamente com as aparências.

Nesse contexto, Maquiavel analisa ocasiões em que liberalidade e parcimônia (P. XVI), crueldade e piedade (P. XVII); ser amado e ser temido (P. XVII). manter ou não a palavra dada (P. XVIII); manter ou não a fé religiosa (P. XVIII); ter ou não ter fortalezas (P. XX) devam se adequar para uma ação de *Virtù*. Deve-se evitar o ódio para que dissensões e facções não perturbem a ordem e, portanto, utilizar todas essas características, sem excessos, simulando e dissimulando para utilizar as aparências, a reputação e as ações efetivas nas ocasiões propiciadas pela Fortuna.

O processo de reinserção da *Virtù* nas atividades civis é um processo ininterrupto e nunca acabado que visa sempre a instaurar e defender a liberdade, evitando a submissão externa e as facções internas. As boas leis e as boas armas, imprescindíveis para a *civilidade*, sustentam-se em ordenações civis em constantes fundações e refundações mediante combates abertos à corrupção, visto que essa pode conduzir a: dependências externas; tiranias; facções políticas; práticas civis inadequadas e concepções humanas degradantes. Constata-se, portanto, que a corrupção civil atinge níveis profundos da coletividade, da individualidade e da interpessoalidade, visto que as facções alteram os costumes e, conseqüentemente, diminuem o ímpeto pela glória. Nas circunstâncias expostas, as ambiguidades e as ambivalências são apresentadas nos regimes políticos (De ASSIS: 2019, p. 108-122); nas concepções a respeito do humano (de ASSIS: 2020, p. 165-188); nas personificações da díade Fortuna-Virtù (de ASSIS: 2020, p. 309-331); nas bases de sustentação e na utilidade da Religião (de ASSIS: 2019, p. 237-259); nos usos pedagógicos da História.

Há uma pluralidade de regimes que devem ser utilizados de acordo com as circunstâncias e as necessidades, visto que as coisas humanas estão sempre em movimento, não há um regime *perfeito*, acabado e suficiente em si mesmo, mas são requeridas fundações e refundações contínuas. Desse modo, a dita *Questão Maquiavélica*, questionamentos sobre se os escritos desse autor florentino seriam republicanos ou monocráticos, não se sustenta por não existir uma impossibilidade de coexistência das formas de regime no argumento de Maquiavel, desde que sejam promovidas a satisfação dos humores, a liberdade e a segurança nas ordenações civis (JURDJEVIC, 2007, pp. 1228-1257; NEDERMAN e GÓMEZ, 2002, p. 82-86; SKINNER, 2007, p. 182-185; MÉNISSIER, 2013, p. 52-55). Não há, portanto, uma idealização ou uma tentativa de instauração de uma forma política pura. Por outro lado, a adequação dos

regimes à ocasião, evitando tiranias e sustentando a liberdade, desvela ambiguidades e ambivalências, justamente na articulação entre as incertezas e as indeterminações com a coexistência das diferentes possibilidades em modelos híbridos. Mediante *paradoxos tipicamente maquiavélicos* (MARCHAND, 2014), ações civis e individuais buscam infundir amor à pátria em todas as multifacetadas atualizações de *Virtù*, distinguindo entre as facções que corrompem a ordem, resultando na ruína social, e os tumultos civis que produzem acordos sociais com satisfações em todos os níveis significativos da ordenação pública.

A díade Fortuna-Virtù personifica ambivalências e ambiguidades nas práticas humanas, justamente diante da inexorável incerteza e das ações eficazes, da inevitável presença da corrupção e das imperiosas refundações das ordens. A Fortuna dissolve todas as certezas em seus movimentos contínuos e ininterruptos; os humanos, por sua vez, em sua ambição pela glória a ser concretizada em suas liberdades pessoais e civis, devem agir, simultaneamente, energicamente e flexivelmente; com as armas e com as leis; com as aparências e com a simulação; com as características do leão e da raposa; preparados para a guerra e para a paz; A *Virtù*, portanto, diante da imperfeição inerente às práticas humanas, em suas instabilidades, incertezas e inseguranças, exige a coexistência de ações entendidas usualmente como antagônicas – conforme visto nos grandes exemplos do passado: Moisés, Castruccio Castracani, Cesare Bórgia entre outros. As coisas humanas devem ser avaliadas em suas circunstâncias e, desse modo, devem ser distinguidos força e violência desproporcional; *stato* e tirania; ambição e vício desmedido. Seguir ou romper o senso comum, assim também quais elementos devem ser transformados e quais características devam ser mantidas em um regime, somente pode ser decidido nos contextos da ação. Ainda que os melhores exemplos sejam imitados, não há garantia de sucesso, os humanos possuem diante de si a ruína e a glória em todas as suas práticas civis. Todas as ações políticas requerem legitimação e, portanto, os atos individuais ou civis não podem ferir a satisfação da coletividade.

As ordenações civis são obtidas mediante conflitos em que o amor à pátria e a satisfação dos humores preserve a liberdade nos combates aos interesses particulares e às variadas formas de corrupção. As coisas humanas estão sempre em movimento, não são estáticas e idealizadas, tampouco a observação sistemática das ações e das práticas a serem imitadas assemelham-se às posteriores ideias naturalistas e realistas. Todavia, constata-se que os humanos permanecem com desejos similares mesmo diante das contínuas transformações históricas. Os *exempla* dos humanos, portanto, indicam satisfações pessoais e civis, embora careçam de uma correta adequação às circunstâncias e podem não produzir os mesmos resultados se as ações forem idênticas. Do mesmo modo que os vícios podem redundar em boas

práticas devido à necessidade, diante da flexibilidade da *Virtù*, há ambivalências e ambiguidades na imitação dos exemplos históricos, pois eles podem conduzir à glória ou à ruína se forem mal utilizados. A Fortuna, portanto, sinaliza a impossibilidade de um controle pleno das ações, das transformações e dos resultados. Diante da variedade de possibilidades, a disparidade entre os interesses dos *grandes* e do povo nutre um conflito que requer a satisfação de ambas as estratificações, sentida pelos indivíduos ainda que não concretizada por quaisquer parâmetros. As famosas caracterizações dos dois humores no tecido social sustentam a necessidade de uma reformulação incessante das ordenações civis, diante da indecidibilidade entre duas posições *aparentemente* antagônicas e a coexistência de uma aparente satisfação – pessoal e coletiva. A corrupção, entretanto, adentra todos os níveis do tecido social, podendo ser vista em variados processos de desumanização, em que os grandes exercem um domínio excessivo, e.g., tirania e ditaduras; enquanto os populares são ultrajados e humilhados. Novamente, ambiguidades e ambivalências sustentam a preservação da liberdade, sobretudo em batalhas acintosas contra a corrupção, nas interfaces entre: ações ordinárias e extraordinárias; práticas individuais e coletivas; boas leis e boas armas; entusiasmo profético e exercício militar; utilização da violência e da diplomacia. Para instaurar o amor à pátria, mediante a imitação dos exemplos de *Virtù* e objetivando a satisfação dos humores pelos tumultos sociais, não há predileção de uma dessas premissas – ambiguidade. Contudo, deve-se cultivar a possibilidade de usar ambas as perspectivas, mesmo quando elas possam parecer antagônicas – ambivalência.

As concepções de Maquiavel sobre a religião sustentam-se também na efetividade das ações nas variadas ocasiões em que possam ser avaliadas a promoção ou destruição do entusiasmo civil. Consta-se que o enfraquecimento da civilidade é resultante de um processo educativo que impede conjunções pertinentes entre as práticas antigas e carências presentes. Assim, embora não exista a condição de saber os resultados civis que as crenças e os ritos religiosos efetuam na população, eles devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias para reformar as ordenações civis, os costumes sociais e as ações individuais. A Religião, portanto, pode legitimar práticas ordinárias e justificar ações extraordinárias, devendo sempre garantir o amor à pátria mediante: juramentos; temores; suntuosidade; oratória; força; prazer. Todavia, algumas práticas religiosas estimulam a corrupção, o enfraquecimento das magistraturas, a destruição da civilidade, as quais resultam em facções, submissões e ruínas. Deve-se, portanto, evitar os abusos, manter as aparências daquilo que é aceito pela coletividade, ao mesmo tempo em que as práticas religiosas são úteis na transformação dos costumes, sobretudo ao efetivar convencimentos e coerções nos âmbitos civis e militares. Há, assim, uma

relação entre as nuances da memória e do esquecimento, visto que os processos pedagógicos da religião podem reavivar a antiga *Virtù*, seja por amor civil, temor pessoal ou um retorno às bases fundamentais da sociedade. Todavia, o esquecimento de algumas práticas antigas, em favorecimento de concepções contemplativas, retirou o medo da humilhação pessoal e da ruína coletiva, resultando em enfraquecimento. Entretanto, aquilo que deve ser resgatado, interpretado e ajustado, requer um estudo sistemático da ocasião.

As incessantes transformações nas coisas humanas requerem uma articulação entre entendimentos políticos, educativos e sociais, em uma batalha para superar um classicismo alheio à realidade vivenciada ou uma realidade sem uma concepção reflexiva. A importância da noção de imitação nos escritos de Maquiavel resulta em aprendizados significativos sobre as alterações e as permanências nos grandes ciclos históricos, mas também nas práticas civis e individuais. Ao possuir deleite e utilidade, os escritos históricos devem ensinar o necessário para melhor agir nas circunstâncias pessoais e civis, nas práticas individuais e nas transformações dos regimes. Desse modo, não se deseja apreender as causas dos movimentos incessantes da História, tampouco discutir uma ordenação primordial ideal, mas, diante do contínuo fluxo das coisas humanas, imitar a *Virtù* extraída nos exemplos. Os entendimentos historiográficos do autor almejam inserir diferentes meios de cultivar a *Virtù* observada ao longo do tempo, reunindo o apreendido em suas experiências e em suas leituras, a partir de observações, análises, comparações e adequações. O desconhecimento das circunstâncias históricas e das ocasiões presentes conduz humanos a se preocuparem com acidentes irrelevantes, sem experimentar o sabor dos acontecimentos e sem a possibilidade de agir efetivamente. A História é uma mestra das paixões humanas e do funcionamento das transformações civis, mesmo que seja impossível reconstruir as condições pretéritas e, portanto, esperar os mesmos resultados com ações similares. Há um grande obstáculo para as práticas políticas efetivas, que satisfaçam os humores da população: a mentalidade decadente resultante da corrupção. O passado não pode ser louvado indiscriminadamente, tampouco o presente ser criticado a todo momento; somente na ocasião os ensinamentos históricos podem ser plenamente apreciados.

Gérald Sfez salienta que o mal, entendido como um elemento central no desenvolvimento argumentativo de Maquiavel e associado à corrupção intrínseca das ordens civis, corrói inexoravelmente todas as ações humanas e as instituições estabelecidas. Ademais, o veneno instaurado nessas articulações ameaça destruir todas as bases de sustentação civil, indicando uma "noite definitiva". Desse modo, impossibilitados de erradicar os efeitos do mal, os quais subsistem derradeiramente nas tensões entre Fortuna e *Virtù*, os humanos, conscientes

da possibilidade de uma destruição plena, podem contornar a degradação ao agirem com *Virtù*, que apresenta-se, portanto, como o menor dos males – *moindre mal* (1999, p. 305-323). Os humanos, assim, conforme os variados conflitos exemplificados pelas manifestações da Fortuna e pelas ações de *Virtù*, operam na *penumbra*: ameaçados pela noite derradeira, mas desejosos de uma radiante glória. A fundação e a manutenção das ordenações civis, criadas para salvaguardar a liberdade – evitar vassalagem e tirania – são resultantes desses embates entre luzes e trevas, civilidade e corrupção; *Virtù* e Fortuna.

Thierry Ménissier atesta as recepções ambíguas que obra de Maquiavel recebeu ao longo do tempo, vistas, em especial, em interpretações aparentemente antagônicas entre as ações individuais propostas para os assuntos humanos e as imprescindíveis ações coletivas para a manutenção de regimes políticos. Desse modo, ressalta os estímulos e as efervescências que os escritos de Maquiavel proporcionaram para suas pesquisas, em especial as articulações entre as "luzes" e as "sombras" no pensamento desse autor florentino (2017, p. 11-12). Para Ménissier, o grande patriota com vasta experiência política em toda a península itálica e em territórios importantes da Europa, possuía nas letras latinas mestres que moldaram propostas históricas, literárias, políticas e pedagógicas nos árduos momentos da cidade de Florença, com indicações importantes sobre a liberação das terras itálicas do domínio estrangeiro (2017, p. 12-24). Buscasse, portanto, evitar a vassalagem e a tirania simultaneamente, conforme as cartas e as ações políticas de Maquiavel corroboram mediante práticas diplomáticas e civis, assim também seus escritos a respeito de assuntos internos e externos à cidade.

Harvey Mansfield analisa as conceptualizações do poder Executivo, assim também as ações necessárias para fundação e manutenção das formas pelas quais o sistema representativo moderno propõe, simultaneamente, a liberdade e a coerção da lei. Para tanto, o autor analisa os pressupostos intelectuais que sustentaram os desenvolvimentos variados do executivo, em especial a constituição do mesmo no pensamento de Maquiavel e suas "adaptações" (em inglês *tame*) ao longo do período moderno. Ao combinar liberdade e força na preservação da segurança dos cidadãos, as formas republicanas, heranças de regimes monárquicos, utilizam legislaturas e magistraturas ambíguas que valorizam a preservação das formas constitucionais ao mesmo tempo em que consideram alternativas para agir além de seus limites em caso de necessidade. Desse modo, Mansfield enfatiza certos elementos obscuros nas concepções comuns sobre o executivo, decorrentes das generalidades da lei em face às particularidades dos desejos humanos. Assim, a ambivalência na prática do executivo, concebida e desenvolvida visando à utilidade para os regimes republicanos, enraíza-se na constatação de que esse poder

subordina-se a outras instâncias e instituições legislativas, ao mesmo tempo que deve agir em circunstâncias que as leis estão impossibilitadas de atuar⁴⁴.

Para Mansfield, algumas ambivalências descritas no pensamento de Maquiavel ecoam nas conceptualizações do poder executivo moderno, em especial as potencialidades das ações autônomas para a proteção dos cidadãos – condição de força – simultaneamente aos limites imposto pelas legislaturas e magistraturas – condição de fraqueza. Assim, operando mediante ambivalências e ambiguidades, o formalismo das instituições e o comportamento dos agentes públicos podem desvelar duas faces diferentes, dois momentos distintos ou visões parciais de um executivo, ora independente pela necessidade, ora subordinado pela legalidade (MANSFIELD, 1989, p. 15-19). Nos escritos de Maquiavel o combate da corrupção das ordenações civis, o medo de instaurar uma ruína absoluta das instituições, vincula-se à glória humana em instituir a liberdade (p. 129). A *Virtù*, forte em si mesma, adquire seu dinamismo civil (p.130) quando opera para a coletividade nas formas efetivas do governo (p. 140). Assim, há momentos em que as necessidades devam ser expostas aos cidadãos e outros em que essas devam ser omitidas para que possam viver tranquilamente (p.145). Desse modo, em demonstrações de força pelo incentivo das ações individuais e de fraqueza pela dependência da coletividade, para Mansfield, um príncipe de *Virtù* opera por ambivalências e ambiguidades, da mesma maneira que os republicanismos modernos, ainda que esses últimos estejam mais submetidos aos freios legislativos e careçam menos de características pessoais únicas.

Luchese apresenta o *poder constituinte* como uma construção teórica que possibilita pensar os regimes democráticos modernos a partir do povo, manifestado não apenas nas formas constitucionais (2017, p. 3-4). Se, aparentemente ao menos, o poder constituído elimina as ambiguidades ao romper com indecisões pela utilização legalizada do poder (2017, p. 15), suas próprias raízes são sustentadas por ações constituintes que estão alicerçadas em variados componentes históricos e sociais (2017, p. 17-18). Desse modo, um retorno às ideias de Maquiavel propicia análises sobre a flexibilidade das ordens civis em suas adequações às legislaturas e às novas condições históricas por uma "co-penetração imanente" entre a lei e a política. Assim, em suas variadas interfaces, as contínuas tensões entre o *poder constituinte* e o *poder constituído* possibilitam manutenções, mudanças e refundações adequadas às circunstâncias que se apresentam à sociedade (2017, p. 19-20). Baseando-se na satisfação dos

⁴⁴ Nas palavras de Mansfield: "The beauty of executive power, then, is to be both subordinate and not subordinate, both weak and strong. It can reach where law cannot, and thus supply the defect of law, yet remain subordinate to law. This ambivalence in the modern executive permits its strength to be useful to republics, without endangering them. So, to examine the nature of executive power, to see how its ambivalence was purposefully conceived and developed, is the first object of this study." (MANSFIELD, 1989, xvi)

humores de todos os cidadãos e na teoria do conflito como meio de sustentar a liberdade nos textos de Maquiavel, o *poder constituinte* é visto como uma força dinâmica (*living force*) que propicia as ordenações civis em constantes adaptações do *poder constituído*, nunca entendido como acabado, mas em ininterruptas adaptações necessárias às transformações das circunstâncias.

A exemplo de Mansfield, portanto, Luchese reconhece a radicalidade do pensamento Maquiaveliano, justamente por ressaltar as contínuas mudanças nas ordenações estabelecidas e a condição *sine qua non* das ambiguidades e das ambivalências, impossíveis de serem eliminadas das ações jurídicas e políticas, ao passo em que sustentam suas fundações, reformas e reconstruções. Todavia, ambos os pensadores inserem as recepções dos escritos do autor florentino nas constituições representativas dos regimes republicanos modernos, apresentando, inclusive, as modulações monárquicas e republicanas desses textos, mas relegando como secundárias os regimes de exceção perante a plena corrupção da ordem. Enfocam, nas palavras de Thierry Méniessier, em um republicanismo que interroga seus postulados, sendo sempre adaptável e estando prestes a mudar de acordo com as circunstâncias (2017, p. 59-60). Assim, em uma batalha intensa contra a erosão do *poder constituinte* e, por conseguinte, do *poder constituído*, os tumultos políticos e as ordens institucionais encontram-se em relações tensas que podem redefinir os costumes em intensos combates à corrupção (MÉNISSIER, 2017, p. 60-68).

Entre as diversas maneiras de reinscrever a *Virtù* para a fundação e para a manutenção das ordenações civis nos escritos de Maquiavel, destacam-se as formas dos regimes políticos, as concepções a respeito do humano, as posições sobre a religião e os métodos historiográficos do autor. Em sua *Ars Politica*, Maquiavel sustenta a necessidade de superar facções e de buscar a satisfação dos *humores* dos cidadãos no combate das inexoráveis formas de corrupção dos regimentos civis. Em todas essas análises, ambivalências e ambiguidades sustentam as propostas discursivas do autor. A base de sustentação e o sentido do político estão ancorados na ambiguidade que propicia a efetividade da ação; essa, por sua vez, justamente para garantir a sua efetividade, contém em si, simultaneamente, elementos opostos que devem se adequar às circunstâncias – ambivalência.

Há posições políticas plurais assumidas por Maquiavel, de acordo com a necessidade e com a *ocasião*, na promoção e na defesa de uma *civilidade*: uma ordenação civil vigorosa a impulsionar a união entre os cidadãos, o amor à pátria, a defesa da liberdade e o agir de acordo com imperativos específicos, evitando a tirania, as divisões civis e os privilégios de cidadãos particulares. As instabilidades políticas, as forças além do controle humano, a

imponderabilidade das ações humanas são temas recorrentes nas concepções sobre a Fortuna, em variadas argumentações ao longo do *corpus* textual desse autor. Os exemplos mais significativos dos fundadores e dos sustentadores de ordens civis destacados nos textos discursivos de Maquiavel são Rômulo, Numa, Moisés, Cesare Bórgia, Castruccio Castracani, enfatizando a importância da paridade *Fortuna-Virtù* em sua atividade historiográfica. Ao almejar a revigorar tradições do mundo antigo para a criação de uma ordenação civil, há uma demanda por comprometimentos pessoais e coletivos que salientam as potencialidades e os limites humanos. Assim, destacam-se as formas ambivalentes pelas quais o humano é apresentado nos textos do autor: cativo das devastadoras ações da Fortuna, portanto, em um ambiente hostil e pleno de inimizades, de traições, de simulações, de ingratidões e de violências; todavia, com o potencial de avivar a *Virtù* observada nos exemplos históricos, conseqüentemente, capaz de ambição, de força, de amor à pátria e de glória. Ao considerar que as tradições religiosas são importantes para a fundação e para manutenção de uma *civilidade*, mas que também podem enfraquecer as ordenações civis e debilitar o humano, apresentam-se as argumentações de Maquiavel sobre como os mitos e as tradições fundadoras das religiões devem ser interpretados de acordo com as necessidades civis. Do mesmo modo, são examinados os modos de entender a História, em constantes ascensões e quedas das ordens civis, mas também na preservação dos tipos e dos exemplos humanos para o cultivo da *Virtù* em face às ações da *Fortuna*.

2 **QUESTÃO MAQUIAVÉLICA E AS DIFERENTES FORMAS DE REGIME NA PROMOÇÃO DA ORDEM: UMA LEITURA DO *DISCURSUS FLORENTINARUM RERUM***

A Expressão *Questão maquiavélica* foi popularizada por Isaiah Berlin ao ponderar sobre a fortuna crítica do pensamento político do secretário florentino (1972). Há divergências entre as interpretações monocráticas e republicanas das obras de Maquiavel, as quais se centram, especialmente, nas possíveis discrepâncias existentes entre *Il Principe* e os *Discorsi*. Diversos contextos históricos permitem múltiplas apropriações das ideias presentes nesses e em outros textos desse autor: um pensador amoral na ausência das premissas religiosas (CROCE, 1930, p. 210-312; FREDERICO II, p. 6-12, 101-109; STRAUSS, 2015, p. 19-20); um republicano a lutar pela liberdade popular aos moldes dos pensamentos iluministas, posteriormente românticos e idealistas (ROUSSEAU, 1964, III.6; BUÉE, 2007, p. 49-66; FICHTE, 2010, p. 39-52); um patriota a almejar a libertação e a unificação da Itália no *Risorgimento* (FERRONE, 2012, p. 78-82; GIORGINI, 2013, p. 632-634; VILARI, 1877, p. vi-xx); um nacionalista a defender o *Estado* ou a compreender os limites dos interesses populares na ascensão do *Fascismo* (MITAROTONDO, 2016, p. 1-8; TABEL, 2007, p. 215-234); e tantas outras possibilidades receptivas em variadas argumentações intelectuais. Todavia, na leitura dos textos de Maquiavel, destaca-se a criação de uma *civilidade*, uma ordem civil virtuosa a promover união entre os cidadãos, amor à Pátria e incentivo à defesa da Liberdade. Deve-se agir de acordo com necessidades específicas, evitando a tirania, as facções e os privilégios de cidadãos particulares. Desse modo, ao estudar-se o *Discorso Sopra Il Reformare Stato di Florença*⁴⁵, em seus paralelos imediatos com as obras mais famosas do corpus textual do autor, e.g., *Discorsi*, *Il Principe*, *Istorie Fiorentine*, constatam-se posições políticas plurais assumidas por Maquiavel de acordo com a *necessidade* e com a *ocasião* – as quais corroboram a variedade na recepção de suas ideias e também devem ser compreendidas em seus contextos iniciais.

2.1 **Questão Maquiavélica: Múltiplas Interpretações e Plurais Ordenações Cívicas**

As variadas interpretações da obra, dos pensamentos centrais do autor e, conseqüentemente, de sua importância para as práticas políticas em Florença, nas terras itálicas

⁴⁵ No decorrer dessa apresentação, utiliza-se a edição de Arnoldo Mondadori de 1946 das *Opere* de Maquiavel. Nessa obra, o *Discursus Florentinarum Rerum* encontra-se sob o título supramencionado. As duas opções aparecem na *Enciclopedia Maquiavelana*. Opta-se, assim, pela referência material que foi mais utilizada durante a elaboração desse texto.

e ao longo do pensamento ocidental moderno propiciam acalorados debates a respeito das posições intelectuais do autor, mas também sobre a formação de seus leitores e agentes públicos, ecoando tradições tardias da Renascença e perpassando premissas modernas e contemporâneas (GIORGINI, 2013, p. 625-640; BERLIN, 1972; SKINNER, 2004, p. 160-212; POCOOCK, 1975, p. 156-218, 333-360, 423-461; CORTINA, 1999). Das referências secundárias supradestacadas, Isaiah Berlin pondera sobre a crítica ao pensamento de Maquiavel ao longo do tempo e a preponderância de algumas correntes interpretativas. Para tanto, discute as divergências centrais entre as interpretações monocráticas e republicanas das obras do florentino, considerando as posições do próprio autor, a partir das possíveis discrepâncias existentes entre *Il Principe* e os *Discorsi*. Conclui que o surgimento dessas variações interpretativas é decorrente de inúmeras possibilidades na transmissão textual e das ideias de Maquiavel, mas também são ancoradas nas condições de surgimento desses textos e no desenvolvimento pessoal de seu autor. Por sua vez, os debates sobre a amoralidade no pensamento do autor florentino perpassam concepções sobre o surgimento da *realpolitik* ou a suposta separação entre as concepções políticas e éticas. Destacam-se: as concepções de Benedetto Croce em que as perfeições morais e suas concepções intelectuais não correspondem aos interesses políticos e particulares dos cidadãos em defesa de sua pátria ou mesmo de sua própria vida; as palavras de Frederico II, sustentadas por Voltaire, assim também as irônicas e perspicazes considerações de Leo Strauss sobre o Maquiavel ser “*um professor do mal*”.

Nos processos de gestação das transformações políticas modernas, em especial a Revolução Francesa e as formações dos *Estados Nacionais*, as facetas patrióticas de Maquiavel foram potencializadas aos interesses característicos de diversos autores. Famosa é a posição de Jean-Jacques Rousseau, bastante utilizada no entusiasmo republicano dos escritos de Maquiavel, em que o florentino aconselhava ao povo e não aos monarcas. Entre defesas de nacionalidade, patriotismo e uma imagem dissociada entre Maquiavel e o Maquiavelismo, há tendências interpretativas que engrandecem a racionalidade humana e as criações de formas estatais impossíveis de possuírem plena equivalência com os matizes intelectuais de Maquiavel. Todavia, algumas atualizações do pensamento do autor, no contexto dos Estados Modernos, redimensionaram sonhos irrealizáveis de regimes centrados em pretensos vínculos universalistas da Moral e do Direito (FICHTE, 2010). Entre debates sobre as formações e os limites das ações do Estado moderno, críticas ao veneno de Maquiavel e elogios a sua obra são vistos em intensos debates a respeito das formas de regime no surgimento das concepções nacionais (FERRONE, 2012). Os registros de inspiração teórica para as ações de governantes na obra e no pensamento de Maquiavel no *Risorgimento* são variados e devem ser investigados

separadamente (GIORGINI, 2013, p. 632-634). Ao estudar as heranças culturais renascentistas, no auge do ardor patriótico nas terras itálicas, Pasquale Villari assevera que investigar esse período pretérito, em particular por um de seus expoentes, constitui um importante marco na compreensão histórica e cultural, mas também para a criação da pátria itálica, realçando as apropriações dos discursos de Maquiavel nesses novos contextos (VILARI, 1877, p. vi-xx).

As imagens históricas de Maquiavel e seus respectivos retratos intelectuais possuem relevância também na concepção do regime totalitário de Benito Mussolini e nas contrapropostas sustentadas por Antonio Gramsci. Diante do declínio das formas religiosas cristãs, mas com a ascensão das formas de cultura e de massificação ideológica, diversas interpretações sobre os meios pelos quais os textos de Maquiavel sustentavam as articulações sociais e políticas das elites ganham repercussão, embasadas na teórica separação entre os entendimentos morais e políticos por seus intérpretes. As leituras de Mussolini e de Gramsci são exemplos significativos dessa temática na recepção dos textos de Maquiavel: para o primeiro, há a promoção nacionalista pela tradição da cultura italiana, em processos de apropriações históricas e políticas; para o segundo, verifica-se uma justificação da espoliação feita pelas classes dirigentes (MITAROTONDO, 2016, p. 1-8; TABET, 2007, p. 215-234).

Evidencia-se, desse modo, que o surgimento de inúmeras faces do *Maquiavelismo* alimenta um rico debate, mas não conseguem defender uma única posição a partir dos textos de Maquiavel (VILLARI, 1877, p. vi-xx; LEFORT, 2012, p. 61-80; MATTINGLY, 1958, p. 482-491; HAYDN, 1950, p. 27-50; BENNER, 2009, p. 367-450). A respeito das diferentes interpretações, uma corrente iniciada no início da propagação de *Il Principe* defende que esse texto seria uma sátira ou um conto, visto o autor também ser um comediógrafo e um suposto ardente defensor dos regimes republicanos. Famosos intelectuais partilham esta concepção de alguma forma, e.g., Spinoza; Rousseau; Hobbes; Hegel. Garrett Mattingly recupera tais recepções do pensamento de Maquiavel ao contrastar a vida e a produção intelectual de Maquiavel com a pretensão de que essa obra seja um manual para a tirania (MATTINGLY, 1958, p. 482-491). Contudo, conforme visto nos variados meios de interpretação de *Il Principe*, tal obra não necessariamente defende a tirania e, tampouco, decorre disto que ela possa ser uma sátira.

Outras leituras buscam integrar a veemente crítica às formas de vida religiosa que impedem o bom exercício político, a ardente paixão patriótica e a defesa para a liberdade como um tema central a perpassar seus escritos. A pretensa contradição de *Il Principe* com as demais obras do autor, sobretudo embasada na crença de que seria possível delinear as predileções de Maquiavel por um regime republicano, clarificadas pelas intensas batalhas contra os ocasos

morais, políticos e religiosos, que podem ser restaurados pelas posições políticas, diplomáticas e intelectuais desse autor (MATTINGLY, 1988, p. 100-102). Tais intentos, na opinião daqueles que defendem um ardor republicano incondicional de Maquiavel, seriam apresentados satiricamente na sua mais famosa obra.

Bastante difundida também é a possibilidade de uma neutralidade moral do autor florentino, visto que ele apenas retrataria o observável. Para tanto, afirma-se que as características científicas são associadas a formas particulares de entendimento do realismo e ao poder de abstração, iniciadas no renascimento e popularizadas no desenvolvimento intelectual moderno. (OLSCHKI, 1945, p. 23-27). Todavia, as tentativas de elencar e estudar fatos da realidade política, das formas mais precisas e sistemáticas possíveis, não necessariamente evidenciam um realismo político a partir dos parâmetros herdados das ciências modernas e de suas derivações discursivas e epistemológicas (KRAFT, 1960, p. 72-78). Ainda assim, considera Ernest Cassirer que em Maquiavel há uma possibilidade nova de entendimento da Ciência Política, pela qual os leitores não deveriam tomar uma atitude moral ou julgamentos de aprovação ou reprovação imediatamente. Ao descrever as recepções da obra do autor florentino, especialmente no tempo Elisabetano e na Alemanha, Cassirer descarta tanto as recepções em contextos alheios à Renascença, quanto as tentativas de associação entre a obra e a biografia do autor. Além dos problemas morais, da técnica no agir político e das interpretações religiosas e mitológicas, há a busca de uma observação neutra, imparcial, coerente e lógica – as quais são feitas em sua experiência na chancelaria e em seu “conhecimento profundo da natureza humana” (CASSIRER, 1946, p. 116-162).

A *questão maquiavélica*, de impossível resolução, deve sempre ter em conta que a criação de uma *civilidade*, uma ordem civil virtuosa, a promover, união entre os cidadãos, amor à Pátria e incentivo à defesa da Liberdade, age de acordo com necessidades específicas, evitando a tirania, as facções e os privilégios de cidadãos particulares. Desse modo, em situações ideais, pode-se optar por uma *ordenação larga* (DRSF V; D.I.4)⁴⁶, com a participação de grande parcela dos cidadãos e com promoção das Leis. Todavia, combates contra a desunião, a desorganização política e o descaso com as formas civis de conduta podem requerer um regime de *governo stretto*⁴⁷. Enquanto em algumas situações o governo *stretto* seja a única via

⁴⁶ Essas e outras passagens semelhantes, em conexão com os *tumulti* (tumultos) e os *umori* (humores) satisfeitos de todas as parcelas da população, corroboram as interpretações republicanas da obra de Maquiavel, inclusive para estudiosos que observam suas ideias como precursoras das democracias modernas (MCCORMICK, 2011, p. 141-170).

⁴⁷ A satisfação e a realização humanas são exemplificadas nas atitudes díspares de César e Rômulo (D.I.10).

da salvação ou estabelecimento de uma ordem (D.I.18), há que se considerar os desvios que podem ocorrer quando um principado se torna uma tirania (D. I.2.).

Tais ponderações estão alicerçadas em um entendimento a respeito do humano expostas por Maquiavel ao longo de sua obra, sobretudo a prevalência de uma *via ativa* em que a ordem civil demande *Virtù* perante os desafios políticos e as intempéries da Fortuna. Ao ressaltar a instabilidade da condição humana *desiderio, gloria, ambizione, stato, forza* (WHITFIELD, 1943, p. 222-225; PRICE, 1977, p. 588-631) constituem elementos essenciais para o estabelecimento da *civilidade*, requerendo *flexibilidade* para melhor se adequar às circunstâncias, tendo em mente que os humanos visam a seus próprios interesses (P. III). Constatam-se, portanto, posições políticas plurais assumidas por Maquiavel, e também em suas recepções, sobre as formas adequadas de regime (BERLIN, 1972; BIGNOTTO, 1991; BOCK, 1993; KOCIS, 1998; JURDJEVIC, 2007, pp. 1228-1257; BENNER, 2009).

2.2 Fundar e Manter uma Ordem Civil em *Discorso Sopra Il Reformare Stato di Florença*

As propostas entregues ao Papa Leão X, Giovanni di Lorenzo di Médici, possuem grande relevância nas discussões sobre as formas de regime ao comporem um projeto político e institucional de reforma das ordens governamentais na cidade de Florença. Há urgência no estabelecimento de uma ordem civil em defesa do *stato* para a garantia de um *vivere libero*, assegurando que o regime deva se adequar ao povo e à ocasião, utilizando para esse fim da astúcia e da força. Por entender que a matéria da cidade de Florença é mais adequada às formas republicanas, Maquiavel propõe uma ordem civil em que essas aparências sejam mantidas, mas a centralização do poder permaneça com a casa dos Médici. Nesse sentido, tendo a gradual inserção das demais camadas da população nos ofícios da cidade, o florentino endossa a adequação entre *ocasião* e *necessidade*, não apenas uma escolha entre principados e repúblicas sem uma contextualização clara. Deseja uma *vera republica*, de acordo com Florença e seus costumes, firme em si mesma e que afaste medos e ambições que possam instaurar a ruína do *stato* (DRSF XVIII; XXVIII). Para tanto, precisa-se estabelecer uma ordem sem muitos custos para a sua manutenção (DRSF XXVIII), na qual *umori* sejam satisfeitos e que exista magistraturas a punir desvios de conduta de seus líderes (DRSF XXIII-XXIV), mas, na presença do papa ou de seu cardeal designado, haja uma ordem monocrática (DRSF XXV). Desse modo, condenam-se as ordenações civis que não são genuínas repúblicas ou autênticos principados por causarem grande desordem ao longo da história de Florença (DRSF I-III); por

fim, embora Maquiavel possa se assemelhar a Platão e Aristóteles por pensar nessas ordenações, seus interlocutores possuem a ocasião para tornarem-se qual Sólon e Licurgo, esses que mesmo diante das maiores dificuldades devem ser altamente honrados por estabelecerem uma nova ordem (DRSF XVI-XXVII).

Por outro lado, nos *Discorsi*, a manutenção da ordem em um *stato* republicano corrompido pode exigir uma radical refundação, feita mais facilmente por um indivíduo de alta *Virtù* do que por magistrados que possuam excessivos poderes e meios de exercê-los, mas são incapazes de realizar as ações necessárias. O declínio da *Virtù* ocasiona a derrocada da *civilidade* – essa torna-se afastada de suas ordenações, dentre as quais as militares e as religiosas. A corrupção das *ordens civis* não mais propicia temor às leis ou amor à pátria (D.I.18). Tais observações ganham contornos mais dramáticos e descrições mais abundantes nos conselhos dados em *Il Principe*, para melhor estabelecer e manter a ordem. Destacam-se o uso da força e da astúcia, nas ocasiões necessárias, nos contínuos conflitos existentes no exercício do poder (P. XVIII)⁴⁸. No *Discorso Sopra Il Riformare lo Stato di Florença*, a *Questão Maquiavélica*, saber se existe uma prevalência das posições políticas e intelectuais de *Il Principe* ou dos *Discorsi* na escolha de formas de regime adequadas, não existe. A ordenação do *stato* deve satisfazer os *Umori* da população na sustentação da *libertà*, independente dos meios adotados para a sustentação dos regimes políticos e para a manutenção das aparências. Há, portanto, diferentes regimes e formas de sustentação de governos particulares na ordenação do *Stato* apresentadas no *Discorso Sopra Il Riformare lo Stato di Florença*.

A criação de uma *civilidade*, uma Ordem civil virtuosa a promover união entre os cidadãos, amor à Pátria e incentivo à defesa da liberdade, existe de acordo com a necessidade, evitando a tirania, as facções e os privilégios de cidadãos particulares. Desse modo, em situações ideais, pode-se optar por uma ordenação *larga*, com a participação de grande parcela dos cidadãos e com promoção das Leis. Todavia, combates contra a desunião, a desorganização política e o descaso com as formas civis de conduta podem requerer um regime de governo *estreito*. As propostas entregues para o Papa Leão X, Giovanni di Lorenzo di Médici, compõem um projeto político e institucional de reforma das ordens governamentais na cidade de Florença, no qual o antigo secretário enfatiza a urgência no estabelecimento de uma ordem civil para a defesa do *stato* e para a sobrevivência da *liberdade*. Embora alguns possam entender essa exposição como uma prova determinante do ardor republicano de Maquiavel, nesta proposta, o autor mostra-se astuto e artiloso – poderia ser dito *maquiavélico* em todas as nuances,

⁴⁸ Maquiavel defende em *Il Principe* uma combinação entre humanidade e bestialidade, pois é “necessário saber usar a besta e o homem”, expressa ainda pela complementaridade das imagens do leão e da raposa.

ambivalências e ambiguidades que esse termo adquiriu nas recepções de seu pensamento ao longo do tempo. Conforme sua exposição, a forma de regime deve ser adequada ao povo e à *ocasião*, mesmo que para efetivá-la, exija-se a força, o ludibrio e promessas não cumpridas (DRSF I; XXVII. XX). Nesse contexto, Florença possui maior adequação à forma republicana e essa deve ser feita em sua totalidade, sem os chamados *stati di mezzo* (estados intermediários), protegendo-a de modos violentos ou demagógicos que arruinem a ordem e condenem a cidade à servidão.

De fato, a ambiguidade terminológica utilizada pelo autor florentino muitas vezes impede a criação de um campo semântico claro que distinga *vivere civile*, *vivere libero* e *vivere politico*. Busca-se uma explicação racional ao acreditar que a proposta entregue, a fornecer condições monárquicas à casa dos Médici, seria erradicada ao longo do tempo, por uma crença que Florença retornaria aos modos republicanos (BARON, 1961, p. 232-235). Todavia, tal assertiva não considera o surgimento de novas propostas similares, feita aos sucessores do papa Leo X, para manter as aparências e para satisfazer os *Umori*. As desordens e as desuniões civis exigem ações enérgicas, sobretudo devido aos conflitos de interesses daqueles que disputam as altas magistraturas. Todavia, tais demandas não resultam em uma adoção republicana imediata, conforme atestado pelas experiências obtidas por anos na chancelaria (RUBENSTEIN, 1990, pp. 3-16). Os conflitos entre as camadas da população são diagnosticados, mas não é possível inferir predileção aristocrática, oligárquica ou formas de regime mais largas no estabelecimento de uma *civilidade*. A escolha do regime é ditada pela ocasião e pela necessidade para a obtenção ou para a manutenção da ordem civil.

Maquiavel inicia sua argumentação afirmando que as causas das mudanças constantes nas formas de Regime em Florença são decorrentes da inexistência das qualidades apropriadas, seja para República, seja para Principado (DRSF. I). Expõe o autor: não se pode chamar de Principado um regime que para se efetuar o desejo de um, requer o consenso de muitos⁴⁹; tampouco é passível que dure uma República em que os *umori* não sejam satisfeitos⁵⁰. Sustenta suas premissas teóricas ao discorrer sobre os *stati* de Florença desde 1393, expondo como as formas oligárquicas e as corporações de herança medieval foram modificadas por ordens

⁴⁹ Importante notar o paralelo com a luta constante para a manutenção de um *vivere libero* a exigir constante vigilância pela promulgação de novas leis. Assim, Florença ao nascer servil sob o jugo romano e adquirir seus modos livres, acaba por mesclar as duas formas, demonstrando a grande dificuldade no estabelecimento de uma ordenação (DRSF.I; D.I.49).

⁵⁰ Tema da satisfação dos diversos *Umori* presentes no tecido social é central no desenvolvimento argumentativo dos *Discorsi*. A partir dos conflitos entre os patrícios e a plebe romana, Maquiavel sustenta que as lutas por afirmação política das parcelas da população enriqueceram a potência política e a busca pelo viver livre (D.I.3-6). Atenta-se, todavia, sobre a possibilidade de mudança ao longo do tempo, a requerer novas ações para manter a boa Fortuna (D.III.9).

políticas, embasadas em muitos casos em processos eleitorais fraudados, que constantemente expulsavam seus inimigos e os enviavam ao exílio⁵¹. Não existiam mecanismos institucionais que infundisse *temore agli uomini grandi*⁵², proporcionando o surgimento de eventuais facções, assim também a ruína do *stato* e das *ordens civis*. Diante dos controles e das manipulações das ordens públicas, em especial a *Senhoria*, há um decrescimento de suas reputações, embora mantivessem certa autoridade.

Nas palavras de Maquiavel, as desordens políticas ocorriam “onde poderiam fraudar facilmente”. A *Senhoria* e os Colégios baseavam-se em sistemas eleitorais, nos quais não apenas as disputas retóricas estão em destaque, mas os próprios meios de manifestação da irracionalidade política operam nas disputas internas e externas das cidades renascentistas (BIGNOTTO, 1991, p. 66-74). Maquiavel indica-nos as raízes das formas de controle fraudulento das eleições em inúmeros momentos da história de Florença, sobretudo na manutenção de algumas formas aristocráticas de poder (IF II.28). Há o controle sistemático das discussões, dos processos e dos agentes públicos comissionados para altos cargos, observado de maneira nítida no surgimento de um regime político dos Médici (RUBENSTEIN, 1997, p.1-154). Faz-se necessário um estudo mais detalhado a respeito dos diversos usos das construções *grandi, uomini grandi e gentiluomini* no corpus do secretário florentino, sobretudo em suas aparições nas obras literárias, e.g., *Mandragola*, *Belfagor*. Mostram-se evidentes os conflitos entre as parcelas que detém o comando político e o restante da população (P. IX; D.I-3-5). Todavia, a exemplo da história de Roma, aqueles que partilham do poder monárquico, aristocrático ou republicano constituem formas de manutenção de honrarias, ainda que não possuam legitimidade concreta ou atual poder de comando. A criação dos patricios na Roma antiga e dos *gentiluomini* em Veneza demonstra a impossibilidade de um equilíbrio entre as diversas camadas da população, a tornar os conflitos inevitáveis. Desse modo, os modos de legitimação das magistraturas do *stato* favorecem tensões no tecido social.

Neste contexto de facções e de esquecimento do bem comum, os cidadãos não lutavam em defesa do *stato*, mas defendiam a própria ruína da ordem e da *civilidade* devido a interesses pessoais⁵³. A desordem podia ser percebida de tal modo que homens particulares eram consultados para a coisa pública (DRSF. II). Aumentava-se, assim, a reputação, por conseguinte

⁵¹ A prática do exílio político, bastante comum desde a Antiguidade, possui diversos exemplos na cidade de Florença, registrados por Maquiavel em seu relato histórico sobre a cidade – com destaque às ações de Dante Alighieri e seu posterior exílio (IF. II.13;18;20;27; III.19; V.4;8; VII. 19).

⁵² Tradução literal: “*Temor aos homens grandes*”.

⁵³ Ao descrever a situação e o modo de ordenação do *stato* de Florença nessas circunstâncias, afirma que as ações proferidas nesse contexto não sustentariam a ordem civil, mas conduziriam à perda do controle político (DRSF. I).

a autoridade ou poder de ação, dos homens privados; ao passo que se diminuía a dos magistrados públicos, condição contrária à ordem civil estabelecida. Ademais, a totalidade da população não obtinha satisfação nas ações civis⁵⁴, aumentando a desordem civil, que não conduziu o *stato* à ruína imediata pela necessidade perante guerras externas. Constata-se que as relações de comando e de poder estão interconectadas com a projeção da imagem e de variados artifícios retóricos na constituição de uma reputação. Desse modo, o *stato* estabelece-se pelos corretos usos da força, da violência e da retórica, os quais são canalizados em variados meios de percepção de uma reputação – *reputazione*. Assim, astúcia e retórica são vistas nas variadas ordenações sociais e militares (ADVERSE, 2017, p. 350-362). Bastante conhecidas são as conexões com o humanismo cívico italiano, as constantes crises das cidades e as formas de regime no período do Renascimento (BARON, 1966, p. 121-146; SKINNER, 2002, p.1-10).

O *stato* inaugurado por Cosimo de Médici assemelhava-se a um principado (DRSF. II)⁵⁵, tendo uma duração significativa pelo favorecimento do povo e pela prudência dos governantes⁵⁶. O enfraquecimento de diversos níveis das ordens públicas acarretou o aumento burocrático e a elevação dos exilados políticos. Somente com a “*passagem do Rei Carlos*” as formas de regime seriam modificadas, por uma tentativa de estabelecer em Florença uma República. Todavia, a impossibilidade de satisfazer todos os *umori* dos cidadãos⁵⁷ e a incapacidade de controlá-los totalmente ocasionou um *stato* débil, incapaz de sustentar-se por si. A desordem era tamanha, *manca* e evidente a ponto de um *savio* e *tristo* poderia se fazer *príncipe*, um *buono* e *debole* seria expulso⁵⁸. Em ambos os casos, pela ausência em orientar aquele que possuísse a *Virtù* necessária ou pela incapacidade da cidade em defender àquele que

⁵⁴ Ao considerar que as camadas populares não recebiam os cuidados e as honras que julgavam necessários (DRSF. II), relaciona-se sua argumentação com a assertiva que os *Umori* devem ser contemplados, conforme discutido nos *Discorsi* e mencionado anteriormente. Essas premissas também são importantes no desenvolvimento da argumentação apresentada sobre as reformas no governo de Florença após a morte de Lorenzo, o duque de Urbino.

⁵⁵ Tais constatações são vistas nas *Istorie Fiorentine*, sobretudo os meios de ascensão e manutenção do poder pela casa dos Médici (IF IV. 26-32; V.1-5;14).

⁵⁶ Ao descrever a causa de duração dessa ordem, Maquiavel é mais específico, ao nomear Cosimo e Lorenzo como prudentes (DRSF. II).

⁵⁷Maquiavel abordará em sua exposição de um projeto de reforma nas formas de regime de Florença que há cidadãos nessa cidade que possuem “*animo elevado*” e, portanto, devem ter suas ambições pessoais satisfeitas para o estabelecimento da ordem política. Tais transformações iniciadas, com a retirada dos Médici pela passagem de Carlos VIII, produzem desacordos e tensões no tecido social entre as facções que sustentam uma reforma republicana e outros que desejam maiores prestígios para os patrícios e grandes famílias associadas ao antigo regime. O secretário florentino descreve essa situação em seu texto *Ai Paleschi*, em que os conflitos de ordens políticas, mas também as ambições e reputações dos agentes públicos são relevantes.

⁵⁸ Os paralelos em traduções feitas no contexto são: um sábio e mal-intencionado poderia se fazer príncipe; um bom e fraco governante seria expulso.

estava no Poder⁵⁹, arruína-se a República, corrompe-se a ordem desejada, há a *rovina di tutto quello stato*⁶⁰.

Existem, nessa argumentação, relevantes paralelos históricos e intelectuais, os quais repercutem-se também na biografia e na produção escrita de Maquiavel. As mudanças de regimes, tema recorrente no *Il Principe* e nos *Discorsi*, são tratadas em conexão com a Fortuna das reformas institucionais republicanas e o posterior retorno dos Médici. Desse modo, sabedoria e força são contrapostas à baixa *Virtù* dos governantes, os quais não souberam unificar as facções no interior de Florença e estavam constantemente aguardando ajuda de estrangeiros (PESMAN, 2010, p. 48-64). A paciência e bondade de Soderini não foram suficientes para superar os obstáculos que eram inerentes desde o começo do novo regime, pois ele não soube amansar ânimos e satisfazer humores (D.III.3). Mostra-se, portanto, fraco, inseguro e incapaz de manter a ordem civil (SABIA JR, 2001, p. 53-67; BERTELLI, 1975, p. 1-16). Assim, a famosa escusa em não tratar do tema delicado do retorno dos Médici aos destinatários de sua orientação para a reforma política de Florença dialoga com os delicados assuntos de chancelaria e com a ordenação política dessa cidade: alega ser “coisa recente” e do “conhecimento de todos”. Ora, esses *novos modos* de governo, passíveis de serem modificados após a morte do duque, assemelham-se a um principado em formas aparentemente republicanas.

Após aludir aos *stati* da cidade de Florença ao longo de sua história recente, mesclando suas ponderações políticas expostas também em *Il Principe* e nos *Discorsi*, Maquiavel enuncia a tese de que a instabilidade no *stato* decorre da constatação que as formas e as ordens políticas desses regimes “não foram criadas para o bem comum, mas para alianças e para seguranças de uma de suas partes” (DRSF. III.)⁶¹. Ademais, infere que essa estabilidade somente pode ser alcançada quando for possível exterminar o descontentamento civil, pois aqueles que não estão satisfeitos estão sempre dispostos a alterar o *stato*⁶².

Maquiavel expõe, sem muitos pormenores, por alegar não possuir interlocutores que ofereçam uma proposta de maneira concreta, as discussões em torno do estabelecimento de ordens políticas para Florença, destacando aqueles que gostariam de algo similar aos *stati* de Cosimo e Lorenzo, mas também outros que advogam por “um *stato* ainda mais largo” - *uno*

⁵⁹ Nos dois casos, a ordem não seria possível ser mantida, pois não possuindo defesa, e sendo bom, a força militar tira-o do poder; não possuindo conselho adequado, sendo mal, corromperia a ordem em uma Tirania (DRSF. II).

⁶⁰ Tradução literal: “[Há] a destruição de todo aquele *stato*”.

⁶¹ Texto original: “*le riforme di quegli sono state fatto non a soddisfazione del bene comune, ma a corroborazione e securità della parte*”. Em suas *Istorie* descreve as constantes lutas dessas facções, seus meios de sustentação política e a ausência de ações para o bem comum (IF. II.16; III.7-9; V.4).

⁶² Ao constatar que sempre permanece uma parte descontente (*sempre stata una parte malcontenta*), afirma ser essa um instrumento de mudança, pois há um desejo de mudança – *ha desiderato variare* (DRSF. III).

stato più largo. No primeiro caso, a influência da família Médici é tamanha que muitos acreditam não poder existir *stato* seguro sem honrar essa casa, obtendo os favores procedentes das organizações existentes anteriormente. Creem que pelos *i medesimi modi*⁶³, retornar-se-ia o *il medesimo animo*⁶⁴. Assim, acreditam que é imprescindível a figura de um senhor (*capo*) e melhor seria um membro dos Médici, por ser conhecido e ter boa reputação, a fornecer contentamento. Todavia, os contrários a *uno stato così*⁶⁵, centralizado na família Médici, alegam ser essa possibilidade perigosa e frágil, pois a *la citta, i cittadini, e i tempi sono deformati da quello che egli erano allora*⁶⁶. Tentar utilizar as mesmas formas do passado seria um erro, pois as fraquezas no presente seriam ainda maiores.

Diante da distinção entre os tempos e os humanos, não seria possível fornecer a mesma forma a *matéria tão diversa* (DRSF. VII; D. I. 16-18; 55). Para corroborar esse entendimento, Maquiavel salienta as seguintes discrepâncias: mudanças no ânimo do povo, pois esse era amistoso àquele *stato*, mas é hostil a essa possibilidade no presente (DRSF VII)⁶⁷; enfraquecimento militar diante das invasões constantes de reinos mais poderosos (DRSF VII)⁶⁸; ausência de costume no pagamento de tributos (DRSF. VII); a percepção popular sobre os integrantes da família Médici (DRSF VII)⁶⁹. Os cidadãos não retornariam aos modos de vida anteriores, pois esses não os agradariam mais. Seria necessário, portanto, o uso da força e essa, dificilmente, conseguiria manter sua potência por muito tempo. Conforme constatado nas *Istorie* e nos *Discorsi*, há um aumento dos exílios. Todavia, argumenta o secretário, que a melhor maneira de manutenção da ordem social é retornar aos princípios para que os cidadãos não obedeçam devido a alguma força extrínseca, mas pela manifestação da *Virtù* cívica (D. III.1). Se a premissa da necessidade de um poder centralizado e personalizado por um *capo* for verdadeira, agradaria mais se ele fosse público (DRSF VIII)⁷⁰. Maquiavel também condena aqueles que pensam que a perda do *stato* se deva apenas a um ataque externo, os quais ainda

⁶³ Tradução literal: “os mesmos modos”.

⁶⁴ Tradução literal: “o mesmo ânimo”.

⁶⁵ Tradução literal: “*um stato assim*”

⁶⁶ Tradução literal: “a cidade, os cidadãos e os tempos são disformes daqueles que existiam antes”.

⁶⁷ A aparência de *uno stato universale*, que aparentava satisfazer as ambições da população, não é suficiente, pois os cidadãos de Florença necessitam de uma ordenação civil rígida.

⁶⁸ O exército de Florença podia enfrentar todas as potências e exércitos italianos, vê-se agora enfraquecido pela presença militar francesa e espanhola.

⁶⁹ Os integrantes da família adquiriram grandes honras, tornando-se *grandi* – grandes – e acima da *civilidade* – ordem civil.

⁷⁰ As práticas usadas pelos Médici para ter influência direta nas decisões, assumindo os interesses particulares sem estar de acordo com o bem comum, não seriam bem vistas.

objetam ser sempre possível uma negociação. Tal pensamento, segundo o secretário, não produz estabilidade e segurança⁷¹, sobretudo diante da fraqueza militar e política⁷².

Aos que desejam *il governo più largo* (governo mais largo), sem especificarem as ordens e os modos (DRFS XI)⁷³, o autor sentencia que a ampliação deve tornar Florença uma República bem ordenada, do contrário essa será conduzida mais rapidamente à ruína. Aos que louvam *lo stato di Cosimo*, Maquiavel replica que somente se pode ordenar um regime estável por uma verdadeira República ou um verdadeiro principado. As formas intermediárias, conforme esse *stato* sustentava-se, são apresentadas como defeituosas para o estabelecimento e para a manutenção da ordem. Considera o secretário que *La ragione è chiarissima*⁷⁴, visto existir maior *instabilidade* nos *stati di mezzo*⁷⁵, pois esses podem se degenerar – *risoluzione* – tanto para principados como para repúblicas, enquanto Principados e Repúblicas possuem apenas uma via de modificação de regime. Um *stato* estável, para a glória humana e para o benefício de seus cidadãos, deve ser *un principato vero* ou *una vera repubblica* – com todas as suas partes. Todas as demais possibilidades são vistas como *vane e di brevissima vita*. Tal estabilidade para ser obtida, de acordo com as ordens escolhidas, possui dificuldades inerentes, pois a igualdade entre os cidadãos não permite que um principado seja criado com facilidade, enquanto que uma grande desigualdade não favorece uma República (DRSF. XII; D.I.17; 55).

Uma análise dos campos semânticos utilizados por Maquiavel para a degeneração dos regimes políticos é importante, pois a ordem civil estabelecida não consegue evitar sua degeneração e corrupção, independente dos regimes e das estruturas de governo. Em seu argumento, o autor propõe que Principados possuem apenas uma via de mudança (*risoluzione*): degenerar-se em República (*scendere verso la repubblica*). Assim também ocorre com a República, possui apenas uma via de dissolução (*risolversi*): retroceder ao Principado (*salire verso il principato*). As formas intermediárias, todavia, possuem duas vias possíveis de instabilidade. O objetivo, portanto, é evitar a corrupção da ordem estabelecida de acordo com os princípios norteadores de cada cidade específica e seu respectivo regime político. Assim, ao

⁷¹“Não se pode chamar a esse *stato* nem seguro e tampouco estável, existindo tantas razões para instabilidade”. No texto original: “*non si può chiamare tale stato nè sicuro nè stabile, avendo tante cagioni d’ instabilita*” (DRSF. X).

⁷² Há uma crítica à política externa de Florença que buscava com frequência uma posição intermediária sem um comprometimento com as grandes potências militares do período, conforme expresso poeticamente em *I Decennali*.

⁷³ Maquiavel atesta que aqueles que buscam maior participação no governo não especificam os modos de execução. Como não descrevem as propostas em suas particularidades, resta apenas uma resposta geral sem um estudo minucioso dos detalhes. Ele, por sua vez, tem uma proposta e acredita que o sucesso de uma ordenação somente poderia ser obtido por uma verdadeira República ou um Principado genuíno.

⁷⁴Tradução Literal: “a razão é claríssima”

⁷⁵ Tradução Literal: “*stati* intermediários”. Tradução contextualizada: “formas intermediárias de regime”.

tratar das repúblicas bem ordenadas em suas *Istorie*, Maquiavel assevera a necessidade de um cidadão de *Virtù* a promulgar leis e estabelecer ordens na satisfação dos humores, mas formas tirânicas e licenciosas são degenerações que impedem essa estabilidade (IF. IV.1). O autor Mostra as variações nas formas de regime, heranças dos discursos platônicos e aristotélicos, ponderando que a boa Fortuna de um regime recai em não possuir a necessidade de reformas ou restaurações devido à prudência e sabedoria dos governantes de *Virtù* (D.I.2). Utiliza-se do exemplo romano, a desunião entre a plebe e os patrícios, como base de sustentação do regime republicano romano.

A partir dos exemplos históricos de Milão e de Florença, o pensador florentino mostra como para ordenar uma república na primeira cidade seria necessário abolir a nobreza; e para efetivar um principado na segunda seria imprescindível subjugar toda a cidade com a criação de uma diferenciação entre os nobres e a população (DRSF. XII). Ainda que não se estude todos os artifícios retóricos utilizados pelo escritor, as ordenações necessárias para manter o *stato* e a liberdade devem ser adequadas para a ocasião, pois seria abominável, desumano e indigno tentar uma ordenação diversa da necessária, em privilégio de uma parte e contrário ao bem comum (DRSF XIX-XII)⁷⁶. Novamente, em uma escrita que visa a interesses diversos em seus interlocutores, o autor submete suas ideias ao escrutínio daqueles que possuem poder de execução tentando satisfazer os *umori* desses, mas também avaliando as ambições das outras partes civis para o estabelecimento e para a manutenção de um *stato* estável em Florença. Defende, portanto, a criação de uma *vera Republica* em Florença, pois essa cidade não é uma *matéria apta* a principados e houve a perda do instrumento necessário para tal⁷⁷. Para atender aos desejos dos destinatários, possíveis patronos, projeta Maquiavel aumentar a autoridade papal, i.e., a casa dos Médici, e manter seguro seus aliados, ao passo que considera necessário também satisfazer as outras parcelas da população.

2.3 Diferentes Formas de Regime e Diversos modos para Fundar uma Ordenação Civil

As discussões sobre as predileções políticas de Maquiavel no contexto do desenrolar histórico das ações políticas de Florença possuem nas relações do autor com a cada dos Médici

⁷⁶Destaca-se, assim, uma crítica aos *Gentiluomini* de Florença e aos moldes oligárquicos das ordenações dessa cidade, visto que pensam apenas nos benefícios de suas facções e não no todo do corpo social. Evidencia outras formas de regime, e.g., França e terras germânicas, em que os nobres, os reis e os príncipes submetem aos povos e geram uma hierarquia, a qual não seria possível em Florença, pois os *Umori* dos *strata* sociais devem ser satisfeitos e nunca serem esquecidos. Defende o secretário florentino, portanto, a forma republicana de governo como a mais apta a sua cidade natal em consonância com os tipos de cidadãos elencados pelo autor.

⁷⁷ Alusão à morte do jovem Lorenzo de Medici, duque de Urbino.

um vasto material textual. A história pessoal, política e institucional com essa nobre família, perpassando mudanças de regimes e as argumentações intelectuais do secretário, integram as interpretações posteriores de sua posição sobre os regimes de governo. Entre *Il Principe* e as *Istorie Fiorentine*, aproximadamente entre 1513 e 1527, a sobrevivência pessoal do autor e a organização da cidade parecem caminhar *pari passu* com o destino dos Médici (NAJEMY, 1982, p. 551-576). Seus argumentos sobre a melhor forma de regime para sociedades e organizações sociais específicas não privilegiam considerações monárquicas ou republicanas, tampouco excluem uma dessas possibilidades ou as ações necessárias para o estabelecimento de uma ordenação civil dessa poderosa família (BUTTTTERS, 2010, p. 64-80). Embora ignorado para altas magistraturas, mas aceito a ponto de ser comissionado a opinar e a escrever, Maquiavel mostra ao longo do *Discursus* os modos pelos quais a forma de regime ideal é um ato de bondade e de piedade; uma honra possivelmente maior do que a conseguida pelos antepassados; além de indicar a possibilidade de proteção dos amigos, a não ser que eles queiram privilégios excessivos. Expõe, portanto, uma relação dinâmica com os Médici, mas também que as formas de ordenação civil devem sempre estar atentas à ocasião (JURDJEVIC, 2007, p. 1228-1257).

As mudanças nas ordenações e magistraturas existentes é um passo para minimizar o dano das ordens anteriormente vigentes na cidade, pois quando as coisas não estão bem ordenadas, melhor extinguir ao máximo as velhas coisas, pois menos restará do que seja danoso (DRSF XIII). Para ordenar uma República, satisfazendo os *Umori* de todos os que compõem a *civilidade*, Maquiavel sustenta que o fundador deve ser atentar para a *qualità di uomini*⁷⁸: *notáveis*⁷⁹, medianos e a população em geral (DRSF. XIV). Não entender essas qualidades descritivas dos agentes civis, não fornecendo as satisfações necessárias, propicia a *ruína da ordem*, a perda do *Stato* (DRSF. XIV).

Busca-se, assim, capacidade de mando e reputação a essa ordenação do poder no *Stato* (DRSF. XVI -XVII). Propõe-se a eliminação das consultas a homens privados, algo visto como pernicioso para a República, por considerar que os homens *graves* e de *autoridade* ocuparão as novas magistraturas (DRSF. XVI -XVII). Das três qualidades de homens destacadas, o proponente alerta para os três níveis existentes em uma República, os quais devem sempre trabalhar para o bem público e para as condições de sustentação da *civilidade* (DRSF. XVIII). As reformas nas funções públicas almejam, na exposição do secretário, a saciar os cidadãos de tal forma que não exista *desunião* e a criação de *facções* que ameacem a ordem estabelecida

⁷⁸ Tradução literal: “A qualidade dos homens”. (D. I. 3-6; P.IX; IF III.1, VI.1)

⁷⁹ Texto original: “*primi*”.

(DRSF XVIII)⁸⁰. Tal posição não significa a inexistência de conflitos, mas a busca pela ordenação da cidade a exemplo das relações entre os patrícios e a plebe da Roma antiga⁸¹. Em sua argumentação, portanto, propõe-se a redução de ordens anteriores, estabelecimento de novas que satisfizessem todos os tipos sociais e mantivessem a autoridade da Casa dos Médici e a proteção de seus amigos (DRSF. XIX).

Assim, fornecer-se-iam *maestà*⁸² aos que possuem *animo elevato* e diversos modos de participação ao restante da população, ao mesmo tempo em que manter-se-ia a autoridade com a casa dos Médici pelas *armas, pela aplicação da justiça, pela ação legislativa e por mecanismo de escolha dos chefes no Stato* (DRSF. XX). A *Universalità*, a terceira e mais baixa estratificação social, nunca será satisfeita a não ser que tenha alguma autoridade, o que não é seguro para os Médici⁸³. Desse modo, propõe concessões em parte e promessas para dar confiança a essa parcela da população e manter a ordem (DRSF XX)⁸⁴. Não abrir modos de representação, mesmo para as camadas mais baixas da estratificação social, não é aconselhável, pois todos que se oponham à nova ordem estabelecida tentarão usar aqueles que se sentem excluídos das benesses do *stato* (DRSF. XXI). Assim, reiterando a premissas que a estabilidade da República requer a satisfação do *umori* de todos os seus cidadãos, é melhor que essa representatividade exista, ao ser inaugurada em *termos e modos* seguros, tolhendo a chance de ser usada contra o *stato* a ser criado na ausência de uma liderança plena de *Virtù* e de força. Argumenta-se, portanto, que visto ser a vida do eminente papa finita, faz-se necessário estabelecer ordens e normas que permitam a manutenção do regime proposto (DRSF. XXII).

Em sua proposta, Maquiavel mantém uma autoridade monárquica à casa dos Médici (DRSF XXV), ao mesmo tempo em que se preocupa com a estabilidade da ordem do *stato*. Expõe Maquiavel, desse modo, dois pressupostos defendido alhures: a limitação da *Virtù* a um

⁸⁰ Não significa a inexistência de conflitos devido a interesses díspares, i.e., diferentes *Umori*. Conforme salientado nos *Discorsi*, esses conflitos são responsáveis pelo engrandecimento e pelo fortalecimento das Repúblicas. Todavia, a não satisfação dos *Umori*, inicia uma partição na ordem, que se não for controlada, pode ocasionar a ruína do *stato*.

⁸¹ Leitura essencial de Maquiavel nos *Discorsi*, pela qual exalta a grandeza das formas republicanas romanas devido aos *tumulti* entre os *Nobili* e a *Plebe* (D. I.4-6). Todavia, evidencia-se também o mesmo uso do termo nas descrições das ações eclesiásticas nas divisões políticas das *comune* italianas, as quais provocavam divisões e desuniões internas – condições distintas da reconstrução histórica da Roma antiga (IF I.5).

⁸² Tradução literal: “majestade”. Tradução contextualizada: “honras públicas”.

⁸³ Acredita o secretário não ser sábio quem defende que a população possa estar satisfeita afastada das decisões da cidade; por outro lado, eles precisam ter os *Umori* satisfeitos, com uma restituição de certa autoridade. Todavia, mesmo que mínimo seja restituído, tornar-se-ia um perigo para os Médici. Deve-se, portanto, prometer e controlar aquilo que é dado (DRSF XX).

⁸⁴ Assim, ao prometer acessos a decisões e entregar apenas parcialmente, prescreve-se para a *universalità* dos humanos os mesmos métodos utilizados por Cosimo e Lorenzo, pois ao fraudar as eleições e fazer crer que a população elegeisse algumas magistraturas e representantes, manter-se-ia a ordem e satisfaria os anseios dessa parcela dos cidadãos.

indivíduo; e o melhor meio de conservação da ordem recai na coletividade. Variadas são as passagens em *Il Principe* nas quais a *Virtù* de um único humano, perante as vicissitudes políticas e a Fortuna, é essencial para a obtenção da ordem (P. III; VI; VII; VIII; XVII; XIX). Todavia, as formas de regime que se sustentam na *Virtù* de um único indivíduo tendem a não ser duráveis, visto que na ausência desse, impera tensões e desordens (D.I.11). No caso particular dessa proposta de reforma do *stato* de Florença, a *Virtù* da fundação não resistiria à morte do papa Leo X e de seus representantes, carecendo, portanto, de uma contínua e sistemática ordenação do *stato* (DRSF XXII-XIV). A preservação da ordem social pela coletividade é um caminho construído no desenvolvimento argumentativo dos *Discorsi*, a ponto de defender que o amor à pátria deva estar acima das honras ou interesses pessoais (D.III.47). De fato, as repúblicas devem agir de acordo com as necessidades que são apresentadas diariamente (D.III.49), e a coletividade (*multitudine*) é mais constante e mais sábia nas decisões do que um único indivíduo (D.I.58).

Embora a fundação de novas ordens possa carecer de ação individual e virtuosa, a manutenção ao longo do tempo possui maior possibilidade de estabilidade e de sucesso devido à criação de leis e magistraturas. Dentre as instituições para a manutenção da ordem, destacam-se os cargos para punir desvios de conduta da liderança⁸⁵ e aquelas que se encarregariam dos recursos legais e da punição para os abusos de poder. Além de delimitar as possibilidades de recursos para bem conduzir a cidade, deve-se atentar para a dificuldade existente em punir os poderosos, pois muitos podem ser vistos como acima da ordem estabelecida (DRSF XXIV). Desse modo, o anonimato e a força da lei devem atuar na proteção da ordem e dos cidadãos. Tal tema já havia sido tratado nos *Discorsi*, em que a possibilidade de acusação é uma autoridade útil e necessária na manutenção da liberdade contra os abusos de qualquer cidadão, conselho ou magistratura (D.I.7).

Na ausência do Papa e do Cardeal, uma República; de fato, um Principado, pois esses possuiriam *as armas, os julgamentos e a legislatura* (DRSF XXV.). Os amigos que queiram viver de seus próprios ganhos, e não desejam viver a expensas de outros, não precisam temer, pois estarão sob a autoridade do Papa e com altos cargos na magistratura; os demais integrantes da *civilidade* receberiam autoridade, funções e promessas para suas respectivas satisfações. Observa-se nas palavras de Maquiavel um furor contrário às formas oligárquicas ou aos modos de sustentação dos *gentiluomini* que se repercute em suas posições sobre a história de Florença,

⁸⁵ Caçar a autoridade de um agente público que opere contra a *civilidade*, ocasione uma *desunione* na cidade ou ainda opere contra o bem comum por *astúcia* é mandatório. É dada uma *licença* de governo, a qual pode ser retirada se for mal conduzida (DRSF XXIII).

mas também nas concepções de sustentação das cidades no período da Renascença. Nas palavras de Riccardo Fubini, há uma provocação aos modos tradicionais herdados dos regimes feudais, os quais eram alicerçados em abusos e em sistemas de sustentação de elites (FUBINI, 2007, p. 41-44).

Maquiavel mescla suas concepções sobre a maior honra recebida devido às ações feitas em prol da pátria⁸⁶ com os louvores aos fundadores das novas ordens políticas⁸⁷ para proclamar a casa dos Médici a agir, apelando para a glória pessoal e para a memória coletiva (DRSF XXVI-XXVII). O desejo de honra e de realização perpassam os núcleos familiares e atingem o reconhecimento da pátria. A superação dos antepassados dos Médici é complementada pelos maiores louvores possíveis de serem atingidos (e.g. Sólon e Licurgo). A seu tempo, Maquiavel somente pode *fazer por escrito* àquilo que o Papa e o cardeal podem fazer em ato, tornando-se, nesse paralelo, um novo Platão ou um novo Aristóteles. Há um significativo argumento retórico, perpassando não apenas os interesses dos interlocutores, mas a concepção de Maquiavel sobre o ser humano – à luz de suas concepções sobre a Antiguidade clássica. Desse modo, manter o *stato* sem reformá-lo, esperando que uma possível aliança seja feita com algum poderoso invasor é muitíssimo perigoso, instável e propenso a muitos acidentes. Há muita confusão e extrema insegurança, pois aqueles que querem manter seus privilégios estão atônitos, sem o conhecimento e sem o poder de efetivar a ordenação necessária⁸⁸.

Precisa-se estabelecer a ordem sem muitos custos para a sua manutenção (DRSF XXVIII); os perigosos são enormes devido à instabilidade e à desunião; os *umori* devem ser satisfeitos para criar-se uma ordem que proteja Florença: de um *aventureiro impulsivo e tumultuário* que faça uso das armas e da violência a ponto de instaurar um *stato* tirânico (DRSF XXVIII), ou de uma demagógica abertura das magistraturas e cargos públicos que usaria a população como presa (DRSF XXVIII). Assim, visto que as *formas intermediárias de regime* possuem curta duração e oferecem grandes perigos por conta de suas instabilidades inerentes, Maquiavel propõe ordenar uma *vera republica* em Florença pela maior igualdade existente entre os seus cidadãos, pois a partir dessas ordens civis, firmes em si mesmas (DRSF XVIII), com uma distribuição de cargos e honras para a satisfação dos *umori*, evita-se que *medos* ou *ambições* desmedidas proporcionem a ruína do *stato* e a perda da liberdade.

⁸⁶Ao discutir a língua falada pelos florentinos e as demais *comune* italianas, Maquiavel defende uma relação de vitalidade entre as ordens políticas e a linguagem. Os debates com Dante, portanto, recaem na defesa desse de uma língua curial, a ponto de retirar a honra devida de sua pátria, Florença. Desse modo, destacam-se as ações em prol da pátria, em todos os níveis, como a maior satisfação do humano (DL I-IV).

⁸⁷ Destaca as relações entre as ordens políticas e religiosas (D.I.10).

⁸⁸ A necessidade de reformar as formas de regime exige ações contínuas para a manutenção da ordem (D.I.9; D. III. 49).

No *Discorso Sopra Il Riformare lo Stato di Florença*, há variados pontos de articulação entre as propostas encontradas em *Il Princípe*, especialmente os conselhos para não deixar passar a *ocasião* e as exortações para ordenação de um *stato* forte, e nos *Discorsi*, especificamente o aperfeiçoar das ordens públicas em suas contínuas reformas diante das mais adequadas formas de regime para cada cidade. Nesse projeto de reforma política, a mesclar as experiências obtidas na chancelaria e algumas percepções teóricas contidas nos famosos textos supracitados, a *Questão Maquiavélica* não é solucionada, visto que o texto mantém a ambivalência dos regimes possíveis para as situações mais adequadas: um *paradosso tipicamente Maquiavelano*⁸⁹. Conforme exposto no desenvolvimento dessa leitura, ao salientar a inexistência de um República ou de um Principado efetivos em Florença, discute-se a fragilidade do *stato* e as formas necessárias para restaurar e resguardar as ordens. Jean Jacques Merchand, portanto, avalia a grande relevância desse escrito político para as reflexões teóricas e historiográficas de Maquiavel. Ademais, diante dos estratos sociais verificados e os modos compatíveis de governo perante os processos historiográficos e políticos de Florença, a satisfação dos *umori* nessa cidade exige “*una monarchia travestita da repubblica*” – uma monarquia transvestida de República. Ao mesclar observações históricas e reflexões políticas sobre Florença, as lições do passado e os exemplos presentes, aos moldes do pensamento latino antigo, o dinamismo dos conflitos sociais, as necessidades de constante satisfação das parcelas da população e o povo dessa cidade formam as características de um *governo largo*; todavia, a ocasião e a reputação da casa dos Médici propiciam o comissionar de uma grande missão para a articulação de um *vivere libero* em prol da *libertà* mediante atos de um *governo stretto* (ANSELMINI, 1996, p. 207).

Desse modo, além das contradições, das ambivalências e dos paradoxos que as propostas do secretário florentino possam suscitar, evidenciam-se em seu discurso um amor incondicional à *pátria*, na qual o vivenciar da liberdade não deva restringir nenhuma forma de regime a brigas entre facções, mas na promoção do bem comum. As similaridades nas argumentações do *Princípe* e dos *Discorsi*, especialmente as necessidades de ordenação e reordenação do viver civil mediante armas, violência e convencimento são pensadas em detrimento da corrupção, por um Maquiavel maduro a refletir sobre as mudanças nas formas de regime perante a impotência humana de sustentação da ordem e do bem comum (LARIVAILLE, 1996, p. 97-120). Não há uma prevalência para uma ordenação civil ou regime político, visto que qualquer um desses deve estar adaptado às circunstâncias, às ocasiões, aos povos e às necessidades. Nesse contexto,

⁸⁹ Tradução literal: “um paradoxo tipicamente maquiaveliano” (MARCHAND, 2014).

há uma pluralidade de práticas a serem utilizadas, inclusive o co-pertencimento de ideias e organizações que possam ser comumente aceitas como antagônicas.

Uma paixão pela cidade, uma compaixão por seus cidadãos e um compadecimento pela devastação sofrida ao longo do tempo perpassam as pessoas, as instituições, as formas religiosas, as expressões culturais, a língua e todos os domínios das ações humanas (VIROLI, 2003, p. 29-40). As famosas antíteses, a perpassar todo o corpus do autor, sobretudo mediante seus artifícios retóricos, mostram-se também presentes nas discussões sobre as formas de regime. De fato, as associações ao humanismo cívico italiano e às discussões a respeito das ordens republicanas possibilitam resgatar o pensamento do florentino de interpretações monárquicas e, em muitos casos, tirânicas. Todavia, a analogia com a República Romana antiga e as inter-relações com o pensamento renascentista não necessariamente significa uma adesão plena a uma ordenação específica. Ao destacar a necessidade de constante reformulação e a preservação da ordem civil, evidenciam-se formas híbridas de condução política (JURDJEVIC, 2007, p. 1228-1257).

Os leitores da obra de Maquiavel devem atentar-se para o dinamismo dos regimes políticos, e suas inerentes crises, a partir do qual o pensamento do secretário florentino empenha ferozes e contínuas ações contra a corrupção da ordem para a manutenção do *stato*. Distinguem-se, portanto, principados e tiranias ao mesmo tempo em que são ponderados os limites da autoridade das formas de regime, assim também a formação de magistraturas ordinárias, em tempos extraordinários, para a preservação do *vivere libero*⁹⁰. A corrupção das ordenações civis e dos regimes políticos são inevitáveis, assim, todas as formas possíveis devem ser usadas conjuntamente para conter tais degenerações devem ser usadas adequadamente (D.I.2).

Os intensos e constantes debates sobre a predileção do autor florentino a um regime específico contêm interesses políticos e institucionais próprios nos variados contextos de recepção de suas obras e de suas interpretações políticas (CORTINA, 1999, p. 170-191, 199-206; GIORGINI, 2013, p. 625-640). A *Questão maquiavélica*, decorrente dessas múltiplas interpretações, não possui uma resolução definitiva e corrobora reações presentes nos estratos mais amplos da cultura ocidental, as quais também registram discursos intitulados *anti-maquiavélicos*. Os estadistas Napoleão e Frederico II são exemplos importantes de uma atestação dos meios pelos quais as obras e os pensamentos de Maquiavel são recebidos nos séculos seguintes. Tais governantes não se interessam, ou dedicam seus estudos, a outras

⁹⁰Ao atualizar o pensamento de Maquiavel aos regimes democráticos dos Estados Nacionais modernos, Marco Genna considera ser a ditadura uma "*via ordinária*" em que devem ser enfrentados os "acidentes extraordinários" na vivência das repúblicas (GENNA, 2017, p. 81-132).

produções intelectuais ou aos ofícios do secretário florentino, a não ser *Il Príncipe*. O primeiro, tradicionalmente, possui supostas anotações constantemente publicadas juntamente ao texto, correspondendo a diferentes períodos de sua trajetória nas funções públicas e no governo do Estado francês. Desse modo, assume o texto de Maquiavel aos moldes de um manual e, em alguns pontos específicos, aproxima sua interpretação de uma profecia do pensador florentino a ser realizada em sua pessoa, especialmente no caso da conquista e unificação dos Estados italianos (MAQUIAVEL, 1977)⁹¹. Por sua vez, o anti-maquiavel de Frederico II, revisado por Voltaire, busca uma refutação radical e total dos preceitos defendidos pelo pensador florentino em *Il Príncipe*, tidos como falsos raciocínios utilizados para o engano (FREDERICO II, 2014). O famoso diálogo de Maurice Joly entre Maquiavel e Montesquieu salienta as posições republicanas do florentino, mas propicia uma reflexão sobre “*essa figura enigmática*” para além de uma análise da tirania em uma promoção da república em busca da ordem social. (WAGGONER, 2003, p. 293-320).

A escolha de algumas passagens, na maioria das vezes descontextualizadas, não serve para emoldurar os textos do escritor florentino em uma defesa plena ou em uma condenação absoluta de um determinado regime político. Bastante comum a associação de um *Maquiavelismo* a ações desprovidas de uma constatação ética e humanitária, associado diretamente a constantes conflitos belicosos que propagam modos de sustentação de regimes totalitários e excluem formas democráticas de ordenação social e a liberdade de todos os cidadãos (MARITAIN, 1942, p. 1-33). Todavia, conforme atestado nas leituras da obra de Maquiavel, tais interpretações não correspondem às premissas e às considerações do autor. A criação de uma ordem civil que sustente o *vivere libero*, satisfaça os *Umori* das distintas estratificações sociais e promova a *libertà* é um dos objetivos mais nobres que o humano possa almejar, mesmo que para isso deva amar a pátria acima de si mesmo, de seus interesses pessoais e de seus mais próximos companheiros. Os regimes políticos são avaliados de acordo com as circunstâncias, em uma constante tentativa de promoção da *Virtù* diante das imponderáveis ações da Fortuna (GIORGINI, 2008, p. 230-256). Ao distinguir as formas jurídicas e o pensamento dos regimes políticos, em suas heranças antigas e medievais nos escritos de Maquiavel, Giovanni Giorgini salienta a presença de atos necessários para o estabelecimento e para a sustentação de uma ordem civil, também diante de seus respectivos processos educativos

⁹¹ É bastante discutida a autoria das notas sobre o texto de Maquiavel, as diversas edições e os impactos concretos dessa possível leitura (GIORGINI, 2013, p. 637). A construção de manuscritos e imagens a respeito do político francês, inclusive em pretensos manuscritos encontrados nos pertences pessoais de Napoleão, associam suas leituras, comentários e pretensas notas pessoais (BENOIST, 1907, p. 4-8).

concretizados pela escrita. Ao avaliar as interpretações a respeito da Tirania desde a antiguidade e no humanismo cívico italiano, Giorgini constata que a condenação da Tirania está presente no corpus do autor florentino, mas também a possibilidade de um regime monocrático que busque preservar o *stato*, a ordem civil e *libertà*. Conclui, assim, que o tempo, a ocasião, as circunstâncias indicam as formas de regime mais apropriadas, visto que essas não são modelos ideais a serem alcançados, mas meios de obtenção da glória humana.

O discurso entregue à casa dos Médici, em uma possível crise institucional, é fruto de um percurso teórico e político de Maquiavel, a mesclar suas experiências na chancelaria e com as coisas modernas - " *cose moderne*". Essa ampla vivência pessoal propicia elementos cruciais por meio das quais Maquiavel aprimora suas reflexões políticas e históricas a respeito de sua cidade (INGLESE, 1982, p. 41-50). Em momentos marcados por variadas metamorfoses institucionais em toda a extensão da península itálica, recorrer à Roma antiga e aos acontecimentos recentes por reflexões históricas, políticas e literárias é de vital importância nos caminhos possíveis e nas degenerações das formas de regime (MARTELLI, 1996, p. 15-31)⁹².

Observa-se, portanto, uma pluralidade de regimes possíveis na fundação e na refundação das ordens civis na defesa da liberdade nos escritos de Maquiavel. Os bons governantes devem estar sempre aptos a utilizarem todas as formas possíveis, adequadas às necessidades e as circunstâncias, visto não existir um regime perfeito e acabado, mas as coisas humanas estarem sempre em contínuas transformações. As múltiplas faces dos Maquiavelismos ao longo da história da interpretação do autor florentino desvelam nuances dessas propostas em novos contextos históricos, perpassando ambiguidades e ambivalências presentes nos modos das relações legislativas e sociais, sobretudo imperiosa defesa da liberdade nos conflitos sociais e no combate à corrupção. Assim, não há uma certeza prévia a respeito do regime político e de seus modos de ação, podendo inclusive haver um co-pertencimento de perspectivas opostas, desde que o bem comum seja preservado.

⁹² Esse autor discute as possíveis datas, juntamente às relações filológicas e semânticas do *Il Principe*, dos *Discorsi* e da *Mandragola*, evidenciando os possíveis percursos para o estabelecimento das ordenações civis e a crítica social reunida na famosa comédia.

3 DÍADE VIRTÙ-FORTUNA NA FUNDAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ORDEM EM MAQUIAVEL

A eminência da paridade entre *Virtù* e *Fortuna* para a compreensão do pensamento de Maquiavel é largamente atestada por seus comentadores. O par *Fortuna-Virtù* é discutido nas diversas análises críticas do pensamento de Maquiavel e, embora tais termos possuam origens e tradições bem determinadas ao longo do pensamento latino, principalmente específicas considerações medievais e reflexões do humanismo cívico, eles também mantêm suas características elusivas ao longo das argumentações de Maquiavel, possibilitando inúmeros debates acadêmicos (MANSFIELD, 1998, p. 6-52; SKINNER, 2004, p.160-186; POCKOCK, 1975, p. 31-48; WHITFIELD, 1943, p. 222-225; PRICE, 1973, p.315-345; 1977, p. 588-631; 1982, p. 383-445). Deveras, os diversos trechos em que a ideia de *Virtù* se apresenta possuem uma variedade de significados, os quais “atordoam” ao leitor e geram uma suspeita de “inconsistência”. Entre os temas centrais relacionados, a busca por glória, o vigor, a audácia e a possibilidade de efetuar o aparentemente mal quando necessário se destacam (GILBERT, 1951, p. 53-55). Assim, Felix Gilbert conclui que Maquiavel enfatiza a força vital e o funcionamento do corpo social pelas características medicinais, associadas a energias de um organismo para o seu bom funcionamento.

A díade *Virtù-Fortuna*, central nos discursos de Maquiavel, manifesta as ambiguidades e as ambivalências necessárias para a contínua preservação da liberdade, nas ordenações internas da cidade e nas ações necessárias para a defesa contra inimigos externos. Imprecisões e incertezas sobre as ações efetivas para cada cenário são complementadas pela coexistência de elementos aparentemente opostos, mas viáveis em determinadas escolhas possíveis nos contextos sociais e políticos descritos pelo escritor florentino. A Fortuna, ao dissolver todas as coisas humanas, promove um movimento contínuo e ininterrupto, modificando todas as coisas sem que os humanos possuam qualquer controle sobre suas ações. Ela personifica, portanto, a ambiguidade em suas máximas expressões de incerteza, ao mesmo tempo em que possibilita a criação de uma ocasião adequada, mesmo por causas aparentemente não favoráveis. Os modos pelos quais a corrupção é vista nos escritos de Maquiavel salientam essas características, visto que a dissolução das ordens estabelecidas é um elemento intrínseco às coisas humanas, mas também indispensável para a refundação. Por sua vez, a *Virtù* personifica a ambivalência das ações humanas em sua busca incessante para a manutenção da liberdade, utilizando de meios ordinários e extraordinários, força e sagacidade, ações enérgicas e flexibilidade, treinamento militar e discursos diplomáticos. Todavia, diante da instabilidade e da mutabilidade das coisas

humanas, nada está definido previamente e, portanto, a *Virtù* não pode ser apreendida em sua totalidade sem a realização efetiva do desejo pela glória civil.

Existem inúmeras tradições latinas e medievais que discutem a Fortuna e as ações humanas possíveis, fornecendo aos autores renascentistas uma série de imagens e reflexões exploradas por Maquiavel em suas variadas obras. Compreender os discursos intelectuais que relacionam esses termos no *Umanismo* e no *Rinascimento* italianos permite uma apreciação das obras de Maquiavel em sua situação particular e a partir de suas concepções intelectuais. As constantes dualidades e interações entre *Fortuna* e *Virtù* são constatadas em variados autores do humanismo cívico italiano. Diferentes escritores, e.g., Petrarca, Salutati e Bruni, enfatizam maior participação política e social, mesclando embasamento racional, consideração moral e as discussões sobre as formas dos regimes políticos. A idealizada passagem de uma *via contemplativa* para um entendimento ativo no decorrer do humanismo cívico italiano não é facilmente sistematizada e requer uma erudição histórica a destacar experiências e percepções particulares ao longo do tempo nos autores supracitados (POCOCK, 1975, p. 3-155).

As inter-relações entre justiça, liberdade e ambição, juntamente a novas tendências historiográficas a revigorar tradições do mundo antigo, demandam comprometimento pessoal e público, na exaltação das potencialidades e dos limites humanos. Atesta-se que a harmonia alcançada pelos antigos poderia ser reestabelecida pelo estudo de suas obras literárias e artísticas, necessitando desejo, disposição e ações concretas dos contemporâneos para a reconquista das riquezas e dos tesouros expressos pelo pensamento clássico (GARIN, 1978, p. 16-28).

Evidencia-se, portanto, a relação constante entre *Virtù* e *Fortuna* ao longo do desenvolvimento intelectual medieval, em especial algumas tradições latinas que ganharam grande destaque no *Rinascimento Italiano*. A proclamação de uma *via ativa* no humanismo cívico italiano requer uma ação intelectual vigorosa para as melhores formas de organização social nas quais os ideais antigos poderiam se atualizar em uma possível glória presente. O tema da *liberdade*, em conexão com o pensamento Republicano de Maquiavel, é um dos exemplos ilustres deste período: opõe-se a uma tradição considerada omissa e sem força. As concepções a respeito da liberdade devem considerar as características coletivas e individuais, mas também as constituições internas e externas às *comune*. Ademais, conforme salienta Newton Bignotto (p. 21-28), as formas dos regimes políticos, o controle à corrupção e a ideia de um tempo circular são considerações importantes para uma compreensão abrangente da liberdade em Maquiavel (BIGNOTTO, 1991, p.21-28; p.38-51). No caso particular das principais correntes do pensamento cívico italiano, a discutir as noções de liberdade, exige-se uma compreensão

histórica de Florença e das tradições intelectuais subjacentes ao Humanismo Cívico, sobretudo devido às recepções – assimilações e transformações – de autores particulares (45-49). Os desenvolvimentos variados sobre a liberdade tendem a preservar uma harmonia entre ação e pensamento, incluindo debates gradativos sobre aquilo que seria, posteriormente, entendido como realismo político. Ao se discutir as formas de governo, busca-se estipular independências e autonomias externas e, simultaneamente, discutir as organizações internas às *comune*, e.g., sistemas, atividades, acessos, princípios de igualdade. As constantes guerras demandam práticas políticas que visem à unidade interna necessária para o acesso e a conservação da *liberdade*, independente dos sistemas políticos escolhidos, mas que considerem a “*necessità*” e a “*ragione*”, as quais posteriormente poderiam assumir formas republicanas (BARON, 1993, p. 443-447). Há, neste fervor político-intelectual, uma variedade imensa de práticas econômicas e culturais a perpassar todos os níveis do tecido social (BRUCKER, 1983). Dentre essas, destacam-se características oligárquicas, normas de comportamento, desejos de expansão comercial e variadas formas de controle social.

A participação política e a consistência racional das ações humanas são harmonizadas por concepções teóricas e práticas em que as melhores formas de organização social abranjam uma *via contemplativa* e uma premissa *ativa*. Evidenciam-se, neste contexto, diferentes concepções sobre a díade *Virtù-Fortuna* (SKINNER, 2002, p. 88-112). As diversas tradições do humanismo cívico, correntes de pensamento e desenvolvimento de autores particulares, possibilitam uma discussão sobre os variados meios de compreensão das concepções cosmológicas, políticas, retóricas do período, as quais devem ser estudadas para um melhor entendimento das propostas e das constituições das variadas obras de Maquiavel. As heranças antigas, medievais e humanistas não podem ser ignoradas para uma melhor compreensão das ideias e das propostas de Maquiavel. Os diversos meios de interagir com as múltiplas formas destas tradições culturais permitem uma discussão sobre *continuidades* e *descontinuidades*, ou ainda, as relações entre originalidade e inspiração, na concepção de uma proposta intelectual (LEFORT, 2012, p. 3-10). Dentre as variadas tradições propostas nas diversas formas e características presentes nos movimentos humanistas, as relações entre *texto, história e ação* permitem uma distinção entre uma via contemplativa e um agente intelectual a perpassar as ordens políticas institucionalizadas. Os trabalhos de Petrarca são exemplos incontestes a respeito da possibilidade de capacitação humana visando ao envolvimento civil mediante considerações morais e artifícios retóricos. A necessidade da ação, desvela uma correlação entre as compreensões sobre a lei, a verdade e a retórica.

A Fortuna, ao atingir a todos e ser perpetuada pelas ações de todos, dissolve tradições e considerações estáveis, associando-se, invariavelmente, à ação inexorável do tempo e suas transformações. No desenrolar político das sociedades renascentistas italianas, a descrição de um quadro político desolador, perante as aparências republicanas arquitetada pelos Médici, requer uma oposição à inércia e um desprendimento dos interesses pessoais nas ações civis. Neste contexto, portanto, a *Virtù* pensada por Cavalcanti opõe-se a uma forma de tirania, sobretudo em face das aparentes decisões coletivas realizadas nas assembleias. Os usos de inúmeros artifícios para a manutenção do poder, dentre os quais a retórica, a força e outras manobras, caracterizaram as “*patriche*”, seja em sua aparente decisão coletiva ou ainda mediante seus traços notórios de dominação política, cabível de ser entendida aos moldes de uma tirania (BIGNOTTO, 1991, p.35; p.66-74).

Tais considerações possuem suas raízes em desenvolvimentos intelectuais apresentados desde a Grécia antiga, em que a Fortuna é honrada e temida, responsabilizada pelos acontecimentos e vista como propulsora das ações humanas⁹³. A *Tyche* transforma o rico em pobre; é generosa e cheia de caprichos; encontra-se em todos os eventos do mundo. Por ser imprevisível, indomável e sem meios de ser entendida racionalmente, apresenta-se como algo maligno a perpetuar as limitações e a miserabilidade humanas. Todavia, por meio da *Tyche*, mediante suas atividades a promover inevitáveis mudanças, os sucessos das ações humanas são obtidos, ordenações políticas são estabelecidas, impérios são conquistados. Ao não poder ser controlada, ela insere incertezas, mistérios e dúvidas a ponto de conduzir todos os humanos, e.g., atletas, heróis, pescadores, governantes, a refletir sobre suas vitórias e seus fracassos, suas potências e suas limitações. Por um lado, a eficiência nos atos humanos deve ser cultivada; todavia, a *Tyche* torna os fracos, fortes; reduz os ricos à miséria; fornece dádivas a quem não as pode encontrar por suas próprias forças; retira as possibilidades daqueles que possuem os meios necessários de obter aquilo que desejam. Não há explicação plausível e razoável para suas ações, mas ela não pode ser unicamente responsabilizada pelos acontecimentos, visto não coadunar com a imprudência.

Há, ao longo das inúmeras trocas simbólicas entre as eras helênicas e romanas, asserções sobre a imprevisibilidade e, em decorrência, malignidade da *Tyche* e da *Fortuna*; todavia, concomitantemente, existem as posições que realçam os sucessos imperiais e promovem uma

⁹³ Essas ideias foram desenvolvidas alhures (de ASSIS 2019, p. 301-309). Nesse ensaio foram destacadas algumas imagens nas odes de Píndaro, nas reflexões dos tragediógrafos Ésquilo e Eurípedes, em algumas discussões filosóficas de Platão e Aristóteles, assim também nas fábulas de Esopo. Diante da impossibilidade de uma racionalização precisa, sobretudo diante de um sistema causal adequado, evidenciam-se as imagens pelas quais a *Tyche* passa variados estratos da sociedade helênica antiga.

avaliação positiva dessas inexoráveis mudanças. Mediante conexões e desconexões no ato receptivo, as concepções da Fortuna no mundo romano também são manifestas em todas as estratificações sociais, associando-se aos sucessos imperiais, mas também realçando suas ambiguidades e ambivalências (POLLITT, 1994, p. 12-17; BROUCKE, 1994, p. 33-49; CANTER, 1992, p. 64-82.). Pode-se considerar que as ponderações cristãs, ao proporem a graça e a providência divinas, desarticulam as características do imponderável mediante expressões e realizações escatológicas e apocalípticas (POCOCK, 1975, p. 31-35). Todavia, as plurais articulações desses conceitos devem ser consideradas em seus contextos particulares, nos quais Providência e Fortuna podem estar amalgamadas, devido às ações benéficas nas quais o humano pode encontrar refúgio, conforto e salvação. Essa diversidade de entendimentos é mais bem exemplificada em algumas passagens de Agostinho e de Boécio, nas quais as adversidades ocasionadas pela Fortuna preparam o humano para realizar o necessário (van EGMOND, 2018, p. 22-58; BOETHIUS, 1978, II.7-8). As reflexões cristãs ressaltam, assim, o governo divino e suas inegáveis ações para o bem humano nas articulações do *summum bonum*⁹⁴. Esta relação entre *Providência*, *Fortuna* e desconhecimento humano das ações divinas é destacada por Virgílio em um pedido de explicação de Dante no quinto círculo do *Inferno* (DANTE, Inf., VII.70-76). Se esse poeta florentino associa a Fortuna à *Intelligenza* e à ordem do universo, Bocaccio relacionará a mesma às possibilidades das ações narradas no *Decameron* ocorrer, embora mantenha a racionalidade e a efetivação da vontade divina (CIOFFARI, 1947, p. 1-13).

Em diálogo com estas tradições, Maquiavel resalta a instabilidade da condição humana por meio de descrições poéticas e considerações intelectuais a respeito da Fortuna, uma força caprichosa que eleva aos humanos e os destrói, aparentando-se a uma mulher caprichosa amiga dos jovens⁹⁵. Em oposição às implacáveis forças da Fortuna, Maquiavel enfatiza a noção antiga da *Virtù* em contraposição ao acaso e às determinações exteriores ao humano, requerendo *flexibilidade* para melhor se adequar às circunstâncias (MANSFIELD, 1998, p. 49-52). Nota-se, portanto, o modo seletivo em que o autor florentino adentra as incomensuráveis vias destas

⁹⁴ A finitude humana em face à complexidade do cosmos é um tema bíblico recorrente, sobretudo na impossibilidade de uma resposta categórica ao mal, e.g., o caso de Jó. Ao adentrar a convolutas, complicadas e complexas transformações da *Fortuna* no ambiente helênico e romano, as reflexões patrísticas discutem cultos imperiais, características civis, percepções populares em consonância a considerações teológicas judaico-cristãs. A graça, a providência e o amor divinos são motrizes de uma nova concepção, restando à Fortuna, em muitos casos, a subserviência. Jerold Frakes, *The Fate of Fortune in the Early Middle Ages: The Boethian Tradition*. Leiden: Brill, 1988, 11-29.

⁹⁵ É-nos impossível registrar, e analisar, todas as aparições do termo e de seus derivados no corpus do secretário florentino. Todavia, tais ilações se fazem notar nas obras históricas, nas ponderações sistemáticas e também nas obras ficcionais. A benignidade, a malignidade, os infortúnios e os sucessos, podem ser vistos tanto pela Fortuna, mas também pela *Virtù*, em atuação na constante flexibilidade humana diante das circunstâncias: *una astuzia fortunata* (uma astúcia afortunada).

tradições antigas, medievais e do humanismo cívico italiano. Cícero, por exemplo, em sua obra *De Officiis*, descreve um bom líder em sua escolha deliberada em evitar a brutalidade e a violência, traçando uma distinção entre *vir* e as bestas. Reconhecendo essa herança, atestada e revivida pelo humanismo cívico italiano, Maquiavel *desvirtua* tais imagens ao propor que o governante deve agir como uma *besta selvagem* em um mundo marcado pelo engano e pela crueldade. Deve-se considerar a proposta do uso da astúcia das raposas e da força do leão. Em outras palavras, não há um modo restritivo nas ações dos governantes, na opinião do pensador florentino, mas tanto a força quanto a astúcia devem ser usadas de maneira coerente de acordo com a situação (P. XVIII; BENNER, 2009, p.197-201). Verifica-se, portanto, que as virtudes cardeais não se associam apenas aos valores e às tradições cristãs medievais no contexto do humanismo e do renascimento italianos. De fato, o hábito de aconselhar as ações dos príncipes relacionava uma conduta pessoal e pública que visava a exposição das qualidades pessoais dos governantes. Afastavam-se, assim, vícios e maus comportamentos como condição de se viver na *res publica* (SKINNER, 2004, p.39-92; p.144-146). Tais considerações estão também nas exposições sobre a Providência, a Fortuna e a Virtude nas tradições latinas, em especial nas discussões do humanismo cívico, nas quais se evidenciam maneiras pelas quais as formas proféticas e apocalípticas, herdadas desde os tempos bíblicos, poderiam encontrar ressonâncias seculares significativas nas formas republicanas em solo italiano desde o final do século XV (POCOCK, 1975, p.31-48).

Os humanistas, seguindo uma corrente interpretativa, fazem uma associação entre *virtus* e *vis*, diferenciando, portanto, qualidades cardeais e força bruta. Por outro lado, Maquiavel insiste que a força é uma condição *sine qua non* para o exercício do governo, seja em defesa das cidades em batalhas, da liberdade, ou ainda na conquista e na manutenção do *stato*. A diferenciação entre algumas ideias associadas à Escolástica e as novas tendências humanistas propiciou inúmeras correlações decorrentes da *via contemplativa* e da *via activa*. Todavia, apesar do desejo de uma obtenção da *gloria mundi*, tais autores conservam algumas posições éticas e morais herdadas da Cristandade (SKINNER, 2004, p.118-159). Machiavelli apresenta a força do leão e a sagacidade da raposa em muitos exemplos: utilização de mercenários; reconhecimento da fragilidade dos estados italianos perante as constantes incursões francesas; treinamento das milícias florentinas; sua opinião sobre profetas desarmados; e louvor aos grandes homens do passado que se ergueram pela astúcia e pela força são alguns bons exemplos (VIROLI, 2002, p. 99-120; VIVANTI, 2016, p.113-117).

Em contraposição a uma vivência considera sem vigor e incapaz de legitimar leis e estabelecer a ordem, a *Virtù* é uma iniciativa pessoal a expressar habilidade, força e astúcia

contra a aflição, a desordem e as misérias – as quais também são decorrentes da Fortuna. O revigoramento dos ideais cívicos nos reinos italianos opõe-se a usos das tradições pretéritas que não enfatizam a realização presente, a *gloria* e a *ambizione*. Nas palavras de Quentin Skinner, faz-se necessária “*a ancient prudence in the face of modern vandalism*”⁹⁶. No caso da obtenção da glória e do poder pelo Príncipe, a *Virtù* é essencial para *mantenere lo stato*, pois decorre de suas qualidades pessoais o sucesso de seus empreendimentos. Skinner salienta, ao interpretar tais passagens, que além da conquista e da manutenção do poder, a *Virtù* é uma condição sem a qual a glória dos grandes homens não poderia ser obtida (SKINNER, 2004, p. 144-145). Salienta o autor em sua descrição do contexto histórico nas quais as reflexões de Maquiavel se sustentavam: os principais objetivos do secretário florentino enraizavam-se na restauração, revisão e desenvolvimento dos modos tradicionais em que as *commune* italianas pensavam o governo livre (161). Acrescenta também que o *bene commune* e o *vivere libero* são alguns dos benefícios que o cidadão comum associa à liberdade e, portanto, o corpo dos cidadãos necessita de uma *Virtù* coletiva que preze pela preservação da vida e da liberdade da *commune* (163-164).

Interpretações relevantes das obras de Maquiavel, invariavelmente sustentam suas avaliações na relação entre *Virtù* e *Fortuna* em passagens particulares do autor (MANSFIELD, 1998, p. 6-15; GILBERT, 1951, p. 53-55). Diante da ambivalência e da ambiguidade decorrentes dessa díade perante relevantes e variadas tradições, contínuas buscas por clarificação são feitas ao longo desse *corpus*, associando o termo a outras importantes e centrais reflexões, e.g., *desiderio*, *stato*, *forza* entre outros. Não há dúvidas que as ilações de Maquiavel estão de acordo com as reflexões de seu tempo, tampouco é possível negar as aplicações e inovações do pensador florentino em seus contextos e por suas intenções particulares (WHITFIELD, 1943, p. 222-225). No caso do termo *gloria*, as motivações para as ações humanas, mediante as intenções humanas de satisfação pessoal e social, contrapõem-se às virtudes estereis de uma tradição que não se sustenta nas necessidades inerentes aos povos itálicos (PRICE, 1977, p. 588-631). Desta maneira, para um melhor entendimento dos termos supra destacados em seus escritos, faz-se necessário avaliar cada exemplo utilizado em suas argumentações para não confundir o uso da força com violência desproporcional, o *stato* com tirania, ou o desejo com o vício (SKINNER, 2004, p. 139-155).

⁹⁶ Tradução literal: uma prudência antiga em face do vandalismo moderno.

3.1 Personificações da *Virtù*

Ao mesmo tempo temida por sua ação devastadora, a Fortuna propicia a *ocasião* por meio da qual a *Virtù* atinge sua excelência na criação e na fundação das ordenações civis necessárias para a *libertà*. O surgimento de Roma e sua decorrente grandeza evidenciam características históricas exemplares em que as ações solitárias de Rômulo e a legislação proposta por Numa indicam como ações individuais extraordinárias são necessárias para a criação de uma ordem e a manutenção da mesma é mais bem articulada pelo consenso obtido pelas necessidades civis, o ardor militar e o ânimo religioso. Os regimes políticos devem estar aptos a se adaptarem aos imperativos das ocasiões, cultivando a *Virtù* em constantes e variados modos de retornar aos princípios primordiais da organização social estabelecida. Devem-se conjugar as aptidões de Rômulo e de Numa; estar preparado para os tempos de guerra e para os momentos de paz. Assim também é descrito Moisés, pois, ao utilizar uma autoridade não estabelecida por sua própria potência, foi hábil em eliminar a discórdia e as divisões, agindo para salvaguardar o interesse público na promulgação de seus éditos, a ponto de eliminar seus adversários. Exigem-se *industria* e *forza* para a instauração e para a manutenção da ordem. Assim, entende Maquiavel que as belas palavras proféticas sem coerções militares possibilitam o surgimento de desordens que conduziram a península itálica à situação de miséria, abandono e escravidão. Desse modo, Cesare Bórgia e Castruccio Castracani são apresentados como idealizações dos governantes que personificaram a *Virtù* necessária para superar as idiosincrasias da Fortuna. Em ambos, a astúcia e a força são manifestas ao longo de suas jornadas; contudo, no desenrolar de suas carreiras, mesmo os mais aptos não conseguem resistir aos caprichos e desmandos de uma maligna Fortuna que age além dos controles humanos: privados de conquistar a glória em decorrência de mortes súbitas. Os paralelos entre os dois personagens desvelam um modelo de cidadão com dotes físicos e civis adequados para o exercício do comando, ao demonstrarem audácia, força, astúcia, indústria, prudência, amabilidade na conquista de territórios, na preservação de amigos, na eliminação de inimigos e em todos os outros caminhos para a manutenção do poder e para a promoção das ordens civis.

A imitação de casos particulares, as personificações da *Virtù*, não fornecem a garantia de obtenção de um mesmo resultado, visto que os povos mudam, os efeitos práticos das ações são modificados e as adequações às circunstâncias são inevitáveis. Assim, mesmo após estudos minuciosos dos antigos e dos contemporâneos, mediante observações políticas, históricas e sociais, as ações e, conseqüentemente, seus resultados são incertos. Nesse contexto, marcado por aparências e pelos modos de legitimação das aparências, os indivíduos de *Virtù* estão

sempre aptos a usar todas as características sociais e humanas, as naturezas do leão e da raposa, a piedade e a crueldade, a força e a fraude, o amor e o temor, as leis e as deteriorações das legislaturas. A díade *Virtù-Fortuna* revela as ambiguidades e as ambivalências nas propostas de Maquiavel, especificamente no estudo dos exemplos particulares em que as contínuas transformações das contingências políticas exigem conjugações de fatores múltiplos, inclusive aqueles que são aparentemente opostos.

3.1.1 Rômulo e Numa

Rômulo é apresentado junto a Ciro e Moisés em *Il Principe*, expondo os modos pelos quais a Fortuna propicia a *ocasião* na qual sua *Virtù* alcança excelência na criação e na fundação de Roma (P. VI). Esses mesmos atos são vistos na exposição da grandeza dessa cidade devido às ordenações implementadas desde a sua origem nos *Discorsi*: a ação solitária de Rômulo funda um viver civil pela autoridade de suas ações que propiciam as ordenações propostas por Numa (D I.1; 9;11;19). A excelência de Rômulo é atestada pelas ocasiões que cercaram sua vida e suas ações, essas são mais facilmente realizadas por serem atos armados (P. VI). A origem de Roma é retratada pela mistura dos elementos históricos e míticos, e.g., Enéas e Rômulo. Evidencia-se que a edificação de uma *urbe* livre é atribuída a esse último, ao estar relacionada às forças daqueles nascidos no local e não pelas mãos de estrangeiros (D. I.1). As ordenações civis de Rômulo, em conjunto com as legislações de Numa, garantem o sucesso da cidade e seu amplo domínio ao longo do tempo. Desse modo, as ações individuais e coletivas personificam a *Virtù* necessária para as conquistas e para as ordenações na Roma antiga (D. II.1).

Dentre os variados tipos de República, a romana caracteriza-se por ter suas leis surgidas paulatinamente devido a eventuais *acidentes*. As Repúblicas possuem diversos princípios, leis e ordenações ao longo da história, mas Maquiavel constata em sua leitura de Tito Lívio que o caso romano exigia constantes reformas e refundações em face aos novos acontecimentos para assegurar suas bases essenciais (D. I.2). A felicidade das cidades que não precisam ser reformadas é grande, pois o caminho para restabelecer uma boa ordenação é árduo, visto que os humanos não se submetem às inovações, sobretudo àquelas que têm seus privilégios retirados. Constata-se, assim, que a necessidade de novas ordenações pode conduzir as Repúblicas à ruína ou à glória, uma condição inerente na luta contra a corrupção e em prol da liberdade (D I.2). Desse modo, não há como impedir a degeneração das formas de regime em seus vícios mais obtusos. Maquiavel, em aberto diálogo com as formas de regime no

pensamento aristotélico, sugere que há três estados (*stati*) possíveis para a ordenação civil: Principado, Aristocrático (*ottimati*) e o Popular. Nada há que impeça a degeneração das formas de regime, os quais possuem curta duração, seja em suas qualidades ou em seus vícios (D. I.2). Deseja demonstrar historicamente essa posição em uma genealogia do poder político e da justiça na constante variação desses regimes em suas boas e em suas más atualizações.

No caso particular de Roma, o controle desejado, em que as formas de regime possam ser conjuntamente usadas para a preservação da *libertà*, não ocorreu pela *Virtù* de um governante: Maquiavel, inicialmente, atribui tal ação à Fortuna. Após expor as transformações dos regimes, Maquiavel pondera que nenhuma República retorna às mesmas formas de governo, mas gradativamente perde seu vigor inicial e adquire outros modos de existência. A brevidade dos bons modos e a malignidade das formas péfidas exigem um comando estável que guarde a *libertà*, as qualidades específicas e expulse os vícios de cada regime (D.I.2). Assim, a mudança do regime monárquico para o republicano exigia disposições que os reis não poderiam imaginar e estabelecer. Expulsam os reis, sem eliminar a possibilidade de uma autoridade real; ao estabelecerem a magistratura consular, criam os tribunos para acalmar os clamores populares; assim, geriam os tumultos e os conflitos entre as estratificações, meios necessários para a uma República perfeita. As leis que sustentavam o *vivere libero* romano são obras da *Fortuna* e da ocasião, as quais demandam ação vigorosa, de indivíduos e da coletividade. A famosa tese de Maquiavel de que os *tumulti* entre a Plebe e o Senado sustentavam a *libertà* de Roma e sua República é vista nessa argumentação como um resultado fortuito da ambição dos poderosos e da necessidade das camadas mais populares. A mistura dos regimes idealizada por Maquiavel, portanto, não é o resultado de um humano com *Virtù* ou da *civilidade* (D.I.2).

Ordenar, ou *reformatar*, uma República realizar-se-ia mais facilmente por ações individuais, sobretudo diante da necessidade de praticar atos contrários ao senso comum. Nesse sentido, Rômulo deve ser lembrado como aquele que instaura um regime que considera o bem comum, não para ganhos pessoais, mesmo tendo que cometer um homicídio (D.I.9). Ao matar seu irmão e consentir em outras mortes, Rômulo perpetua uma ação extraordinária somente mediante sua autoridade pessoal na ordenação civil para o bem comum. Julgar-se-ia, nas palavras de Maquiavel, aquele que efetiva tais atos pelos seus resultados e não pelos meios de obtenção dos mesmos. Rômulo possui em si mesmo a *Virtù* para as ordenações civis e não carece de uma autoridade divina (D.I.11). Tamanhos foram os efeitos de suas ações que possibilitam as ordenações de Numa, devendo ser imitado por aqueles que ambicionam a manter o poder em todos os tempos (D.I.19), mas também diante das dificuldades em manter

os princípios da liberdade republicana (D.I.49). Assim, Rômulo e Numa são exemplos a serem imitados, pois devido às suas ações foram assegurados os sucessos de Roma. Desse modo, destaca o valor da tradição para os antigos, pois ao mostrar a degeneração da ordem civil em Roma, Maquiavel conclui que o retorno aos princípios fundadores, nas seitas religiosas e nas repúblicas, são as bases de sustentação dessas possuírem maior longevidade (D. III.1). Ao desejar longa vida para um regime republicano, é mister retornar constantemente aos seus princípios norteadores, sem os quais a degeneração da civilidade e da religiosidade conduzem ao enfraquecimento pessoal e comunitário (D. III.1), sem esquecer-se da necessidade de atos individualizados.

Numa possui uma significativa presença no desenvolvimento da argumentação do primeiro livro dos *Discorsi*, sobretudo devido a sua caracterização como legislador e atuante primordial para a preservação da ordem romana estabelecida. Para tanto, Maquiavel discorre a respeito da atuação sacerdotal para animar a população, estabelecendo e preservando a ordem civil em busca da *libertà*. As dificuldades encontradas, interna e externamente, exigem constante vigilância e adequações aos perigos presentes. Ao buscar elogiar o paradigma republicano idealizado em suas leituras de Tito Lívio, Maquiavel propõe que a origem da cidade foi livre e sem depender de outros. Ademais, as leis recém-criadas por Rômulo são efetivadas com grande êxito por Numa, a tal ponto que o sucesso posterior de Roma não deve ser visto apenas como decorrente da Fortuna, mas da ação desses personagens na *ocasião* apresentada. Nem mesmo suas múltiplas vantagens materiais, e.g., fertilidade, posição no mar, vitórias militares, ou o tamanho do domínio, puderam corromper a *Virtù* dessa cidade (D. I.1). Desenvolvem-se, no primeiro livro dos *Discorsi* pela exposição de Numa, as possibilidades de uma *Virtù* civil para se cultivar a *libertà* mediante a presença do ânimo religioso, a necessidade de uma ação individual e a força para a manutenção da Ordem diante da corrupção dos costumes. Discussão bastante pertinente sobre as formas de regime políticos, no contexto da chamada “*Questão Maquiavélica*”. A *Virtù* individual na criação de uma ordem civil deve ser seguida de uma virtuosidade republicana para a sua preservação (BERNARD, 2009, p. 59-76); as mudanças nos regimes podem ser vistas como correções para a perda da *Virtù* individual e coletiva (MANSFIELD, 2001, p. 85-90). Há, assim, um louvor às ações de Rômulo e Numa nas ordenações e legislações, ao mesmo tempo em que é apresentada uma censura contra àqueles que buscam preservar somente a belicosidade do primeiro ou apenas os meios pacíficos do segundo.

Ao discorrer sobre a religião dos romanos, Maquiavel infere que as leis promulgadas por Numa possuem inspiração divina, confirmadas pelo grandioso sucesso dessa cidade. As

ordenações de Rômulo não seriam suficientes para explicar o sucesso posterior de Roma. Desse modo, os céus inspiram o senado em sua eleição de Numa (D.I.11). Ao encontrar um povo *ferrosíssimo*, obtém paz e obediência civil para a manutenção da sociedade (*civilidade*) por meio dos ritos religiosos (D.I.11). O fervor civil, nutrido pela crença religiosa, propicia o amor à pátria e atesta a implementação das leis. A religião propicia o ânimo militar, promovendo concórdia na população, a qual não é facilmente obtida quando apenas a autoridade individual é utilizada. A *Virtù* de Numa, portanto, promulga uma legislação e uma obediência às instituições civis que sustentam todo o desenrolar histórico da cidade de Roma⁹⁷. Contudo, apenas uma dependência da *Virtù* dos antecessores não permite a subsistência de uma *urbe* a longo prazo, visto que os frutos das boas ordens não perduram para a eternidade (D. I. 19). Deve-se, portanto, conjugar as aptidões de Rômulo e Numa em todas as gerações⁹⁸: a arte da guerra e a arte da paz. Decerto, o princípio da liberdade, defendido na fundação de Roma, encontrava constantes obstáculos, exigindo sempre novas ações, novas criações e novas instituições. Exemplifica Maquiavel que os Censores foram criados para conter a degeneração das ordenações civis, mas são exemplos significativos da corrupção e da gradativa perda de liberdade. Assim, há sempre novos desafios a serem realizados na defesa da *civilidade* (D. I.49).

3.1.2 Moisés

Maquiavel destaca a figura de Moisés em *Il Principe* e nos *Discorsi* como um governante de *Virtù* na utilização de uma autoridade proveniente dos ritos religiosos, mas sem esquecer a organização social e o uso das armas. Dessa maneira, o famoso personagem judaico-cristão é contraposto a profetas desarmados, e.g., Savonarola, os quais não possuem possibilidade de serem bem-sucedidos, mas também àqueles que ignoram ou não compreendem os modos pelos quais os ritos religiosos são importantes para a coesão militar e civil.

Ao discutir os modos pelos quais as cidades são fundadas e mantidas, Moisés e Enéas são comparados devido às imigrações e conquistas militares de ambos (D.I.1): na exposição de Maquiavel, o personagem bíblico conquista e instala seu povo em localidades com estruturas políticas já existentes, enquanto o herói de Virgílio edifica uma nova *urb*. Retorna a

⁹⁷ Maiores detalhes são vistos nas discussões a respeito da Religião no pensamento de Maquiavel. Todavia, a personificação da *Virtù* civil em Numa é destacada pelas ordenações civis e a bem-aventurança de Roma, pois das boas ordenações são geradas boas fortunas e dessas redundam sucessos nas atividades civis (D. I.11).

⁹⁸ D. I.19. Em espaço oportuno, na exposição da personificação da *Virtù* em Rômulo, verifica-se o conselho dado a todos os governantes em ter uma predileção às ações de Rômulo, pois serão capazes de conservar seu *stato* ao empunharem prudência e armas, em todos os tempos, contra os caprichos da Fortuna.

compreensão de uma nova ordem mosaica em uma terra já habitada ao discutir os motivos pelos quais as populações abandonam suas pátrias e invadem territórios alheios (D. II.8). Ambição, guerras, fome, conflitos são alguns dos exemplos pelos quais as conquistas militares e a imposição de novas ordens civis são observadas. As ações de Moisés são associadas aos povos que invadiram o império romano, fundando reinos, mudando leis e transformando costumes. Desse modo, ao expor outras características das variadas possibilidades para as cidades estabelecidas, Maquiavel realça a importância da liberdade dos humanos, as leis promulgadas e a natureza da região escolhida para sua localização (D.I.1). Argumenta o autor que a cidade de Roma foi fundada por origens livres e independentes, seja ao se considerar Enéas ou Rômulo. Ao listar alguns exemplos históricos, e.g., Egito, Alexandre e outros, Maquiavel pondera que o vigor civil e militar deve ser cultivado pelos habitantes, inclusive pelo uso de leis, da religião e da força. Se inicialmente há um silêncio aos modos pelos quais as leis devam ser promulgadas ou reformadas na comparação entre esses personagens, posteriormente, os *Discorsi* aludem para a necessidade de uma ação individual, a pensar mais no interesse público do que nos benefícios pessoais, mesmo com o uso da violência – Coloca Moisés, portanto, em paralelo com Rômulo (D.I.9). Na argumentação exposta, lembrando o assassinato feito por Rômulo, o uso da autoridade conquistada na esfera pública é individual e não pode ser reprovada quando usada, mesmo que violentamente, para o bem comum. Se o indivíduo funda e reforma as ordenações civis, a coletividade é o melhor meio de salvaguardar essas. Continuando suas analogias com a fundação de Roma, Maquiavel descreve que a criação do Senado demonstra a intenção de uma criação para o bem coletivo, sem interesses pessoais, para que as ordens estabelecidas sejam mais bem administradas (D. I.9). Ademais, ao relatar a criação dos cônsules romanos, delineia que as ações em prol do coletivo são sustentadas pela autoridade dada pela população aos governantes e fundadores, apontando os exemplos de Moisés, Licurgo e Sólon (D. I.9). Não desenvolve seu argumento e as características desses líderes em detalhes por considerar os mesmos de conhecimento geral (*cosa nota*), mas relata como Ágis assassina os líderes opositores que o impedem de restabelecer a ordem desejada em Esparta, pois esses evitavam que ele obtivesse a autoridade por suas ambições pessoais (D. I.9).

Novamente, encontram-se as justificativas para essa interpretação das ações de Moisés em passagens posteriores dos *Discorsi*. Ao discorrer a respeito de um cidadão que deseja criar algo bom com sua autoridade, deve eliminar a inveja daqueles que desejam o poder e ordenar militarmente à cidade perante seus inimigos externos (D. III.30). Ao ler as ações de Camilo em Tito Lívio, Maquiavel pondera sobre os meios utilizados para a organização dos exércitos, para o fornecimento de armas e comida, assim também para o aparelhamento dos negócios públicos.

Nesse último caso, nomeia seus mais próximos colegas e partidários, afastando a inveja e honrando suas ações com altas magistraturas. Assim, a *Virtù* de Camilo dispersa a inveja, por sua sabedoria e bondade, sendo extremamente útil para a pátria (D. III.30). Perigos iminentes, assim também a violenta e pública morte de seus inimigos, são outros meios de superar esse malefício que impede as boas ações dos cidadãos e corrompem as ordens civis (D. III.30). Nesse contexto, apresenta “*uma interpretação sensata*” de Moisés, pois esse é forçado a matar inúmeros opositores, os quais cheio de inveja, impossibilitavam a efetivação de seus desígnios e de suas leis (D. III.30). Atitude impossível de ser seguida por Savonarola, pois não detinha autoridade, e também por Piero Soderini, que acreditava que sua bondade, a sua *Fortuna*, os benefícios dados dispersariam a inveja e as consequentes lutas pelo poder sem qualquer *tumulto, violência e escândalo* (D. III.30). Esses dois exemplos sucumbiram por não terem a mesma atitude vista em Moisés, visto que não seja possível esperar que os humanos mudem com o tempo, pois a bondade não é suficiente, a Fortuna é volátil e a maldade indomável (D. III. 30).

A famosa reprovação feita ao Frei Girolamo Savonarola em *Il Principe* compartilha esse mesmo contexto argumentativo. Ao discorrer sobre os principados novos adquiridos por armas próprias e *Virtù*, a imitação dos caminhos bem-sucedidos por outros, adaptados à situação, deve ser considerada para que ao menos certo “*odor*” desses bons desígnios antigos sejam sentidos no presente. Moisés é apresentado como um príncipe novo que obteve sua posição por *Virtù* pessoal, não por Fortuna – é visto em paralelo a Ciro, Rômulo e Teseu (P. VI). Primeiramente, Maquiavel escusa racionalizar sobre Moisés, pois esse seria um mero executor das ordens divinas. Ressalta que Moisés deveria ser admirado por ter a dádiva de poder falar com Deus. Todavia, mostra como as ações de Ciro e outros que fundaram reinos não são *discrepantes* às de Moisés, embora não possuíssem um preceptor divino (P. VI). Ao estudar a vida desses fundadores, avalia-se que a *Fortuna* apenas propicia a ocasião e a efetivação material para a forma desejada e estipulada pela *Virtù* pessoal desses iniciadores. As adversidades decorrentes da escravidão dos judeus no Egito são condições necessárias, propiciadas pela *Fortuna* na gestão da *ocasião*, para que o povo obedeça a Moisés com o objetivo de sair da servidão (P. VI). Assim também são vistas as circunstâncias das vidas e das ações de Rômulo, Ciro e Teseu: as adversidades são materializações da *ocasião*, mediante as quais a *Virtù* pessoal é manifesta no fortalecimento do coletivo. A *ocasião* torna o humano afortunado e a *Virtù*, caminho para a excelência, transforma a desfortuna para o bem da pátria (P. VI). Desse modo, Maquiavel articula Fortuna, ocasião, ação, ânimo e *Virtù*, mediante as causas materiais e formais dos novos principados: A Fortuna apresenta a ocasião; a vontade pessoal fornece a forma; o ânimo é

mantido pela *Virtù* e pela *occasione*; sem a força individual a *occasione* proposta teria sido nula. Nas palavras do autor:

Et esaminando le azioni e vita loro, non si vede che quelli avessino altro dalla fortuna che la occasione; la quale dette loro materia a potere introdurvi drento quella forma parse loro; e sanza quella occasione la virtù dello animo loro si sarebbe spenta, e sanza quella virtù la occasione sarebbe venuta invano (P. VI)⁹⁹.

As dificuldades das conquistas e da manutenção das ordens, decorrentes dos desejos humanos e da inconstância dos povos, exigem *Virtù* e *Forza*, pois a persuasão demanda ordenação civil e meios pelos quais a crença da coletividade seja mantida. Desse modo, para o estabelecimento da obediência civil e para a superação dos inimigos – internos e externos – faz-se necessário o uso da força: *os profetas armados, vencem; os desarmados são arruinados*. Em todos os desafios para a manutenção, diante da inconstância dos povos e dos princípios da ambição humana, o uso da *forza* é necessário (P. VI). Em sua exortação final aos cabeças da península itálica para superar os governos estrangeiros em seus territórios, Maquiavel aconselha ao seu destinatário a observar essas mesmas ações listadas em comparação com as ações necessárias na situação dessas *comune*. A Itália está dilacerada, reduzida, escravizada, sem liderança e carente da *Virtù* de Moisés, da grandeza do ânimo de Ciro e da excelência de Teseu (P. XXVI). Embora existam pequenos momentos de respiro – *spiraculo* –, essas cidades encontram-se sufocadas à espera da *Virtù* a reanimar os antigos valores que não estão mortos no coração dos humanos (P. XXVI)¹⁰⁰.

3.1.3 Cesare Bórgia

Personagem histórico e ficcional¹⁰¹ no corpus de Maquiavel, Cesare Bórgia, o duque Valentino, é, ao mesmo tempo, um paradigma a ser seguido por sua ascensão e um exemplo a ser evitado devido a sua queda. Em *Il Principe* (P. III; VII; XIII; XVI; XX) encontra-se o maior

⁹⁹ Tradução: “E Examinando as ações e a vida deles, não se vê que tivessem da fortuna outra coisa além da ocasião, a qual lhes deu matéria para nela poderem introduzir a forma que lhes pareceu: sem essa ocasião a virtude do seu ânimo ter-se-ia apagado, e sem essa virtude a ocasião teria sido em vão” (MAQUIAVEL, 2017, p. 121-123).

¹⁰⁰ Uma paráfrase ao dito de Petrarca que Maquiavel utiliza-se ao final da obra para chamar a casa dos Medici à ação: “*Virtù contro a furore / Prenderà l'arme, e fia el combatter corto; / Ché l'antico valore / Nell'italici cor non è ancor morto*”. Na tradução: “A virtude contra o furor / pegará em armas, e o combate será curto, / poque o antigo valor/ nos corações da Itália ainda não está morto”. (MAQUIAVEL, 2017, p. 121-123).

¹⁰¹ Além dos textos discursivos, Cesare Bórgia é mencionado por Fabrizio como um exemplo contemporâneo ao dialogar sobre a guerra, mas também é mencionado nos *Decennali*. Assim, reúne em si elementos históricos e literários na composição de um *exemplum* a ser seguido pelos príncipes.

número de citações, mas há menções importantes nos *Discorsi* e em outros escritos (AG VII; D II. 24; I. 38. III. 27; *Dec* 258; 343). A *descrição dos métodos usados na morte de Vitellozo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o Gravina Orsini*¹⁰² é um elemento textual bastante conhecido e importante para a avaliação de Maquiavel a respeito desse duque. Reúne em si qualidades paralelas ao relato biográfico de Castruccio Castracani, buscando a todo instante autossuficiência para depender apenas de sua *Virtù* e não do sucesso de outros. Embora tenha sucumbido por uma doença inesperada, seus graduais avanços na Romanha concedem a esse duque fama, prestígio e reputação.

Em *Dell'arte della guerra*, embora Fabrizio prefira não tratar dos personagens contemporâneos ao período do diálogo, pela dificuldade de falar de si e por não saber o que falar dos outros (AG VII), abre exceções para retratar as ações de Cesare Bórgia. No primeiro exemplo descreve o cerco a Forlì em que a fortaleza de Catarina Sforza é conquistada pela má engenhosidade da construção e pela fraqueza de ânimo dos encarregados de sua defesa. Fabrizio atesta a *Virtù* e a coragem de Catarina, mesmo diante da derrota em uma batalha inglória contra as forças do duque Valentino auxiliado pelos franceses (AG. VII). Efetiva-se um evidente paralelo com algumas argumentações em *Il Principe* e nos *Discorsi* em que as fortificações não devem ser escolhidas em detrimento de outros meios de estabilidade civil e militar. Argumenta, assim, que o povo de Forlì aliou-se aos estrangeiros e seria mais vantajoso à condessa não ser odiada por seu próprio povo do que as fortalezas materiais (P XX). Entende, portanto, que as fortalezas podem ser mais nocivas do que úteis para a manutenção da ordem, visto que um exército forte propicia maiores benefícios. Exemplifica essa posição pelo retorno do duque Urbino que, ao recuperar seus territórios, manda destruir suas fortalezas, pois as considerava perigosas nas mãos dos inimigos, preferindo cultivar a afeição do povo e manter um exército permanente. Pelo respeito a Urbino, o povo tampouco queria fortalezas (D. II.24).

Ademais, atesta a engenhosidade de Cesare Bórgia em combate, enganando seus adversários ao esconder a direção dos seus ataques, conseguindo ocupar em um dia cidades que demandariam muito trabalho e despesas (AG.VII). O crescente poder político e a notória reputação são atestados na submissão de suas vontades ao cruzar o território florentino à força, desvelando a fraqueza do regime político dessa cidade e a materialização da *Virtù* pessoal desse duque. As formas republicanas débeis hesitam em suas decisões e agem mais pela necessidade do que pela deliberação. Desse modo, a indecisão fornece uma resposta no afã dos acontecimentos e não pela sabedoria. Maquiavel contrapõe as decisões de Cesare Bórgia com

¹⁰² *Descrizione del modo tenuto dal Duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il Signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini* (DDV)

as indecisões de Florença ao mostrar como as indecisões dessa cidade evidenciavam sua fraqueza frente ao reino francês, ao duque Valentino e aos outros territórios italianos. Em todos esses casos, Maquiavel assevera que as dúvidas nesses contextos apenas são superadas por atos violentos, o que caracterizaria uma ordem civil débil, sempre em suspeição e sem uma ação efetiva (D.I.38). Um exemplo significativo dos danos da hesitação em Florença é o relato sobre o pedido do duque Valentino, que deseja cruzar a cidade ao retornar de uma negociação com Bolonha. O impasse resultou que o duque fizesse seu percurso à força, demonstrando sua potência e, ao mesmo tempo, a fraqueza de Florença que se via coberta de vergonha. Conclui Maquiavel que, visto o duque estar altamente armado e sua cidade desarmada, seria diplomaticamente mais aceitável a Florença consentir a passagem do que essa ter sido feita à força (D. I.38).

Ao discorrer sobre as dificuldades de novas ordens em um Principado misto, Maquiavel expõe como Luís XII, rei da França, propiciou o crescimento do poder temporal da Igreja e não auxiliou àqueles com quem havia feito acordos nas terras itálicas (P.III). Considera o autor florentino que o monarca francês cometeu uma série de erros¹⁰³, os quais podem associar-se a tentativas de evitar conflitos bélicos e honrar palavras dadas ao papa. Pondera Maquiavel que nunca se deve deixar prosperar uma desordem civil para afastar a guerra, pois apenas posterga-se o inevitável com altos custos para a *civilidade*; além de seus famosos ditos a respeito da manutenção da palavra e da integridade. No primeiro caso, assevera, nas mesmas passagens, a importância de manter a ordem civil, mesmo na iminência de um conflito indesejado (P. III). A manutenção da fidelidade e da integridade, sobretudo no que tange a promessas, é visto como uma fraqueza diante de tantos exemplos históricos em que a astúcia e a *industria* são mais eficazes (P. XVIII). Deve-se aparentar e não necessariamente ter as qualidades morais desejadas pelo senso comum. Cesare Bórgia, nas descrições de Maquiavel, está sempre apto a usar da força e da dissimulação, buscando a todo instante criar meios de atualizar sua potência e sua *Virtù*.

No contexto dos Principados adquiridos pela Fortuna ou pelas armas de outros, o autor de *Il Principe* alude a dois exemplos que considera estar na memória coletiva de seu tempo: Francesco Sforza e Cesare Bórgia. O primeiro, com grande *Virtù* tornou-se duque de Milão, todavia, as muitas atividades para a conquistas resultam em pouco reforço para a manutenção (P. VII). O Valentino, por sua vez, adquire seu domínio e o perde em decorrência da Fortuna

¹⁰³Lista cinco erros cometidos nos assuntos da península: aniquilou os menos potentes; aumentou o poder de uma potente Igreja; implementou um governador estrangeiro; não decidiu habitar nessas terras; não implementou colônias (P.III).

do Pai, Papa Alexandre VI (P. VII). Embora Cesare Bórgia pudesse agir conforme o esperado, pleno de *Virtù*, uma tremenda e maligna Fortuna o impediu de obter o êxito desejado. Desse modo, Cesare Bórgia é um exemplo para os príncipes novos, visto que suas ações sistematizam os melhores preceitos desejados. Todavia, a Fortuna o impede de realizar o seu desejo (P. VII). Na leitura de Maquiavel, Alexandre VI perturbou as ordens e desordenou as cidades italianas pela reputação do rei francês, adquirindo um reino na Romanha para o seu filho¹⁰⁴. Esse viu-se impossibilitado de expandir pela fraqueza de suas armas e pelo desejo do rei estrangeiro. O Valentino não desejava depender das armas e da Fortuna alheias¹⁰⁵, tornando os adeptos de seus inimigos seus correligionários, fornecendo chefias militares e de governo¹⁰⁶. Aguardou a ocasião adequada, usando de simulação e dissimulação, para exterminar seus opositores, promovendo o bem-estar das regiões conquistadas – destaca-se, assim, o que deva ser digno de imitação. Maquiavel, portanto, destaca que o exercício da *Virtù* pessoal, mediante o sucesso militar, a simulação, a dissimulação e o exterminar dos inimigos são dignos de nota, pois consegue aniquilar seus adversários e trazer para si a população da Romanha (P. VII).

Após reunir-se com o rei Luis, Cesare Bórgia desejava atacar Bolonha para assegurar seu território na Romanha. Alguns de seus seguidores, dentre os quais os Vitegli e os Orsini, temiam que ele se tornasse muito poderoso e os eliminasse para se tornar senhor único desses domínios (DDV). Preocupavam-se com a grandeza, o ânimo e o apetite do duque¹⁰⁷. As conjurações foram conhecidas e todos aqueles que estavam descontentes com o Valentino armavam-se para o combater. Esse encontrou proteção em Florença e aguardava os reforços da França. Nesse meio tempo, dissimulava que gostaria de permanecer apenas com as honras públicas, mas o domínio deixaria para os seus antigos subordinados, enquanto aumentava suas providências para o confronto. A *Descrizione del modo tenuto dal Duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il Signor Pagolo e il duca di Gravina Orsini* salienta, portanto, os meios pelos quais a simulação de Cesare Bórgia garantia-lhe o tempo necessário para estar fortalecido militarmente. Persuadia a seus inimigos com acordos, tratados de paz e benesses ao mesmo tempo que, em silêncio, pagava a todos os seus soldados para

¹⁰⁴ A grandeza da Igreja e suas ações políticas possuem em Alexandre VI uma atualização das possíveis repercussões políticas da inserção eclesiástica nos assuntos terrenos mediante a expansão de seus domínios e a utilização da força (P. XI).

¹⁰⁵ Desejava um domínio independente dos sucessos das outras *comune* e do reino francês na península itálica (P. VII).

¹⁰⁶ Transforma os cidadãos leais aos outros governos na Romanha em adeptos de sua causa provendo quantidades materiais e honorárias sociais de acordo com o desejo de cada um (P. VII).

¹⁰⁷ O duque, portanto, era visto como um perigo para todos aqueles que possuíam algum interesse na região (DDV).

estarem aptos e prontos para a guerra. Enganava aos conjurados com astúcia e sagacidade¹⁰⁸, fornecendo a impressão que estaria disposto a aceitar sua atual condição. Todavia, ao possuir maior poder bélico, domina seus opositores e os executa.

O duque Valentino, portanto, é um exemplo de *Virtù* em comparação com a fraqueza dos demais senhores da região, pois esses semeavam a desunião devido à permissividade, latrocínios, brigas e insolências. A região carecia de um bom e ordenado governo que a pacificasse, todavia, nenhum de seus senhores havia sido capaz de realizar tal coisa (P. VII). Ao discutir os caminhos possíveis da piedade e da crueldade, Maquiavel atesta que um príncipe deve ser tido por piedoso e não por cruel. Todavia, a exemplo de Rômulo que comete um assassinato para fundar a cidade de Roma, Cesare Bórgia pode ser visto como cruel por alguns, muito embora tais ações tenham reconciliado a Romanha. Conclui o autor, portanto, que tais ordenações são mais pias do que aquelas existentes entre o povo florentino que permitiam grandes desuniões e facções¹⁰⁹. Para evitar a acunha de cruéis, os florentinos evitaram destruir Pistóia, gerando mais inimizades e maiores divisões. Conclui Maquiavel que um príncipe não deve se importar com a fama de cruel, mas explorá-la para os fins de ordenar uma boa *civilidade* para o bem da coletividade (P. XVII). A pacificação requereu medidas violentas, purgadas publicamente para ganhar a comoção popular, um espetáculo bastante conhecido que gerou impacto, estupefação, satisfação e terror nos habitantes locais (P. VII)¹¹⁰. As divisões nas cidades possuem três meios de resolução, de acordo com Maquiavel: exterminar as pessoas, remover da cidade, ou obrigar as partes a fazerem as pazes com a coação de não se ofenderem (D.III.27). Esse último é menos eficaz, mais danoso e possui pouca utilidade, visto que os meios para as intensas querelas existem diariamente; o primeiro é o mais seguro, mas uma República débil mal consegue executar os exílios, com grandes custos em sua atuação. A debilidade humana para a ação civil nutre-se da fraqueza educacional devido ao pouco conhecimento das coisas antigas (D.III.27). Assim, os agentes civis preferem confiar em estrangeiros e em fortalezas, em manter as cidades divididas.

O Valentino tornava-se cada dia mais poderoso, eliminava seus inimigos, precavia-se da morte de Alexandre VI, avançava até a Toscana ao ponto de estar próximo de depender

¹⁰⁸ Por exemplo, aceitava uma reunião com os conjurados, sem dar mostras que já havia reunido em torno de si um forte exército (DDV).

¹⁰⁹ Esse episódio é também lembrado pelas dificuldades de apaziguar os ânimos, realçando como o domínio de Florença em Pistóia, mostra a utilidade e o perigo dos exílios (D III. 27). Esse mecanismo propicia inúmeras divisões e incessantes conflitos.

¹¹⁰ Buscava mostrar, nas palavras de Maquiavel, que os possíveis excessos não eram resultantes de seu desejo, mas foram ações feitas por aqueles que ele havia delegado. Ao sacrificar um de seus oficiais, purgava possíveis rancores. Cita o mesmo episódio no capítulo seguinte, no caso de Oliverotto da Fermo e suas ações para obter o poder em sua cidade.

apenas de sua própria *potência* e *Virtù*¹¹¹. Maquiavel, ao discorrer a respeito das milícias, se essas deveriam ser auxiliares, mistas ou próprias, indica ao leitor, novamente, o crescente desejo de autossuficiência, visto que ele abandona o uso das tropas auxiliares francesas e o uso dos mercenários, e.g., os Orsini e os Vitelli. A utilização das tropas estrangeiras não parecia seguro e confiável; os mercenários são perigosos para a reputação e infiéis; sua reputação aumenta, atingindo o ápice quando possuía suas próprias armas (P. XIII). Maquiavel utiliza-se das ações do duque Valentino para asseverar que ele garantiu maior respeito ao ser inteiramente dono de suas armas (P. XIII). Todavia, a morte do pai, a saúde debilitada, os grandes exércitos em sua volta e a eleição de Júlio II o impediram de consolidar seu domínio¹¹². Ainda assim, conclui Maquiavel que Cesare Bórgia é um exemplo ideal para um príncipe novo, listando as ações desse: *precaver-se dos inimigos; ganhar para si amigos; vencer pela força ou pela fraude; fazer-se amado e temido pela população; ser seguido e respeitado pelos soldados; aniquilar àqueles que possam ameaçar; renovar com novos modos as ordens antigas; ser severo e grato, magnânimo e liberal; exterminar as milícias infiéis e criar novas; cultivar amizade de reis e príncipes para o seu benefício e para a redução dos malefícios* (P. VII)¹¹³.

3.1.4 Castruccio Castracani

A centralidade da díade *Virtù-Fortuna* no relato histórico proposto sobre a vida de Castruccio Castracani é evidenciada pelas descrições da fraqueza política das *comune* itálicas, pelo baixo nascimento do biografado juntamente aos eventos para a sua formação humana e civil, pelos modos de vida e de atuação social em paralelo com os *exempla* romanos, mas também pela sua surpreendente morte quando seus intentos de dominar a Toscana aparentavam estar tão próximos. Maquiavel atesta a fama e a força de Castruccio Castracani nas guerras entre as potências itálicas, recordando como os florentinos se entregaram sem reservas ao poder de Roberto, rei de Nápoles, por buscarem proteção diante da iminente derrota para esse comandante (D. II.9). Ademais, pondera que logo após a morte desse, Florença mostra enorme coragem para atacar o duque de Milão, ainda que tenha sido derrotada em seus próprios territórios (D. II.12). Tal *status* de Castracani é resultante das constantes batalhas travadas pelo

¹¹¹ Os paralelos são muitos com o relato biográfico de Castruccio Castracani, sobretudo a mensagem a Pagolo no qual esse deveria depender apenas de si mesmo e de sua *industria*, devido ao ódio gerado e a impossibilidade de receber ajuda de outros. Encaminhava-se por força e por reputação à autossuficiência.

¹¹² Destacam-se as injúrias antigas feitas ao novo pontífice, as quais não foram esquecidas. Acredita Maquiavel que ele deveria ter buscado com todas as forças a eleição de um papa espanhol ou francês (P VII).

¹¹³ Novamente, o relato da vida de Castruccio Castracani enumera qualidades similares, com exemplos históricos escolhidos para a promoção da mensagem de Maquiavel.

controle da região da Toscana, essas que remontam aos confrontos entre os guelfos e os gibelinos, assim também às variadas facções espalhadas por toda a península itálica, perpassando os poderes imperiais e papais (IF.I.12; 28). Desse modo, as guerras entre Florença e Lucca, comandadas por Castruccio Castracani, um jovem, inflamado e feroz (IF II.26) que liderava alguns gibelinos da Toscana, rendem reconhecimento, reputação e fama a esse *condottiero*¹¹⁴. A divisão da cidade de Florença resulta em derrotas vergonhosas e acordos escusos, vãs tentativas de obter o desejado pelos exilados e pelas camadas da população excluídas das decisões centrais¹¹⁵.

Crescia o domínio e o prestígio de Castracani a ponto de Florença pensar ser necessária uma guerra frontal, terminada em derrota devido às deslealdades e às ambições de seu comandante que desejava ser aclamado Príncipe. Acreditava Ramondo di Cardona que os florentinos confiavam sua *libertà* a pessoas não capacitadas, e.g., o rei de Nápoles e os legados papais. Assim, embora não possuísse *autoridade*, julgava que seus feitos militares poderiam o conduzir ao principado (IF. II. 29). Os prejuízos políticos e econômicos foram enormes, pois, além dos eventuais saques, Castracani fazia incursões pelos limites da cidade. Se Florença conseguira integrar Pistóia a seus domínios por acordos, Castracani sitiou a cidade com tamanha *Virtù* e *ostinazione* (obstinação) que os florentinos não lograram o retirar pela *forza*, tampouco pela *indústria* (IF II.30). Tais acontecimentos marcam profundamente a concepção política e militar florentina, seja alterando as formas de suas magistraturas¹¹⁶, seja nos modos de concepção sobre as divisões internas das facções e suas ambições pelo controle da cidade¹¹⁷, ou ainda nas concepções diplomáticas com as outras *comune* itálicas¹¹⁸. Nota-se, contudo, que as imagens de Castruccio Castracani são díspares entre as passagens supracitadas e o relato histórico-biográfico proposto por Maquiavel. Nas *Istorie Fiorentine*, ele é descrito como *un vile cittadino lucchese* e *tirano* (um vil e tirano cidadão de Lucca); enquanto que naquelas, sua *Virtù* é louvada em face aos vitupérios da Fortuna.

¹¹⁴Diferente das análises feitas em seu relato histórico e biográfico sobre esse comandante, nesse trecho das *Histórias de Florença*, Maquiavel expressa que a indecisão do grupo dos governantes propiciou a Castracani refugiar-se em Lucca em seus primeiros embates com essa cidade (IF II. 26).

¹¹⁵O auxílio dos exilados às tropas de Castruccio Castracani e as constantes derrotas para Lucca geram revoltas na *universalità* dos habitantes de Florença (IF II 27).

¹¹⁶ Maquiavel descreve como a indecisão dos comandantes e o desenrolar dos acontecimentos propiciaram uma nova ordenação civil em Florença (IF II. 30).

¹¹⁷ Entende Maquiavel que as disputas entre as facções no interior das cidades redundam no aumento da desunião e, conseqüentemente, no enfraquecimento civil e militar. Desse modo, as urbes desunidas são alvos fáceis para seus inimigos (IF III.11).

¹¹⁸Lucca é sempre vista amistosamente, a menos quando estava sob regimes impostos por Castracani, considerados tirânicos pelos florentinos (IF IV.19).

Destaca Maquiavel que a Fortuna desvela sua força ao mundo ao mostrar que não há prudência que possa tornar algum humano grande (CC I). A vida de Castruccio Castracani demonstra esse preceito, por ser de baixo nascimento, portanto não ter nenhuma aflição sobre as mudanças dos tempos, mas, ainda assim, pelas ações da Fortuna e também pela aquisição de grandes sucessos, ser um grande exemplo para os seus contemporâneos (CC II). O infante é acolhido por uma família abastada, a exemplo de Moisés, abandonado e cuidado como filho pela piedade alheia (CC IV). Amadurece como um cidadão modelo¹¹⁹, em dotes físicos e civis, mostrando uma variedade de aptidões: destreza na espada; montaria; costumes; modéstia; boa fala; amabilidade; prudência; coragem e popularidade. A fama e a honra de Castruccio Castracani cresciam nas regiões do norte da península itálica, especialmente devido à sua sapiência, coragem e prudência (CC VIII). A exemplo de Cesare Bórgia rejeita uma carreira clerical por ter uma preferência pelas *armas*¹²⁰. A popularidade e o poder de Castruccio Castracani cresciam rapidamente, a ponto de gerar inveja e acusações de tirania, sobretudo após a morte de Francesco Guinigi e sua efetivação como tutor de Pagolo, o filho do falecido (CC X).

Maquiavel descreve com detalhes a sagacidade política e a eficiência bélica de Castruccio Castracani, especialmente diante das alianças firmadas com outros governantes das *comune* itálicas, mas também diante das constantes batalhas entre o reino Francês, o território de Nápoles, o Império e a Igreja. Desse modo, o biografado é um exemplo de *Virtù* nas condições mais adversas, em batalhas físicas ou em negociações públicas. Há inegáveis paralelos com as famosas argumentações expressas em *Il Principe* e nos *Discorsi*, a partir das quais Castracani pode ser visto como um modelo histórico a ser seguido de acordo com as interpretações propostas por Maquiavel (BONDANELLA, 1972, p.302-314). Desde o baixo nascimento até a repentina morte de Castruccio Castracani a díade *Virtù-Fortuna* apresenta-se conjugada nos campos de batalha, nos acordos políticos e nos estabelecimentos de ordens civis nas *comune* da Toscana. As descrições de Maquiavel enfatizam constantes adversidades e os meios pelos quais o personagem histórico supera-as, emulando em muitos momentos posições intelectuais defendidas ao longo do *corpus de Maquiavel*: a Fortuna assenhora-se dos assuntos humanos e necessita ser combatida (CC I; XXXII); a utilização da *forza* não é suficiente sem a

¹¹⁹ CC VI. Converte-se em um cidadão modelo, pois, nas palavras do biógrafo e do historiador, são reconhecidas aptidões em um brevíssimo período de tempo. Nesse contexto, lista as qualidades supradestacadas, a ponto de não apenas os amigos e familiares, mas toda a cidade de Lucca amar Castruccio Castracani.

¹²⁰ A crise vocacional, segundo o relato de Maquiavel nutrida pelo desejo de seu pai adotivo e as ambições militares de Castruccio Castracani, é testemunhada por Francesco Guinigi, que o faz se transferir de cônego a *condottiere* devido aos desejos do jovem biografado (CC VI).

indústria enraizada na *Virtù* individual de humanos específicos (CC VII; VIII; XX; XXII-XXXVI); no caminho da obtenção do poder e em seu processo de manutenção, invejas pessoais e traições são inseparáveis no exercício do comando civil (CC XIV; XVIII); faz-se necessário aparentar misericórdia e ser implacável contra seus inimigos, replicando a fúria no campo de batalha nos modos de ordenação civil (CC XVIII-XIX); tanto o indivíduo quanto a cidade possuem somente a si para a defesa da *libertà*, os humanos, as outras cidades italianas, os reinos estrangeiros, a Igreja e o Império não são confiáveis, tampouco podem fornecer a ajuda necessária no tempo devido (CC XXXII). Desse modo, em uma constante e feroz luta contra a Fortuna, a *Virtù* de Castruccio Castracani é física e retórica, por reunir em torno de si amigos, ser terrível contra os inimigos, justo com seus súditos e ser *apto a se adaptar* política e militarmente às circunstâncias (CC XXXIV). Desse modo, o personagem emula a personificação de um *exemplum* ao melhor estilo da retórica histórica e literária da Roma Antiga.

Estando sob suspeitas diante dos olhares dos poderosos de Lucca, observa as brigas internas e externas de sua cidade. Alia-se a Ugucione, e eles promovem uma batalha no interior e no exterior da cidade simultaneamente, visto que o governante de Pisa forçava uma entrada e Castracani chamava o povo às armas¹²¹. Acreditava Florença que o partido gibelino havia conquistado muita autoridade na Toscana e, portanto, ataca a Lucca. Durante a batalha, Ugucione é acometido de uma doença que o impede de estar na frente de batalha, recaindo tal responsabilidade a Castracani. Esse *condottiere*, cheio de astúcia, retarda o conflito imediato, aparentando medo aos inimigos, ao mesmo tempo em que anima a seus soldados. O aparente temor gera insolência dos florentinos no campo de batalha (CC XXII). Por sua vez, os florentinos criam que seus inimigos estavam sem comando, devido à ausência de Ugucione. Em sua espera, Castracani induziu uma falsa confiança nos soldados inimigos e pode vencer a batalha com um ajuste tático do posicionamento das tropas, eliminando qualquer reação¹²². Efetuando tais ajustes no campo de batalha, o *condottiere* pode animar seus soldados ao mostrar as fraquezas e os meios pelos quais a vitória seria assegurada (CC XXII). Por sua vez, os soldados inimigos não possuem o vigor físico de manter a batalha devido ao posicionamento proposto por Castracani e resolvem fugir (CC XXIII).

¹²¹. Maquiavel, mesclando o estilo de biógrafo, historiador e pensador político, constata que enorme dano foi causado à cidade de Lucca diante de um novo governo estabelecido, sobretudo devido ao exílio de seus cidadãos (CC X).

¹²² CC XXII-XXIII. Ao conhecer os ajustes feitos no campo de batalha, o *condottiere* pode animar seus soldados ao mostrar as fraquezas e os meios pelos quais a vitória seria assegurada.

A fama de Castracani é enorme devido ao sucesso de suas batalhas. Maquiavel assevera o crescimento de uma grande inveja a ponto da vitória parecer não ter dado o comando, mas o retirado esse de Ugucione (XXIII). Deve o biografado sobreviver a intrigas políticas e tentativas de assassinatos. Castracani fornece guarida a um assassino de um nobre estimado pelo povo de Lucca, propiciando a Ugucione uma justificativa para a sua prisão e seu assassinato. Pede a seu filho, alocado na cidade, que convidasse Castracani para uma ceia com a finalidade de o prender e o matar. Neri retarda a pena máxima, ao temer a reação popular, exige a confirmação do pai. Após sair de Pisa para realizar a tarefa com quatrocentos cavaleiros, criticando o atraso e a covardia do filho, recebe a notícia que os habitantes de Pisa pegaram em armas, matando os membros de sua família que permaneceram na cidade. Temendo perder Lucca também, Ugucione direciona-se rapidamente à cidade impossibilitado de conter as falas desrespeitosas à autoridade estabelecida (*parlare senza rispetto*), as revoltas (*tumulti*) e a subsequente libertação de Castracani. Diante da fuga de Ugucione, Castracani transforma-se em capitão e príncipe, estando em alta estima com a população de Lucca (CC XV).

Ao assumir o governo da cidade, Castracani buscava alianças com o império em amistosas recepções com Frederico da Baviera, por meio do qual o controle de Pisa lhe foi garantido (CC XVI). Desse modo, com a reputação conquistada em Lucca e nos campos de batalha, juntamente à aliança com o imperador e os exilados de outras *comune* itálicas, Castracani desejava assenhorar-se de toda a Toscana¹²³. Em meio às batalhas pela conquista da região, Castracani retornou a Lucca para resolver os motins que desejavam a sua expulsão. A família Poggio, julgando não ser remunerada segundo os méritos devidos ao fazer Castracani ser reconhecido e tornar-se príncipe (CC XVIII), inicia uma série de acordos com outras famílias, matando o tenente que administrava a cidade. Stefano di Poggio, visa a conter a escalada de violência e a ser o mediador entre seus desejos e Castracani. Com as armas depostas, Castracani encontra sua cidade pacificada, e promete mostrar sua clemência e liberalidade (*clemenza e liberalità*): reúne a todos e mata-os¹²⁴. Estabelece uma trégua com Florença e decide assegurar seu poder em Lucca, eliminando a seus inimigos e àqueles que pudessem pensar em ter o principado nas mãos: confiscos, mortes e exílios são feitos. Acreditava, por experiência, não poder confiar em nenhum desses (CC XIX).

¹²³ Destaca-se, contudo, a resistência de Florença a esse domínio. Desse modo, os partidários dos exiliados prometem a Castracani o domínio de suas terras caso sejam vitoriosos no campo de batalha (CC XXVII).

¹²⁴ Episódio bastante parecido com a descrição feita por Maquiavel sobre os modos pelos quais Cesare Borgia eliminou a conjuração dos Vitelli, Orsini e outros associados.

Fortifica-se militarmente com os bens de seus inimigos e busca crescer seu domínio constantemente. Para tanto, engendra o duplo assassinato dos líderes de Pistóia e submete o povo dessa cidade à obediência por sua grande *Virtù*: não apenas pela trama, mas por promessas e perdões de débitos antigos (CC XX). O povo de Pistóia aquieta-se pela maestria de Castracani. Sua fama é tamanha que é chamado a apaziguar Roma, ausente do comando papal visto que João XXII estava preso em Avignon. Apenas sua presença, assim também o envio de trigo oriundo de Lucca e a punição dos líderes opositores, promoveu o restabelecimento da ordem sem qualquer derramamento de sangue desnecessário. Tais ações fornecem grandes honras a Castracani, inclusive ser elevado ao senado romano (CC XXI)¹²⁵. Devido às suas ausências de Pistóia, os florentinos julgavam ser possível conquistar a cidade com a ajuda de alguns exilados dessa. Ao invadirem, matam e expulsam os magistrados designados por Castracani. Buscam ainda antecipar os caminhos pelos quais o *condottiere* retornaria da Romanha. Todavia, ciente que tinha um exército numericamente inferior, Castracani refugia-se no castelo de Serravalle, uma posição estratégica que possibilitaria sua vitória¹²⁶. Em posse do castelo, confusão e desordem eram espalhadas nas fileiras da cavalaria e da infantaria florentinas por estarem suprimidos entre um desfiladeiro e a artilharia oriunda da fortaleza. Nesse sentido, destaca-se que Castracani utilizava-se habilmente da *forza* e da *Virtù*, ao contrário desses inimigos, os quais, incapacitados de resistir, fugiam (CC XXIV). Libera cavaleiros e infantes para destroçarem furiosamente seus inimigos, dentre os quais muitos nobres. Pistóia expulsa os partidários dos florentinos, guelfos, aceitando a submissão a Castracani – celebrada com jogos e moedas satirizando os florentinos¹²⁷.

Florença não é totalmente saqueada pelo auxílio enviado pelo rei Roberto de Nápoles e pela necessidade de Castracani conter a revolta de Benedicto Lanfranchi em Pisa (CC XXVIII). Esse, não admitindo o domínio de Lucca, decide pela conjuração que acaba com sua morte e de seus familiares. Diante de constantes traições e brigas em Pistóia e Pisa, Castracani estava ciente que não poderia contar com a fidelidade dessas cidades e, portanto, buscava constantemente consolidar seu poder por *industria* e *forza* (CC XIX). Por outro lado, com a chegada do príncipe Carlos de Nápoles, Florença armou-se em um grande exército para atacar Pisa – por acreditarem ser suscetível a revoltas e influenciar diretamente as decisões em Pistóia (CC XXX). Perante

¹²⁵ Ao receber o cargo, Castracani veste-se com inscrições escatológicas: a realização de ser àquilo que Deus quer – com a frase na frente: “*Egli è quel che Dio vuole*” – e a esperança de poder ser aquilo que Deus desejar – com a frase nas costas: “*E' sarà quel che Dio vorrà*”.

¹²⁶ Destacam-se as posições da batalha, mas também o ânimo de seus soldados (CC XXIII).

¹²⁷ Além da submissão de Pistóia, Maquiavel descreve que Castracani aproxima-se de Florença e provoca os derrotados em meio a festejos e festas (CC XXVII). Visava também a invadir sorrateiramente a cidade, mas seus planos foram descobertos.

tamanha adversidade, Maquiavel ressalta a crença de Castracani de que a Fortuna lhe havia conferido a oportunidade de dominar todo o território da Toscana (CC XXIX). Novamente, o *condottiere* mostra sua maestria: separa o exército inimigo de suas provisões, deixando apenas como opção de batalha atravessar o rio Arno ou lutarem para conquistar um castelo. Ao cruzarem o rio, os soldados florentinos estão em desvantagem, mas travam uma intensa batalha (CC XXXI). Castracani finge um recuo para trocar suas unidades de batalha, empurrando os aliados de Florença novamente para o rio.

Todavia, a Fortuna, inimiga de sua glória, retira-lhe a vida¹²⁸. Segundo Maquiavel, uma brisa, sempre pestilenta do Arno, causou febre terminal a Castracani (CC XXXII). Após os enormes esforços em batalha, o comandante esperou para saudar suas tropas diante da iminente vitória e lhes infundir ânimo. Desenganado pelos médicos, chama Pagolo Guinigi, de quem havia se tornado tutor. Em seu discurso de despedida, assevera que a Fortuna deseja tornar-se árbitro de todos os assuntos humanos, impossibilitando-o de conhecer de antemão seus desígnios e o impedindo de superar suas ações (CC XXXII). Se estivesse ciente que não lograria êxito em suas ambições, buscaria outros meios para administrar os reinos que eles possuíam, pois: os príncipes de Milão e o imperador não são confiáveis, pois estão distantes; os florentinos estão irados após tantas e ardorosas batalhas; Pistóia está dividida e não possui fidelidade a eles; os habitantes de Pisa são *volúveis* e *cheios de falácias*, ainda que possam estar sob a servidão jamais consentiriam em um domínio de Lucca; por fim, a cidade natal de ambos não estará contente de estar sob o domínio do herdeiro de Castracani (CC XXXII). Nessas circunstâncias, pondera que agiria de maneira distinta, buscando um menor domínio, porém mais estável, com menos inimigos e menores invejas em uma tentativa de maior tranquilidade e menores conflitos.

Em vista das experiências que viveram conjuntamente, Castracani orienta a Pagolo a somente confiar em sua própria *industria*, na memória de sua *Virtù* e na reputação da vitória obtida (CC XXXII). Requer-se, portanto, prudência para buscar um acordo com os florentinos. Mistura-se a vida relatada de Castracani e seu exemplo ao relato do historiador, também analista político, Maquiavel, pois o *condottiere* ressalta ter deixado um reino e também ensinado a mantê-lo (CC XXXII). Deve-se aprender com a vida e com o relato da vida de Castruccio Castracani, pois é necessário conhecer a si mesmo e saber misturar a força do ânimo pessoal com a potência das ordens civis sob seu comando (CC XXXII). Enquanto Castracani cercava-se de inimigos em todas as esferas, imaginando alcançar gradativamente mais poder e glória,

¹²⁸Maquiavel, novamente, inclui suas observações políticas no relato biográfico e histórico, pois expõe que somente a morte poderia impedir as realizações para as quais Castracani estava destinado. Quando a Fortuna deveria dar-lhe vida, retira-a (CC XXXII).

ele sugere a Pagolo Guinigi construir amizades que renderão segurança e conforto. Apreende-se da vida de Castracani, das ações da Fortuna e de seus conselhos a Pagolo que o humano virtuoso deve estar preparado tanto para a guerra bélica quanto para a paz diplomática (CC XXXII). Evidencia-se, portanto, que mesmo um personagem, inicialmente favorecido pela *Fortuna* e pleno de *Virtù* em suas ações, não escapa às ações imponderáveis dos acontecimentos. Com grande astúcia e a grandiosa *indústria* supera seus inimigos em condições de extrema adversidade, podendo ser comparado a Felipe da Macedônia e Cipião. Todavia, é impossibilitado de atualizar seus intentos por não possuir as mesmas “*pátrias*” que esses. Desse modo, Castracani é visto como forte, audaz, inabalável, buscando a vitória por todos os meios possíveis, sem se importar em usar fraudes e força, mas sem os meios necessários para a sua plena efetivação (CC LXXII).

3.2 **Ambiguidades e Ambivalências nas Atualizações da *Virtù***

A partir dos exemplos históricos selecionados ao longo do corpus de Maquiavel, constata-se a necessária ação humana, plena de *Virtù*, para o estabelecimento das ordenações civis e as medidas necessárias para a sua manutenção. A Díade *Fortuna-Virtù* é atestada em argumentações centrais do pensador florentino, associando-se às ocasiões e as ações imprescindíveis para o agir humano na história. A instabilidade política, as forças além do controle humano, a imponderabilidade das ações civis são temas recorrentes nas concepções sobre a Fortuna em variadas argumentações de Maquiavel. Em aberto diálogo com os humanistas cívicos que enfatizam maior participação política e social, mesclando embasamento racional, consideração moral e as discussões sobre as formas de governo, esse escritor apresenta uma concepção historiográfica a revigorar tradições do mundo antigo na criação de uma ordem civil mediante a *Virtù*, que demanda comprometimento pessoal e público, na exaltação das potencialidades e dos limites humanos.

A instabilidade política, as forças além do controle humano, a imponderabilidade das ações civis são temas recorrentes nas concepções sobre a Fortuna (POCOCK, 1975, p.38). Desse modo, reinserir a relevância da paridade entre *Fortuna* e *Virtù* em Maquiavel é um passo relevante no combate aos anacronismos, os quais fragilizam “*nossa leitura dos textos principais de Maquiavel no lugar de esclarecê-los*” (BIGNOTTO, 2008, p. 77-100). Nesse sentido, ao analisar diferentes passagens na obra do secretário florentino, Newton Bignotto discorre sobre as diferentes posições renascentistas sobre a natureza humana, ponderando que o abandono de um pretense otimismo sobre as ações humanas, respectivamente sobre sua natureza, decorre

justamente da presença da Fortuna na arena política perante os limites da *Virtù*. Tal aparente negatividade da percepção do humano não quer eliminar a complexidade do problema, porém, visa a ressaltar as ações necessárias sem qualquer qualificação com os predicados morais associados aos discursos a despeito do humano.

Ao estudar a díade *Virtù-Fortuna* no autor, temas primordiais, e.g., *força, história, degeneração, corrupção, ambição e glória* são ressaltados em todos os assuntos humanos e em suas repercussões políticas. Para tanto, analisaram-se exemplos significativos dos fundadores e dos sustentadores da ordem civil, destacados nos textos discursivos do florentino, e.g., *Rômulo, Numa, Moisés; Cesare Bórgia; Castruccio Castracani*. O uso dos *exempla* romanos na construção retóricas dos discursos, em suas premissas históricas, civis e morais são bastante estudadas, perpassando diversos gêneros escritos e construções materiais nos processos da constituição de identidades culturais e políticas (BELL, 2008; ROLLER, 2018; CHAPLIN, 2000). Maquiavel utiliza-se dessa tradição retórica em variados pontos de sua obra, manifestando artifícios textuais variados na promoção de sua mensagem (BONADELLA, 1973). Assim, ao avaliar as ações da *Fortuna*, em face das concepções políticas e antropológicas do autor, evidenciam-se possíveis respostas humanas que, se adequadas, são vistas como plenas de *Virtù*. Desse modo, destaca-se a centralidade da díade *Virtù-Fortuna* no desenvolvimento argumentativo de suas principais obras.

Em todos os exemplos particulares apresentados, satisfação dos humores, incentivo a amar a pátria e batalhas contínuas contra a corrupção denotam as ações necessárias para a obtenção e para a manutenção da liberdade. A díade *Virtù-Fortuna* concretiza percepções cosmogônicas e existenciais que salientam a ambiguidade e ambivalência na contínua transformação das coisas humanas, nas formas de regime, nas ações individuais e coletivas, no emprego da força e da astúcia, nos pensamentos sobre a guerra e a paz, na constatação das aparências e na legitimação da reputação. As inseguranças e incertezas atribuídas à Fortuna não devem ser obstáculos para que seja possível estar preparado, pessoal e coletivamente, para as respostas adequadas em cada situação. Para tanto, os exemplos de *Virtù* devem ser estudados e inspirar uma imitação aos bons governantes, mas esses devem estar sempre aptos a simular e dissimular, utilizando das aparências e prontos a agirem de acordo com a ocasião.

4 NAS TEIAS DA *FORTUNA* E NAS AMARRAS DO POLÍTICO: ANTROPOLOGIA POLÍTICA EM MAQUIAVEL

Bastante conhecido é o dito *fundamento naturalístico* ou *realístico* do pensamento de Maquiavel sobre o humano. Destacam-se as bases de um entendimento imanente das coisas humanas e de suas ações no mundo, as quais estão em associação com as ordenações celestes ou ainda além da compreensão racional. Nesse sentido, os desejos humanos pela ordenação civil e pela sua manutenção estão enraizados em humores que devem ser satisfeitos de acordo com as condições sociais em que a coletividade humana esteja situada (GERMINO, 1971, p. 35-60; PARE, 1995, p. 363-390; YORAN, 2010, p. 247-282; HÖRNQVIST, 2004, p.38-75; PANTELIMON e MANU, 2010, p. 172-184). Ao longo das interpretações críticas, há terminologias dúbias que evidenciam contraposições imediatas encontradas na obra do florentino com o pensamento antigo clássico e as decorrentes premissas teológicas medievais: enfaticamente as obras platônicas, aristotélicas, agostinianas, aquinianas e dantescas. Maquiavel opõe-se a uma tendência racional em que a unidade seja obtida por uma condição idealizada, visto que as paixões perturbariam uma ordem estabelecida (MÉNISSIER, 2002, p.43). Inúmeras são as maneiras de entender o desenvolvimento intelectual destacado e variadas as formas pelas quais o pensamento contemplativo antigo é percebido ao longo do tempo, sobretudo diante de sua contraposição em uma *via ativa* já nos primórdios da Renascença italiana (BIGNOTTO, 1991, p. 9-56; SKINNER, 2004, p. 118-159). A releitura da antiguidade clássica, promovida pelas diversas correntes associadas ao Renascimento italiano, possui múltiplas recepções no período do humanismo cívico. A reconsideração do humano, sem uma perspectiva teleológica racional e ordenada, possibilita a Maquiavel discutir novos métodos de entendimento político, especialmente mediante uma concepção na qual o humano possua desejos indeterminados e insaciáveis (YORAN, 2010, p. 247-282).

A famosa expressão “*realità effettuale della cosa*” ecoa uma distinção entre concepções idealizadas intelectualmente e as vivenciadas historicamente (P. XV). Essa diferenciação é vista nas formas de entendimento do humano, mas também em suas respectivas distinções entre as formas de regime político. As inter-relações entre as características humanas e civis propiciam aos escritos de Maquiavel uma característica pedagógica única a partir da qual uma investigação a respeito dos exemplos históricos de efetivação da *Virtù* fornece modelos retóricos utilizados na obtenção da glória humana nas diversas formas de implementar uma *civilidade* (GERMINO, 1971, p. 35-60; ZUCKERT, 2010, p. 577-603; PRICE, 1977, p. 588-631). Consequentemente, os meios de obtenção da ordem e da resolução dos conflitos sociais também podem ser

observados de maneira díspar: busca-se a unidade social, em suas múltiplas formas de ordenação, mediante conflitos sociais (*tumulti*) que propiciem a criação e a renovação da ordem (D. I.4-6; III.1; IF III.1; DRSF XIV-XVII; XXVII). Conforme visto ao longo de sua produção discursiva, historiográfica e literária, Maquiavel busca descrever os comportamentos dos humanos, caracterizando suas ações em contextos específicos, sem uma prerrogativa ou prescrição de como esses deveriam ser ou deveriam se portar. O humano, portanto, é visto e apresentado no *corpus* de Maquiavel com uma carga ambivalente, possuindo características *pessimistas* e também enfatizando suas potencialidades para a fundação da ordem, para o amor à pátria e para a realização social. Os desejos e as ambições humanas também nutrem a busca por glória: a *Virtù* deve ser utilizada na superação da Fortuna, da corrupção dos regimes e da desorganização civil (BENNER, 2009, p. 201-212).

De fato, Maquiavel insiste que os humanos sejam voláteis de acordo com seus interesses (P. III); ambiciosos a ponto de serem inimigos de seus benfeitores (P. IX); ingratos, simulados e dissimuladores, covardes e violentos (P. XVII); maus e aptos a usarem a maldade quando possuírem a ocasião (D.I.3); mais propensos ao mal que ao bem, dando espaço para suas ambições desmedidas (D. I.9); movidos pelas aparências e não pelo que as coisas sejam (D.I.25). Diante de tantos exemplos passíveis de serem enunciados, a imprescindível e devastadora ação da Fortuna também deve ser considerada. Contudo, o autor corrobora com uma compreensão mais positiva, mediante um humano de *Virtù*, o qual deve possuir e saber usar *força*, *ambição*, vontade de *glória* e *astúcia* em constantes combates contra a degeneração e a corrupção da ordem civil. Há nos escritos de Maquiavel, portanto, descrições e avaliações do humano ao longo da história, ressaltando a existência daqueles de rara excelência, nos quais a *Virtù* possibilita o uso da força e da simulação quando a ocasião é propícia. Dante Germino, por exemplo, observa a *psyche* comum, a *psyche* heroica e a arte da dissimulação como características inerentes ao pensamento político-antropológico de Maquiavel (GERMINO, 1971, p. 36-60). Constata-se também, ao longo de seu *corpus*, a degradação das potencialidades humanas, a qual, a exemplo das desorganizações civis, deve ser combatida para restabelecer suas melhores condições.

Sustenta-se a premissa que o humano possua as mesmas características desde a antiguidade, corroborando a necessidade de investigar seu comportamento para a constituição de uma teoria política. Pressupõe Maquiavel que não haja mudança significativa entre os antigos e os contemporâneos e, portanto, as boas ações daqueles devem ser imitadas (D. *proem.*). Tal premissa não pressupõe uma concepção uniforme, estática e invariável, mas salienta as características comuns ao gênero humano em sociedade. Em um mundo de

incessantes mudanças, o humano é descrito em suas paixões e contradições, especialmente ao desejar mais do que possa obter: não apenas pela necessidade, mas também pela ambição, resultando em insatisfações.

Além da variedade da natureza e, portanto, das avaliações humanas a respeito da natureza, as concepções historiográficas de Maquiavel pressupõem uma constante vigilância a respeito da *ocasião* para a adaptação adequada aos modos de ordenação civil e às possibilidades de atualização dos desejos humanos. Em carta a Pierro Soderini, constata que as diversidades do humano, seus engenhos e fantasias, propiciam a pluralidade de seus modos de governo. Todavia, busca-se sempre fins similares, pois os humanos possuem sempre os mesmos desejos (*Lettera a Piero de Soderini XLI*). Destacam-se os pressupostos históricos utilizados ao longo de seu *corpus*, em que os exemplos sejam vistos como espelhos a guiar as ações humanas presentes. Ao analisar os tempos e suas condições, as ações necessárias são desveladas e devem ser imitadas. Há uma variedade de formas a serem usadas, a exemplo do uso bestial ou astucioso de um Príncipe (P XVIII). Ao avaliar os mesmos personagens tratados nessa carta, Aníbal e Cipião enfatiza os momentos adequados para instaurar amor ou ódio com fins a uma ordenação civil (D III. 21). Desse modo, Maquiavel demonstra a prevalência da satisfação das paixões pessoais e coletivas, mediante desejos e ambições que se apresentam não apenas devido às necessidades civis, mas que pressupõem desejos insaciáveis pela potência humana (D.I.37).

Há uma relação entre os conflitos pessoais e civis, pois ambos se nutrem em um constante desejo por satisfação, perpassando um sentido de glória política. Ao situar-se em um mundo político deteriorado, A *Virtù* auxilia nos meios de obtenção e de manutenção do poder, mediante a utilização de astúcia, força, reputação e aparência. Constatam-se tais evidências na obra de Maquiavel não apenas em suas premissas educativas para um príncipe específico, conforme Diego Vacano em sua comparação com o pensamento de Nietzsche, mas também nas constituições das ordenações civis, independente das formas de regime (von VACANO, 2007, p. 64–81).

4.1 *Virtù*, Tumultos e Humores

As teorias antigas sobre os *Humores humanos*, e.g., Hipócrates e Galeno, forneciam uma taxonomia das ações humanas e, conseqüentemente, classificações de acordo com o comportamento ou o temperamento predominante nos indivíduos: *sanguíneo*, *colérico*, *melancólico* e *flemático* (JOUANNA, 2012, p. 335-359). As discussões em torno da natureza humana, em suas variadas formas de expressão, integram características físicas e morais aos

modos de interpretação comportamental. Dessa maneira, há predominância de um humor específico a contextos sociais, a desenvolvimentos biológicos dos indivíduos, a estações do ano e a inúmeros outros fatores. Maquiavel, entretanto, discursa sobre *dois humores* no tecido social, dos patrícios poderosos (*le grandi*) e da plebe (*generalità*). Constata, em suas leituras da obra de Tito Lívio e da História das terras itálicas, que esses dois estratos da população estão em constantes conflitos e, para o melhor andamento de um regime político, esses *Umori* devem ser satisfeitos (P. IX; XIX; D. I.4; II. 37; III.9; IF III.1, 21; VII. 19. DRSF XXIII-XXIV). Não há, portanto, uma natureza intrínseca a todo ser humano que deva ser alcançada, mas desejos e ambições que anseiam consumação para a satisfação pessoal e, conseqüentemente, para a realização social em uma *civilidade*.

O mundo no qual o humano está inserido, o cosmo de Maquiavel, é uma constante batalha para a obtenção da glória, assim também satisfações pessoais e coletivas, as quais no âmbito político são louváveis pela criação de uma ordem social que preserve a *liberdade*. Os desejos humanos de glória e liberdade permanecem, mesmo diante de todas as transformações históricas. Os tumultos civis auxiliam na adaptação adequada das potencialidades a serem imitadas e as limitações a serem evitadas nos exemplos históricos para que todos nas estratificações sociais estejam satisfeitos. Desse modo, em uma ordenação civil, os mais poderosos querem o domínio e os mais fracos almejam preservar sua segurança. Na tensão e no conflito entre essas posições, em muitos momentos antagônicas, o arbítrio coletivo, mediante diferentes leis, busca fundar e refundar ordenações para a manutenção da liberdade. Na satisfação desses dois humores no tecido social, portanto, no reconhecimento das semelhanças e das diferenças entre os cidadãos, a corrupção pode ser combatida em seus níveis institucionais, sociais e pessoais que impedem as ações adequadas para as circunstâncias, ao mesmo tempo em que circunscrevem os humanos a práticas inglórias, vitupérios e humilhações.

Assim, as famosas passagens nos *Discorsi* ao comparar a honra dos fundadores de uma *civilidade* aos iniciadores dos cultos religiosos são também revistas na exortação para a ordenação das terras itálicas ao final de *Il Principe* e no discurso para a ordenação da cidade de Florença (D I 9-10; DRSF XVI-XXVII; P. XXVI). Desse modo, não há qualquer necessidade de associar causas primordiais às ações humanas e aos movimentos celestes, pensa-se as permanentes mudanças e os meios pelos quais o humano busca atualizar-se no mundo. Anthony Parel, ao contrário, discursa sobre as concepções cosmológicas e antropológicas de Maquiavel, inclusive, inferindo condições físicas e naturais ao autor florentino – debate, assim, as convergências e divergências entre o pensamento de Maquiavel e suas apropriações na Modernidade europeia (PAREL, 1992, p. 6-8; 153-161). Todavia, as realizações e satisfações

humanas são vistas em níveis pessoais e coletivos, relacionando-se com as concepções de fama, honra, louvor, estima e reputação. A ordenação civil é a maior glória possível de ser alcançada, alertando os humanos para não se iludirem com o sucesso alcançado por governos tirânicos. As ações militares e políticas podem ser vistas em paralelo, pois exigem *Virtù* e diferentes meios de obtenção de suas ordenações e, portanto, satisfação e glória (PRICE, 1977, p. 588-631).

Os *umori* são condições políticas específicas e contextualizadas nos perenes *tumulti* que sustentam o tecido social, sobretudo uma República que deseja alcançar a sua máxima potencialidade. A famosa tese de Maquiavel sustenta que os *tumulti* fortalecem os regimes políticos, pois propiciam a ocasião para a satisfação dos humores e, assim, permitem maior estabilidade e os melhores meios para a defesa da *liberdade*. Distingue-se, portanto, daqueles que desejam uma concórdia harmônica e racional devido a uma concepção contemplativa do Bem (D I. 4-5). Esses são usados para expressar desejos políticos coletivos das parcelas da população, diferenciando os *tumulti* que sustentam o *stato e a civildade* às criações de facções e de desuniões civis. Desse modo, a busca por glória e por realização das satisfações humanas exige, no desenvolvimento argumentativo do secretário florentino, confrontos radicais entre a Fortuna e a *Virtù* dos humanos, os quais demandam prudência, astúcia, força e virilidade. Os conflitos, pessoais e sociais, não são desvios que devam ser combatidos com todas as energias, mas são as condições da preservação dos interesses de todos. São, desse modo, situações humanas e sociais inevitáveis. Os discursos políticos, portanto, corroboram não uma ordem, cósmica e social, imutável; pelo contrário, no âmbito das coisas humanas, apresentam-se contínuas constituições, ecoando múltiplas formas assumidas pelo humanismo cívico. Ao discutir a célebre obra de Hans Baron sobre as crises na renascença italiana, Hanan Yoran pondera a respeito das distintas expressões do pensamento político nesse período, analisando algumas relações com as características modernas posteriores, especialmente os modos de apreensão das noções de liberdade e de ideologia. Destacam-se, todavia, a possibilidade de um cosmo político aberto, afeito às ações humanas em suas formações (YORAN, 2007, p. 326-344).

Ao atentar para o desenvolvimento discursivo de Maquiavel em suas obras teóricas e em algumas de suas cartas pessoais, constatam-se constantes tensões entre as possibilidades e os limites da condição humana. De fato, ao explorar o dinamismo da díade *Virtù-Fortuna* nas ações dos governantes e da população civil¹²⁹, a adaptação às mudanças dos *tempos* e das *ordens*

¹²⁹ De fato, ao longo de todo o corpus de Maquiavel, as relações entre Fortuna e *Virtù* descrevem a condição humana, as possibilidades de uma organização civil e também as deteriorações das ordenações estabelecidas. Nesse sentido, os valores pedagógicos e de utilidade proposto pelo autor em suas obras são significativos.

fornece uma miríade de imagens sobre o humano. Em uma paráfrase ao pensador florentino, deve-se imitar a natureza, a qual é múltipla, sem receio de repreensões¹³⁰. Os humanos, portanto, são passíveis de *glória* e de sucessos em seus combates contra a *corrupção*, a *desordem* e a *Fortuna*; todavia, não é possível olvidar o desejo humano, *muito natural e ordinário de aquisição*, somado às ambições de manterem seus benefícios pessoais e o *status* obtidos, mesmo às custas da ordem pública e da traição de seus benfeitores¹³¹. Opta-se, portanto, por uma *via média* a considerar as potências humanas e também suas deficiências. Embora bastante comum, as interpretações dos textos de Maquiavel que salientam apenas as debilidades, as fraquezas e as maldades como características intrínsecas observadas no agir humano¹³², tendem a desconsiderar a responsabilidade civil e racional dos cidadãos ou ainda a *virtuosidade* de pessoas extraordinárias em face à impetuosidade dos acontecimentos.

Os combates para a fundação de uma ordem e para as perenes tentativas de manutenção são contínuos e incessantes (BIGNOTTO, 1991, p. 163-170). A *questão Maquiavélica*, estudada na diversidade de regimes políticos necessários para a instauração e para a manutenção das ordens civis, soma-se aos modos de percepção do desenvolvimento histórico em uma guerra declarada contra as variadas formas de desorganização civil (ZUCKERT, 2017, p. 1-10). Desse modo, o desejo humano, natural e desejável, apenas é motivo de censura quando deseja obter aquilo que lhe é impossível. Em muitos casos, tais atitudes propiciam divisões e facções, promovendo a desordem pública. Em contrapartida, as ordenações civis, maior glória humana, também estão enraizadas no desejo humano (P. III). As condições naturais e sociais possibilitam, não apenas limitam, as ações dos humanos (BENNER, 2009, p. 186-187). Ao mesmo tempo em que constata maldade e horror nas ações humanas, Maquiavel assevera a fragilidade, a generosidade e amor à pátria que resultam em criações grandiosas de acordo com a *Virtù*. Nas palavras de Viroli:

Sotto la guida dei suoi maestri antichi e moderni, Niccolò si formò una concezione della vita tutta sua, fatta di generosità e di amore per le grandi cose, di passioni intense, di rispetto per la fragilità della vita, di ammirazione per la bellezza, nutrita tuttavia di un senso profondo della durezza della vita e della malignità degli uomini (VIROLI, 2013, p. 24-25)¹³³

¹³⁰ *Lettera a Francesco Vetorri XL. 31 janeiro 1514*. Ao descrever a diversidade de temas, perspectivas e modos de escrita, Maquiavel atesta que o humano possui em si a mesma pluralidade percebida na natureza: “*noi imitiamo la natura, che è varia; e chi imita quella non può esser ripreso*”. Tradução literal: “*nós imitamos a natureza que é vária; e quem imita àquela não podem ser repreendido*”.

¹³¹ Famosa é a assertiva de Maquiavel de que os humanos estão mais preocupados com seus bens do que a morte de um pai (P. XVII).

¹³² Destaca-se o radical pessimismo atribuído por Maritan, o qual deve ser superado com veemência, inclusive, em leituras que corroboram os acordos e as negociações diplomáticas como bases de sustentação da *Virtù* humana desejada (MARITAN, 1942, p. 1-33; BERRIDGE, 2001, p. 539-556).

¹³³ Tradução: “*Orientado por seus mestres antigos e modernos, Nicolau concebeu uma visão muito pessoal da existência, feita de generosidade e de amor pelas coisas grandiosas e pelas paixões intensas, de respeito pela*

Há, portanto, visões antropológicas de Maquiavel que possibilitam a articulação de múltiplas formas de pensar, de ser e de agir em suas bases *anti-essencialistas*, associando-as diretamente a variadas formas de governo (HOLMAN, 2016, p. 769-790). Corroborando tais constatações, Erica Benner argumenta que saber utilizar a razão é uma das condições para o viver humano e o agir civil com dignidade. Não obstante exista uma crítica aos usos, e decorrentes abusos, da racionalidade, sobretudo diante da ideia de necessidade, a responsabilidade humana e suas ações carecem de ambição, disciplina e prática na busca do bem comum (BENNER, 2009, p.136-150; 170-197; 206-209). Assim, as formas de entendimento das condições humanas, e dos meios de realização de seus desejos, situam-se na interseção necessária para o estabelecimento das premissas políticas e do entendimento antropológico (WYDRA, 2000, p. 36-57).

Devido a uma *agressividade ambiciosa*, alguns associam a Maquiavel uma concepção totalmente egoísta do humano, que apenas funda um governo por sua debilidade e incapacidade de sobreviver a constantes ameaças e agressões, limitado em seus desejos pelas condições naturais – concepções próximas de Hobbes e outras propostas contratuais modernas. George Sabine, em sua *Historia de la Teoria Política*, enfatiza que na obra de Maquiavel podem ser vistas esperanças de paz e de unidade, infere até mesmo para uma anacrônica ideia de Itália ou de uma nação. Todavia, vê na figura do príncipe uma encarnação do egoísmo humano (SABINE, 2009, p. 274-280). Salienta, contudo, que as raízes dessa interpretação na exposição de Maquiavel sobre os modos pelos quais os humanos se congregaram e elegeram seus líderes (D I.2).

Por outro lado, a *Virtù* concede ao humano os instrumentos necessários na superação da Fortuna e de suas fraquezas, devendo ser cultivada em todos os instantes. Luiz Hebeche, em diálogo com suas interpretações dos comentários de Leo Strauss, defende como as posições de Maquiavel alargam os horizontes políticos do humano e não o relegam à barbárie da indiferença. Tais possíveis divergências enraízam-se nos modos de entendimento do mundo antigo e também nas concepções do humano (HEBECHE, 1988, p. 62-65). Uma necessidade superior pode suprimir as deformações causadas pelas ambições humanas desmedidas, enquanto as ambições adequadas compõem as bases de sustentação das condições em que os humanos vivem e almejam a realização de seus desejos. Diante da impossibilidade de esperar um bem do humano, especialmente devido às constantes provas de maldade dada em variadas circunstâncias, o mal assemelha-se à própria natureza humana. Todavia, esse pode ser

fragilidade da vida e de admiração pela beleza. Contudo, essa compreensão era alimentada por uma profunda compreensão da maldade humana e do rigor da vida” (VIROLI, 2002, p. 24-25).

aniquilado por ordens impostas superiores (MOSSINI, 1962, p.70; 165; 183; 270). Em sua busca por *glória*, um ordenador das coisas humanas utiliza-se das concepções de Deus, de natureza, de Fortuna para impor tais necessidades intelectuais às causas públicas, não culpando as adversidades pelas limitações do humano, mas potencializando-as na criação das ordenações civis. O humano, sob a necessidade das leis criadas e diante dos conflitos civis inevitáveis, fortalece as condições para sua satisfação pessoal e para a *liberdade* civil (MANSFIELD, 1992, p. 30-32).

4.2 *Virtù* e Livre Arbítrio

Destacam-se, nesse contexto das discussões a respeito das ações humanas, as menções de Maquiavel ao *libero arbitrio*, ao arbítrio coletivo no estabelecimento das ordens públicas e ao *vivere libero*. A tese proposta de uma facilidade maior para um indivíduo pleno de *Virtù* ordenar as instituições civis e a necessidade de manutenção coletiva da *civilidade* são destacadas ao longo do *corpus* de nosso autor (P.V-VII; D.I.9-15; DRSF XIV-XVII; XXVII), ressaltando qualidades humanas para a satisfação de desejos, paixões, apetites e humores. O livre arbítrio é amplamente discutido nas tradições cristãs, desde as famosas propostas de Santo Agostinho, articulando elementos soteriológicos, escatológicos e éticos. A proposta patrística, capacidade humana de escolher na articulação entre vontade e razão, é bastante debatida, devido às condições de entendimento da graça e do mal, enraizadas na vontade, livre em sua escolha, mas também relacionada à ordenação cosmológica do mundo (GILSON, 1949, p.185-245; HARRISON, 2006, p. 17-27). Os movimentos religiosos reformistas, contemporâneos a Maquiavel, são exemplos significativos das recepções e das interpretações a respeito do livre arbítrio. Destacam-se as controvérsias entre Erasmo e Lutero, nas quais o primeiro realça as potencialidades humanas para atualizar a graça divina; enquanto o segundo defende que os meios de justificação estão enraizados somente na soberania divina, visto o humano encontrar-se em uma situação de plena corrupção (WITTE JR, 2003, p. 727-762; NESTINGEN, 2005, p. 1-22). Tais debates teológicos são bastante conhecidos e com inúmeras nuances, impossíveis de serem revisitadas rapidamente. Todavia, espelham significativas tradições intelectuais nas quais a vontade humana, em suas realizações históricas, pode ser estudada em paralelo com as propostas de Maquiavel a respeito da *Virtù*.

Maquiavel menciona o *libero arbitrio* diretamente em três passagens de *Il Principe*: os modos pelos quais os príncipes devem buscar conselhos ao fugir de adutores; a potência da Fortuna nas coisas humanas e como a combater; a exortação para liderar as cidades itálicas. No

primeiro caso, as boas escolhas dos líderes estão associadas aos seus conselheiros; esses devem falar livremente para que, em meio a deliberações, o príncipe possua uma prudentíssima e boa opção de ação. Ao cercar-se de homens sábios, o príncipe deve evitar àqueles que o adulam e preferir ouvir a verdade para agir, ao seu modo, após deliberada consideração (P. XXIII). Nesse sentido, o livre arbítrio, destacado nessa passagem, não se refere às condições humanas de decisão, mas à possibilidade de aconselhar livremente ao Príncipe, uma metonímia para os arbítrios civis destacados em outras passagens (e.g., IF II.39; III.5; IV.9; I.2; II.33; III.31).

No segundo caso, opõe-se àqueles que consideram que as coisas do mundo são governadas pela Fortuna ou por Deus, por crer que os homens, com sua prudência e *Virtù*, sejam capazes de modificar os acontecimentos. Desse modo, ao ponderar sobre a existência do *livre arbítrio*, o autor não credita apenas à Fortuna os resultados dos acontecimentos, mas também às ações humanas. Em uma famosa passagem, Maquiavel compara a Fortuna às ações de um rio e a associa a uma mulher. Nessas imagens, o humano deve ser proativo, atuando com sagacidade e rigor, para estar preparado às mudanças e caprichos da Fortuna. Embora confesse que tenha tido uma inclinação ao governo pleno da Fortuna, Maquiavel insiste na possibilidade humana de agir perante as mudanças dos acontecimentos, mesmo quando esses estejam além da plena compreensão ou dos esforços (P. XXV). Observa-se que a Fortuna é vista como uma condição pela qual a *ocasião* é proposta para os humanos. Desse modo, embora governe parcialmente os acontecimentos, a Fortuna permite aos humanos arbitrar sobre os mesmos (P. XXV).

Por fim, ao descrever a ocasião propícia para um príncipe unificar as terras itálicas¹³⁴, o autor destaca que Deus, apesar dos claros sinais dados, não deseja fazer todas as coisas para não tolher o *livre arbítrio* e a glória humana. Ao associar as descrições bíblicas do êxodo ao seu tempo, Maquiavel encoraja o destinatário de seus conselhos à ação, mesmo diante de todas as dificuldades. Os sinais são claros, requer que a ambição humana por glória seja satisfeita pelo livre uso de sua vontade: Deus não fará coisa alguma que tolha o livre arbítrio e a glória destinada aos humanos (P. XXVI).

Observa-se, portanto, que na exposição argumentativa de *Il Principe*, o *libero arbítrio* é uma condição necessária para a satisfação da *glória* humana, passível de ser obtida por ações plenas de *Virtù* na instauração de uma ordem que se oponha aos acontecimentos trágicos

¹³⁴ Passagens belíssimas em que Maquiavel reúne os exemplos de humanos de *Virtù* tratados ao longo de sua argumentação, expondo as condições adversas nas quais esses estavam inseridos. Desse modo, apesar de apenas algumas breves intenções terem sido frustradas, o autor argumenta que as cidades itálicas desejam superar a situação lastimável em que se encontram (P. XXVI).

constatados nas terras itálicas e, até mesmo, atue em uma constante batalha contra a corrupção da *Ordem* nas constantes mudanças promovidas pela Fortuna. O humano, portanto, possui as condições necessárias para imitar os grandes exemplos pretéritos e instaurar ordenações civis que sustentem a *liberdade*.

No contexto de manutenção das ordens civis estabelecidas, em que o arbítrio coletivo é mais eficaz do que a vontade de um indivíduo, a dignidade humana apresenta-se na satisfação dos *Umori* e na possibilidade de uma ordenação civil. A manutenção da *liberdade* é cultivada nos *tumulti*, nos quais o arbítrio coletivo é mais sábio e constante do que as decisões individuais de um príncipe (D. I.58). Todavia, deve-se destacar também os meios pelos quais as deliberações civis podem retardar uma ação necessária e, portanto, serem perniciosas a Repúblicas e principados (D. I. 38; D II. 33; IF II. 26; IF II. 30). Até mesmo governos extraordinários podem ser utilizados, com autoridade ditatorial, para salvaguardar a ordem diante de sérias ameaças (D. I. 34). Assim, nada é mais louvável do que a fundação de uma república ou de um reino; assim também, nada é mais censurável do que a tirania (D.I.10).

Mesmo diante das dificuldades propostas pela Fortuna e pelas ambições desmedidas do humano, Maquiavel considera ser possível a *satisfação dos humores* e a realização humana em uma constituição civil. Em todos os regimes políticos há oposições naturais devido aos desejos e aos interesses, destacando-se aqueles que ambicionam dominar e aqueles que não desejam ser dominados. As tensões nos novos principados são evidentes e devem ser sanadas imediatamente para evitar que a memória das ordens anteriores inflame a população ou os seus líderes (P. V). Internamente, os nobres querem o controle e podem oprimir o povo; a população, em geral, recusa tais desmandos (P IX). Deve-se fugir ao ódio (P. XIX); preservar os conflitos e evitar as facções (D I. 4; 5); o povo anseia, constantemente, por bem-estar e estar livre do comando de outros (D I.16). Há, assim, um desejo ardente de liberdade no povo em face a um desejo contínuo de domínio pelos poderosos. (D I.40; IF II 12; III, 1; IV.1). A *satisfação dos humores* em Maquiavel perpassa paixões, diversas opiniões pessoais e aspirações coletivas. Embora as tensões sociais sejam contínuas, elas não redundam, necessariamente, em facções e em divisões na ordenação civil. Desse modo, os humores auxiliam nas discussões dos melhores regimes políticos para cidades específicas, nas constantes tensões entre aqueles que desejam o controle político – o domínio – e aqueles que não desejam estar submetidos a regimes de espoliação (MÉNISSIER. 2002, p. 30). A satisfação dos humores é necessária para estabelecer e manter as ordens civis, sem a qual os conflitos internos não resultam na promoção de um *vivere libero* que conserve a *liberdade*, mas em constantes disputas pela posição de comando (P. IX; XIX; D. I.4; II. 37; III.9; IF III.1, 21; VII. 19. DRSF XXIII-XXIV). Desse modo, a *Virtù* humana, em

sua individualidade e coletividade, é capaz de estabelecer uma *civilidade* em que os humanos alcancem a glória na efetividade de suas ordenações.

A corrupção, assim, perpassa as escolhas dos indivíduos e das cidades. Da mesma forma que a agência humana, em todas as suas potencialidades de ordenação civil, possui elementos individuais e coletivos, deve-se assumir que as deteriorações intrínsecas desses resultados obtidos possuem esses dois níveis destacados. Se as ações humanas possuem suas raízes nos apetites, inclinações e escolhas humanas, algumas materializações da corrupção também partilham desses princípios. Todavia, a Fortuna e fatores além da agência humana devem sempre ser considerados (PAREL, 1995, 363-390). Ao diminuir a capacidade humana e deteriorar a ordem pública, a corrupção deve ser combatida veementemente (BIGNOTTO, 1991, p. 205-207). A corrupção, portanto, é vista como um limite das potencialidades humanas a ocorrer em qualquer regime político e deve ser combatida com todas as forças disponíveis. Nesse sentido, a imitação dos antigos e a insistência em reinserir a *Virtù* vistas nesses são elementos dessa incessante batalha para a instauração e manutenção das ordens civis.

O humano, visto em seus limites e potencialidades, atestando suas próprias fragilidades e as vulnerabilidades das ordens impostas ao tecido social, pode modificar suas circunstâncias mesmo diante da deterioração intrínseca dos regimes políticos, da maligna intervenção da Fortuna ou ainda dos desejos, das paixões e dos apetites humanos pelo poder. As catástrofes naturais, o imponderável e as eventuais facções criadas pelos apetites pessoais deturbam as ordenações civis, ao mesmo tempo em que propiciam as condições necessárias para o estabelecimento de novas instituições e o cultivo da *Virtù* humana (BENNER, 2009, p. 16-24; SULLIVAN, 2000, xiii-xvii). As fundações, e os retornos necessários aos princípios norteadores das fundações, são condições históricas específicas por meio das quais as facções humanas devem ser erradicadas e as buscas pela glória podem ser obtidas pelos meios necessários: artifícios retóricos, ritos religiosos, astúcia, força. As ações extraordinárias, os meios políticos ordinários e a instauração do convencimento, em muitos momentos pelo temor e em outros pela afabilidade¹³⁵, são destacadas ao longo do *corpus* de Maquiavel. A *Virtù*, individual e coletiva, instaura a ordem, assim também os meios legais e as condições civis de sua manutenção. O temor pode ser instaurado e instigado pelos ritos religiosos, pelos discursos, ou ainda pela manifestação de força, promovendo a unidade e a obediência civil. A diversidade de meios correlaciona-se com a pluralidade de regimes possíveis, cabendo ao humano de *Virtù*

¹³⁵ *Lettera a Piero de Soderini XLI*; P XVIII; D III. 21. Referência direta às análises de Maquiavel a respeito de Aníbal e Cipião, nas quais os modos pelos quais a ordem civil pode ser obtida por diversas formas de convencimento, utilizando quando necessário a força, a astúcia, o medo, o amor.

agir de acordo com a ocasião. Todavia, a corrupção atinge níveis profundos no entendimento que os humanos possuem de si próprios, tornando-os incapazes de apreender a *Virtù* e agir adequadamente.

4.3 **Ambição, *Virtù* e Glória nas Realizações e nas Satisfações Humanas**

Variados são os exemplos dos humanos de *Virtù*, necessários para o estabelecimento da ordem. Em momentos de gravidade extrema, fraudes, violências e outros atos são necessários para tornar o efetuado aceitável para todas as estratificações da população (P VII; D I,18). Assim, a fundação e a manutenção da ordem civil exigem ações extraordinárias (MÉNISSIER, 2002, p. 22-24). Contudo, os atos de persuasão, os debates civis e as ações diplomáticas são encorajados no *milieu* e nas obras de Maquiavel, destacam-se também as bases de sustentação dessas práticas ordinárias no exercício do poder, i.e., o processo de ordenação civil mediante suas leis e diretrizes (COX, 2010, p. 173-190; BENNER, 2009, p. 25-30). Nesse sentido, as relações existentes entre a coerção para a legitimação das leis e suas respectivas efetivações estão enraizadas na *força*, pois, para Maquiavel, não é possível existir boas ordenações, conseqüentemente, boas leis onde não exista um bom exército (P XXII). Em uma cidade, devem ser conjugadas as qualidades guerreiras e as legislativas (e.g. Rômulo e Numa D. I.9); ou ainda, tais características são vistas conjuntamente em uma pessoa de altíssima *Virtù*, e.g., o personagem bíblico Davi (D I.19). O amor à pátria e o temor às leis podem ser instaurados por ritos religiosos, discursos retóricos e por demonstrações de força física. As ordenações civis constituem-se com uma mistura dessas atividades, pois os modos pelos quais os ritos religiosos infundem o temor, a devoção e a obediência são bastante destacados nos campos de batalha e nos meios de organização pública (AG I; II; VI; D I. 9-15; II. 29; III. 1). As concórdias civis, obtidas também no anonimato dos agentes públicos na persuasão da coletividade (D II. 15), possuem grande valia para superar as divisões, as incertezas e as ambiguidades em momentos específicos (RAIMONDI, 1977, p. 1-16). Desse modo, a utilização de Cesare Bórgia e Castruccio Castracanni como exemplos de humanos de *Virtù* destacam o uso da força e da astúcia como meios para a obtenção ou para a manutenção da ordem – descrita também como condição necessária nos *Discorsi* (P. VII; P XVIII; D I.58; D II.3; D II.31). Conforme atestado nas descrições de Maquiavel sobre as ações desses personagens históricos, o apropriado uso dos meios de coerção social para a construção contínua da *liberdade* demanda adequações constantes entre as demandas das circunstâncias e os objetivos dos agentes, individuais e coletivos. A *Virtù*, portanto, recai em agir corretamente de acordo com a necessidade

(d'AMICO, 1980, p. 429-441). Há, desse modo, usos ordinários e extraordinários para a obtenção da autoridade necessária para legitimar as ações tomadas de acordo com o contexto, a ocasião e a necessidade (BENNER, 2009, p. 384-385).

Ao observar as coisas humanas, Maquiavel assevera que a *Virtù* dos bons exemplos pode ser imitada e, embora não exista um método infalível, seria possível almejar a glória nas ações civis, tanto na salvaguarda da integridade física, quanto na construção da liberdade. Contudo, mesmo diante dos desejos individuais e dos temores, a corrupção pode atingir níveis profundos em uma sociedade, promovendo uma letargia fatal para as ordenações públicas, visto impedir as ações necessárias, deturpar as decisões pessoais e deteriorar até mesmo as possibilidades de auto-entendimento humano. Ao escrutinar os desejos humanos, assim também suas satisfações nos humores sociais e na realização civil, Maquiavel atesta exemplos históricos do comportamento humano a ser imitado devido à *Virtù* verificada no sucesso de suas ações. Desse modo, O humano é apresentado nesses escritos mediante ambivalências, pois evidenciam características negativas, devido aos incessantes desejos irrealizáveis, e também possibilidades positivas, nos concretos meios para a fundação de ordem civil, para a instauração do amor à pátria e para a obtenção da glória. Entre inimizades, traições, simulações, ingratidões e violências, o humano é compreendido em meio às devastadoras ações da Fortuna, mas também por possuir a adequada *Virtù* e ser capaz de força, ambição, vontade de glória e astúcia em constantes combates contra a degeneração e contra a corrupção das ordenações civis. Nesse sentido, as primeiras considerações nutrem divisões sociais e facções que destroem a estabilidade de uma cidade, enfraquecendo-a em seu físico e em seu ânimo; por outro lado, a instauração e a manutenção da ordem promovem as ocasiões adequadas para as valiosas ações humanas.

Nesse contexto, sem pautar-se em concepções idealizadas da natureza humana, mas enfatizando que os humanos possuem as mesmas características e as mesmas reações em contextos similares desde a Antiguidade, Maquiavel descreve ao longo de suas obras uma série de investigações antropológicas e comportamentais pelas quais expõe o desenvolvimento do seu pensamento político. Ao viver em constantes mudanças, em paixões e contradições, o humano deseja mais do que pode obter; das leituras de Tito Lívio e da história recente das terras itálicas, constata a existência de dois *umori* no tecido social que devem ser satisfeitos para a obtenção e para manutenção da ordem. Há, portanto, constantes conflitos nos quais realizações pessoais e coletivas devem ser obtidas. Ademais, se o humano pode obter a glória e não o faz, as divisões civis em facções e os costumes sociais que subjagam as intenções humanas devem

ser erradicados. Para tanto, adaptar-se constantemente às situações e às mudanças das circunstâncias mediante imitações da *Virtù* dos antigos costumes é uma necessidade.

5 A RELIGIÃO NA FORMAÇÃO DA CIVILIDADE E NA MANUTENÇÃO DA LIBERDADE

As interpretações a respeito da posição de Maquiavel sobre Religião, mais especificamente suas reconstruções teóricas das práticas romanas antigas e suas considerações sobre a Cristandade a ele contemporânea, nutrem variados debates. A centralidade da Religião é evidente nas obras do florentino: os variados usos, os diferentes modos de interpretação, as avaliações das tradições de seu tempo são relevantes e estão dispersas ao longo de seu corpus textual. A utilização política, na manutenção e na preservação da ordem civil é destacada, assim também a promoção e o declínio da *Virtù* necessária para as ações diante da ocasião e da necessidade. Discutem-se, portanto, considerações que não são restritas aos debates sobre paganismo, cristianismo, teísmos e ateísmos, mas nas formas por meio das quais a religião sustenta a *civilidade*. Suas críticas aos ritos e cerimônias religiosas de seu tempo são decorrentes da necessidade de uma reforma civil, política e pedagógica para a sustentação do ânimo e da força necessárias para o estabelecimento das ordenações políticas (TENENTI, 1969, p. 709-748; VIROLI, 2010; SULLIVAN, 1993, p. 259-280; COLISH, 1999, p. 597-616; KENNEDY, 2006, p. 57-72; GEERKEN, 1999, p. 579-595; NEDERMAN, 1999, p. 617-638; FONTANA, 1999, p. 639-658; KORVELA, 2006; NAJEMY, 1999, p. 659-681; PREUS, 1979, 171-190).

De fato, o autor utiliza-se dos elementos, das tradições e dos personagens religiosos da Roma antiga e da Cristandade, acessíveis em seu período histórico, articulando-os a suas mensagens políticas para o estabelecimento de uma *civilidade* que promovesse e sustentasse o *vivere libero*. Ao examinar histórica e politicamente as atuações eclesiais, Maquiavel pondera sobre o enfraquecimento das forças civis em defesa da *liberdade* como um malefício das formas religiosas comumente encontradas nas terras itálicas (D. I.1-19; I.11-15; D.I.55; D.II.1-5; IF I.3-4; 9-18;22-26; II.17-23; III.7-13; IV.29-31; V.15-17; VI. 3-15;29-38; VII.9;28-32; VII.10-34). Embora algumas práticas da antiga religião romana sejam vistas como salutares para exigências civis específicas, um retorno, ao assim chamado, *paganismo* não é possível. O pensador florentino conjuga características dessas tradições religiosas, aparentemente antagônicas, na elevação do bem-estar civil e das ambições políticas individuais. Ao herdar as tradições antigas e medievais, há uma impossibilidade de retorno às constituições ideais reconstruídas historicamente sobre a República romana, mas também de uma sustentação das propostas romanas cristianizadas por meio das quais as terras itálicas encontram-se desoladas. As ponderações do secretário florentino podem ser lidas como transformações das premissas

romanas e das doutrinas cristãs diante da necessidade de estabelecimento das ordens públicas (SULLIVAN, 1996, p. 119-190; SULLIVAN, 1993, p. 259-280).

Ao louvar os antigos, em suas práticas, ideias e conquistas, Maquiavel contrapõe o *ócio inútil* por meio do qual o seu mundo encontrava-se fragilizado, nas palavras do florentino, também devido aos modos que a Igreja conduzia os processos educativos e civis nas cidades italianas (D.I). O desejo por ordenações que promovam e mantenham o *vivere libero*, evitando com todas as forças a tirania, nutre-se também na compreensão dos antigos costumes (D.I.9), dentre os quais as práticas religiosas que possuam grande valia para a ordenação da *urbe*, ao corroborar ações civis e militares, ou também para acabar com conflitos locais (D.I.11). As condições de *civilidade* são maiores nos povos que observam com zelo os cultos religiosos; por outro lado, o desrespeito ou o descaso a esses conduzem civilizações a *desordens* e ruínas (D.I.11). Não se discute a veracidade factual das crenças religiosas, mas atenta-se para a promoção do ânimo, da unidade, do amor à pátria (D.I.12).

Questiona-se, portanto, os modos pelos quais os costumes religiosos possuem grandes impactos nas conduções políticas, nas formas de governo, nas ordenações civis e no combate à corrupção dos cidadãos (D.I.55). Tais posições também são defendidas nos argumentos das *Istorie Fiorentine*, onde o florentino destaca a queda do império romano, as invasões "bárbaras" e o crescimento do poder da Igreja, comumente centralizado nos principados eclesiásticos, mas também no grande envolvimento das ações políticas de seu tempo (IF I.3-4; 9-18;22-26; II.17-23; III.7-13; IV.29-31; V.15-17; VI. 3-15;29-38; VII.9;28-32; VII.10-34). Ao longo de todas as *Histórias* de sua amada cidade, mostra-se a importância dos principados católicos e os meios pelos quais esses constituem uma ordem política importante nas terras itálicas e também nas demais relações políticas do continente. Há também discussões sobre as influências e os favores adquiridos dos principados eclesiásticos, comentando os casos particulares de Alexandre VII e Júlio II (P XI).

Assim, ao atentar-se para as ordens políticas corrompidas ao redor de si e enunciar as ordens dos antigos, essas que também são idealizadas historicamente, louva os admiráveis sucessos dos antepassados e critica veementemente o presente, cheio de misérias, de infâmias e de vitupérios, portanto, repleto de insucessos, de inseguranças e de desordens (D.2.2). Descreve nas *Istorie Fiorentine* o gradual declínio da unidade política concomitante ao aumento do poder eclesial e à mudança do império para as terras germânicas (IF I.1-15). Ademais, o grande número de facções e divisões, ocasiona a perda de estabilidade das ordens civis, as quais muitas vezes são decorrentes das ações políticas dos principados eclesiásticos (IF II. 4-10; 17-

23). Há, portanto, uma contraposição clara entre os ritos e cerimônias religiosas que possibilitem o processo civil e aqueles que impedem o mesmo.

No meio de sua argumentação em *Il Principe*, Maquiavel distingue entre os principados novos, aqueles que se adquirem com *Virtù* e armas próprias (P. VI), daqueles que são adquiridos pela Fortuna e pelas armas alheias (P. VII), os obtidos por crimes (P. VIII), o *De Principatu civil* (P. IX) e o *De Principatibus ecclesiasticis* (P. XI). Esses últimos, sustentados nas ordens antigas da religião (P. XI.)¹³⁶, são considerados seguros e felizes (P. XI)¹³⁷, pois possuem legitimidade que estão além da compreensão humana e não precisam preocupar-se constantemente com suas bases de manutenção do poder. Destaca-se, assim, a Cristandade por ter sua atuação e legitimidade por toda a península itálica e nos demais reinos europeus. Não esquece o florentino de ressaltar a dinâmica tensa desses principados eclesiásticos, salientando também a força da Igreja e seus envolvimento com as guerras na península: seja para a manutenção de suas terras e de seus domínios; seja pelos interesses pessoais de seus governantes. Destacam-se os papas Alexandre VI e Júlio II, sobretudo nas constantes disputas entre os próprios líderes das cidades italianas e seus respectivos representantes clericais (P. XI). Maquiavel resume, desse modo, suas observações históricas reunidas em *Istorie Fiorentine*, onde constata os modos pelos quais a Igreja fornecia legitimidade a reinos (IF. I.11) e também se envolvia em variados confrontos, inclusive na promoção das cruzadas (IF I.17-20). Indica que a mudança na religião antiga estabelecida pelo império romano ocasionou uma desordem civil que a cristandade não foi capaz de contornar (IF. I.5-8), sobretudo pelos interesses particulares de seus líderes e a submissão a governos mais poderosos (IF I.24-28).

Ao tratar sobre o modo de agir do príncipe, se ele deve manter a palavra dada e seus juramentos, Maquiavel assevera que não é necessário ter determinadas qualidades, mas aparentar as possuir, dentre as quais indica a piedade religiosa. Ao combinar força e sagacidade, a piedade é um bem necessário que se deve aparentar possuir, mesmo quando não possua as qualidades destacadas. Incluem-se também o parecer piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso (P.XVIII). Assemelha-se, assim, às considerações expostas nos *Discorsi*, pois os ritos religiosos devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias e, quando necessário para manter o *stato*, mesmo que sacrifique as aparências, é mister “agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião” (P. XVIII)¹³⁸. Todavia, a exemplo do constante retorno às fundações da *civilidade* (D. III.1) e promoção da ordem pelos ritos religiosos, os principados

¹³⁶ No original: “sono sustentati dalli ordini antiquati nella religione”.

¹³⁷ No original: “Solo, adunque, questi principati sono sicuri e felici”;

¹³⁸ No original: “operare contro alla fede, contro alla carità, contro alla umanità, contro alla religione”.

novos devem cultivar suas raízes. Embora exista a opção de um constante uso da *Virtù* pelo Príncipe, as ordens novas possuem dificuldade com seus modos de instituição de acordo com os hábitos antigos (P. VII). Alerta-nos, nessa mesma obra, sobre a possibilidade de fundação e de manutenção da ordem mediante as práticas religiosas. A distinção entre Moisés e Savonarola é significativa em *Il Principe*: o primeiro é louvado e comparado a Rômulo, Ciro e Teseu; o segundo, não depende de si mesmo e é incapaz de usar a força quando necessário (P. VI), embora possa persuadir o povo não consegue manter o ânimo desse (P. VI). Conclui que “*tutti e’ profeti armati vinsono ed e’ disarmati ruinorno*” (P. VI)¹³⁹.

Na voz de Fabrizio, em seu diálogo sobre a *Arte da Guerra*, Maquiavel pondera como a organização militar e a ordenação civil estão interconectadas, a prescindir da *civilidade* obtida também pelos ritos e pelas tradições religiosas. Ressalta ainda que os modos antigos são mais adequados do que as formas cristãs, pois aquelas obtêm maior obediência dos soldados, sobretudo na execução dos exercícios rotineiros em seus treinamentos (AG I). O declínio da *Virtù* antiga, centrada em tradições religiosas específicas, origina graduais desordens e negligências. O medo da morte e da escravidão perpétua infundia nos humanos um desejo por glória terrena, enquanto que a piedade cristã diminui o fervor de uma defesa pessoal (AG II). A retórica, persuasão e convencimento pela oratória, é uma condição necessária para o comandante militar, todavia, Fabrizio não exclui o uso da *força* e da *autoridade* para o estabelecimento da ordem no exército. O *temor* decorrente dos juramentos e dos rituais religiosos eram significativos para os líderes militares antigos, pois facilitava grandemente a condução do exército devido à veneração e ao respeito dos ofícios religiosos. Propiciavam, desse modo, elevado respeito aos líderes e grande amor à pátria (AG IV). Maquiavel entende que para os antigos, a necessidade de ânimo, de disposição e de temor para uma organização militar bem-sucedida não se sustentava apenas na observância da lei ou na reputação de algum modo de governo específico, mas alicerçava-se na autoridade religiosa, interpretando suas tradições e cerimônias de acordo com a situação vivenciada (AG VI).

Diante do exposto, restringir-se-ão nossos estudos aos modos pelos quais a Religião, sempre combinada com outros fatores, auxilia na formação de uma *civilidade* e na manutenção de um *Vivere Libero* no pensamento de Maquiavel. Avaliar-se-ão as Ordenações civis e suas corrupções nos *Discorsi*; os modos de articulação entre as ordenações militares e civis, principalmente no diálogo *Dell'arte della Guerra*; mas também as consequências políticas e antropológicas do declínio da *Virtù* antiga, em abertas críticas às práticas cristãs de seu tempo

¹³⁹ Tradução literal: “Todos os profetas armados vencem, os desarmados entram em ruína”.

espalhadas nas principais obras de seu *corpus* textual. Investigam-se, portanto, nos *Discorsi* de Maquiavel, os modos pelos quais os costumes religiosos possuem grandes impactos nas conduções políticas, nas formas de governo, nas ordenações civis e na luta contra corrupção da *civilidade* e dos cidadãos. Mostra-se como, ao atentar-se para as ordens políticas corrompidas ao redor de si e enunciar as ordens dos antigos, idealizadas historicamente, o florentino louva os admiráveis sucessos dos tempos antigos e critica veementemente o presente – cheio de misérias, infâmia e vitupérios, portanto, repleto de insucessos, inseguranças e desordens. Não se discute a veracidade factual das crenças religiosas; pondera-se sobre a promoção do ânimo, da unidade, do amor à pátria. Para tanto, é imprescindível interpretar os mitos e as tradições fundadoras das religiões de acordo com as necessidades civis. Em *Dell'arte della guerra*, Maquiavel pondera como a organização militar e a ordenação civil estão interconectadas, pois prescindem da *civilidade*, a qual pode ser obtida pelos ritos e pelas tradições religiosas. Ressalta-se que os modos antigos são mais adequados do que as formas cristãs, pois aqueles obtêm maior obediência dos soldados, sobretudo na execução dos exercícios rotineiros em seus treinamentos. O declínio da *Virtù* é atestado pelo declínio da ordem, a diminuição do fervor dos cidadãos em defender a pátria. Desse modo, estudam-se as ponderações feitas por Fabrizio, no famoso diálogo, para investigar as semelhanças e diferenças entre as ordenações civis e militares, promovidas pelas práticas religiosas, no pensamento de Niccolò Maquiavel. Por fim, as desordens civis e o enfraquecimento do humano são temas recorrentes nas críticas do florentino à Igreja Cristã. Ao examinar histórica e politicamente as atuações eclesiais, Maquiavel pondera sobre o enfraquecimento das forças civis em defesa da *liberdade* como um malefício das formas religiosas comumente encontradas nas terras itálicas. Diante da alta e vastíssima atuação da Cristandade nos processos civis e educativos, constata Maquiavel que todo o mundo europeu se encontra fragilizado, desordenado e desfigurado devido às ações eclesiais. Assim, os elementos comuns de ponderações específicas de Maquiavel às práticas religiosas e políticas em *Il Principe*, nos *Discorsi*, em *Dell'arte della guerra* e nas *Istorie Fiorentine* indicam possibilidades para o envolvimento eclesial nas reconstruções das ordens civis em Florença mediante comparações com a religião romana antiga na constituição da *civilidade*, no estímulo à *Virtù* e na defesa da liberdade.

Maquiavel constata as ambiguidades e as ambivalências dos modos pelos quais a religião era vivenciada nas terras itálicas e, por extensão, em toda a Europa, pois ela poderia: promover ou destruir o entusiasmo civil; inserir a *Virtù* ou propagar a corrupção; ser utilizada para o fortalecimento ou para o enfraquecimento social; sustentar ou destruir a *civilidade*; indicar a força de uma cidade ou atestar sua fraqueza; sustentar a liberdade ou promover a

submissão; constituir um meio de unificação e de satisfação dos humores ou um mecanismo para a surgimento de facções e contínuas batalhas. Mesmo diante das incertezas e das inseguranças dos usos da religião no âmbito civil, todas essas características podem ser úteis e eficazes nas circunstâncias adequadas. Conclui-se, portanto, que os ritos e os dogmas religiosos devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias, acompanhando as constantes mudanças dos tempos e praticados com os objetivos a serem alcançados socialmente. A religião fornece ânimo, amor à pátria e incentiva à satisfação social, legitima as ordenações e as leis, ao mesmo tempo em que justifica práticas extraordinárias.

5.1 **Religião, *Civildade* e Manutenção da Liberdade: as Ordenações Civis nos *Discorsi de Maquiavel***¹⁴⁰

Os modos pelos quais as práticas religiosas integram a formação de uma *civildade* e a manutenção da liberdade são destacados na fundação das ordens civis, na força e no ânimo imprescindíveis para a atualização da *Virtù* em face da *Fortuna* e na necessidade constante de retorno aos princípios das ordenações civis. Desse modo, as famosas passagens no primeiro livro dos *Discorsi* foram estudadas, nas quais destacam-se necessidades constantes de ordenação das repúblicas, enaltecendo seus fundadores e execrando as ações tirânicas (D.I.9-10); nesse contexto, o florentino apresenta as características que considera essenciais sobre a religião romana, e.g., ordenação da cidade e a interpretação das crenças, dos textos e dos ritos, de acordo com a necessidade civil, destacando importância da religião e o atual estado precário em que se encontram as terras itálicas devido às ações da Igreja (D.I. 11-15). Pondera diante de tais constatações históricas que há um aumento da corrupção e da desordem, assim também uma diminuição da *civildade*, decorrentes do enfraquecimento da pátria e da desunião pública, frutos do abandono de uma religiosidade civil (D.I.55). A relevância das práticas religiosas é salientada também na exposição da *Virtù* requerida para expansão territorial do Império Romano, concernente aos modos pelos quais os romanos combatiam, defendiam a sua liberdade e preservavam a memória de seus feitos (D.II.1-5). A sustentação de uma ordem civil carece de um retorno constante aos princípios de sua fundação, seja para a promoção de suas leis e de sua *riputazione* (D.III.1), para a justificação de ações inaceitáveis ao sentido comum (D.III.29), ou ainda para instaurar a confiança entre os soldados e para com o comandante militar (D.III.33).

¹⁴⁰ As seguintes ponderações foram expostas com maiores detalhes exegéticos na obra de Maquiavel alhures (de Assis, 2019b, p. 237-259).

A relevância das práticas religiosas na fundamentação e na manutenção das ordens civis são evidenciadas pela imprescindibilidade do entendimento histórico para a superação da fraqueza civil observada nas terras italianas; pela busca do bem comum e pela rejeição de benefícios pessoais; pelo louvor do governo de muitos e pela renúncia das formas tirânicas; pelas comparações entre as formas religiosas dos antigos e da Cristandade; pela instauração do temor e do fervor necessário para a obediência; pela autoridade e pelos meios de persuasão de novos costumes. Retrata o autor que os romanos interpretavam os fundamentos de sua religião de acordo com a necessidade e com os interesses políticos (D.I.14), utilizando-os em ocasiões públicas, assim também em novos comissionamentos civis e militares (D.I.14). Todavia, quando a razão apontava outro caminho a ser feito, agiam independente dos auspícios e de acordo com o bom senso, alterando os fundamentos religiosos, em modos e em termos que não expressassem sacrilégio ou desprestígio das premissas religiosas (D.I.14).

Ao testemunhar a fraqueza civil, nutrida por um *ócio inútil* e por um desconhecimento da história, Maquiavel insiste que os ensinamentos dos antigos devem não apenas serem louvados, mas entendidos e aplicados corretamente no presente. Os bons exemplos pretéritos não são impossíveis de serem realizados, mas o enfraquecimento das formas de vida pelo *ócio meditativo* e pela *via contemplativa* funda-se em uma repugnância ao que deveria ser cultivado e apreciado (D.I *proem*).

Destaca, assim, líderes que, com *Virtù* e *autoridade*, criaram leis em favor do bem comum; a escolha *mítica* do governo Romano; o louvor às leis de Licurgo. Ao mesmo tempo, ausenta-se a criação dos modos imperiais romanos em estados de exceção civil; mas também se registram os acontecimentos que conduzem à morte de Ágidas pela acusação de tirania ao tentar implementar uma ordem de acordo com as leis de Licurgo e o ímpeto de Cleômenes em tomar a autoridade para realizar o bem necessário para a pátria. Evidencia-se uma nítida distinção entre os modelos míticos de explicação do governo romano em oposição aos entendimentos de uma tirania. Entre louvores aos primeiros e condenações aos posteriores, observa-se uma discrepância entre César e Rômulo, sobretudo devido aos que se iludem pela fortuna do império, sua extensão e longevidade (D.I.10). Ao longo de seu argumento, Maquiavel expõe que o interesse pessoal e familiar nunca poderia se sobrepor às necessidades das ordenações civis e, portanto, ao possuir uma *città corrotta* (*cidade corrompida*) em mãos, deve-se ordená-la a exemplo de Rômulo e não destruir, conforme César. O uso da violência apresenta-se pela perpetuação de assassinatos, dos quais são contrapostos o desejo do bem comum para a consolidação da pátria e a ambição dos homens para a obtenção de bens familiares e a proteção de seus pequenos núcleos sociais. Assim, na leitura de Maquiavel, os

assassinos de Ágidas eram movidos “*per l'ambizione degli uomini*”, a ponto de “*non potere fare utile a molti contro alla voglia di pochi*”¹⁴¹; em contrapartida, ao ler os escritos de seu condenado antecessor, Cleômenes esperou o momento propício para renovar todas as leis de Licurgo, após matar seus opositores. Conforme já indicado no caso de Rômulo, as finalidades devem estar sob escrutínio para uma melhor avaliação, não a discutir os métodos utilizados.

Há, portanto, uma clara denúncia contra as formas de tirania e de oligarquia, as quais não se interessam pelo bem comum. Louvam-se às possibilidades do governo de muitos, em críticas abertas a governos infames e detestáveis que não pensam no bem comum e na pátria. Afirma-se que os líderes e ordenadores das religiões, das repúblicas e dos reinos, os comandantes de exércitos e os homens das letras devem ser louvados, cada um com a respectiva e devida honra (D; I.10). Por outro lado, são rejeitados os destruidores das religiões, aqueles que dissipam reinos, os inimigos da *Virtù* e de qualquer outra arte que forneça utilidade e honra aos humanos (D. I.10).

Se a *ação virtuosa individual* pode formar um reino administrado por muitos, os meios de ordenação perpassam as características religiosas e letradas das comunidades, pelas quais antigos costumes podem ser conservados ou transformados para o interesse público. Ao comparar os modos pelos quais a religião antiga atuava e a Cristandade de seu tempo efetiva suas ações, Maquiavel assevera que os romanos utilizavam a Religião como um mecanismo de ordenação da *urbe*, para corroborar suas ações civis e militares, assim também para acabar com os conflitos locais (D.I.13). Assim, ao observarem com prudência os ritos religiosos e punir àqueles que os desprezavam, os romanos interpretavam os auspícios de acordo com a necessidade e, quando eram forçados, ignoravam tradição e preceitos para a realização de suas ações (D.I.14).

Da leitura de passagens seletas de Tito Lívio, constata que há maior temor de uma violação de juramento do que o romper das leis, por considerarem maior a potência divina do que a força dos homens (D.I.11)¹⁴². Diante do terror do abandono e as sobrecargas das batalhas, observa-se que não há tempo para concílios e deliberações, mas uma ação deve ser tomada, Aníbal e Cipião fazem um voto solene para combaterem mesmo diante dos maiores perigos.

¹⁴¹ Traduções literais: “pela ambição dos homens” a ponto de “não poderem fazer o útil para muitos contra a vontade de poucos”.

¹⁴²No original: “*come quelli cittadini temevono più assai rompere il giuramento che le leggi; come coloro che stimavano più la potenza di Dio, che quella degli uomini*”. Exemplifica o secretário de Florença com as propostas de juramento feitas por Cipião e Lúcio Mânlio, acreditando mostrar que as ações dos homens que não amavam a pátria ou seguiam as leis eram garantidas pelo juramento. No primeiro caso, após a derrota para Aníbal, Cipião obriga aos cidadãos que pensavam em desertar as terras itálicas ao juramento de não abandonarem a pátria.

Nesse segundo caso, atesta-se a força do juramento seguida de uma ameaça direta que inflamou a plebe não apenas pelo juramento, mas pela defesa dos valores familiares. Exemplifica o secretário de Florença com as propostas de juramento feitas por Cipião e Lúcio Mânlio, acreditando mostrar que as ações dos homens que não amavam a pátria ou seguiam as leis eram garantidas pelo juramento. No primeiro caso, após a derrota para Aníbal, Cipião obriga aos cidadãos que pensavam em desertar as terras itálicas ao juramento de não abandonarem a pátria (D.I.11). Atesta, desse modo, que a religião romana servia para o comando militar, para animar a população, para congregar os cidadãos e para, profeticamente, envergonhar a reis (D.I.11). As ordenações de Rômulo não eram suficientes, pois careciam do Senado para a manutenção da *civilidade* para infundir, em uma população indócil, o desejo pela obediência das leis, sem a força das armas. Para efetuar tal desígnio, Numa Pompilius volta-se para a religião (D.I.11).

Ao atribuir a Numa maior valor na ordenação civil (D.I.11), Maquiavel afirma que a existência de religião facilita a introdução das armas, enquanto que a presença de armas pode causar dificuldades para os benefícios de uma nova ordem propostas pela instauração dos ritos religiosos (D.I.11). A autoridade adquirida pela força de Rômulo é necessária para a instauração do Senado, também das ordens civis e militares; todavia, a autoridade religiosa, um bem necessário à Numa, é imprescindível para a inserção de novos costumes.

Analisa-se as tradições religiosas nos *Discorsi*, portanto, mesclando a sabedoria dos antigos e as necessidades presentes. Conforme salientado nos exemplos da Roma antiga, as ordenações políticas e suas respectivas leis podem possuir seus subsídios na religião, nas armas e também nos poderes régios. Desse modo, o aumento da *corrupção* e a diminuição da *civilidade* são frutos das inimizades civis, da desunião pública e do enfraquecimento da pátria. Ao acentuar as funções públicas dos ritos religiosos para a ordenação das cidades, Maquiavel também condena abertamente os meios pelos quais esses podem ser corrompidos e terem suas potências anuladas. Após uma observação histórica dos modos de ordenação das repúblicas e a ruína italiana pela falta de uma religião que infunda ânimo para a ação pública (D.I.9-15), o autor retorna aos modos de ordenar as cidades, seja por principados ou por repúblicas, visando sempre a manutenção do *vivere libero*. Há, portanto, um processo de continuidade na argumentação iniciada no primeiro livro, pois ao acentuar os tipos de ordens republicanas, o autor também mostra preocupação sobre as transições entre principados e as formas mais largas de governo. Estabelece, portanto, um verdadeiro combate contra a *corrupção*, enfatizando a luta necessária para se manter a liberdade (BIGNNOTO, 1991, p. 194-211). Destacam-se as ausências de armas e da *Virtù* necessária para a manutenção da ordem, sobretudo devido ao enfraquecimento civil e a insatisfação dos *Umori*.

Retoma, assim, seu raciocínio sobre as ordens estabelecidas pela *Virtù* de um único indivíduo e a manutenção da mesma pela multiplicidade de cidadãos: o temor a um Príncipe pode suprir a falta de religião; entretanto, a vida humana é curta e a *Virtù* de uma única pessoa raramente é renovada. Temática tratada ao longo do *corpus* de Maquiavel, inclusive em *Il Príncipe*, ao expor as dificuldades encontradas na administração de novos principados devido às inúmeras tradições e às ordens possíveis de serem encontradas (P.V-VII). Todavia, em *Discorso sopra il Riformare lo Stato di Florença* expõe de maneira clara ao Papa Leo X os limites das formas de governo centradas em indivíduos de rara *Virtù*, pois a vida é curta e uma ordenação civil desajustada estará sempre em perigo. Para tanto, os *Umori* devem ser satisfeitos ao longo de todo o tecido social (DRSF XIV-XVII; XXVII).

A saúde de um governo, republicano ou monárquico (D.I.11)¹⁴³, recai mais na ordem para a manutenção de seu funcionamento, criada por muitos, do que na prudência individual de governar, mesmo que por indivíduos excepcionais. Desse modo, não apenas as forças militares para o estabelecimento da ordem, mas os meios de convencimento para a adoção de novos costumes, são essenciais. A religião, portanto, é uma relevante prática social a mesclar costumes, tradições, hábitos: um veículo importantíssimo na promoção de uma nova ordem. Arrazoa, portanto, que o aumento da corrupção e da desordem é tamanha, proporcionalmente à diminuição da bondade e da religião, que a ausência de *civilidade* propicia ampla desunião e desobediência das leis. Repete o secretário de Florença a associação entre a bondade da população, o desejo de contribuição para a coletividade e as atividades religiosas, especialmente nos paralelismos de “*quanta bontà*” e “*quanta religione*”. Inicialmente, salienta a bondade da plebe romana e o respeito à religião; depois, observa que esses mesmos sentimentos são expressos nas terras germânicas, permitindo que as leis sejam seguidas e as repúblicas vivam livres. Dessa maneira, correlaciona os exemplos romanos antigos com as atitudes similares nas terras germânicas, asseverando não ser uma atitude comum nos reinos e repúblicas corrompidas. De fato, constata que a bondade restringir-se-ia à província germânica, atestando a corrupção dos demais indivíduos e suas respectivas formas de governo. (D.I.55). Em um contexto de desuniões, desrespeito às leis, descaso às práticas religiosas e diminuição da bondade popular, torna-se impossível a existência de uma república saudável; e, ao se desejar uma ordenação, não haveria outra via do que o poder régio. A corrupção é tamanha que não há leis para contê-la; carece-se de uma força maior para restringir essa excessiva ambição e essa corrupção dos *gentiluomini* (D. I.55). Assim, atentando para os casos na antiga Roma e nos

¹⁴³ No original: “*la salute di una republica o d'uno regno*”

raríssimos exemplos em seu tempo, Maquiavel contrapõe as desordens italianas com as ordenações de França e de Espanha, não devido à ausência de corrupção dos cidadãos, mas pela *Virtù* de seus governantes ainda possuir efetivação (D.I.55).

A importância das práticas religiosas para a promoção do ânimo e da Força são destacadas nas variadas formas de caracterização da díade *Fortuna-Virtù*, essa que requer uma iniciativa humana: ferocidade, ímpeto, amor à pátria. Inicia-se o segundo livro dos *Discorsi* por uma tentativa de entender melhor as conquistas romanas, os meios de ordenação de suas formas de governo em sua expansão territorial e seus sucessos militares. Reverbera seu entendimento de que os feitos passados devem iluminar as necessidades práticas presentes. No que tange à Religião, essa deve promover obediência civil, legislatura e defesa da pátria. Após defender, contrariando Tito Lívio e Plutarco, que a *Virtù* romana era a condição necessária para as conquistas e não a ação da Fortuna, Maquiavel contrasta a obstinada defesa da liberdade pelos antigos (D. II.2), com os modos de viver dos povos a ele contemporâneos. Tais modos transformam as formas políticas em atividades fraquíssimas e os povos reféns de *homens celerados* (D.II.2)¹⁴⁴. Ao ler Plutarco, enfatiza que as razões dadas pelo autor antigo para o sucesso de Roma recaíam na Fortuna e por isso era grandemente honrada (D.II.1). Todavia, mesmo acrescentando que Tito Lívio ao mencionar a *Virtù*, relaciona-a com a Fortuna, considera Maquiavel ser impossível defender a tese que daria prevalência à Fortuna, pois as ordenações romanas eram as grandes responsáveis por suas conquistas e também pelos seus modos de governo. Concluirá, assim, sua exaltação das práticas civis antigas, seus costumes e seus ritos religiosos por promoverem rara e extrema *Virtù*.

Ao expor, mediante exemplos, as vinganças e as lutas contra a Tirania na antiguidade¹⁴⁵, o pensador florentino constata que a disparidade nos processos educativos, fundada nas discrepâncias entre as religiões antigas e as práticas cristãs (D.II.2), tornam as formas de governo em práticas *afeminadas*; as interpretações religiosas covardes e não de acordo com a necessidade; a contemplação e não a *via ativa* o elemento principal (D.II.2). A diminuição da *Virtù* perpassa uma extinção da memória pela substituição de atos civis e religiosos que diminuem o interesse pela pátria e o desejo de obtenção de glória por discursos a respeito do Bem, da Beleza e da Verdade ou ainda por condições de humildade constantes. Desse modo, a

¹⁴⁴ No original: “*Questo modo di vivere, adunque, pare che abbi renduto il mondo debole, e datolo in preda agli uomini scelerati*”.

¹⁴⁵ Relata muitos exemplos dos perigos vivenciados pela defesa da liberdade e dos castigos sofridos pela servidão. Mostra que as cidades livres tendem a prosperar mais facilmente, sobretudo quando almejam ao bem comum e não ao interesse pelo bem individual. Para tanto, cita o diálogo de Xenofonte, *Hieron*, e restringe-se aos exemplos de Corcira e dos samnitas (D.II.2).

memória dos atos heroicos antigos, esses sustentados por uma religiosidade diversa daquelas apresentadas pelas tradições cristãs correntes, é totalmente extinguida pela *potenza* eclesial romana.

Todavia, se as práticas antigas já não são costumeiras, o estudo dessas pode conduzir os humanos à *Virtù* desejada para as transformações necessárias. Diante das variadas ações da Fortuna, Maquiavel contrapõe a *Virtù*, associada a ordenações possíveis de serem feitas também devido à religião. Assim, pode contrapor a ação devastadora dos acontecimentos inesperados pela ausência de uma preparação que seria viável em uma sociedade que promovesse ritos religiosos coerentes com suas necessidades políticas. Ao falar sobre as dificuldades enfrentadas pelos humanos devido à Fortuna, pondera-se como até mesmo os antigos romanos, por sua grande *Virtù* devido às suas ordenações civis decorrentes de sua religiosidade, também possuíam dificuldades (D.II.29). Cita as descrições de Tito Lívio, mostra como a Fortuna pode cegar os ânimos dos humanos; mesmo os mais preparados devem enfrentar sua terrível força. Em uma nota esperançosa, convida Maquiavel à resiliência, mesmo para aqueles que não possuem os melhores meios, as mais bem ordenadas leis ou as mais organizadas cidades, pois a Fortuna age *per vie traverse ed incognite* (D.II.29)¹⁴⁶. Tendo em mente a contraposição feita entre a *civilidade* antiga e a vivenciada nas terras itálicas, essa nota de esperança a respeito do agir humano em face aos acontecimentos frente às ações da Fortuna, salienta a ausência da *Virtù* e das ordens necessárias, sobretudo pela discrepância entre as propostas educacionais, sociais e religiosas dessas sociedades. Ainda assim, proclama a esperar as coisas boas que a Fortuna possa também apresentar.

Por fim, a significância das práticas religiosas é corroborada pela constante necessidade de retorno às bases de sustentação das ordenações civis em uma batalha incessante contra a corrupção da Ordem. Retornos constantes aos princípios são essenciais para uma vida próspera e longa das seitas religiosas e das formas de governo (D.III.1) – os costumes e as línguas também são abordados no contexto dos principados novos e as dificuldades de os organizar (P.V-IX). Quando mais raras são as ordens civis, há uma maior corrupção em relação aos princípios; faz-se impreterível, portanto, examinar constantemente os acontecimentos internos e externos para melhor avaliar os princípios e suas aplicabilidades políticas, independente das formas de governo nas quais uma cidade esteja estabelecida (D.III.1). Há aqui paralelos significativos com a argumentação presente em *Il Príncipe*, sobretudo ao ponderar a menção da casa dos Médici nesse capítulo. A necessidade de afirmar a posição de poder, pela disseminação

¹⁴⁶Tradução contextual: “por vias tortuosas e desconhecidas”.

do *terrore* (terror) e da *paura* (pavor), associa-se diretamente com a implementação das leis e das ordens civis. Desse modo, conjectura-se também sobre a possibilidade de uma única pessoa de *Virtù* ser a responsável pela ordenação das ordens civis; todavia, embora possa ser um ótimo remédio, tal premissa contém em si um perigo e seria melhor não ser desejada, conforme o caso romano e as premissas contemporâneas apontam.

Deve-se avivar a memória civil, seja por punições que renovem o medo, seja por espetáculos que promovam o amor à pátria. Relaciona o viver comunitário eclesial e civil, justamente ao enfatizar as novas ordenações ao longo da história da cristandade que afastavam os cidadãos dos princípios básicos e originários da fé (D.III.1). Acredita Maquiavel que se exemplos similares aos de São Francisco e São Domingos não animassem e renovassem os princípios das premissas básicas de algumas tradições cristãs, elas já poderiam ter sido extintas. Contudo, possuem um apelo popular tão grande que nem mesmo a desonestidade dos clérigos e das ordens eclesiais conseguiriam arruinar essa tradição. Conclui que não há nada mais necessário no *vivere comune*, repúblicas ou seitas religiosas, do que um retorno à *riputazione* inicial: boas leis e os bons humanos promovem o efeito necessário no viver civil. Desse modo, ao cotejar os meios pelos quais as diferentes formas de governo, e.g., monarquia, república e tirania, mantêm a ordem e a *civilidade*, Maquiavel averigua a existência de uma batalha intensa contra a corrupção dos costumes por uma renovação incessante baseada em um retorno aos princípios pétreos que originalmente alicerçaram a unidade, a reputação e os primeiros argumentos para a harmonia civil (D. III.1). Reiterando suas posições já discutidas no livro primeiro dos *Discorsi* sobre a importância dos ritos religiosos para a *civilidade*, um retorno aos princípios imputa uma lembrança da bondade original e o sentido de unidade política.

5.2 **Entre Ordenações Civis e Militares: A Religião na Constituição da Ordem e da *Civilidade* no Pensamento de Maquiavel**

Há similaridades entre as ordens civis e militares ao longo do pensamento de Maquiavel, manifestas também nos modos pelos quais a unidade, o ânimo e a confiança dos soldados podem ser obtidos. Para obter sucesso nas batalhas militares, assevera-se que as confianças entre os soldados e dos soldados para o comandante são essenciais. Ademais, além de estarem bem armados, bem ordenados e se conhecerem, o comandante precisa ser *stimato di qualità* (estimado de qualidade) para que seus subordinados possam confiar em sua prudência. Para gerar a confiança na vitória, portanto, fazem-se necessários aos soldados possuírem sentimentos similares aos cidadãos, pois devem cuidar uns dos outros, confiar em seus líderes e lutar pela liberdade. Também nesse contexto, Maquiavel utiliza-se da percepção romana antiga sobre a

religião, expondo como *questa confidenza* (essa confiança) era obtida *per via di religione* – pela via da religião (D.III.33). Acrescenta às suas observações feitas em livros anteriores o discurso de Ápio Cláudio contra a insolência dos tribunos que, ao rejeitarem as práticas religiosas, corrompiam os costumes e ameaçavam a segurança romana (TITO LIVIO, VI.41). Embora sejam considerados ínfimos, os atos religiosos aumentavam o ânimo dos soldados, razão das vitórias militares; promoviam a unidade civil por proporcionarem a *Virtù* (D.III.33).

Em *L'Arte della Guerra*, as ordenações civis e militares são examinadas por seus aspectos similares, a ressaltar as escolhas dos melhores em suas respectivas funções, a característica organizacional da religião mediante obediência e temor, a possibilidade de uma *civilidade* mesmo em tempos de grande corrupção dos princípios básicos de sustentação civil. Aponta a queda da *Virtù* antiga, decorrente dos atos piedosos que não almejam a glória terrestre e, conseqüentemente, a defesa dos interesses da coletividade civil, como um fator de enfraquecimento das ordens militares, as quais requerem obediência e comprometimentos. A oratória é um instrumento efetivo para unir, motivar e coordenar os soldados nos campos de batalha. Todavia, Fabrizio desvela a necessidade de usar *força* e *autoridade* em casos particulares, em que uma voz de comando não possua a mesma intensidade do que os juramentos antigos, feitos sob as orientações das cerimônias e dos ritos religiosos. Conclui, assim, que a obstinação de um combatente decorre de sua vontade de sobreviver, mas também da confiança e do amor que são destinados à pátria, também em sua personificação na liderança do capitão. Essas características estão enraizadas nas experiências civis da religião na promoção do *vivere libero* e da *civilidade*. Dialogando com os antigos, temores às leis e a outros humanos não são suficientes para a manutenção das *ordenações*, o sentimento religioso, mediante a magnificência de ritos e de cerimônias, fornece autoridade e união indispensáveis.

Ao discorrer sobre as honras dos generais antigos, a arte da guerra sancionada para os exercícios em tempo de paz e para a necessidade na batalha, Fabrizio constata os benefícios de uma junta militar bem ordenada e diz que a mesma deve retirar os melhores da província em sua composição. Acrescenta que os generais romanos recebiam fama por sua valentia e não por sua bondade. Pondera, desse modo, que a guerra não era usada para ganhos particulares e próprios, mas em defesa da ordem pública estabelecida. Assim, uma cidade ordenada possibilita o exercício militar para o momento de guerra e qualquer outro fim que não seja a restauração ou a preservação das ordens civis deve ser recriminado diante dos altos riscos à *civilidade* (AG I). Observa, no caso de uma seleção daqueles que não são súditos de um governo e combatem de maneira voluntária, que esses tendem a não os melhores cidadãos e combatentes; na verdade podem ser considerados os piores: um humano *cativo* não propicia uma boa ação e,

consequentemente, não é possível uma boa ordenação militar (AG I). Tais práticas são contrárias a uma boa milícia, de acordo com Fabrizio, que afirma ser essa *materia cativa* formada por pessoas sem freios, ociosas, escandalosas, sem religião e repleta de outros males. Descreve-nos, assim, humanos que não seguem as ordens civis estabelecidas, destacando a ausência de religião.

Já anteriormente o *condotierro* tratara do exemplo romano de ordenação da *civilidade* e da possibilidade de introdução dessas mesmo diante dos tempos tão corruptos. Conforme mais bem explorado em outros trechos do *corpus* de Maquiavel, destacam-se a restauração dos princípios religiosos dos antigos ou uma restauração das premissas religiosas presentes para melhor servirem à necessária *civilidade* (D. I.9-15). Cosimo já atentava para essa nota comparativa entre seus contemporâneos e os antigos ao afirmar que seus antepassados imediatos eram nascidos “*in tanta corruttela di secolo*” – em tamanha corrupção de tempos. Fabrizio pensa não ser difícil introduzir os princípios antigos nas cidades italianas, pois caso exista algo de bom nessas cidades, ao considerarem-se a vida e a ordem da república romana muitos exemplos devem ser imitados. Ao ser perguntado, o *condotierro* gostaria que a *Virtù* antiga fosse reintroduzida, juntamente às disciplinas militares, à estima entre os cidadãos, a uma vida sem facções e pensar mais no bem comum do que no ganho particular (AG I).

Fabrizio mostra como, apesar de possuírem práticas similares, as ordenações militares de seu tempo carecem de mais incentivos para conseguirem a obediência dos soldados, inclusive para infundir maior prática, exercícios e costumes em uma analogia com música, ritmo, dança e execução. Cosimo, desse modo, deseja saber como nasce *tanta viltà e tanto disordine e tanta negligenza*¹⁴⁷ nesses tempos contemporâneos. O *condotierro* declara existir uma clara queda na *Virtù*, também decorrente das práticas religiosas cristãs, pois os humanos não mais temem *una ultima rovina*¹⁴⁸, a morte ou uma vida em escravidão perpétua. Inicia sua resposta afirmando que os homens se tornam mais excelentes e valorosos, mostram a sua *Virtù*, quando são honrados e, portanto, conquistam a glória terrena.

Desse modo, compara os impérios asiáticos e africanos, os quais possuíam um comando, e a Europa, com uma miríade de potestades em guerra (AG II). Assim, pelo terror recíproco entre os povos europeus, assevera Fabrizio que esses povos possuíam temores uns dos outros, honrando consideravelmente os homens de *Virtù* militar e as ordenações militares. Descreve as conquistas romanas para a consolidação do império, mostrando o decréscimo da *Virtù* desejada. Tópico abordado também nos Discorsi reafirmado por Fabrizio em sua

¹⁴⁷ Tradução literal: “tanta vileza, tanta desordem e tanta negligência”.

¹⁴⁸ Tradução literal: “uma derradeira ruína”

exposição sobre as conquistas do império romano e suas decorrentes corrupções civis que extinguíram as ordens políticas e, conseqüentemente, a *Virtù*, o amor à pátria e a defesa da liberdade. O domínio militar romano erradica a *Virtù* das localidades e no desenrolar histórico dos acontecimentos, as formas imperiais de governo conduzem à extinção das boas potencialidades civis em todo o mundo (AG. II). Assim, após as *invasões bárbaras*¹⁴⁹ e da subsequente divisão territorial, a ordem não foi estabelecida, segundo o *condotierro*, sobretudo devido aos modos civis decorrentes das premissas religiosas cristãs da piedade – as quais não impõem como decorrência uma necessidade de defender a si com todas as forças. Fabrizio contrasta a realidade antiga e a vivenciada por ele. No primeiro caso, os vencidos são mortos ou são escravizados perpetuamente. Devido a esse temor, mantinham-se os exercícios militares vivos e honravam aos seus comandantes. Por outro lado, essa *paura* é perdida, pois não se mata mais os vencidos e facilmente esses são libertos. Diante disso, as cidades rebelam-se com mais facilidade. Desse modo, os humanos não se submetem às ordenações militares e tampouco se fatigam por esforços nesse campo. Acrescenta ainda a redução no número de reinos e repúblicas em relação aos tempos antigos como um fator relevante para a diminuição da *Virtù* e das ordenações militares (AG II).

Zanobi Buondelmonti indaga Fabrizio sobre as possibilidades de incitar os soldados ao combate pela fala. Esse considera que se as palavras não forem suficientes sempre é possível usar *força* e *autoridade*, mas esses meios podem ser satisfatórios quando há um número baixo, mas insuficiente para uma multidão ou para indivíduos que possuam uma opinião contrária ao bem comum ou à voz de comando (AG IV). Os capitães precisam de bons oradores, pois para efetivarem boas ações carecem que todos compreendam as ordens: maior o exército, maior a dificuldade. Aponta que a ausência de uma boa oratória pode ocasionar a ruína do exército, tanto por não acostumar os soldados a seguir ordens, mas também pela ausência de uma boa voz de comando. Mostra Alexandre Magno como um exemplo histórico a ser seguido, pois os soldados devem ouvir e o capitão saber falar (AG. IV). Fabrizio personifica as reconstruções históricas de Maquiavel ao descrever como valia muito a religião e o juramento para manter os soldados dispostos. Constatação também presente na manutenção dos ânimos dos soldados e dos cidadãos pela via do temor religioso (D.I.15; D.III.33). O *temore* do que poderia ser esperado dos homens e dos deuses propiciavam, em *em outros modos religiosos*, facilitava a conduta dos exércitos pelo capitão, motivo pelo qual respeitavam a observância religiosa. Após

¹⁴⁹ No Original: “*la inundazione di quegli barbari*”

citar casos antigos e recentes, e.g., Sertório e a cerva¹⁵⁰, mas também Carlos VII e Joana D'arc¹⁵¹, o *condotierro* assegura que a vontade de sobreviver em batalha torna o soldado *obstinado*, embora possa ser acrescida de confiança e de amor ao capitão ou à pátria. (AG IV)¹⁵². Há aqui uma outra possibilidade de ação da religião que Fabrizio não reflete, mas que se faz presente no corpus de Maquiavel. Os ritos religiosos podem promover a confiança, mas também se fazem presentes nas ordenações civis e, portanto, participantes da criação de amor à pátria, o qual não necessariamente *è causato dalla natura* – seja uma causa natural. Por outro lado, na ausência desses fatores, a *Virtù* do capitão é a melhor condição para a ordenação.

Ao ser perguntado sobre alojamentos perto das trincheiras inimigas, devido aos grandes perigos enfrentados nessa condição, Fabrizio enfatiza que o exército carece de ânimo, disposição e temor que a desobediência pudesse ser brutalmente punida. As condenações e as mortes públicas eram utilizadas pelos antigos para “punir àqueles que conduzem tumultos e fazer a justiça ser observada”¹⁵³ (AG. VI). Todavia, para frear humanos armados não basta o temor das leis e dos outros humanos, os antigos, portanto, recorriam à autoridade divina (AG VI). Para tanto, com grande magnificência, em grandes cerimônias, os soldados juravam a “observância da disciplina militar”¹⁵⁴. Desse modo, temiam às leis, os homens e a Deus, usando os antigos de variados meios (*ogni indústria*) para infundir-lhes um sentimento religioso. Por outro lado, manter o exército unido é fruto da *reputação* do capitão, a qual se sustenta em sua *Virtù* (AG VI). Nesse sentido, Fabrizio orienta a adequada interpretação dos augúrios religiosos e dos costumes, mesmo quando eles pareçam contrários ao interesse do capitão. Assim, quando forem razoáveis, que eles sejam interpretados de acordo com a necessidade. Ao mostrar que algumas superstições foram afastadas pela supremacia religiosa cristã, entende também que “se deve imitar as ordenações dos antigos”¹⁵⁵, interpretando os acontecimentos, as crenças e os costumes diante do necessário (AG VI).

5.3 As Tradições Religiosas no Declínio da *Virtù*, no Enfraquecimento do Humano e nas Desordens Cívicas

Maquiavel considera a religião importante no estabelecimento de uma *civilidade* a promover e sustentar a liberdade. A promoção da ordem e o zelo das ações civis são mais

¹⁵⁰ Descreve, nessa passagem, o modo que Sertório afirmava receber a mensagem divina por uma cerva e Sila dizia o mesmo por meio de uma imagem retirada do tempo de Apolo (AG IV).

¹⁵¹ Ao descrever aqueles que obtinham revelações em sonho, cita Fabrizio os conselhos dados ao rei Carlos por Joana D'arc, uma enviada de Deus, em suas guerras contra os ingleses (AG IV).

¹⁵² No original: “*confidenza e dall'amore del capitano o della pátria*”

¹⁵³ No original: “*punire questo da levare i tumulti e da fare osservare la giustizia*”

¹⁵⁴ No original: “*l'osservanza della disciplina militare*”

¹⁵⁵ No original: “*si dee imitare gli ordini degli antichi*”

facilmente obtidas naquelas civilizações que preservam as tradições e os ritos religiosos, possibilitando, portanto, resistência a ordenações tirânicas ao infundirem grande ânimo em seus cidadãos. Enfatiza, assim, que o desrespeito ou o descaso à religião tendem a conduzir civilizações a desordens e ruínas. Na voz de Fabrizio, em seu diálogo *Dell'arte della guerra*, Maquiavel pondera como a organização militar e a ordenação civil estão interconectadas, pois prescindem do temor e da *civilidade*, que também são obtidos pelos ritos e pelas tradições religiosas. Ressalta ainda que os modos antigos são mais adequados do que as formas cristãs, pois aqueles obtêm maior obediência dos soldados, sobretudo na execução dos exercícios rotineiros em seus indispensáveis treinamentos para estarem aptos à guerra. O declínio da *Virtù* antiga, centrada em tradições religiosas específicas, origina graduais desordens e negligências, sobretudo quando a piedade cristã diminui o fervor de uma defesa pessoal. Força, autoridade e retórica são essenciais no estabelecimento e na manutenção da ordem, os quais podem ser obtidos pelos ritos e pelas cerimônias religiosas, mas também são utilizados em ações militares e civis. Temor, respeito aos líderes e amor à pátria são alguns dos elementos característicos da religião romana antiga que fascina Maquiavel, pois sustentam a observância das leis, anima os cidadãos, ao mesmo tempo em que fornecem autoridade e legitimidade para as formas específicas de governo.

Ao louvar os antigos, em suas práticas, ideias e conquistas, contrapõe o *ócio inútil* por meio do qual o mundo encontra-se fragilizado devido aos modos pelos quais a presente religião conduz os processos educativos e civis nas cidades italianas. Algumas tradições eclesiais promovem a *via contemplativa*, ao mesmo tempo em que se envolvem em guerras e várias constituições de regimes políticos. Pondera Maquiavel, em diversos pontos de sua obra, sobre a utilidade da religião na fundação e na manutenção da ordem civil; todavia, constata que o declínio da *Virtù* antiga, centrada em tradições religiosas específicas, origina graduais desordens e negligências civis. Assim, apresentam-se as críticas de Maquiavel a algumas práticas religiosas e políticas do Cristianismo. Ao examinar histórica e politicamente as atuações eclesiais, Maquiavel reflete sobre o enfraquecimento das forças civis em defesa da *liberdade* como um malefício das formas religiosas comumente encontradas nas terras itálicas. Assim, sopesando o envolvimento eclesial em sua reconstrução histórica dos acontecimentos em Florença e as comparações feitas com a religião romana antiga, defende que os ritos, as cerimônias e as demais práticas religiosas devam infundir temor e amor à pátria na constituição da *civilidade*, no estímulo à *Virtù* e na defesa da liberdade.

A religião, nas observações de Maquiavel, ao compor o processo educativo e social das cortes renascentistas, legítima e transforma costumes, práticas e ideias. Ademais, constata-se

uma disparidade entre a força resultante nas práticas antigas e a fraqueza presente nas terras itálicas, distinguindo, assim, os usos eficazes das experiências religiosas daqueles danosos para o processo de fundação e refundação das ordens civis. Os ritos, os textos sagrados e os dogmas podem tanto avivar a memória, o temor pessoal e o amor civil, quanto deturpar as próprias convicções humanas, fortalecendo a processos intensos de corrupção da civilidade.

6 HISTORIOGRAFIAS E HISTÓRIAS EM MAQUIAVEL: AS DIVERSAS FORMAS DE REINSCREVER A *VIRTÙ* PARA A DEFESA DA LIBERDADE

As concepções de História na Renascença expressam grande apreço à antiguidade, mas também demonstram suas necessidades sociais mais profundas em diversos níveis de discursos. Assim, as inter-relações entre justiça, liberdade e ambição humana, juntamente a novas tendências historiográficas a revigorar tradições do mundo antigo, demandam comprometimento pessoal e público, na exaltação das potencialidades e dos limites humanos. Uma pretensa harmonia alcançada pelos antigos poderia ser reestabelecida pelo estudo de suas obras literárias e artísticas, necessitando desejo e abertura dos contemporâneos para a reconquista das riquezas e dos tesouros expressos pelo pensamento clássico (GARIN, 1978, p.16-28). As possíveis mediações entre ponderações utópicas e realidades históricas requerem um novo universo teórico em que a ruína e a reinvenção dos modos de entendimento são primordiais (BIGNOTTO, 1991, p.38-42). Para tanto, tais autores mergulham nas profundezas do passado ao almejam uma transformação presente em uma abertura para o novo. Nas palavras de Eugenio Garin, “*o antigo não é um campo de pesquisa curiosa*”, mas uma possibilidade de encontrar “*plenitude e harmonia*” acessíveis (GARIN, 1978, p. 16-25). A valorização da via ativa para o entendimento e para a ação promove não apenas o privilégio de uma disciplina, mas o constante fazer pessoal e coletivo. Há, portanto, uma relação clara entre *studia humanitatis* e o *homo faber* a perpassar variadas disciplinas intelectuais, expressões artísticas, organizações urbanas e, sucessivamente, atingindo inúmeros modos de compreensão (GARIN, 1954, p. 199-102). Eugenio Garin, portanto, propõe uma compreensão abrangente do “*nodo técnica-scienza-arte*” em que as principais figuras intelectuais do período não estejam restringidas a prenúncios dos avanços modernos ou a exemplos de um pretenso atraso medieval (GARIN, 1975, p. 89-95). Exemplifica, nas discussões da arte e do saber de Leonardo da Vinci, os meios pelos quais o histórico desvela uma sede singular de conhecimento a expressar, em diversos modos visíveis, os ânimos humanos mediante organizações sistemáticas da experiência (GARIN, 1975, p. 59).

Ao incorporarem as heranças clássicas nas tradições herdadas do pensamento medieval, rompendo com qualquer concepção dicotômica existente entre *via contemplativa* e *via ativa*, esses pensadores inserem suas ideias em constituições políticas de um período marcado por divisões, facções e guerras; tempo percebido por muitos, a carecer de restauração para salvaguardar a ordem, a liberdade e o bem viver. Mostra-nos Hans Baron como as constantes guerras itálicas nutrem desejos e sentimentos de liberdade nos quais as variadas constituições

do humanismo italiano integram processos educacionais, políticos e sociais ao longo da península (BARON, 1966, p. 443-445). Maquiavel expressa seu descontentamento com as facções na cidade de Florença, sobretudo por entender que essas divisões impossibilitavam a prosperidade de uma ordem civil adequada para as necessidades políticas no interior e no exterior da cidade. Os antigos romanos conseguiam, a partir de seus *tumulti*, promover a *civilità* e defender a *liberdade*; as cidades itálicas, entretanto, corroem a ordem e desestabilizam os meios de suas bases de sustentação (IF III.1; D. I 4-6). Destacam-se *crises* em modos sociais de organização, as quais possibilitam novas ordens e novas percepções. As transformações decorrentes dessas batalhas não impediram que adaptações vitais ocorressem na composição de um humanismo cívico que gradativamente abandona concepções universais de governos, de características imperiais, para constituições de formas civis de inspiração republicana (BARON, 1966, 443-451).

Nas palavras seguintes, em carta a Francesco Vettori, Maquiavel corrobora esta constatação de Eugenio Garin, em um famoso trecho de suas correspondências; também salienta, em passagem imediatamente posterior a este trecho, os modos pelos quais as recepções das ideias antigas devem ser retidas para que elas possam ser caracterizadas por um saber seguro. Distinguem-se Maquiavel, Guicciardini e também outros italianos, das prevalências da crítica textual que busquem exaurir as causas dos acontecimentos no labor historiográfico, visto que optam por uma historiografia cíclica, útil em suas interpretações na contemporaneidade. O autor florentino em sua famosa, e bastante citada, epístola ao diplomata em Roma, assim descreve sua atividade:

Com a Chegada da noite, eu volto para a minha casa e mergulho nos meus estudos. Logo após fechar a porta, tiro as roupas cobertas de barro e lama para vestir trajes suntuosos e curiais. Assim, vestido apropriadamente, eu entro nas antigas cortes dos homens da antiguidade, nas quais, por eles recebido afetosamente, me alimento daquela refeição que é somente para mim e para a qual nasci. Aí não me sinto envergonhado de falar com eles e de perguntar-lhes as razões de suas ações, e eles com sua gentileza, me dão suas respostas. Desse modo eu passo quatro horas sem sentir aborrecimento algum, sem me lembrar de meus problemas, sem lamentar minha pobreza e sem que qualquer receio da morte me perturbe. Entrego-me inteiramente a esta conversa¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Niccolò Maquiavel, *O Príncipe*. São Paulo: Prestígio, 103. “*Venuta la sera, mi ritorno a casa ed entro nel mio scrittoio; e in sull'uscio mi spoglio quella veste cotidiana, piena di fango e di loto, e mi metto panni reali e curiali; e rivestito condecientemente, entro nelle antique corti delli antiqui huomini, dove, da loro ricevuto amorevolmente, mi pasco di quel cibo che solum è mio e ch'io nacqui per lui; dove io non mi vergogno parlare con loro e domandarli della ragione delle loro azioni; e quelli per loro humanità mi rispondono; e non sento per quattro hore di tempo alcuna noia, sdimentico ogni affanno, non temo la povertà, non mi sbigottisce la morte: tutto mi transferisco in loro.*” *Lettera a Francesco Vettori, 10 Decembris 1513*. Niccolò Maquiavel, *Opere Volume Ottavo*. Florença: Biblioteca Nazionale Centrale di Florença, 1813, 95-96

6.1 Ascensão e Quedas das Ordens Civis

Os modos de entender a História em Maquiavel mostram-nos as constantes ascensões e declínios nos acontecimentos humanos, com a possibilidade de um aprendizado a partir dos tipos humanos e de seus exemplos, sobretudo devido à permanência de características similares no presente. Perpassando as intrincadas relações entre a atividade histórica, o pensamento filosófico e a moralidade, as concepções cíclicas da História são consideradas, nas quais as repetições das ações são decorrentes de concepções inalteradas sobre o humano durante as transformações do tempo. Nos escritos de Maquiavel, reconstituem-se exemplos a partir de agentes históricos e dos acontecimentos, em que reflexões sobre suas respectivas atividades, aprendizado dos registros passados, indicam possíveis repetições de situações particulares e, portanto, realçam a importância da historiografia (AYLMER, 1997, p. 237-244). Insere-se a História, portanto, em considerações retóricas e poéticas a partir das quais a *Virtù* possa ser cultivada em face às ações da Fortuna. Dialogando com uma concepção cíclica da História, o autor florentino escrutina as ações humanas, as decisões políticas e as sucessões nas ordenações civis das cidades italianas, evidenciando a digna *Virtù*, dos antigos e dos contemporâneos, que deve ser entendida e imitada. As riquíssimas discussões do pensamento político do período mostram-nos como entre *imaginações poéticas*, concepções historiográficas e sistematizações políticas a antiguidade clássica mescla-se com a contemporaneidade dos eventos em uma rejeição de intenções tirânicas *pari passu* à promoção de um entusiasmo cívico, em declínio devido a um “*classicismo divorciado da realidade*”¹⁵⁷. Tornam-se, portanto, essenciais as associações entre os modos educacionais e culturais com a promoção da liberdade da cidade, mediante ativas ações de seus cidadãos. São evidentes os intrínsecos meios pelos quais as imagens do passado antigo e as percepções do presente são apresentados no *humanismo cívico italiano*. Há, não apenas intensas guerras por domínio político, mas intensos conflitos perpassando compreensões civis, identidades culturais e formas de regimes.

Os artifícios retóricos e poéticos nos textos de Maquiavel perpassam exemplos de indivíduos, e.g., Rômulo, Numa, Moisés, mas também cidades, e.g., Roma e Florença. De forma distinta ao pensamento histórico crítico, em suas nuances científicas, pensam-se os símbolos, as ações e as cidades por suas atualizações de uma ordem civil (JACOBITTI, 2000,

¹⁵⁷ Tese defendida por Hans Baron em seu famoso texto que descreve a redução do espírito cívico devido à insistência de modelos clássicos nas academias que não encontravam referência na realidade social da população. Indica, assim, o longo caminhar para a vulgarização do saber, juntamente a uma oposição entre regimes tirânicos que forneçam unificação social e buscas de equilíbrio republicano nas *comune* itálicas (BARON, 1966, p. 315-329).

p. 176-192). As características didáticas e pedagógicas da História promovem indivíduos e instituições a resgatarem o vigor necessário para a vida pública (MARCHAND, 1975, p.323-325). Destacam-se os variados meios pelos quais a poética, a retórica, o histórico e o político estão intensa e intimamente entrelaçados nas recepções da obra de Maquiavel por seus contemporâneos (SASSO, 1984, p. 3-130). Outro exemplo significativo é a recepção do pensamento de Dante Alighieri em Florença e em outras cidades da península. As discussões e as recepções do pensamento monárquico, assim também as imagens políticas espalhadas nas obras desse famoso personagem florentino, são exemplos significativos de confrontos entre tradições, interpretações e proposições que perpassam todo o tecido cultural (GILSON, 2005, p. 1-20). As descrições gloriosas de César, e conseqüentemente do império romano, são contrapostas a discursos que valorizavam o regime republicano antigo e, portanto, louvavam o assassinato de César (BARON, 1966, p. 47-54).

As concepções historiográficas nesse período rompem com uma estrutura rígida de um “*real estático*” por um plano de possibilidades práticas. A História como uma educadora da humanidade, uma fonte de conhecimento a partir da memória das ações do humano, integra a formação de uma *civiltà* em suas inserções políticas imediatas (GARIN, 1986, p. 9-12). Há uma renovação dos ideais historiográficos antigos, helênicos e latinos, além de enfatizar os constantes conflitos existentes no tecido social entre a nobreza e o povo, combinando erudição histórica e propostas práticas, não apenas na consulta de documentos, mas também incorporando legados populares e constituições culturais (DRAKE, 2005, p. 633-635; PHILLIPS, 1979, p. 86-105). Conforme visto nas recepções do pensamento e da vida de Cícero, repensadas à luz dos debates em torno da monarquia, da república e da tirania. Os quadros historiográfico e político são repensados conjuntamente, visto que as descrições dos antigos e dos contemporâneos efetivam sustentabilidade racional para as ações políticas (BARON, 1966, p. 121-128; FRYDE, 1980, p. 533-552). A conceptualização de uma missão cultural entrelaça-se profundamente com uma perspectiva política de liberdade civil na constituição de uma *civiltà*, as quais perpassam todos os ofícios administrativos e militares (BARON, 1966, p. 414-418; 419-428; 430-438). O ideal da liberdade, mesmo em meio aos principados, integra elementos retóricos e educacionais em consonância aos eventos políticos – Skinner descreve a constituição dessa ideia em paralelo aos acontecimentos históricos e suas expressões narrativas. (SKINNER, 2007, p. 3-68).

Ao tratar das formas dos regimes políticos, Maquiavel dialoga com o conceito de *anacyclosis*, conforme visto na antiguidade em variados exemplos, i.e., Políbio, Platão, Aristóteles (D. I.2). Tais concepções perpassam tradições bíblicas, patrísticas e medievais

(TROMPF, 1979, p. 179-243). Salienta-se, conforme discutido nos textos de Maquiavel, que esse retorno cíclico nunca é um retrocesso a estado de coisas já vistas, mas uma transformação inovadora impossível de ser prevista, mas possível de ser analisada (COLLINGWOOD, 1994, p. 61-69). Desde os tempos da chancelaria, Maquiavel considera a História uma mestra a guiar as ações humanas, comparando os acontecimentos presentes com as narrativas romanas. Destacam-se algumas teses que receberiam maior atenção e sistematização em suas obras discursivas posteriores, i.e., deliberações rápidas para as tomadas de decisão da cidade, relação de confiança entre as lideranças e os cidadãos, ambição, *ocasião* e os limites dos benefícios dados para os povos dominados, o problema da fidelidade entre os poderosos. Assim, comparando as circunstâncias presentes e antigas, atesta: “*de onde é verdade que a história a mestra de nossa ação*”¹⁵⁸. Sem desenvolver os motivos pelos quais os romanos deveriam ser imitados, por sua *Virtù*, considera que as ações desses devam ser adaptadas nas ocasiões apresentadas na Valdichiana (MTPV).

Os humanos possuem características e desejos similares desde a antiguidade, portanto, as boas ações podem ser imitadas. Para tanto, requer-se um estudo intenso da história e das coisas do mundo, ao mesmo tempo em que um entendimento das circunstâncias para a correta adaptação, visto que a imitação e a eficácia das ações nunca são estáticas. Ao assumir o valor didático das histórias antigas, integra as lições apreendidas na esperança de obter melhores resultados nas ações políticas e militares (MARCHAND, 1975, p. 323-325). Os matizes desse desenvolvimento podem ser vistos nos escritos de chancelaria em que a impossibilidade de recuperar fatos pretéritos cede espaço para as descrições de circunstâncias similares; assim, as características didáticas são vistas para a melhor tomada de decisão a partir dos exemplos antigos e recentes. Os eventos não mais são vistos por características ilustrativas, mas assumem valores pragmáticos pelas repetições constatadas ao longo das transformações históricas. Assim, Marchand afirma:

il Maquiavel crea una scienza della politica in cui certe cause conduco a certe consequenze. Il fatto storico diventa dunque l'elemento fondamentale di questa nuova scienza del comportamento umano: poiché la storia è un continuo ripetersi degli stessi avvenimenti, una politica applicata con successo dai romani [...] può essere senz'altro ripresa dai Fiorentini (MARCHAND, 1975, p. 325)¹⁵⁹.

¹⁵⁸ No original: “*dunque se vero è che le istorie siano la maestra della azioni nostre*”

¹⁵⁹ Em uma tradução livre: “Maquiavel cria uma Ciência Política em que certas causas conduzem a certas consequências. O fato histórico torna-se o elemento fundamental dessa nova ciência do comportamento humano: pois a história é um contínuo repetir-se dos mesmos acontecimentos, uma política aplicada com sucesso aos romanos [...] pode ser, sem qualquer repreensão, aos florentinos”

6.2 A Memória e a Restauração da *Virtù*: A História como um Mestre para as Ações dos Humanos e para as Reflexões Políticas

Os variados modos de empregar suas técnicas historiográficas desvelam uma preservação dos acontecimentos passados que traga à memória àquilo que possa ter sido esquecido, favorecendo a transmissão das formas e dos modos de agir que foram aceitáveis em condições anteriores – exemplos a serem seguidos em uma relação direta com a práxis política. As paixões humanas permanecem as mesmas e o entendimento do passado auxilia nas decisões de um presente considerado decadente e sem a força necessária para a defesa da pátria e da *liberdade* (MÉNISSIER, 2002, p. 33-35). Assim, o passado é apresentado a partir de suas inter-relações éticas, políticas e morais no presente. As transformações nas ordens civis são contínuas devido aos apetites humanos; os quais, por sua vez, também alimentam essas mudanças. Deve-se, portanto, aprender com a *Virtù* dos antepassados em suas fundações e nos meios utilizados para a manutenção das ordenações, em suas incansáveis batalhas para conter os efeitos das inevitáveis corrupções dos regimes políticos. Impossibilitados de conter as mudanças, os humanos podem tentar reconhecer os modos pelos quais as ordens se degeneram, buscando conter os efeitos nocivos das desorganizações sociais (BURNHAM, 1943, p. 62). A educação, a preparação e o desejo de glória são alguns dos meios de cultivar a *Virtù*, mesmo diante das ambições descontroladas e dos desejos desenfreios dos humanos (D.III.43). Em seu crescente uso dos *exempla* para escrutinar as melhores possibilidades de ação presente, Maquiavel constata a permanência das mudanças, mas também as circunstâncias similares e as mesmas paixões humanas. Pode-se, assim, ao estudar o ocorrido estar mais apto às vicissitudes da Fortuna.

Em *Dell'arte della guerra*, os meios pelos quais a História é utilizada como um instrumento didático de promoção da *Virtù* e de preservação da *civiltà* são atestadas nas argumentações militares de Fabrizio, especialmente nos exemplos dos *antigos* e dos *contemporâneos*, em suas ordenações táticas (AG I;III).¹⁶⁰, em suas escolhas dos armamentos (AG II)¹⁶¹ e nos meios de interação com o ardor religioso (AG II). Esses casos devem ser estudados e adaptados de acordo com a necessidade, pois fornecem uma sabedoria adequada para circunstâncias similares. Ademais, constata-se o enfraquecimento dos ânimos dos

¹⁶⁰ No primeiro trecho, debate-se a conveniência de milícias contratadas e exércitos próprios; no seguinte, avaliam-se os melhores meios para recuos estratégicos em determinadas situações de batalha. Há exemplificações e reflexões sobre os acontecimentos antigos e contemporâneos em ambos os casos.

¹⁶¹ Descrevem-se os variados armamentos para cada situação de batalha, suas vantagens e desvantagens, em direta comparação com as guerras vivenciadas por seus contemporâneos.

humanos ao longo da história, corroborando para o declínio das ordenações antigas por modelos incapazes de realizar as ações bélicas, de exaltar o ânimo patriótico e de instaurar ordens civis em consonância à *ocasião* presente. A extinção da *Virtù* antiga é decorrente de um gradual abandono do entusiasmo pela pátria. Por outro lado, as ações para a manutenção de suas ordenações e da *liberdade* exigem o cultivo da *Virtù*, a qual é vista nos antigos exemplos. Assim, há formas civis e religiosas que propagam um enfraquecimento do humano; mas também existem outras que propiciam o fortalecimento do ânimo e das armas, a inserção da *Virtù*.

A escolha das armas para cada condição de batalha é importante, assim também a disciplina e a *Virtù*. Desse modo, o *condotiero* Fabrizio personifica o trabalho historiográfico de Maquiavel ao descrever as atividades dos antigos e dos contemporâneos, i.e., as batalhas físicas, os meios de sustentação do exército, as ordenações militares e civis, mas também ao indicar como esses exemplos devem guiar a conduta presente de acordo com as situações enfrentadas (AG II). Assim, compara os sucessos dos romanos com as guerras ocorridas na Itália e com os exércitos alemães, constatando que as infantarias antigas possuíam vantagem devido ao material utilizado em batalha e, portanto, deveriam instruir os seus contemporâneos em combates parecidos. As experiências em batalha de Fabrizio, somadas a suas observações dos acontecimentos pretéritos e presentes, guiam o personagem desse diálogo em seu procedimento historiográfico, desvelando a metodologia, o procedimento e o pensamento de Maquiavel ao longo de todo o seu *corpus* textual. Destacam-se as discussões sobre as milícias, os armamentos em batalha, a utilização das ordenações militares, o fervor religioso, o contínuo treinamento dos exércitos e ainda variados outros casos em que essa técnica é verificada.

Temas similares e técnicas análogas são apresentados ao longo do desenvolvimento argumentativo de *Il Principe*. Ao discorrer, por exemplo, sobre as vantagens e desvantagens das milícias ou das tropas próprias, indica variados casos na antiguidade e em seu presente histórico. Descreve como o pedido de tropas auxiliares a potências externas resulta em embaraços difíceis de serem superados, independente do resultado vitorioso ou desfavorável. Menciona os casos antigos e recorda a atuação do Papa Júlio II (P. XIII). No caso do armamento dos cidadãos em ordenações civis novas, utiliza-se também do argumento de que alguns relatos históricos atestam esse procedimento (P. XX). Nesse sentido, ecoa as palavras de Fabrizio ao arrazoar que somente a guerra e suas ordenações devem estar na mente do governante¹⁶²,

¹⁶² Nenhuma outra Arte é esperada daqueles que estão no comando, além de atestar que aqueles que pensam mais nos luxos, ou delegam a guerra a segundo plano, tendem a perder suas posições de comando (P. XIV).

mesmo em tempos de paz deve estar sempre a se exercitar para as batalhas¹⁶³. Em seu treinamento mental, o príncipe deve ler as *histórias* e considerar as ações dos humanos excelentes, aprendendo com suas vitórias e derrotas, imitando seus acertos e fugindo de seus erros. Descreve que os antigos assim procediam, imitando a glória de seus antepassados e buscando realizá-la em seus respectivos presentes (P. XIV). Assim, um comandante sábio deve imitar aqueles que obtiveram glória, pois esses são exemplos de *Virtù* a serem seguidos.

Ao longo dos *Discorsi* as exemplificações dos personagens antigos e contemporâneos também auxiliam na argumentação de Maquiavel. Ao destacar os motivos pelos quais a *Virtù* dos antigos está extinta em sua contemporaneidade, pondera a respeito do aprendizado possível a partir dos exemplos destacados; também reflete sobre os meios pelos quais os valores e as ações modelares possam ser inseridos e cultivados nas cidades italianas. A causa da fraqueza recai nos ritos religiosos que afastam o humano da imitação da *Virtù* dos antigos; mas também no desconhecimento da História, que impossibilitaria o humano de vivenciar e sentir o sabor genuíno dos acontecimentos passados (D I. *proem*). Assim, no mesmo trecho destacado, indicamos os motivos da comparação entre os antigos e os contemporâneos: ter maior conhecimento que permita perceber a utilidade da reflexão histórica e atualizar as boas ações necessárias. Desse modo, comparam-se os antigos e os contemporâneos para se obter algo útil e prático na superação das crises vivenciadas pelas divisões e pelas facções políticas nas terras itálicas. Destaca o autor que há uma experiência insuficiente a respeito das coisas humanas e também do passado, mas acredita que em suas investigações, observações e sugestões aqueles que tiverem maior *Virtù*, ocasião, Fortuna, melhores discursos e juízos possam ter suas intenções satisfeitas (D. I *proem.*). Escrutina-se o passado e o presente para estar mais apto às necessárias ações que são apresentadas.

Reúne, portanto, suas experiências pessoais e seu conhecimento dos antigos para expressar os melhores caminhos de instaurar e defender as ordens públicas contra as infâmias da tirania. Em sua dedicação dos *Discorsi*, Maquiavel reitera que seus registros agrupam o que ele sabe e apreendeu em sua experiência e em seus estudos das coisas do mundo. Na escolha de um tema que ele não optaria por si, presenteia o escrito àqueles que deveriam ser príncipes, mas não são. Alerta-os, todavia, que não se deixem enganar por brilhos enganosos de regimes e personagens que estabelecem tiranias, pois esses líderes não possuem uma clara percepção de que suas atividades redundarão em revoltas, infâmias, fracassos e desordens (D.I.10). Indivíduos, coletividades e cidades são investigados, comparados e apresentados, em um

¹⁶³ Tese defendida por Fabrizio e apoiada em Flávio Josefo, o qual indicava que a destreza das tropas romanas era resultante do constante treinamento feito em suas fileiras (P. XIV, AG II.).

panorama histórico, para que seus sucessos e insucessos auxiliem aos humanos a melhor agir em circunstâncias similares às descritas pelos textos e às observadas nas *comune* itálicas.

Desse modo, ao longo de todo os *Discorsi*, as histórias dos antigos e as coisas humanas (*cose umane*) são conjuntamente apresentadas como bases de sustentação para as avaliações políticas do escritor, referindo-se a diversos temas: dificuldades na promulgação das leis devido às ambições individuais dos humanos (D. I.3)¹⁶⁴ ou devido às corrupções das ordens e modificações costumes (D. I. 49)¹⁶⁵; modos de incentivar e mediar as denúncias públicas para o bem do viver civil (D.I.7)¹⁶⁶; meios de inibir as calúnias, pois causam prejuízos à ordem pública devido à criação de facções (D. I.8)¹⁶⁷; as maneiras pelas quais a religião instaura amor à pátria, podendo ser usada para a coesão social e incentivo militar (D. I.9-15)¹⁶⁸; as dificuldades inerentes às transições dos regimes políticos na manutenção da *liberdade* (D. I.16-18)¹⁶⁹; os modos de recompensar e castigar publicamente os cidadãos (D. I. 24.)¹⁷⁰; avaliações sobre as repercussões da ingratidão humana para as ordenações públicas (D I. 29-32)¹⁷¹; debates sobre as sucessões, os méritos e as funções das magistraturas públicas (D I. 60)¹⁷²; combates contra a servidão e rejeição de monarquias tirânicas (D II.2)¹⁷³; meios pelos quais os regimes

¹⁶⁴ A perversidade dos humanos e de suas ações recebem destaque na promoção da ordem e das leis que sustentam as instituições sociais, visto que somente agem em face à necessidade dos perigos ou a imposição da coerção legal.

¹⁶⁵ As dificuldades de manutenção das leis que preservem o princípio da *liberdade* civil são vistas em todas as formas de regime, desde a Roma antiga aos modelos utilizados por Florença, especialmente perante as necessidades que demandam reformas e novas criações.

¹⁶⁶ Das acusações civis decorrem punições contra aqueles que busquem destruir a segurança das ordenações públicas. Essas promovem a *satisfação dos humores* dos cidadãos, evitando que meios extraordinários criem divisões e facções na República.

¹⁶⁷ Distingue, portanto, as acusações das calúnias, mostrando como essas últimas são perniciosas, pois, ao dispensarem argumentações coerentes e provas, criam desordens. A calúnia é um elemento presente na história das cidades e bastante utilizada nas brigas pelo poder, tendo como corolários divisões, desuniões e facções: a ruína da ordem.

¹⁶⁸ Destacam-se os elogios aos fundadores da ordem, a necessidade de estar só para a reformulação da *civilità* e facilidade de manutenção maior pela coletividade. Compara-se Numa aos processos religiosos cristãos de seu tempo. Em contrapartida, a Cristandade apenas testemunha fraqueza e desordem (D. I *proem*).

¹⁶⁹ Mostra-nos as transformações dos regimes e as dificuldades de um povo em manter sua *liberdade*, seja na criação de uma ordem republicana, seja em uma situação monárquica. Em ambos os casos, as desordens devem ser combatidas e as ordens restabelecidas, imediata ou paulatinamente, mesmo perante as maiores dificuldades.

¹⁷⁰ As ordenações públicas prescrevem prêmios e penas aos cidadãos. Observam-se, nos exemplos históricos, que os méritos não são cancelados pelos deméritos e as faltas não são acobertadas pelas boas ações.

¹⁷¹ Dentre as constantes comparações entre o povo e o príncipe, as discussões sobre a ingratidão destacam-se por ecoar as eternas desconfianças dos monarcas por conhecer as ambições e as infidelidades dos humanos. Assim, ao descortinar exemplos históricos, o desejo de expansão e de manutenção da *liberdade*, conduz repúblicas e príncipes a ultrajar àqueles que mereciam confiança devido às constantes suspeitas. Há a demanda de indivíduos no estabelecimento das ordens, mas o povo é mais constante e sábio em sua manutenção (D.I.58).

¹⁷² Os méritos e os meios pelos quais as magistraturas são concedidas não podem inibir a *Virtù* de seus súditos, independentemente de suas idades.

¹⁷³ A determinação dos povos que lutaram contra Roma destaca-se pelo medo da morte, da servidão e das consequências nefastas para as pátrias desses povos. As lições da história demonstram a destruição dos povos e das cidades que foram anteriormente subjugados pela servidão.

republicanos são transformados e expandidos (D.II.4)¹⁷⁴; o apagamento da memória da *Virtù* dos povos dominados por modificações sociais, linguísticas e religiosas (D.II.5.)¹⁷⁵; a unidade, coragem e *Virtù* dos soldados são mais valiosas que o dinheiro e as fortalezas (D. II. 10; D. II.24)¹⁷⁶; a cegueira dos humanos que a Fortuna deseja destruir (D II. 29)¹⁷⁷; as alianças não são conquistadas pelo dinheiro de tributos, mas pela *Virtù*, pela força e pela reputação (D. II. 30)¹⁷⁸; a impossibilidade de confiar na palavra dada devido ao ânimo humano e a necessidade da força e da reputação (D. II. 31)¹⁷⁹; os comandantes dos exércitos e das cidades devem ser livres para agir de acordo com a obrigação, evitando dissensões e inseguranças (D. II. 33)¹⁸⁰; as seitas e as repúblicas devem retornar aos seus princípios se querem viver longamente (D. III.1)¹⁸¹; os meios de contornar conjurações em monarquias e principados (D. III. 6.)¹⁸²; as maneiras sangrentas ou pacíficas pelas quais as mudanças nas ordenações públicas ocorrem (D. III.7)¹⁸³; as avaliações críticas dos tempos, das ocasiões e dos estados de um república na qual se deseja

¹⁷⁴ De suas observações sobre a história antiga, deduz que as repúblicas são expandidas de três modos: na formação de ligas sem um poder único centralizador; na associação de aliados mantendo um poder centralizador; na formação de súditos. As dificuldades em todos os casos são imensas diante das constantes brigas por soberania. Assim, as conquistas de repúblicas desordenadas resultam em desastres para as ordenações civis. Desse modo, o estudo criterioso da história visa a arrancar os maus exemplos e as crenças que conduzem tais cidades à perdição (D.II.19). Aprende-se sobre os meios de batalhas, mas também sobre os malefícios da expansão de repúblicas mal ordenadas.

¹⁷⁵ Há Passagens belíssimas nesse trecho em que as extinções das ordens públicas são seguidas por erradicações sociais, religiosas, de costumes e de linguagem. Para Maquiavel, o apagar pleno da memória toscana e a eliminação completa da *Virtù* antiga não foram possíveis devido aos monumentos e à utilização do latim. Eliminam-se poetas, registros históricos, estátuas. Restam apenas traços e resquícios que não inspiram confiança.

¹⁷⁶ Tema também discutido em *Dell'arte della guerra*, em *Il Principe* e nas descrições das ações de Cesare Bórgia e Castruccio Castracani. Destaca a maior valia dos soldados mais bem treinados e de seus comandantes do que o ouro e as fortalezas.

¹⁷⁷ Os relatos a respeito de Cesare Bórgia e Castruccio Castracani exemplificam essa constatação em outros trechos do *corpus* de Maquiavel, pois, embora esses personagens buscassem estar preparados para todas as possíveis circunstâncias, a Fortuna lhes roubou a glória.

¹⁷⁸ Famosa temática exemplificada por exemplos históricos antigos e recentes em todo o *corpus* de Maquiavel. Assim, para avaliar a potência de um indivíduo e de uma cidade, deve-se analisar os modos pelos quais esses interagem com seus pares. Desse modo, os exemplos históricos mostram a urgência da *Virtù* diante da Fortuna para a superação da fraqueza presente perante a potência dos acontecimentos.

¹⁷⁹ Tese bastante difundida ao longo das obras de Maquiavel, mas que nesse trecho em particular refere aos exemplos históricos daqueles que confiaram em bandidos e exilados, contudo, sem atentarem-se para as paixões e ambições pessoais desses. São promessas vazias.

¹⁸⁰ Tema também visto sobre as facções nas cidades italianas e a fraqueza em suas tomadas de decisão (IF. V; VII). Desse modo, para evitar inseguranças e incertezas, defende-se que os comandantes possuam livre comissão em assuntos de segurança pública, sem constante consultas às lideranças civis. Mantinham-se as glórias pessoais e evitavam-se os erros por aqueles que não poderiam estar a par de todos as circunstâncias.

¹⁸¹ As alterações das ordenações civis são inevitáveis e as tentativas de manter tais organismo saudáveis, constantes lutas contra a corrupção da ordem, exigem retornos aos princípios para que os humanos possam incorporar esses valores primordiais e não seja necessário o uso de medidas extraordinárias.

¹⁸² Em um longo capítulo, comparado com os demais dessa obra, reitera como as conspirações são terríveis para os príncipes e para as repúblicas. Devem ser contornadas o mais rapidamente possível; todavia exigem muitos cuidados para não arruinarem a ordem estabelecida. Podem demandar, portanto dissimulações, forças, violências e medidas drásticas. Assim, devem ser combatidas com astúcia e cautela.

¹⁸³ Há variadas formas pelas quais as transformações entre *liberdade* e servidão são observadas, todos os exemplos devem ser observados.

modificar (D.III.8)¹⁸⁴; a necessidade de uma *Virtù* conjunta, do comandante e dos soldados (D.III.13)¹⁸⁵; a imperiosidade da *Virtù* em tempos de crise e sua decadência em tempos de prosperidade pela ambição pessoal na proteção de familiares ou membros de facções (D. III, 16)¹⁸⁶; atos de misericórdia podem possuir maior influência nas decisões do que o constante uso da força (D. III. 20)¹⁸⁷; os abusos contra as mulheres e a desatenção dos governantes a essas ações podem destruir as ordenações civis (D. III.26)¹⁸⁸; os monarcas não podem se queixar dos maus costumes de seus povos, visto que sobre suas condutas recai grande responsabilidade (D. III. 29)¹⁸⁹; o exército deve confiar em si e em seu comandante para vencer uma batalha (D. III.33)¹⁹⁰; promessas, ditadas pela força ou sem motivos, não devem ser obedecidas (D.III.42)¹⁹¹.

Nesses variados contextos argumentativos, e durante toda essa obra, o autor conjuga exemplos recentes e antigos, descrevendo as similaridades entre essas avaliações históricas e indicando os meios pelos quais as ações que buscavam o bem comum e a preservação da *liberdade* civil devem ser imitadas – mesmo que para isso seja necessário reformular as noções intelectuais decadentes de seu presente e reintegrar a *Virtù* dos antigos. Há uma constância dos desejos humanos e uma perenidade pendular das formas dos regimes políticos. Desse modo, Maquiavel não defende um retorno a um pretérito idealizado, mas salienta que as ordenações civis, imperiosa e reiteradamente, devam ser restauradas aos seus princípios norteadores (D. I. 18; I.55; III.1)¹⁹². Ao expor os benefícios do estudo da História, Maquiavel assevera ser possível

¹⁸⁴ Os humanos devem ajustar suas condutas ao tempo e às situações nas quais os regimes políticos se encontram. Do contrário todas as suas ações são ineficazes.

¹⁸⁵ Com reverberações significativas para as instituições civis, nas quais indivíduos específicos podem ser chamados a realizar atividades particulares, ao mesmo tempo em que as instituições públicas também devem estar bem ordenadas para atualizarem suas maiores potencialidades. Assim, em analogia ao exército, soldados e comandantes competentes são mandatórios.

¹⁸⁶ Os tempos de paz e de prosperidade propiciam um desdém aos humanos de *Virtù*, favorecendo àqueles que são menos capazes, ocasionado muito descontentamento e desordens. Tema expandido e salientado em muitos pontos das *Istorie Fiorentine*.

¹⁸⁷ Tema também explorado em *Il Principe* a respeito das aparências das ações, descrevendo casos antigos em que atitudes honradas, e.g., caridade e piedade, propiciaram a afeição do povo e vitória a generais.

¹⁸⁸ Os clássicos exemplos de Lucrecia e Virgínia são mesclados com as disputas entre estratificações sociais distintas por um casamento em Árdea, destacando como monarcas, tiranos e magistrados não devem se esquecer dos impactos nocivos que esses abusos podem causar para seus regimes.

¹⁸⁹ Novamente, apresentam-se as imagens dos governantes e suas reputações em grande relevo, ponderando que os súditos possuem os olhares para as atitudes de seus líderes, os quais possuem autoridade para organizar a *civiltà*, mas, muitas vezes, são impedidos por seus próprios vícios.

¹⁹⁰ Tais atitudes propiciam a superação dos incidentes em campanhas militares, mas emulam as organizações civis em seus processos de deterioração inexorável.

¹⁹¹ Menciona nesse trecho, inclusive, *Il Principe* e seu tratamento sobre o assunto. Salienta que a glória pode ser alcançada por ações diversas dependendo da ocasião. Muitos são os exemplos sobre a não necessidade de manutenção das promessas.

¹⁹² Um retorno às mesmas bases de sustentação de ordens civis passadas, formal e materialmente, é impossível. Deve-se, portanto, formar e reformar as ordens civis pelos princípios norteadores apreendidos das experiências,

a busca pela glória nas ações civis cotidianas, mas, para tanto, é mister aprender com as vitórias e com as derrotas de nossos antepassados remotos e daqueles que viveram antes de nós. Ao mesmo tempo em que cautelas sobre um glorioso passado, em detrimento de um presente miserável, são importantes, avaliar criticamente os contextos e os valores das coisas antigas e contemporâneas também é imprescindível. Salienta, assim, a importância de reinserir a *Virtù* dos antigos para combater a degeneração nas organizações políticas percebida por suas experiências (D. I. *proem*; II. *proem*)¹⁹³ ao mesclar a vivência recente e o aprendizado histórico em um combate às variadas formas de tirania e de corrupção das ordens civis (D. I.10)¹⁹⁴. No proêmio do primeiro livro dos *Discorsi*, destaca a importância de salvar os humanos do erro de se aproximar da história apenas como uma coleção de acontecimentos pretéritos. No livro seguinte, corrobora essa assertiva por considerar impossível conhecer a verdade plena das coisas antigas, mas faz-se possível separar aquilo que possa ser útil. Compara-se, assim, a *Virtù* antiga e a decadência por ele vivenciada, objetivando que aquela seja imitada e essa negligenciada.

Esse ardoroso combate contra a corrupção da ordem civil, em suas manifestações públicas nas divisões e nas facções existentes das formas de regime espelhadas ao longo da península itálica, é exposto minuciosamente nas *Istorie Fiorentine*. No desenrolar narrativo dessa obra, as intrigas e as desordens do governo de Florença são apresentadas conjuntamente às desenvolvimentos políticas da Igreja Romana, às disputas entre os principados italianos, aos avanços do reino Franco e às diplomacias com o império sacro-germânico. Desta forma, ao abordar a questão específica de uma cidade, especificamente à luz dos antepassados diretamente conectados aos Médici, Maquiavel integra, à exposição dos acontecimentos vitais para as ações civis florentinas, uma contextualização das instáveis e beligerantes condições sociais da Europa neste período. Desvela suas principais teses sobre o governo das Repúblicas, à luz dos antepassados romanos, avaliando os pretéritos acontecimentos florentinos e diagnosticando as potencialidades das ações políticas em sua contemporaneidade, sempre salientando a utilidade dos exemplos históricos.

das ações e dos estudos, tomando em consideração a similaridade dos contextos e a permanência dos desejos humanos.

¹⁹³ No proêmio do primeiro livro, destaca a importância de salvar os humanos do erro de se aproximar da história apenas como uma coleção de acontecimentos pretéritos. No livro seguinte, corrobora essa assertiva por considerar impossível conhecer a verdade plena das coisas antigas, mas faz-se possível separar aquilo que possa ser útil. Compara-se, assim, a *Virtù* antiga e a decadência por ele vivenciada, objetivando que aquela seja imitada e essa negligenciada.

¹⁹⁴ Os trechos destacados possuem importantes passagens sobre as diferenças entre um principado bem ordenado e um regime tirânico de governo, personificados em Rômulo e César, respectivamente. A eminência da ordem não requer abusos das leis, dos costumes e da *civilità*. Assim, as lições da História ensinam como criar e manter as boas ordenações públicas.

Por desejar expor as maneiras pelas quais Florença ergueu-se e estabeleceu-se no contexto político das *comune* italianas, convivendo com inúmeras guerras e com as interferências externas, Maquiavel retrata a ruína do domínio romano e a destruição da unidade política antiga por diferentes povoações. Conforme salientado na Dedicatória da obra a Clemente VII, o historiador ambiciona mostrar todas as destruições dos principados que sucederam ao império romano¹⁹⁵. Assim, o leitor da obra constata como pontífices, venezianos, o reino de Nápoles e o ducado de Milão disputaram o poder na província itálica, mas também como Florença, apesar de suas divisões, encontrou sucesso nas ordenações promovidas pela casa dos Médici. Bastante conhecidas e discutidas são as tensões argumentativas existentes sobre a composição dessas histórias comissionadas, em que o destinatário pode ser entendido como amigo ou como inimigo, de acordo com o contexto de leitura das argumentações propostas por Maquiavel (NAJEMY, 1982, p. 551-576; MACFARLAND, 1999, p. 133-146). O próprio autor, inclusive, vê-se obrigado a incluir justificativas sobre a exatidão de suas descrições pelas ordens dadas por Clemente VII e pelas propostas historiográficas do autor. Situação similar encontrava-se o autor também em seu *Discursus Florentinarum Rerum*. Revela, assim, a constante interação entre as considerações internas de Florença em meio a disputas políticas e territoriais que envolvem outras cidades italianas, o reino francês, o papado e o Império.

Não obstante a constatação destes acontecimentos, em uma relação direta com a argumentação sobre as formas de regime, Maquiavel pondera a respeito dos costumes, das divisões e das facções em uma República, perante as vicissitudes e as necessárias tomadas de decisão (I.F. II.1; III. 11; VII.5). Nos variados processos de fundação, sustentação e expansão das ordens republicanas, as desuniões das cidades itálicas são expressas em muitos trechos das *Istorie*, descrevendo o modo como essas propiciaram grandes dificuldades para os governos. Assim, utiliza-se do exemplo romano para diagnosticar diferenças essenciais entre o modo florentino e o existente na cidade antiga, visto que aqueles preservavam a ordem e a *liberdade*; enquanto esses destruíam as ordenações civis nas constantes lutas das facções e dos indivíduos (I.F.3.1)¹⁹⁶. Tais considerações são salientadas na *satisfação dos Umori* da população¹⁹⁷ e nas

¹⁹⁵ No original: “*con quante rovine e con quanti principi per piu secoli la Italia variò gli stati suoi*”

¹⁹⁶ Proposta também defendida nos *Discorsi* e analisada anteriormente. Os constantes desejos humanos por comando podem gerar disputas legais que fortaleçam os regimes políticos ou causem sua ruína. Os efeitos e as consequências são díspares em Roma e em Florença.

¹⁹⁷ As ambições e os desejos humanos devem ser satisfeitos na instauração e na manutenção das ordens públicas, minimizando conflitos desnecessários e maximizando suas potencialidades para o fortalecimento civil (P. IX; XIX; D. I.4; II. 37; III.9; IF III.1, 21; VII. 19. DRSF XXIII-XXIV).

constantes divisões em facções que brigam por privilégios sem considerar o bem comum (DRSF XXIII-XXIV).

Apresenta seus objetivos de superação das muitas divisões em Florença pelas lições apreendidas na História, diagnosticando as causas do surgimento de certas facções e a desunião civil, a fim de constatar os meios de evitar a destruição da ordem. Aprende-se a superar tais perigos, pois a história ensina e deleita em suas lições úteis para sobreviver aos perigos e para manter a unidade (IF. *proem*). Constata-se também que uma divisão conduz uma cidade à ruína, então, Florença, por possuir tantas ao longo do tempo, encontrou-se sempre desorganizada e à beira do colapso. Todavia, a *Virtù*, o engenho e ânimo de seus cidadãos retinham a malignidade dos acontecimentos. Desse modo, escrutinizam-se as razões pelas quais tais divisões extinguem gradualmente a *Virtù*, em níveis individuais e civis, que viabilizam o surgimento de regimes políticos inadequados (IF III.1). Em Roma, cultivava-se uma *Virtù* que estimulava maior potência. Todavia, em Florença as divisões, disputas por magistraturas e exílios extinguiam ânimos, costumes e boas ações. Desse modo, um astuto governante poderia efetivar um principado ou uma forma de domínio que agradasse aos partidos necessários para o manter no poder. Reitera, assim, a posição discutida nos *Discorsi* sobre a importância de uma ação individual na criação de leis para a manutenção da ordem civil ao comparar os antigos romanos e seus contemporâneos itálicos. Integra seu diagnóstico das desuniões civis a possibilidade da ordenação individual e a manutenção coletiva de um governo (D. I.11; D.I.58; IF IV.1). As ambições humanas não mudam, seus *Umori* devem ser satisfeitos em todas as estratificações sociais. O pêndulo da História, variando entre ordem e desordem, exige uma *Virtù* que empunhe as letras depois das armas, impedindo um ócio inútil de desestabilizar os ânimos dos cidadãos e de eliminar o amor à pátria (IF V)¹⁹⁸. Exige-se, portanto, superar as desordens, as conspirações, as desuniões e as invejas que sejam perniciosas à estabilidade das cidades, sobretudo quando essas perpetuam brigas de facções (IF VIII.1; D. III. 6). Menciona a complexidade do assunto e reporta aos *Discorsi* para um tratamento mais detalhado. Todavia, reitera o visto no livro anterior das *Istorie*, as facções presentes em Florença não estimulam a *liberdade* e os processos de ordenação civil, mas causam perdas significativas à cidade e promovem instabilidade.

Os modos de entender a História em Maquiavel mostram as constantes ascensões e quedas nos acontecimentos humanos. Ademais, com a possibilidade de entendimento dos tipos

¹⁹⁸ Tema a ecoar o insucesso de um profeta desarmado. Descreve, assim, como as coisas antigas e novas são úteis para a aprendizagem, pois possibilitam que as deteriorações das ordens civis sejam combatidas adequadamente no devido tempo pela imitação da *Virtù* vista em outros.

humanos pelos exemplos ocorridos na antiguidade e no passado recente, o estudo das coisas humanas – *cose umane* – auxilia àqueles que buscam enfrentar as vicissitudes da Fortuna com *Virtù*, nas inevitáveis corrupções das ordenações públicas. Devido à permanência de características históricas similares, assim também às constantes ambições e desejos humanos ao longo do tempo, a *Virtù* deve ser cultivada em face às ações da Fortuna. Dialogando com uma concepção cíclica da História, escrutina as ações humanas, as decisões políticas e as sucessões nas ordenações civis das cidades antigas e das *comune* itálicas, evidenciando uma disparidade entre a digna *Virtù* dos antigos e a decadência de seus contemporâneos. As concepções e as ações antigas, portanto, devem ser entendidas, em seus contextos, e imitadas no presente. Ao se discutir os métodos e as vias historiográficas existentes no *corpus* de Maquiavel, evidenciam-se os diversos meios de promoção da *Virtù* em consonância e dissonância aos pensadores do humanismo cívico italiano. As riquíssimas discussões do pensamento político do período mostram-nos como entre imaginações poéticas, concepções historiográficas e sistematizações políticas, a antiguidade clássica mescla-se com a contemporaneidade dos eventos. Os artifícios retóricos e poéticos nos textos de Maquiavel reúnem exemplos de indivíduos, e.g., Rômulo, Numa, Moisés, mas também de cidades, e.g., Roma e Florença. Essas imagens do passado tornam-se essenciais nas associações entre os modos educacionais e culturais na defesa da *liberdade* de uma cidade, mediante ativas ações de seus cidadãos. Constatam-se não apenas intensas guerras por domínio político, evidenciam-se intensos conflitos perpassando compreensões civis, identidades culturais e formas de regime.

A atestação que a História é uma mestra a ensinar humanos a agirem com *Virtù* perpassa toda a obra de Maquiavel e suas técnicas historiográficas. A observação dos humanos, a apreensão das coisas humanas, a *imitatio* e a correta adequação das ações na ocasião compõem os múltiplos modos de combater os diversos níveis da corrupção presente nas cidades itálicas. O autor, portanto, insistentemente afirma reunir o que aprender ao estudar o passado, vivenciar o presente e analisar as circunstâncias para propor as ações necessárias na preservação da liberdade. Entre manutenções e transformações, ordenações e desordens, o contínuo fluxo das coisas humanas encontrar como grande obstáculo a mentalidade corrompida dos cidadãos que preferem suas satisfações imediatas sem buscar alcançar a glória civil. A utilidade e o deleite nas propostas historiográficas do autor salientam a impossibilidade de uma reconstrução dos ideais pretéritos, mas a urgência na apreensão da *Virtù* para combater a corrupção presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes dos primeiros contatos com o texto de Maquiavel, o leitor contemporâneo possui uma imagem cristalizada na maioria das línguas ocidentais pelo adjetivo *maquiavélico* em seu uso cotidiano. O Dicionário Online de Português, por exemplo, define esse termo em associação a uma pessoa sem escrúpulos e, portanto, pérfida; um indivíduo esperto que possua astúcia. Por sua vez, atesta que o *maquiavelismo* são ações que negam as leis morais de acordo com “a doutrina de Maquiavel”.¹⁹⁹ O *dizionario italiano Olivetti* entende o *Machiavèllico* como sorrateiro (*subdolo*), alguém que consegue escapar de situações difíceis com astúcia, impondo seus interesses com destreza²⁰⁰. A página eletrônica da Treccani²⁰¹ relaciona o adjetivo com a falta de escrúpulos, à astúcia, indicando comportamentos e estratégias que não se furtam a usar da violência e do engano para obter uma vantagem política. O *dizionario etimologico online*, descreve a forma adjetiva relativa às máximas e doutrinas reunidas em *Il Principe*, entendidas como meios usados com astúcia para obter algo de utilidade pessoal²⁰². O *Diccionario de La Lengua Española* da Real Academia reúne o adjetivo maquiavélico, e maquiavelista, em conexão com o substantivo maquiavelismo. Indica astúcia e engano como integrantes das doutrinas políticas associadas a Maquiavel, fundada em razões de estado e não com a moralidade e, portanto, podem ser pérfidas e dúbias (2014, p. 5657). Por sua vez, o dicionário Cambridge da língua inglesa destaca para *machiavellian* o uso de meios astuciosos, com frequência desonestos, para enganar as pessoas com o objetivo de ganhar poder e controle²⁰³. Mirriam Webster’s, por sua vez, associa esse adjetivo ao substantivo *machiavellianism*, entendido como uma teoria política amoral que se utiliza de todos os meios necessários para a obtenção do poder político (p.744). Desse modo, as adjetivações perpassam um campo semântico que envolva esperteza, ludíbrio e má fé (*cunning, duplicity e bad faith*). Sem um estudo extensivo, observa-se como as interpretações das palavras de Maquiavel se apresentam nos próprios atos da fala cotidiana, coletadas à palma da mão em nossas sociedades de informações digitais.

De fato, a adjetivação do autor florentino, constatada nessas línguas contemporâneas, corrobora a famosa síntese de Leo Strauss sobre Maquiavel ser “um professor do mal”. Por outro lado, das leituras sistemáticas de suas obras, embora sejam enigmáticas as harmonizações

¹⁹⁹ Visitado em 06 de Abril de 2020, às 18:29. <https://www.dicio.com.br/>

²⁰⁰ Visitado em 03 de Abril de 2020, às 21:10. <https://www.dizionario-italiano.it/>

²⁰¹ Visitado em 03 de Abril de 2020, às 21:16. <http://www.treccani.it/vocabolario/machiavellico/>.

²⁰² Visitado em 04 de Abril de 202, às 13:53. <http://www.etimo.it>

²⁰³ Visitado em 06 de Abril de 2020, às 18:35. <https://dictionary.cambridge.org/>

ou as mútuas relações entre seus discursos, subsiste a necessidade da *Virtù* para a instauração das ordenações civis e para a superação das corrupções da ordem, mesmo em face das inerentes ações da Fortuna. As múltiplas ações políticas propostas devem estar de acordo com a necessidade que a *occasione* propicie, a exigir os tipos adequados de regimes de acordo com a matéria – população – e a forma das instituições públicas. Desse modo, os bons exemplos do passado e do presente devem ser imitados, a fim de que os ânimos civis promovam a *Virtù* desejada para a fundação, para a manutenção do *stato* e para a satisfação dos *umori* mediante cerimônias e ritos religiosos, mas também interpretações historiográficas.

As terras itálicas estão exauridas (*fatiche*) e, por infortúnios diversos, encontram-se oprimidas (*oppressa*). A situação de calamidade é notória, atestada em constantes guerras e invasões de potências estrangeiras em territórios peninsulares. Essa condição exige vigor, força, ação militar e coesão política que ajudem a instaurar uma valiosa *Virtù*, um valor que está apenas adormecido e não morto no coração dos humanos (P. XXVI). Os meios de elevar o ânimo dos cidadãos perpassam ordenações civis, bons exemplos humanos e práticas religiosas. Assim narra os acontecimentos políticos nos primeiros *Decenalli*, ao retratar a impossibilidade de conter o reino franco, o subsequente controle e a decorrente condição de vassalagem, espalhando terror, revoltas, traições, embora alianças forjadas para a ocasião sejam feitas. A Fortuna nunca se contenta, perpetua a razão de tantos males, sobretudo pelas desavenças entre os reinos itálicos, os governos eclesiásticos, o império, a Espanha e a França. Florença, a exemplo das outras cidades itálicas, está desamparada, sob constantes ataques, em perenes instabilidades e sem vigor. Assim narra Maquiavel:

Io canterò l'italiche fatiche,
seguite già ne' duo passati lustri
sotto le stelle al suo bene inimiche.
Quanti alpestri sentier, quanti palustri
narrerò io, di sangue e morti pieni,
pe 'l variar de' regni e stati illustri!²⁰⁴ (Dec. 1-6)

O enfraquecimento político resulta em humilhações públicas, mortes e instabilidades sociais constantes. Todavia, o poeta sustenta que um novo ardor pode ser aceso, preenchendo seu ânimo de esperança e de temor²⁰⁵: sugere a abertura do templo de Marte. A famosa região no centro da Roma antiga, que servia como treinamento para soldados e congregação dos mesmos antes de irem para a guerra, é uma metonímia para a preparação militar, a qual requer

²⁰⁴ Tradução literal: ““Cantarei às extenuações itálicas, passadas já duas décadas sob as estrelas de seus bons inimigos; quantos alpes caminharei, quantos vales narrarei eu, de sangue e de mortes plenos, pelo variar dos reinos e de estados ilustres“.”

²⁰⁵ No original: “aggiugnerà la fiamma, se nuovo fuoco fra costor s'accende. Onde l'animo mio tutto s'infiamma or di speranza, or di timor si carca” (Dec. 539-543)

uma ação civil incisiva e vigorosa. Desse modo, preparar-se para a guerra e estar apto a lutar contra todas as artimanhas da Fortuna são atividades que demandam *Virtù*, em contraposição aos costumes dos governos papais que causam o enfraquecimento das terras itálicas e, posteriormente, exercem o domínio militar. A ausência de um *stato* forte, fundado e mantido por ordenações civis, militares e religiosas que renovem o ânimo da população é causa principal desses infortúnios políticos e do sangue espalhado em Alpes e em vales.

Assim, *I Decennali* integram características históricas, literárias e políticas ao cantar a ruína civil e as desordens públicas em Florença, em seus conflitos internos e em suas batalhas com potências estrangeiras a partir de 1494. Estruturados em *terza rima*²⁰⁶, retratam as paixões humanas em suas lutas pelo poder, expondo traições por interesses pessoais e asseverando o pouco amor à pátria instaurado nessa lastimável condição civil. Essas duas composições poéticas reportam acontecimentos históricos e expressam posições políticas, do ainda atuante secretário florentino, nos conturbados períodos após o exílio dos *Médici*. Algumas ideias, que serão preponderantes em seus trabalhos tardios, nos âmbitos históricos, políticos e literários, já são apresentadas pelo canto poético: a necessidade da *Virtù* na constituição de uma *civilidade*; o poder da Fortuna; as formas de regime necessárias para o estabelecimento da ordem; sua crítica às decisões políticas da Igreja romana e o enfraquecimento dos reinos nas terras itálicas. Os exemplos de humanos de *Virtù*, e.g., Cesare Bórgia devem ser imitados, para tanto reconstruções poéticas e historiográficas são necessárias. Todavia, as ações da Fortuna são implacáveis e o conduzem à perdição até mesmo os mais aptos. No caso de Bórgia, morre seu pai e seu *stato* é arruinado e dividido (*rotto e diviso*), além da crença em um antigo inimigo que havia ofendido (Dec. 457-478).

Não apenas os regimes políticos estão subjugados, a própria condição humana encontra-se debilitada (*debole*). As tradições intelectuais e populares não promovem a virilidade indispensável para a fertilidade, mas tornam os humanos incapazes de se adaptarem às condições que a *ocasião* dispõe, a exemplo de um velho debilitado e enfermiço – Nícia na *Mandragola* – ou ainda uma situação animal deplorável sem a possibilidade de ambicionar a glória humana – a metamorfose ocorrida em *Dell'asino d'oro*. As heranças intelectuais e morais devem ser interpretadas de acordo com a necessidade, não devem ser dispensadas para a instauração da *Virtù*. Assim canta as ações do frade Timóteo em *La Mandragola*:

²⁰⁶ Reconhecidamente como a rima de Dante, utilizada primeiramente na *Commedia*, essa forma poética se popularizou nas terras itálicas também pelo uso de Petrarca, Boccaccio e Machiaveli, sobretudo em forma alegóricas, visões ou poesia didática (KLEINHENZ, 2012, p.736).

Sì suave è l'inganno
 al fin condotto imaginato e caro,
 ch'altrui spoglia d'affanno,
 e dolce face ogni gustato amaro.
 O rimedio alto e raro,
 tu mostri il dritto calle all'alme erranti;
 tu, col tuo gran valore,
 nel far beato altrui, fai ricco Amore;
 tu vinci, sol co' tuoi consigli santi,
 pietre, veneni e incanti (Mandr. III.13)²⁰⁷

No desenrolar da intriga cômica, o religioso é responsável em convencer Lucrezia a aceitar a trama de seu marido para que ela possa engravidar, rompendo com suas tradições morais e religiosas. Faz uso de função sacerdotal, especialmente sua tarefa como confessor, e promove o *suave engano* que permite as ações necessárias diante da ocasião. O remédio dado, portanto, envolve elementos corporais e espirituais, pelos quais não apenas a esposa de Nícia é convencida, mas os *umori* dos cidadãos são satisfeitos. Ao discutirem as formas pelas quais o frade poderia ajudar nessa empreitada, Ligurio, o glutão conselheiro de Calímaco, responde: “*eu, o dinheiro e nossa condição cativa do humano*” (Mand. II.6)²⁰⁸. O religioso, a exemplo das indicações feitas por Maquiavel em suas obras discursivas, interpreta suas tradições religiosas de acordo com a *ocasião*, pois, embora algumas coisas pareçam horríveis, insuportáveis e piores do que o mal em si, ao serem vistas de perto, mostram-se humanas, suportáveis e, tão íntimas, que parecem domésticas e cotidianas – *umane, sopportabili, dimestiche* (Mand, III.11). Assim, frade Timóteo fornece o ânimo necessário para a execução da tarefa, alegando que Lucrezia deveria pensar no bem a ser obtido seguramente, não no mal incerto; afirmando ser apenas a vontade que peca, não o corpo; constatando a boa intenção da mulher em obedecer a sua mãe e a seu marido. A mesclar tradições bíblicas e argumentos teológicos, o religioso conduz a ação ao fim almejado, mesmo quando em um primeiro momento os atos pareçam tão horríveis que tolhem a respiração e enfraquecem o ânimo. As palavras sustentadas no argumento religioso tornam o amargo em doce; mostram o caminho direito para aqueles que vagam na insegurança e na indecisão; superam os obstáculos físicos, morais e espirituais ao reinserir a *Virtù* nas coisas humanas.

As comédias de Maquiavel apresentam temas recorrentes vistos ao longo do *corpus* do autor, pelos quais seu desejo do estabelecimento de uma ordem civil para a obtenção e para a

²⁰⁷ Tradução literal: “Sim, suave é o engano, conduzido ao fim imaginado e desejado, que a outros tolhe o respirar, e doce faz a cada gosto amargo. Ó remédio caro e raro, tu mostras o direito caminho às almas errantes; tu, com teu grande valor, em fazer beato a alguns, faz o Amor rico; tu vences, somente com teus santos conselhos, pedras, venenos e encantos”.

²⁰⁸ No original: “*Io, e danari, la cattività nostra*”

manutenção da *libertà* é articulado às tessituras dos enredos cômicos. Assim, é possível estudar posteriormente outros importantes paralelos em *La Mandragola* com os escritos teóricos de Maquiavel, realçando os modos pelos quais a conquista erótica de Lucrezia na trama cômica articula argumentos políticos do secretário florentino. Juntamente à díade *Virtù-Fortuna*, os discursos e os modos de uso da “força” (*forza*), a necessidade da astúcia e do ludíbrio são partes integrantes da vida política, assim também a capacidade de ação e de execução de tarefas públicas. Os *umori* dos personagens são satisfeitos: Calímaco obtém o amor e o reconhecimento desejado por Lucrezia, Nícia terá seu filho, Sostrata garante a estabilidade da família com um neto, Liguro pode participar de muitos jantares. O frade Timóteo reúne a todos em seu chamado para o ofício religioso, desvelando os modos religiosos de obtenção e de manutenção dessa ordenação civil.

Em *Clizia*, uma comédia baseada na obra *Casina* de Plauto, situada durante as constantes guerras na península Itálica, ao apresentar as tensões na ordem doméstica, desveladas pelos *tumulti*, os meios de satisfação dos *umori* dos personagens também são destacados. O conflito de gerações, um pai e um filho que desejam a mesma pessoa, e a ação da matriarca para a manutenção do regime estabelecido em seu casamento descortinam realizações individuais possíveis, sem a destruição dos acordos familiares. Os conflitos de interesses e a satisfação dos *umori* perante novos modos e novas ordens são destacados também na peça *Andria*, uma adaptação de uma comédia latina de Terêncio e de uma obra grega de Menandro. Maquiavel explora analogias entre as ordens domésticas e as ordenações civis, especialmente ao realçar a obediência de um filho acima de seus interesses pessoais em um contexto de conflituosas ambições.

Com desejos incontrolláveis, mas com a necessidade das ordenações civis para uma realização possível de suas ambições, o humano é apresentado por Maquiavel com uma carga ambivalente, realçando suas limitações e suas potencialidades. O humano encontra-se inexoravelmente em uma tentativa constante de permanecer de pé, fixo e orientado (*stato*) diante das tempestades e dos vendavais das circunstâncias. Todavia, O reino da fortuna não possui métrica ou rima para ser compreendido pelo entendimento (Cap. *Di Fortuna*, 1-3)²⁰⁹, governa a todas as coisas humanas, desvela sua fúria (*iniuriosa*) e apresenta-se inoportuna (*importuna*). Ainda assim, o humano não pode temer ou estar em pavor, mas com a força que é atingido deve responder, pois a violência da Fortuna não cessa e a *Virtù* nunca consegue ter as rédeas da situação (Cap. *Di Fortuna*, 13-15). Embora não exista uma oculta *Virtù* a ser

²⁰⁹ No original: “ Con che rime giammai o con che versi / canterò io del regno di Fortuna, / e de' suo' casi prosperi e avversi?”

descoberta para conter as ações da Fortuna e, assim, mudar o curso de nosso *stato* (Cap. *Di Fortuna*, 115-117)²¹⁰, temor, indecisão e ansiedade somente resultam em divisões, perdas e mortes. A *ocasião*, ainda que difícil de ser entendida e de ser apreendida, está constantemente a colocar a roda da Fortuna em movimento, entre o ócio (*ozio*) e a necessidade – o primeiro conduz o mundo à ruína, a segunda às ordenações (Cap. *Di Fortuna*, 76-87). Assim, ao superar o seu entorpecimento ocioso, a ambição humana pode agir de maneira incontrolável, destruindo ordenações e multiplicando os males no mundo (Cap. *Di Ambizione*, 46-63); ou pode inflamar a *Virtù* que supere as enfermidades de um povo pela boa ordenação de leis, pelas instruções civis e pelas ações militares (Cap. *Di Ambizione*, 94-97). Descreve, em suas obras discursivas e nessas passagens, os modos como as ambições humanas podem ser utilizadas para ações políticas que resultem em divisões, mortes e contínuas guerras. Contudo, mediante um processo educativo é possível sanar essa enfermidade social e criar pessoas de *Virtù*, que utilizem a ferocidade quando necessário e que protejam suas pátrias de um viver servil. A criação poética reunida em *I Capitoli* interconecta considerações históricas, antropológicas e políticas em reflexões a respeito *Dell'Ingratitudine*, *Di Fortuna*, *Dell'Ambizione*, *Dell'Occasione*. Tais temas são centrais e apresentam-se constantemente nos textos discursivos do pensador florentino, recebendo uma forma poética à luz das ações humanas ao longo da história, ao mesclar a utilização de mitos antigos e acontecimentos recentes, esses que estão presentes na memória coletiva das terras itálicas. Tal procedimento é visto nas principais obras desse autor, destacando as ambições humanas, a busca por glória e suas respectivas realizações.

Em *La favola di Belfagor Arcidiavolo*, Maquiavel retrata os costumes civis e os ritos religiosos endereçando variadas críticas à nobreza de Florença devido a seus luxos, mas também a seus gastos excessivos em prazeres e em demandas insustentáveis. A fábula evidencia alguns meios pelos quais força, astúcia e *Virtù* são necessárias para a sobrevivência: seja na interpretação dos ensinamentos religiosos de acordo com a *ocasião*, seja devido às necessidades físicas e sociais dos personagens envolvidos. Os humanos são retratados em suas fragilidades, suas ambições e suas potencialidades a partir dos costumes e das práticas dos habitantes de Florença, desvelando algumas das reflexões políticas, sociais e religiosas de Maquiavel mediante a criação, ou a redação literária, dessa fábula. O enfraquecimento da *Virtù* conduz humanos e ordenações à perdição.

A fábula questiona, assim, tradições que sustentam uma *via contemplativa*, possível de conduzir a um ócio desmedido que ocasione o enfraquecimento da ambição humana e,

²¹⁰ No original: “ma perché poter questo ci è negato / per occulta virtù che ci governa, / si muta col suo corso il nostro stato.”

consequentemente, debilidades sociais, militares e civis. Por outro lado, também enaltece o humano de *Virtù* e de astúcia que consegue sobreviver nesse cenário de caos social, ser reconhecido nas terras itálicas e pelo reino francês, mas também enganar o próprio demônio Belfagor. Ao receberem inúmeras queixas daqueles que chegam ao Inferno, alegando que suas esposas eram as culpadas de suas infelicidades e, em decorrência, de suas ações, os demônios desejam averiguar tais queixas. Para tanto, elegem Belfagor para viver na terra, assumindo a forma de um belo homem com muitas posses nomeado Rodrigo. Escolhe Onesta para esposa, de família nobre, embora empobrecida. Após o casamento, as paixões humanas por honras, os luxos e as pombas do mundo (Belf III)²¹¹ conduzem Rodrigo à falência. Ao fugir de seus credores, encontra auxílio em um pobre lavrador, Gianmatteo, que o salva e como recompensa enriquece ao fazer exorcismos com o auxílio do diabo Belfagor. Após o fim do contrato entre Gianmatteo e Belfagor, o demônio ameaça o humano com retaliações pesadas caso eles se encontrem novamente. Comissionado pelo rei francês a auxiliar sua filha, sem saber que Belfagor era o responsável pelo tormento da princesa, Gianmatteo necessita de um artifício para evitar os castigos de Belfagor e não desapontar o monarca. Para tanto, exige uma grande cerimônia na qual sussurra ao ouvido da princesa, para que Belfagor ouça, que sua esposa acabara de chegar a sua procura. O diabo abandona sua presa e prefere retornar ao inferno a estar sob o jugo do casamento. Essa fábula, em teor cômico, retrata não apenas a união conjugal, mas os hábitos e os costumes sociais que destroem o ânimo dos humanos. O próprio demônio Belfagor, em suas possíveis ações sobrenaturais e repleto de riquezas, encontra-se perdido diante das práticas sociais dispendiosas vistas nas cidades italianas. Por outro lado, Gianmatteo, humano desprovido de posses, por sua *Virtù*, supera o poder do amedrontado diabo e consegue meios de sobreviver em meio a reinos e a impérios.

No poema incompleto *Dell'asino d'oro*, mostram-se os meios pelos quais o enfraquecimento da *Virtù* antiga reduz os humanos a condições inferiores. Ao atualizar o famoso texto de Apuleio, *Asinus Aureus*, e personagens mitológicos antigos, Maquiavel desvela uma compreensão distinta da condição humana daquela idealizada por alguns famosos pensadores itálicos, especialmente aqueles que sustentam seus argumentos em uma *via contemplativa*. Destacam-se as críticas de Maquiavel aos costumes e aos ritos religiosos da Igreja cristã, retratados por aqueles que preferem uma existência humana ingloria, por não possuírem a *Virtù* necessária para a sobrevivência e para a fundação da *civilidade*. Em paralelo com o início da caminhada de Dante na *Commedia*, o narrador encontra-se desorientado em um

²¹¹ No Original: “*passioni humane*”; “*piacere degli honori*”; “*pompe del mondo*”.

lugar áspero, sentindo a perda de sua liberdade (Asin. II. 19-23). Envolto em uma escuridão assustadora, perde seu vigor, encontra-se prostrado e vencido (Asin II. 34-36)²¹², uma bela encarregada de Circe vem a seu encontro e diz que todos que caem nessa selva escura, longe da civilização, são metamorfoseados em condições sub-humanas (Ans. II. 127-135). Se ele olhasse com atenção, seria possível reconhecer os tipos de homens nas ações dos animais, a exemplo das observações históricas feitas Maquiavel em seus textos discursivos: os bravos leões, os violentos ursos, lobos que nunca estão satisfeitos e assim por diante (Ans VI. 61-81). Os últimos tercetos herdados dessa composição descrevem um homem em um estado de *suíno*, mergulhado na lama, que não deseja retornar a sua forma anterior, pois considera que a ambição desmedida, a luxúria, os prantos e a avareza dispõem o humano em uma condição de insatisfação permanente. Objeta estar, assim, mais feliz do que perante os infortúnios da condição humana (Ans VIII. 133-151). O personagem dispensou a excelente *Virtù*, que engrandece o humano e evita os danos que podem ocorrer em suas atividades (Ans. VIII 40-42). Em consonância com a obra antiga, o leitor espera que o narrador transformado em pequeno burrinho retorne a suas fisionomias humanas e, portanto, adquira a *Virtù* necessária para iluminar a noite obscura que ele se encontra.

Esses exemplos literários mostram diferentes maneiras usadas por Maquiavel para apresentar a corrupção dos costumes e das ordens civis devido ao enfraquecimento do humano. As diferentes formas de racionalização do poder político no *corpus* de Maquiavel, as quais são manifestas e sustentadas por distintas práticas históricas, mas também mediante múltiplos discursos e variadas formas textuais, exigem a instauração da *Virtù* para superar a deterioração das formas de regime, das condições humanas, das tradições religiosas e dos discursos historiográficos. Para tanto, a instauração das ordens civis legislações seguras são imprescindíveis, mas também um processo educativo que perpassasse diferentes atividades culturais, pois é necessário criar ânimo, unidade e amor no âmbito civil. Nesse sentido, Aimé Césaire, poeta francófono da Martinica afirma:

Troisième Proposition: La connaissance poétique est celle où l'homme élabousse l'objet de toutes ses richesses mobilisées (CÉSAIRE, 1945, p. 168).

Em amplo diálogo com os movimentos surrealistas, Césaire afirma que o *conhecimento poético* ilumina o objeto em todas as suas riquezas sinérgicas (CÉSAIRE, 1945, p. 157-170). Césaire desenvolve seu argumento pelas premissas que o saber humano não se restringe em

²¹² No original: “virtù mia prostata e vinta”

aguardar exercícios metódicos e experimentos científicos, mas também possui raízes nos sentimentos e nas primeiras sensações: *Attirance et terreur; Tremblement et émerveillement; Etrangelé et intimité*. Tais constatações perpassam não apenas as criações literárias, mas também as obras discursivas de Maquiavel, especialmente suas observações sobre o uso da *Virtù*, em alguns momentos mediante a religião e métodos historiográficos, para estabelecimento e para na manutenção da *civilidade*; ao mesmo tempo, as interfaces entre o poético, o político e o saber auxiliam-nos na compreensão da imaginação literária e histórica desse autor.

Em uma situação díspar à apresentada para o frade Timóteo em *La Mandragola*, os comentários de Pio XI sobre a encíclica *Rerum Novarum* de Leonis XIII ratifica a pertinência de algumas observações de Maquiavel sobre a ordenação pública, mesmo em contextos tão diferentes. A voz papal assevera que a *Ars Politica socialis* é necessária, especificamente no contexto das insatisfações sociais dos operários e das diferentes formas de compreensão do bem comum. Ademais, apregoa a necessidade de uma ordem unitária na qual os membros do corpo social estejam vinculados. Diz-nos a encíclica:

Id autem in primis spectare, in id intendere et res publica et optimus quisque civis debent, ut « classium » oppositarum disceptatione superata, concors « ordinum » conspiratio excitetur et provehatur. In reficiendis igitur « ordines » ars politica socialis incumbat necesse est. Reapse violenta adhuc perseverat et hac de causa instabilis ac nutans humanae societatis condicio, quippe quae « classibus » innitatur diversa appetentibus et ideo oppositis, proptereaque ad inimicitias dimicationesque pronis (PIO XI, 1934)²¹³.

Similar a algumas premissas rejeitadas por Maquiavel, o documento eclesial defende a superação das divisões dos diferentes grupos sociais por uma harmoniosa concórdia; constata, todavia, a instabilidade e a violência nas constituições sociais, mas também os diversos apetites e múltiplos desejos humanos em constantes conflitos e, portanto, a incitar inimizades e combates sangrentos. Os textos de Maquiavel, assumindo a circularidade da História e a permanência de algumas características humanas ao longo do tempo, também identificam as divisões e as discórdias no tecido social, especialmente devido às ambições humanas. Todavia, encontram nos *tumulti* civis uma das bases para a sustentação do *vivere libero*, desde que moderados a ponto de não criarem facções que corrompam a ordem social estabelecida. Entre

²¹³ Na tradução portuguesa do site do Vaticano: “O primeiro objectivo que devem propor-se tanto o Estado como o escol dos cidadãos, o ponto em que devem concentrar todos os esforços, é por termo ao conflito, que divide as classes, suscitar e promover uma cordial harmonia entre as diversas profissões. E em primeiro lugar deve a política social aplicar-se toda a reconstituí-las. Actualmente a sociedade continua num estado violento e por isso instável e vacilante, pois se funda sobre classes, que se movem por apetites desencontrados e por isso, dada a fraqueza humana, com facilidade tendem para o ódio e para a guerra”.

similaridades e diferenças com o desenvolvimento intelectual ocidental, a *Ars Política* de Maquiavel constitui um importante marco para a nossa compreensão histórica e para as ações necessárias nas ordens políticas.

As citações em destaque, de Aimé Césaire e da encíclica do Papa Pio XI, corroboram a relevância da presente investigação na atestação de algumas premissas presentes em Maquiavel. Embora a *Ars Política* de Maquiavel sustente-se em aparentes paradoxos, constatações lógicas irreconciliáveis, o autor apregoa a necessidade de superação das facções pela satisfação dos *umori*, mediante tumultos civis que fortaleçam a *Virtù* em seus inevitáveis combates contra a corrupção, os quais podem ser personificados nas imagens da Fortuna. Para tanto, o humano deve agir conforme a necessidade e se ajustar à ocasião, independente dos regimes escolhidos, mas em defesa das ordenações civis que fundam e mantêm os *stati*.

Conforme estudado ao longo desta tese, em análises exegéticas no corpus de Maquiavel, a reinserção da *Virtù* é vista como uma condição necessária para fundação e refundação das ordens civis, mediante a multiplicidade de regimes políticos; as concepções sobre o humano; as opiniões sobre a religião; e os métodos historiográficos. A corrupção deve ser combatida, assim também as facções civis que impedem a satisfação dos humores dos cidadãos. Ambiguidades e ambivalências sustentam a efetividade da ação política nas adequações das práticas civis de acordo com as ocasiões circunstanciais. As coisas humanas estão sempre em movimento. A ambiguidade, portanto, a possibilidade de existência de mais de um sentido possível e a impossibilidade de escolha racional, sustenta uma condição humana marcada por indeterminações, instabilidades e incertezas que são personificadas pela imagem da Fortuna. O humano de *Virtù* opera por simulações e dissimulações ao potencializar as ocasiões para, a partir das aparências, obter a glória. Nesse contexto, de indecibilidade da razão, a ambivalência, simultaneidade de posições intelectuais e emocionais que podem estar em contradições patentes, apresenta-se como uma condição para a imitação da *Virtù*, especificamente em momentos extraordinários e de ações extremas. Desse modo, nos textos de Maquiavel, as necessidades de fundar e refundar as ordens civis ancoram-se na ambiguidade e na ambivalência das ações humanas, visto que os vícios, as virtudes e a medida correta devem estar adequados às circunstâncias e não são estabelecidas previamente. O autor, por sua vez, deseja construir um mapa para as ações humanas, ensinar a partir dos *exempla* históricos, guiar de acordo com as necessidades da ocasião.

As investigações intelectuais e as práticas civis estão repletas de ambiguidades e de ambivalências, visto que: as legislaturas e magistraturas estão em constantes transformações; os humanos estão incessantemente insatisfeitos, mas possuem a possibilidade de obtenção de

glória; os regimes políticos devem se adequar à população e às circunstâncias históricas; ritos e discursos religiosos devem ser interpretados de acordo com as necessidades civis; os tumultos civis aperfeiçoam as ordenações públicas e a liberdade, enquanto a divisão em facções acelera a degradação de ambas. Conseqüentemente, na dinâmica inerente ao político, as análises e as ações são sempre *imperfeitas*, nunca acabadas. As reinserções da *Virtù* não eliminam inconstâncias, mas sustentam-se nas instabilidades, incertezas e indeterminações (*ambiguidade*), ao mesmo tempo em que consideram a coexistência de ações, aparentemente, antagônicas, paradoxais e antitéticas (*ambivalência*).

Desse modo, no *corpus* de Maquiavel, os humores dos grandes e dos pequenos cidadãos devem ser satisfeitos, independentemente do regime escolhido para o governo de uma cidade. A corrupção, por sua vez, aprofunda-se para além das práticas civis e dos costumes sociais, adentrando os modos de compreensão da história e das potencialidades humanas. Desse modo, diante da perda do sabor dos acontecimentos históricos e das perspectivas de uma ordenação civil que preserve a liberdade, interna e externamente, os diferentes modos de reinserção da *Virtù*, e.g., legislaturas, costumes sociais, espetáculos civis, ritos religiosos, expressões literárias, devem ser utilizadas para salvaguardar a possibilidade de imitação das boas ações.

No decurso de suas considerações iniciais dos prólogos de suas principais obras²¹⁴, Maquiavel desvela características que serão expostas em seus argumentos ao longo de todo o seu desenvolvimento intelectual. Em seus famosos escritos, o autor constantemente assevera a necessidade de uma análise minuciosa dos acontecimentos humanos, tanto as ações presentes, quanto os exemplos pretéritos. Maquiavel constata que as ordenações civis de seu tempo encontram-se enfraquecidas e requerem ação vigorosa, não apenas para restaurar suas vitalidades, mas mantê-las diante das inevitáveis e inexoráveis ações do tempo. Ao longo de todo o *corpus* Maquiaveliano, as reinserções da *Virtù* demandam práticas em todos os níveis do tecido social para superar todas as divisões internas, para preservar a liberdade e para promover o amor à pátria.

O cuidadoso exame dos acontecimentos humanos, visando não apenas o deleite, mas a utilidade, é uma constante nos escritos de Maquiavel. A busca pelo bem comum, inclusive mediante novos caminhos e novas práticas, confronta-se com a impossibilidade do reconhecimento do presente, assim também do conhecimento do passado, diante de uma valorização excessiva das características estético-contemplativas, sem uma correspondência

²¹⁴ Foram utilizadas as seguintes obras para esta análise exegética: *Il Principe* (P); *Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio* (D); *Istorie Fiorentine* (IF); *L'Arte della Guerra* (AG); *La Vita di Castruccio Castracani da Lucca* (CC); *La Mandragola* (Mand.); *Clizia* (Cl); *I Decennali* (Dec.).

prática na vida ativa das cortes renascentistas. O bem gerir das coisas públicas pauta-se na *imitação* dos bons exemplos, aqueles que são adequados às circunstâncias, não apenas em admirar a glória antiga, mas em instaurar o mesmo ânimo e as mesmas práticas, na esperança de obter resultados similares. As circunstâncias dos acontecimentos humanos estão em constantes transformações; todavia, as potências e os desejos humanos permanecem.

Diante de seus infortúnios pessoais, Maquiavel não acredita possuir a *Fortuna* e a *Virtù* necessárias para uma ação efetiva na superação dos vitupérios presentes. Todavia, crendo que outros possam compreender a ocasião e agir adequadamente, o autor efetiva uma exposição propedêutica e pedagógica. A obtenção da glória requer práticas pessoais e civis, as quais ocorrem no centro das disputas internas às cidades que, por sua vez, evidenciam diferenças políticas, mas também desigualdades sociais. Desse modo, ao atestar os diferentes níveis sociais e as ambições humanas, Maquiavel apresenta a satisfação dos humores, em diferentes momentos em seu *corpus*, como uma necessidade para a dinâmica positiva dos tumultos civis visando construir unidade e preservar a liberdade. Contrapõe-se, assim, às corrosivas ações das corrupções que se utilizam das facções e das divisões internas para manter as cidades itálicas em constantes estados de submissão.

Desse modo, a necessidade de uma ação constante para fundar e refundar as ordens civis requer um processo educativo inicial que analise criteriosamente as raízes do enfraquecimento e da decadência presentes, mas também investigue o que deve ser louvado ou criticado nos acontecimentos humanos. A diligência para estudar com atenção as circunstâncias e os humanos, atestada ao longo de toda a obra, deseja ensinar os modos de inserção da *Virtù* em face às inesgotáveis vicissitudes da *Fortuna*. As análises dos bons exemplos, portanto, propiciam formas de agir de acordo com a ocasião; esses casos anteriores devem ser contextualizados em suas circunstâncias e adaptados adequadamente para a satisfação dos humores em busca da glória. Os estudos históricos, as análises do presente e as interpretações das práticas humanas compõem uma ação educativa que visa interferir nas condições sociais consideradas decadentes. Assim, nas coexistências dos diferentes níveis sociais, representados também nas magistraturas e legislaturas, Maquiavel assinala que a satisfação dos humores dos humanos nessas estratificações é imprescindível para as ordenações civis sadias, perpassando constituições políticas, religiosas, militares, sociais, históricas e culturais. O deleite e a utilidade nas práticas da imitação, portanto, estão presentes em todos os escritos de Maquiavel e são imprescindíveis nos combates contra a corrupção das ordenações civis, assim também nos meios de suas reformulações.

Em *Il Principe*, Maquiavel se propõe a apresentar um mapa das coisas humanas para a obtenção da glória civil, mesclando suas experiências nas práticas vivenciadas na chancelaria com as lições do passado, o autor salienta a necessária adequação das práticas civis às necessidades presenciadas para que a *Virtù* seja instaurada em defesa da liberdade. Para tanto, nos *Discorsi*, o autor se propõe a restaurar o sabor dos acontecimentos para que a cidade possa ser melhor governada. Há que existir uma contínua recondução aos princípios norteadores, possível na ocasião propiciada pela Fortuna, seja por “acidentes extrínsecos”, seja por uma “prudência intrínseca”. As *Histórias de Florença* devem, portanto, utilizar memória e esquecimento na superação das facções e das divisões, ao mesmo tempo em que promova um conflito civil que possibilite a satisfação dos humores. A perda da potência romana nas terras itálicas é constantemente agravada pela corrupção dos costumes e das ordenações públicas que impedem a criação de uma civilidade plena. O combate à corrupção e a defesa da liberdade são vistos também nas imagens do cidadão-soldado, sempre apto a recorrer às naturezas do leão e da raposa, às artes da guerra e da diplomacia. As metamorfoses da *Virtù* também podem ser atestadas nas obras literárias, especificamente nos diferentes meios empregados para a preservação da memória, mesclando dados historiográficos, biográficos e artifícios retóricos. A escrita, assim, possui uma função propedêutica, em seu deleite e utilidade, na preservação e na restauração da *Virtù* ao longo de todo o desenvolvimento argumentativo do *corpus* de Maquiavel.

Defende-se Maquiavel de uma possível reputação de presunção, por ser um humano de baixo e ínfimo estado social a discorrer sobre as regras de governo dos príncipes (P. *ded*). Utiliza-se de uma analogia com a atividade cartográfica para asseverar as necessidades de “ser um príncipe para conhecer bem a natureza do povo” e de “ser um popular para conhecer a natureza de um príncipe” (P. *ded*). Ao delinear o mapa das coisas humanas, portanto, é mandatório rebaixar-se até o solo para considerar a “natureza” dos lugares mais altos e também elevar-se ao topo dos mais altos montes para entender sobre as terras mais baixas. Envia-se uma pequena prenda *animadamente*, visto Maquiavel ponderar que, se esse livreto for diligentemente lido e considerado, o desejo do autor poderá ser conhecido: que Lorenzo obtenha a grandeza que a Fortuna e suas outras qualidades lhe promete. Assim, após indicar a utilidade do escrito enviado, o autor utiliza-se da analogia cartográfica novamente, particularizando as condições expressas: se Lorenzo, no ápice de sua “alteza”, volver os olhos ao baixíssimo nível que Maquiavel descreve sua posição, ele conhecerá a grande e contínua má Fortuna que o autor acredita “suportar indignamente”.

Dentre os diversos paralelismos propostos por Maquiavel em sua dedicatória a Lorenzo de Médici, destacam-se os pesos dados aos regalos que desejam agradar monarcas para a obtenção de graças particulares, as distintas posições sociais dos monarcas e dos cidadãos populares – exemplificado por Lorenzo e pelo próprio autor – e os possíveis distintos estilos dos escritos que visam a tratar dos assuntos políticos. A satisfação dos humores não necessariamente modifica a estratificação social ou a posição social dos cidadãos, mas trata-se de uma necessidade, diante das dificuldades resultantes dos desejos antagônicos no tecido social (P. IX; XIX). Desse modo, a complementação imprescindível entre as aspirações dos grandes e dos pequenos materializa-se nas posições dos interlocutores: Lorenzo podendo atingir a glória e Maquiavel acometido por uma má fortuna. Desse modo, o príncipe deve evitar a tirania e a população amar a pátria para a defesa de sua liberdade. Se há aqueles que busquem agradar com riquezas e bens materiais, Maquiavel dispõe-se a provar sua fidelidade à casa que governava Florença²¹⁵ com o relato de sua própria vida e tudo o que aprendeu.

O longo estudo das coisas humanas, as experiências vivenciadas e estudadas por Maquiavel, perpassam toda a sua produção escrita. Seus modos de entendimento dos regimes políticos, os exemplos particulares de *Virtù* em face às vicissitudes da Fortuna, seus entendimentos sobre as ordenações públicas, as guerras e os ritos religiosos estão ancorados em investigações sobre acontecimentos recentes e estudos sobre eventos históricos significativos que possam ser utilizados para um melhor entendimento das ações necessárias nas ocasiões propícias. Nesse contexto, Maquiavel acredita que a consideração de suas palavras possa conduzir Lorenzo à glória humana. Ainda que a obra possa ser considerada indigna, a humanidade de Lorenzo o conduzirá a aceitá-la, pois o monarca poderia em brevíssimo tempo obter a grandeza prometida pela Fortuna, conseqüentemente sanar os distúrbios civis em Florença, ao receber um presente valiosíssimo, feito mediante grandes perigos pessoais e longas análises.

Considera o autor que o conteúdo e a variedade de matéria tão importantes a ponto dos ornamentos estéticos e extrínsecos serem evitados. A urgência de ações adequadas justifica essa adequação entre forma e conteúdo, visto não existirem razões para enfeites sedutores além das necessidades políticas diante de um quadro de desolação social²¹⁶. Ao considerar o seu escrito

²¹⁵As relações, ora amigáveis, ora tensas entre Maquiavel e a família dos Médici (NAJEMY, 1982, p. 551-576) inter-relaciona destinos políticos e pessoais no desenrolar dos eventos históricos, desde a ascensão e manutenção do poder pela casa dos Médici (IF IV. 26-32; V.1-5;14) até a efetivação dos controles políticos e sociais pela família (RUBENSTEIN, 1997, p.1154).

²¹⁶ Interessante notar os termos utilizados por Maquiavel, pois as cláusulas não são amplas, não possuem grande eloquência e magnificência, pois não necessitam de algo extrínseco de ornamento. Ao empregar a raiz latina *leno*, o autor infere um campo semântico vasto perpassando características de personagens cômicos, alcoviteiros

como uma guia para a obtenção da glória humana destinada a Lorenzo, Maquiavel tangencia a *satisfação dos humores* para a fundação e para a manutenção das ordens civis, tratada em outros momentos de seu *corpus*²¹⁷. Para tanto, ao buscar criar um mapa das coisas humanas, há a necessidade dos “grandes” conhecerem – e também legitimamente reconhecerem – os desejos das demais camadas da população; ao mesmo tempo, o povo deve conhecer – e também estar ciente – dos anseios dos príncipes. A variedade das formas dos regimes políticos é uma das condições para o combate da corrupção e para a defesa da liberdade em Maquiavel e, em todas as efetivas práticas governamentais, há a imperiosa satisfação dos humores²¹⁸.

Na primeira sessão de *Il Principe*, Maquiavel declara que “todos os estados”, entendido como aquilo que possui domínio e império sobre os humanos, são repúblicas ou principados. Esses últimos podem ser hereditários ou novos. Por sua vez, os principados novos são “totalmente novos” ou ainda deixam permanecer algumas condições de domínios anteriores. Em todo caso, os reinos conquistados ou estão acostumados a estarem sob um principado ou serem livres; os meios de conquista, com armas próprias ou com a de outros; ou pela Fortuna ou pela *Virtù*. Ao propor uma taxonomia política dos *stati* políticos, Maquiavel enfatiza a ideia de uma constante renovação, seja pela obtenção do poder ou pelos meios necessários de manutenção do ordenamento civil na utilização das armas e da *Virtù*. Tais pressupostos para uma constante refundação, que promova o amor à pátria no combate à corrupção e na defesa da liberdade, é um tema central em todos as formas de regime e, conseqüentemente, em suas sistematizações governamentais (D.I.2; D.III.1; 6;8).

O exame cuidadoso da história e dos acontecimentos propicia a Maquiavel inferir que os humanos agem do mesmo modo em circunstâncias semelhantes e, portanto, estudos sobre as condições nos quais eles estão inseridos, assim também suas ações, ajudam a reconhecer a *Virtù* e imitá-la para a obtenção dos ordenamentos civis. Desse modo, não é possível louvar cegamente o passado, mas analisá-lo em face às oportunidades presentes, decorrentes da Fortuna, visto ser necessário refundar a constituição social constantemente. Todavia, os humanos possuem pouco conhecimento dos acontecimentos presentes e uma compreensão da história que não enfatiza as ações a serem imitadas para a obtenção dos resultados desejados.

e rufiões, que em contextos retóricos refere-se a efeitos estilísticos para efeitos de sedução em uma argumentação. "*La quale opera io non ho ornata né ripiena di clausule ample, o di parole ampullose e magnifiche, o di qualunque altro lenocinio o ornamento estrinseco con li quali molti sogliono le loro cose descrivere et ornare*".

²¹⁷ P. IX; P. XIX; D.I.4; 45; III.9; IF. III.5; 25-29.

²¹⁸ P. IX; XIX; D. I.4; II. 37; III.9; IF III.1, 21; VII. 19. DRSF XXIII-XXIV

Ao não analisarem criticamente as condições vigentes e não possuírem exemplos a serem imitados, as práticas de corrupção corroboram o enfraquecimento civil das cidades itálicas.

Antes de iniciar o primeiro livro dos *Discorsi*, Maquiavel acredita que sempre visa a articular o benefício comum, mesmo que tenha trilhado um caminho novo, rapidamente recriminado pela inveja dos humanos (D, I. *proem*). A via escolhida acarreta cansaços e dificuldades, embora forneça ao autor a esperança de que seus leitores farão um uso humano de suas fadigas e objetivos nessa obra. O trabalho realizado não arraigará louvores, mas tampouco condenações; por outro lado, “a pouca experiência das coisas presentes” e o fraco reconhecimento das antigas tornam os esforços realizados efetivos e úteis (D, I. *proem*). Se o engenho do autor é “pobre”, alguém de “maior *Virtù*, eloquência e sabedoria” poderá satisfazer as intenções expressas nos escritos (D, I. *proem*).

Honras são atribuídas à Antiguidade, ainda que essas sejam reduzidas a ornamentos ou a imitações que causem apenas o deleite estético (D, I. *proem*). Por outro lado, há “ações virtuosíssimas” registradas nas histórias referentes aos reinos e às repúblicas antigas pelas ações de reis, capitães, cidadãos, legisladores que agiram eficazmente pelo bem da pátria. Essas ações são mais admiradas do que imitadas e, por essa razão, a antiga *Virtù* não permanece, apenas por alguns vagos sinais. As imitações dos antigos não podem se reduzir às Artes, mas devem também ser utilizadas na medicina e na jurisprudência. Causa, portanto, espanto e perplexidade que “para ordenar as Repúblicas, para manter os *stati*, para governar os reinos, para ordenar a milícia e administrar a guerra, para julgar os súditos e para aumentar o domínio” não há “príncipes ou repúblicas” que recorram aos exemplos antigos. A ausência dessas reflexões e dessas propostas políticas na contemporaneidade do autor é diagnosticada tanto pela “fraqueza” estimulada pelas práticas cristãs de um ócio contemplativo e também por não haver uma “cognição verdadeira da História”, por não nutrir um sentido pelo gosto dos sabores antigos neles mesmos (D, I. *proem*).

Resulta dessa má compreensão da História um prazer em ouvir a variedade dos “acidentes” do passado sem, contudo, pensar em imitar as boas ações por considerar essa atitude algo difícil, senão impossível. Os elementos naturais e os humanos não possuem variações de modo, ordem e potência desde a antiguidade (D, I. *proem*). Propõe-se, portanto, o autor a libertar seus leitores desse erro, mostrando que as transformações das circunstâncias não alteram o desejo humano e as boas ações dos antigos podem ser imitadas para a reinserção da *Virtù* nos assuntos políticos. Dessa maneira, a “cognição das coisas antigas e modernas” pela leitura dos livros de Tito Lívio devem convencer seus leitores da utilidade do estudo histórico

e, embora o caminho seja árduo, as boas ações devem ser imitadas para encurtar o caminho para o destino desejado por todos os cidadãos.

Afirma Maquiavel que nos discursos reunidos no primeiro livro a ênfase dada era sobre as deliberações internas da República e, na segunda coleção de discursos, discutirá a expansão do domínio político de Roma (D. II. *proem*). Ademais, reitera a má concepção histórica de seus contemporâneos, os quais enaltecem grandemente o passado sem efetivamente buscarem superar a decadência presente das terras itálicas. Esse louvor ao pretérito nem sempre é racional, visto estar baseado no conhecimento de famosos escritores e formar uma memória análoga aos velhos que lembram com grande entusiasmo da juventude. Dentre as razões para esses equívocos, considera a má compreensão da história quando essa: não provoca deleite e utilidade na obtenção da glória; não inflama os desejos humanos; não mostra que as coisas humanas estão sempre em movimento.

Considera Maquiavel que muitos de seus contemporâneos não intentam a verdade sobre as coisas antigas, visto omitirem com frequência algo que poderia ocasionar infâmia aos antigos e ampliarem àquilo que possam atribuir glória a esses (D. II. *proem*). Assim, enaltecem tanto os vitoriosos quanto os derrotados, restando aos sucessores amá-los e louvá-los. As coisas passadas não causam ofensas ou invejas e, portanto, não nutrem os ódios e as ambições presentes. Ao contrário, nas coisas que são vistas e manuseadas por nós, evidenciam-se os humanos desejos; o que conduz alguns a considerar o presente inferior ao passado em glória, fama e mérito – mesmo quando isso não seja verdade (D. II. *proem*). Ao querer tratar da vida e dos costumes dos humanos, não dos monumentos que possuem seus valores manifestos, constata que há o costume em louvar o passado e blasfemar o presente. Avalia que nem sempre essa ação é um equívoco, visto que as coisas humanas estão sempre em movimento, ora elevam-se e ora rebaixam-se (D. II. *proem*). Assim, exemplifica que uma província pode ser ordenada ao bom viver político por um legislador excelente e, com o passar do tempo, constantemente melhorar suas ordenações. Louvar o passado em detrimento do presente nesse caso é um erro; todavia, quando vier o tempo da degradação do ordenamento civil, não haverá engano em engrandecer as ações antigas.

Louvar ou criticar ações particulares são formas de constituir a memória a partir das condições presentes e das ocasiões propícias. Os registros da grandiosidade do passado devem estimular a superação das condições degradantes do presente, mas, caso o hodierno esteja adequado, louvores aos tempos idos e críticas desmedidas aos contemporâneos são supérfluas. Ao pensar sobre como essas coisas ocorrem, Maquiavel assevera que “o mundo tem estado sempre em um mesmíssimo modo”, possuindo parcelas de bem e de mal nesse estar permanente

das coisas (D. II. *proem*). Todavia, o bem e mal variam de acordo com cada província, conforme os exemplos vistos nos reinos antigos, os quais variavam de um para o outro, da ordenação à desordem, do bem ao mal, devido às variações dos costumes. Todavia, o mundo sempre se mantém o mesmo. As ordenações civis, assim também seus modos de intelecção, estão plenas de ambiguidades e ambivalências, visto estarem as coisas humanas em constante movimento e, ao mesmo tempo, o mundo permanecer sempre o mesmo. A ambição, o desejo de glória e a luta pela liberdade propiciam perenes fundações e refundações das ordens civis, independente dos costumes dos povos, em uma ininterrupta batalha contra a corrosiva disrupção de seus benefícios. Assumindo as transformações das coisas humanas e a permanência dos modos de organização civil, a *Virtù* alocada nos assírios foi gradativamente sendo vista nos medas, nos persas, na Itália e em Roma. A diferença, dessa forma, estava no modo como os povos organizavam-se no ambiente civil. Após a queda do império romano essa *Virtù* foi vista esparsamente em algumas nações, e.g., o reino da França e o reino da Turquia.

Em todas essas províncias posteriores aos romanos, naquelas que foram bem sucedidas, foi vista aquela *Virtù* que se deseja ardentemente e se engrandece com genuínos louvores (D. II. *proem*). Aqueles nascidos nessas cidades e que louvem o passado estão enganados; todavia, aqueles que nascem na Itália ou na Grécia, sem serem estrangeiros, possuem todos os motivos para blasfemar o tempo em que vivem e engrandecer o passado, pois esse assemelha-se a algo maravilhoso e o presente desvela-se repleto de misérias, infâmias e vitupérios. A religião, as leis e os exercícios militares não são observados, mas são maculados pelas razões mais brutais possíveis, atestadas naqueles que estão no comando das cidades e dos tribunais.

Não há, portanto, legislações civis e ritos religiosos concebidos alheios às transformações históricas e, portanto, louvar ou criticar suas práticas, em mais uma manifestação de ambiguidade e de ambivalência, requer o adequado entendimento das circunstâncias. Os *stati* e seus respectivos impérios mudam, assim também os humanos são modificados pela passagem do tempo. Desse modo, o juízo humano que prefere as coisas pretéritas em detrimento das presentes é corrompido por não ter acesso a uma “perfeita cognição”, mas também pela transformação dos apetites, dos juízos e dos deleites humanos. As mesmas coisas que são consideradas boas e suportáveis na juventude são vistas como más e insuportáveis na velhice. Por outro lado, os apetites humanos são insaciáveis, pois deseja todas as coisas, mas somente tem acesso a poucas. Resulta um descontentamento na mente humana e um desgosto das coisas que possuímos. Por esse motivo, “blasfema-se contra os tempos presentes, louvam-se os passados e desejam-se os futuros” (D. II. *proem*). Assim, o próprio humano é concebido em suas potencialidades e limites, forças e fraquezas, infâmias e glórias

em uma atestação da ambiguidade e da ambivalência nas concepções antropológicas de Maquiavel.

Defende-se o autor sobre uma hipotética acusação de que ele poderia ser arrolado naqueles que detratam o presente por louvores aos romanos antigos ao atestar uma contraposição entre a *Virtù* que reinava e o vício que agora impera em seu presente. Essa diferença é tão evidente que Maquiavel acredita não cometer o engano de que acusa outros (D. II. *proem*), pois as misérias vistas por seus compatriotas possibilitam a desilusão com o hodierno e o louvor àqueles exemplos da antiga *Virtù*. Por ser assim tão clara e manifesta essa diferença, a ponto de qualquer um atentar-se para ela, o autor anima-se a afirmar obstinadamente suas opiniões para que os jovens, aproveitando as ocasiões dadas pela Fortuna, imitem aos antigos e possam fugir das práticas presentes. Acredita que seja o dever de um “homem bom” ensinar a outros aquilo que, pela malignidade da Fortuna e dos tempos, ele mesmo não foi capaz de fazer, na esperança que algum mais “amado pelos céus” possa realizar a tarefa necessária. Atesta-se, portanto, tanto a má Fortuna do autor por não conseguir realizar aquilo que deseja, quanto a função propedêutica de seus escritos – especificamente pela lembrança da combinação entre deleite e utilidade.

Defende Maquiavel que o desejo de uma vida longa para uma seita religiosa ou uma república necessita de retornos constantes aos princípios norteadores de sua fundação. Todas as coisas do mundo possuem término, sofrendo alterações danosas ou salutares. Somente as coisas celestes não sofrem desordens em seus corpos e nos modos que foram ordenadas (D. III.1). Tal distinção revela-se importantíssima, visto que a possibilidade de um entendimento dos movimentos dos corpos não implica, necessariamente, uma compreensão das ordenações civis, ainda que ambas as atividades possam ter princípios lógicos e metodológicos comuns. Nas composições mistas das repúblicas e das seitas, as alterações salutares são aquelas que recordam os seus princípios; nesse contexto, as mais bem ordenadas e, portanto, possíveis de possuírem maior longevidade, são aquelas aptas a se renovarem constantemente ou ainda, quando por um acidente qualquer, uma ordem seja estabelecida que forneça essa renovação (D. III.1). Sem uma renovação, considera-se “mais claro do que a luz” que ordens estabelecidas não permaneçam; somente ao reconduzir aos princípios iniciais das seitas, das repúblicas e dos reinos, o que há de alguma benesse pode revigorar a reputação inicial e a força vital contidas nessas instituições. Uma bondade inicial é corrompida pelo processo do tempo se não existir intervenções que a reconduza ao seu estado primevo aos sinais da necessidade (D. III.1). Efetiva uma analogia medicinal, discorrendo sobre o imperativo de uma cura perante uma degradação diária da saúde. Desse modo, a corrupção, uma degradação intrínseca a todas as formas de ordenação civil

diante das ininterruptas mudanças, requer intervenções constantes – práticas sempre imperfeitas, nunca definitivas e acabadas, nas circunstâncias providas pela ocasião.

Essa recondução aos princípios norteadores exige *Virtù*, sendo efetivada na ocasião propiciada pela Fortuna, seja por “acidentes extrínsecos”, seja por uma “prudência intrínseca”. Exemplifica aqueles nas leituras de Tito Lívio sobre as reformas do culto romano na guerra contra os gauleses, após uma necessária repreensão civil com o intuito de manter a religião, aplicar a jurisprudência devida e estimar a prática da *Virtù* (D. III.1). Por outro lado, as sabedorias de um indivíduo e de uma ordenação civil adequada são necessárias para estimular os princípios fundadores e preservar a pátria – conforme visto nos tribunos romanos e nas leis criadas para conter a ambição e a insolência dos cidadãos. Assim, as imagens da Fortuna expressam a personificação da ambivalência e da ambiguidade ao propiciar tanto a ocasião para a glória quanto a oportunidade para a ruína; respectivamente, ordenações civis plenas de amor à pátria por ações de *Virtù* e enfraquecimentos do humano perante ambições desmedidas das facções públicas.

Destaca-se a *Virtù* de um cidadão que pode animar um conflito contra a potência daqueles que transgridem a lei e a ordem. A partir de alguns exemplos dos antigos romanos, e.g., o suplício dos filhos de Brutus, o castigo a Fábio e as denúncias contra os cipiões, Maquiavel conclui que, por serem excessivos e notórios, conseguiam refrear os âmbitos humanos; ao diminuírem esses espetáculos públicos, aumentava-se a corrupção – a deterioração da ordem civil –, as revoltas e os perigos (D. III.1). Os humanos modificam os costumes e desobedecem as leis estabelecidas quando não exista algo que reconduza a suas mentes as memórias das penas, instaure em seus ânimos o medo e mostre a iminência da punição. Há, assim, tanto o entusiasmo pela pátria quanto o desejo de autopreservação, os quais são reunidos em espetáculos públicos como materializações ritualística de força para a instauração e para a manutenção das leis.

Exemplifica Maquiavel com Veneza, que entre 1434 e 1494 punia aqueles que agiam contrariamente aos princípios fundadores do *stato*, requerendo animar a primeva *Virtù* e influir medo nos corações dos humanos (D. III.1). Desse modo, as leis civis devem ser seguidas com rigor e os bons exemplos individuais devem ser imitados, assim também nas seitas religiosas e nas monarquias. Existe um dinamismo entre as ordenações civis e as ações individuais, operando para o fortalecimento das fundações ou para a deterioração das mesmas nas Repúblicas, nas monarquias e nas religiões. Conclui, portanto, a necessidade um “viver comum” a renovar a “reputação” que existia nos primórdios das ordenações civis almejando que as boas leis e os bons exemplos humanos possam produzir esse efeito e não alguma “força

extrínseca” (D. III.1). Desse modo, embora as punições possam ser necessárias, elas são perigosas por seus excessos e pela possível destruição do tecido social (P.II; VI. IF II.4.)²¹⁹. As próprias leis, portanto, manifestam a ambivalência e a ambiguidade atestadas nas ações individuais, pois elas devem restaurar os princípios norteadores de um regime sem efetuar excessos que resultem em um desmanche do tecido social, causando o enfraquecimento de sua própria base de legitimidade e, conseqüentemente, o enfraquecimento da ordem pública.

Maquiavel coloca-se, em sua dedicatória das *Istorie Fiorentine*, como um servo humilde de um santíssimo, beatíssimo e senhor Clemente VII, asseverando ter sido comissionado a escrever sobre as coisas ocorridas ao povo florentino a partir de diligência e de arte, providas da natureza e da experiência adquirida. Os intentos de agradar, simultaneamente, ao gosto dos leitores e satisfazer a suas intenções são destacados ao longo dessa dedicatória, inclusive ao defender as escolhas metodológicas utilizadas como formas de manutenção de uma descrição segura das ações feitas no passado pela casa dos Médici. Desse modo, reúne em um único livro, mediante grande labuta e fadiga, os frutos da família do pontífice. Ao manter os discursos, as sentenças e as ordenações argumentativas, pondera Maquiavel que todas as partes de sua História são apresentadas com retidão. Evitam-se termos ofensivos e muito pouco é possível ser dito sobre o pai do papa em exercício, morto em uma conspiração ainda muito jovem. Ao buscar não macular a verdade em suas descrições, acredita o autor que, ao invés de agradar a todos, estará ofendendo a muitos, justamente por também descrever as coisas que se passam no tempo de seus leitores (IF. *ded*). Adentra o campo de batalha, entretanto, crendo que por partilhar da humanidade do santíssimo padre, também herdará sua proteção e sua graça

Assim, seguindo o comissionamento de escrever as coisas que se passaram, Maquiavel acredita que ao descrever “a bondade de Giovanni, a sabedoria de Cosimo, a humanidade de Pierro e a magnificência e a prudência de Lorenzo” (IF. *ded*) possa ser considerado desobediente às ordens recebidas. Defende-se o autor, perante todos aqueles que possam afirmar que seus relatos sejam irreais e não prazerosos, pois as descrições encontradas estavam repletas dessas cores nos variados relatos ao longo do tempo, restando relatá-las ou calar a respeito delas. Infere o historiador, contudo, que alguns dizem existir ambições que sejam contrárias à “utilidade comum”, mas que ele não entende assim, visto nunca “recobrir com uma honesta argumentação uma obra desonesta” e tampouco encontra-se em seus escritos “uma obra louvável, feita por um fim contrário, obscurecida”.

²¹⁹ Ao discorrer sobre os Principados, Maquiavel expõe como excessos são danosos para a manutenção do *stato*; nas Histórias de Florença, argumenta como os contínuos exílios e outras punições excessivas destróem a unidade social e possibilitam a criação de facções e o enfraquecimento da cidade.

Resume o aprendizado a ser obtido pela leitura da obra em: a perda da potência do império romano, ocasionando múltiplas ruínas e resultando em variados príncipes a transformar os *stati* nas terras itálicas ao longo dos séculos; destaca como o papado, os Venezianos, o Reino de Nápoles e o Ducado de Milão receberam autoridade e poder sobre a península; evidencia como a pátria de Clemente VII, Florença, estava repleta de divisões devido à obediência aos imperadores, mantida nesse estado até estar sob a sombra da Família Médici. Assim, condena as divisões internas das cidades itálicas, as quais não conduzem a tumultos benignos para a ordem civil, mas a constantes desordens e inimizades internas. Atesta, portanto, a importância em escrutinar as raízes do enfraquecimento político nas terras itálicas, mesclando utilidade e deleite em seu relato histórico.

O autor confessa ter tido o propósito inicial de tratar dos acontecimentos internos e externos em Florença, iniciando sua narrativa em 1434 quando a família Médici iniciava sua grande autoridade nos assuntos civis. Afirma ter lido com cuidado Leonardo de Arezzo e Poggio, dois relatos históricos excelentes que deveriam ser imitados para melhor aceitação de seus escritos. Todavia, censura a esses por tratarem com minúcias das guerras dos florentinos com os príncipes e povos estrangeiros, mas apenas brevemente das desordens civis e da inimizade intrínseca nessa cidade (IF. *proem*). Conforme atestado ao longo de seu *corpus*, a liberdade almejada pelos florentinos não poderia ser obtida por conquistas externas diante da profunda corrupção das ordens civis da cidade, manifesta em contínuas irrupções das facções e suas condenações a exílios forçados. Desse modo, as atitudes, vistas nesses historiadores consultados, seriam indignas dos grandes humanos, pois a História ensina e deleita pelas particulares descritas sem receios de serem indignas, de ferir ou de caluniar os descendentes. Desse modo, não há nada mais útil para um cidadão a governar uma república do que estar demonstrado as razões dos ódios e das divisões da cidade, para que, por meio do perigo sofrido por outros, aprenda-se a manter a unidade civil (IF. *proem*). Assim, justifica-se em dois níveis, ao condenar as práticas pretéritas e presentes, alertando seus leitores sobre a imprescindibilidade de modificar seus comportamentos independentemente de suas descendências e de suas posições nas divisões presentes.

Os exemplos das repúblicas devem comover os aptos para uma ação de *Virtù*, especialmente àqueles de sua pátria. O mesmo ocorre a respeito das várias divisões civis e, por esse motivo, não devem ser omitidas. Acrescenta que as repúblicas em geral possuem uma grande divisão, a qual fortalece suas ordenações institucionais ou conduzem-nas à ruína (IF. *proem*). Florença, por sua vez, possui variadas divisões e desuniões ao longo do tempo, impedindo que uma ordenação civil prosperasse. Destaca, assim, a ambivalência e a

ambiguidade das divisões nas cidades, pois elas, ao mesmo tempo, podem estimular o amor à pátria quanto cultivar ódios pessoais e ambições desmedidas. Recorda, assim, os casos dos atenienses e de Roma, nos quais a divisão entre o povo e os nobres, aludindo a sua famosa proposição da imprescindibilidade dos tumultos civis para a satisfação dos humores e para a manutenção da liberdade civil. Por outro lado, em Florença as divisões são recorrentes, contínuas e permanentes, visto que ocorre no interior da nobreza, depois entre os nobres e o povo em geral e, posteriormente, entre a população e a plebe. Essas subdivisões persistem entre as disputas de facções subdividindo ainda mais o tecido social. Resulta dessa prática mortes, destruições, exílios e o enfraquecimento civil. Distingue, dessa forma, os tumultos necessários para a manutenção da unidade, das divisões que propiciam o surgimento de facções.

Enfrentando divisões tão severas, a sobrevivência de Florença mostra a grandeza dessa cidade, mas, sobretudo, a *Virtù* e o engenho daqueles que sonharam em tornar essa uma grande pátria, exaltando-a mesmo diante da malignidade daqueles que queriam a oprimir. Conjectura o autor que, se essa cidade houvesse criado uma unidade, não haveria outra república moderna ou antiga que a igualasse, pois estaria plena com a *Virtù* militar e civil, conforme os exemplos históricos das guerras ao redor de toda a península com os cidadãos florentinos evidenciam (IF. *proem*). Causa espanto a Maquiavel, portanto, que essas divisões não sejam descritas e analisadas em pormenores. Ao escusarem tal tarefa, por receio de ofender a memória de seus antepassados, os historiadores estariam relegando as ações feitas ao esquecimento e perdendo a oportunidade de educar os cidadãos da cidade. Desconhecem, portanto, as ambições e os desejos humanos de perpetuar o nome dos antepassados e de atingir a glória; permitem que muitos que não conseguem fama com obras louváveis, busquem conquistá-la com ações vituperáveis; e tampouco consideram a grandeza que há nas ações de governo e dos *stati*, as quais trazem sempre honra e não censura, independente dos modos que sejam feitas e dos resultados obtidos (IF. *proem*). Decidiu, diante do exposto, tratar dos acontecimentos internos à Florença, relacionando-os com as potências itálicas em relação direta com a cidade desde o declínio do império romano.

O próêmio de *Dell'arte della guerra* inicia-se com uma menção direta a Filippo Strozzi, um patrício florentino, a quem a obra é dedicada, em uma crítica à opinião na qual a vida civil e os exercícios militares são tão dissimilares que não possuem a menor convergência. Nota o autor que aqueles que desejam se sobressair na carreira militar, subitamente modificam seus hábitos, suas vestimentas, seus usos, suas vozes, pois acreditam que em suas personificações civis não possam estar aptos e prontos para agir violentamente (AG. *proem*). Julgam que os usos e costumes civis, em sua contemporaneidade, são “afeminados”, não favorecem na

manutenção e no convencimento dos homens por meio do medo (AG. *proem*). Todavia, ao considerar as ordenações civis antigas, a vida civil e os exercícios militares estão intrinsecamente unidos, estão em conformidade por uma necessidade, pois todas as artes que ordenam um viver civil para o bem comum dos humanos, com temor às leis e a Deus, seriam vãs se não se preparasse adequadamente para a defesa da cidade (AG. *proem*). Observam-se, assim, as marcas da ambiguidade e da ambivalência nas imagens famosas do leão e da raposa, as quais são amalgamadas na apresentação de um cidadão-soldado sempre apto a agir de acordo com as exigências da ocasião para a preservação da liberdade e para combater a deterioração da sociedade civil constituída.

As boas ordenações civis e militares devem caminhar *pari passu* na preservação da unidade civil e da liberdade da cidade; ademais, as desordenações militares impedem a prosperidade e a defesa das instituições civis e, por sua vez, a fraqueza das sociedades impede que uma força militar possa ser estabelecida. Assim, a degradação civil e militar manifesta um sintoma da corrupção nos cidadãos, devendo ser combatida em todos os níveis. Deve-se usar de todos os meios para manter os cidadãos fiéis, pacíficos e plenos de temor a Deus. Nesse contexto, argumenta Maquiavel: não há maior fidelidade à pátria do que a daqueles que prometem morrer por ela; não há mais amor pela paz do que a daqueles que somente podem sofrer danos com a guerra; não existe maior temor a Deus do que o visto naqueles que precisam de seus auxílios em face a constantes perigos. Diante dessas observações, a vida do soldado deve ser seguida e imitada pelos legisladores e pelos líderes militares (AG. *proem*).

Todavia, as ordenações militares estão totalmente corrompidas, visto existir uma separação imensa entre o observado nos antigos e na contemporaneidade do autor que propiciam repulsas ao alistamento, assim também rejeições aos discursos para ordenar a prática militar. Considera o autor, todavia, que não seja impossível imitar a antiga *Virtù* ao recorrer aos exemplos antigos. Para tanto, propõe-se a escrever para aqueles que amam as ações dos antigos, conforme tenha aprendido em suas pesquisas – mesmo que possa errar em suas palavras e possa ser corrigido –, em contraposição àqueles que se equivocam devido à presunção e destróem a cidade pela perda de seu controle (AG. *proem*). Novamente, Maquiavel atesta que o desconhecimento da História, não sentir os sabores dos acontecimentos e seus efeitos, conduz os humanos a práticas equivocadas. Dispõe-se, assim, a apresentar um modo de imitar a antiga *Virtù* para que as práticas estejam de acordo com as demandas das circunstâncias. Lorenzo, por sua vez, deve considerar a qualidade desses esforços e somente dar a eles o louvor e a reprimenda adequados, embora componham um presente inigualável aos benefícios recebidos.

Enaltece o destinatário ao descrever a honra de presentear a alguém que em nobreza e riqueza não há muitos, em engenho poucos e em benevolência ninguém igual.

Dedicada a Zanobi e Luigi, A vida de Castruccio Castracani é um exemplo de um humano de rara excelência e grandiosa *Virtù* que operou grandes coisas mesmo tendo baixo e obscuro nascimento ou ainda ter sido açoitado em grande medida pela Fortuna: jogados às feras, filhos bastardos ou de pais muito humildes. Tantos são os exemplos que prefere o autor omitir citações para não ser enfadonho (*CC ded*). Maquiavel sustenta que a Fortuna, por querer mostrar seu poder ao mundo, torna a esses grandes, mesmo antes que qualquer prudência humana possa ser atribuída. A narrativa, portanto, visa a caracterizar Castruccio Castracani como um exemplo a ser imitado, a operar grandes coisas para Luca a seu tempo, mesmo não possuindo a mais notável das origens. O historiador deseja trazer à memória tanto a Fortuna quanto a *Virtù* a partir das coisas narradas, tendo escolhido esses dois caríssimos amigos por saber do deleite desses ao ouvir ações virtuosas. Há muitas discussões sobre o gênero do relato, seus temas principais e os elementos retóricos utilizados por Maquiavel para exaltar as características a serem imitadas pelos agentes políticos, em distinção àqueles que devem ser condenados por estarem associados à tirania (ZUCKERT, 2010, p. 577-603). Todavia, as características propedêuticas do relato e os paralelos com as ideias apresentadas ao longo do *corpus*, e.g., Cesare Bórgia, as imagens do leão e da raposa, a ideia do soldado-cidadão, não deixam dúvidas sobre os elementos biográficos, em suas ambivalências e ambiguidades, que deveriam ser imitados nas ações de *Virtù* nas circunstâncias propiciadas pela Fortuna.

Na canção inicial da *Mandragola*, o comediógrafo discursa que, embora vida seja breve, os humanos devem suportar muitas penas (*Mand. Prol*). Mesmo contra a vontade humana, passam e são consumidos os anos. Desse modo, aqueles que tolhem o prazer para viver em angústias e afãs não conhecem os enganos do mundo, seus males e os casos estranhos que oprimem a todos os mortais (*Mand. Prol*). Para fugir a tal descontentamento, em um aparente paradoxo, seleciona-se uma vida solitária, mas repleta de festa e de júbilo – conforme a reunião para celebrar o teatro, a companhia e a festa comprovam (*Mand. Prol*). Essa canção, escrita para uma apresentação na Romagna em 1526, menciona Francesco Guicciardini como o governante que por benevolência e graça permite aos espectadores aproveitarem o espetáculo. Assim, o cântico exalta a busca por satisfação, mesmo perante as penas, a brevidade da vida e as constantes transformações das coisas humanas.

O prólogo da peça, a exemplo de Plauto e Terêncio na antiguidade, não apenas apresenta a intriga cômica, mas também dialoga abertamente com o público. Desse modo, saúda a plateia e pede silêncio; contextualiza a trama em Florença, utilizando de elementos *exofóricos* e

deiticos para enfatizar e dar familiaridade ao desenvolvimento da trama (Mand. *Prol*). Nícia é apresentado como um doutor que aprendeu muito em sua devoção cega a Boécio – descrito como uma mudança no radical do nome para indicar um boi, metáfora para a estupidez da personagem; na via do amor, onde aqueles que caem não se levantam mais, seria possível conhecer os hábitos de um frade; Calímaco, recém-chegado de Paris, vive na porta da esquerda, possuindo bons trajes, boa companhia, honra e gentileza, ama tanto a um jovem a ponto de enganá-la – conforme seria o desejo que todos assim também fossem. Indica-nos que o nome da peça será explicado no desenvolver da trama, associação à planta que potencializaria o engano, ao passo que o compositor, embora não possua grande fama, portanto, não pode garantir a qualidade do espetáculo, garanta o vinho se não houver o riso.

Se a matéria não for considerada digna por ser demasiadamente leve para um homem que queira parecer sábio e sério, perdoai o autor que somente quer tornar seu triste tempo em alguma coisa suave, visto ter não haver outro meio de mostrar seu valor no presente momento. O prêmio esperado é a crítica do visto e do sentido para que o autor possa aperfeiçoar o escrito de acordo com a antiga *Virtù*. Desse modo, buscando apresentar suas análises do tempo presente, considera que ao final do dia a audiência terá o seu *badalucco*²²⁰. A abertura para a plateia e a caracterização dos personagens, simultaneamente, descreve a situação social, efetiva uma apresentação com elementos educacionais e chama para a participação dos espectadores. Resume, da seguinte maneira, os personagens: um amante em sua miserabilidade (*meschino*); um frade de maus hábitos (*vissuto*) e um parasita com malícia na cabeça (*malizia el cucco*). O autor não sente que será criticado pessoalmente, visto o apresentado e a arte serem anteriores a ele mesmo, mas salienta que todos na audiência gostariam de participar do engano a ser realizado na intriga cômica.

Na canção inicial de Clizia, cantada por uma ninfa dos bosques, Maquiavel exalta ao dia que a memória antiga possa ser celebrada ao reunir os cidadãos no teatro (CL *prol.*). Considera feliz e ditoso o país que conhece e ouve essas histórias, as quais trazem deleite e alegria mediante harmonias doces nas empreitadas dos humanos (CL *prol.*). O teatro, conseqüentemente a literatura, são meios de preservar os acontecimentos históricos e instaurar

²²⁰ O vocábulo utilizado pelo comediógrafo sugere não apenas um passatempo divertido, mas uma pequena batalha com um quantitativo pequeno de soldados que, na maioria das vezes, é utilizada para enganar as tropas inimigas. No contexto argumentativo do prólogo, portanto, os textos sérios de Maquiavel são transportados para uma comédia que não apenas serve como entretenimento nas cortes, mas contém objetivos graves. O termo é apresentado em suas circunstâncias históricas no *TLIO (Tesoro della lingua italiana delle Origini)*. <http://tlio.ovi.cnr.it/TLIO/>.

a *Virtù*, produzindo verossimilhança entre as ações civis e o desenvolvimento da intriga cômica, mostrando desejos e ambições humanas.

O prólogo expõe a intriga cômica e o argumento interpretativo, desvelando um artifício utilizado pelo autor em seus argumentos políticos e históricos: os humanos possuem ambições e obtêm satisfações parecidas ao longo da história, portanto, estudar casos antigos específicos servem de parâmetros para as ações presentes. Parece mal ao autor, tido como um homem refinado, se alguma coisa soasse desonesta. Desse modo, descreve como já na Grécia antiga, no seio de uma nobre família o pai e o filho apaixonam-se por uma jovem que estava sob a proteção da família. Algo similar ocorreu em Florença, alertando-nos que, embora a Grécia possa não mais existir e ter sido destruída, os mesmos acontecimentos são vistos no cotidiano da audiência. Os personagens tipos das comédias, portanto, personificam exemplos históricos que, além do deleite, possuem a utilidade de orientar os espectadores na inserção da *Virtù*.

Afirma-se que as comédias existam para alegrar e deleitar a audiência (*CL prol.*). Acredita-se que a todos causa enorme prazer conhecer: a avareza de um velho; o furor de um enamorado; os enganos de um servo; a gula de um parasita; a miséria de um pobre; a ambição de um rico; as lisonjas de uma meretriz, a pouca fidelidade de todos os humanos (*CL prol.*). As comédias estão repletas desses exemplos e a peça em questão visa a representá-los honestamente. Desse modo, ao buscar o deleite, deve-se mover o espectador ao riso e, para tanto, o modo de expressão e os personagens não podem ser severos e graves, mas jocosos, injuriosos e passionais. Decidiu o autor pela paixão amorosa e suas consequências, ao não recorrer aos injuriosos e blasfemadores para o riso. Há, assim, na própria proposta crítico-literária de Maquiavel a manifestação das ambivalências e das ambiguidades que serão personificadas nos personagens e em suas ações desenvolvidas na intriga.

Possuindo uma versão em latim e outra em língua vernácula, a dedicatória a Alamanno Salviati reporta a composição dos *Decenalli* em quinze dias para narrar os acontecimentos da última década que conduziram a Itália à exaustão. Os infortúnios que oprimem a península, e o poeta por querer incluir tão grandes coisas em um breve tempo, serão evidentes ao leitor (*Dec. ded.*). Todavia, também sabe o poeta que ambos serão escusados, a terra itálica pela “necessidade dos acontecimentos” a serem narrados e o escritor pelo período curto de ócio para a composição (*Dec. ded.*). Ademais, ao considerar que o destinatário havia servido à pátria anteriormente, também agora, ao infundir tanto entusiasmo aos versos de assuntos tão importantes, também a serve ao honrar o árduo trabalho dessa composição. Assim, propõe-se a literariamente narrar o estado de calamidade das terras itálicas, constatada ao longo de sua obra discursiva, asseverando a possibilidade de mudança.

Em todos os prólogos analisados, as seguintes características comuns são destacadas: ênfase na dificuldade de composição da obra; a imperiosa necessidade de mesclar prazer e utilidade; a busca de superar a degradação presente; a possibilidade de imitação da *Virtù* testemunhada ao longo da história; as intenções propedêuticas e educativas do autor, pressupondo uma recepção ativa dos leitores; uma convergência direta entre constituições civis, militares, religiosas, históricas e literárias na promoção do amor à pátria; louvores àqueles que as obras foram dedicadas e pedidos de escusas pelas limitações do autor. Além dos elementos pertinentes dessa tipologia textual desde a antiguidade, especificamente a abordagem da audiência e um olhar crítico ao compositor, essas peculiaridades reúnem temas centrais do desenvolvimento argumentativo Maquiaveliano. A importância da imitação das práticas de *Virtù* para a superação das condições degradantes presenciadas pelo autor é respaldada pela imperiosa necessidade de escrita para que outros compreendam as lições aprendidas pelo árduo caminho percorrido por Maquiavel e possam agir adequadamente nas circunstâncias presentes. Desse modo, análises minuciosas sobre o passado devem servir para um reconhecimento da situação presente. As formas de corrupção são manifestas em todos os setores da sociedade civil, enfraquecendo a pátria e impossibilitando a conservação de sua liberdade devido aos interesses das facções presentes na cidade. Consequentemente, o autor advoga que as coisas humanas estão em transformações ininterruptas e o amor à pátria deve perpassar a fundação e a refundação das ordens civis em suas manifestações civis, militares, religiosas, históricas e literárias.

Após estudos exegéticos e críticos ao longo do *corpus* de Maquiavel em temas específicos, e.g., formas de regime, a díade *Virtù-Fortuna*, noções de antropologia filosófica, religião, história, a utilização da imitação; corrupção e liberdade, constatam-se os diferentes matizes e os variados usos da ambiguidade e da ambivalência como um meio de superação das desordens políticas por análises críticas dos acontecimentos nas coisas humanas. Desse modo, tendo apresentado esses resultados no desenvolvimento argumentativo da presente tese, estudos exegéticos dos prólogos das obras tradicionalmente mais significativas de Maquiavel corroboram a imprescindibilidade de um trabalho intelectual árduo para o reconhecimento das ações presentes e um conhecimento das práticas pretéritas para uma correta adequação às circunstâncias pela imitação da *Virtù*. A superação das calamidades observadas em Florença é possível pela constante refundação das ordens civis para preservar a liberdade e para conter as ações inexoráveis da corrupção. Uma investigação minuciosa das coisas humanas e da história não resulta em respostas definitivas (*perfecta*), mas resgata o sabor dos acontecimentos e inspira o amor à pátria. Nesse contexto, as investigações intelectuais e as práticas civis estão repletas

de ambiguidades e de ambivalências, visto que: as legislaturas e magistraturas estão em constantes transformações; os humanos estão incessantemente insatisfeitos, mas possuem a possibilidade de obtenção de glória; os regimes políticos devem se adequar à população e às circunstâncias históricas; ritos e discursos religiosos devem ser interpretados de acordo com as necessidades civis; os tumultos civis aperfeiçoam as ordenações públicas e a liberdade, enquanto a divisão em facções acelera a degradação de ambas. Consequentemente, na dinâmica inerente ao político, as análises e as ações são sempre *imperfeitas*, nunca acabadas. As reinserções da *Virtù* não eliminam inconstâncias, mas sustentam-se nas instabilidades, incertezas e indeterminações (*ambiguidade*), ao mesmo tempo em que consideram a coexistência de ações, aparentemente, antagônicas, paradoxais e antitéticas (*ambivalência*).

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. Maquiavel: a força, o poder e a retórica. *Sapere Aude*. Belo Horizonte, v.8, n.16, p. 350-362, 2017.

AMES, Luis. Liberdade e conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel, *Kriterion*, v. 50, p. 179-196, 2009.

ANSELMINI, Gian Mario. Il Discursus Florentinarum Rerum tra Progetto Político e Prospettiva Storiografica In: MARCHAND, Jean-Jacques (ed.). *Niccolò Machiavelli: Politico, Storico, Letterato – Atti del Convegno di Losanna 27-30 Settembre 1995*. Roma: Salerno Editrice, 1996, p. 207.

ARNAUDO, Marco. Il Bestiario di Machiavelli tra Emblematica e Naturalismo. *Italica*, 80.3, p. 313-333, 2003.

AYLMER, G.E (1997). Introductory Survey: From the Renaissance to the Eighteenth Century. In: BENTLEY, Michael (Org). *The Routledge Companion to Historiography*. New York: Routledge. p. 249-280.

BALL, Terence. The Picaresque Prince: Reflections on Machiavelli and Moral Change *Political Theory*, 12.4, p. 521-536, 1984.

BARBUTO, Gennaro Maria. *Machiavelli e i totalitarismi*. Napoli: Alfredo Guida Editore, 2005.

BARON, Hans. The Republican Citizen and the Author of ‘the Prince’. *The English Historical Review*, Oxford, n.76, 1961.

BARON, Hans. *The Crisis of Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

BELL, Sinclair. *Role Models in the Roman World: Identity and Assimilation*. Ann Arbor: Michigan Press, 2008.

BENNER, Erica. *Questa Inconstante Dea: Machiavelli Amoral Fortuna, Spazio Filosofico*, 12 p. 481-499, 2014.

BENNER, Erica. *Machiavelli's Ethics*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

BENNER, Erica. *Machiavelli's Prince: A New Reading*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BENOIST, Charles. *Le Machiavélisme. Première Partie: Avant Machiavel*. Paris: Librairie Plon, 1907.

BERLIN, Isaiah. *The Originality of Machiavelli*. Firenze: Sansoni, 1972. Versão reduzida: *The Question of Machiavelli*. The New York review of books. Novembro 1971

BERRIDGE, G.R. Machiavelli: human nature, good faith and diplomacy. *Review of International Studies*, Cambridge, v. 27, p. 539-556, 2001.

BERTELLI, Sergio. Machiavelli and Soderini, *Renaissance Quarterly*, New York, v.28, n.1, p. 1-16, 1975.

BIGNOTTO, Newton . *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. A Antropologia Negativa de Maquiavel. *Analytica*, v.12, n.2, p. 77-100, 2008.

BOBBIO, Noberto. *Stato, Governo, Società: Per una Teoria Generale della Politica*. Torino: Giulio Einaudi, 1985.

BOCK, Gisela et alli. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

BOETHIUS. *The Consolation of Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

BONADELLA, Peter. *Machiavelli and the Art of Renaissance History*. Detroit: Wayne State University Press, 1973.

BONDANELLA, Peter. Castruccio Castracani: Machiavelli's Archetypal Prince, *Italica*, 49.3 p. 302-314, 1972.

- BOYLE, Marjorie. Machiavelli and the Politics of Grace, *MLN*, 119.1 p. 224-246, 2004.
- BROUCKE, Pieter. Tyche and Fortune of Cities in the Greek and Roman World. *Yale University Art Gallery Bulletin*, p. 33-49, 1994.
- BRUCKER, Gene. *Renaissance Florence*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- BUÉE, Jean-Michel. Les Lectures de Machiavel en Allemagne dans la première moitié du XIXème siècle. In: CARTA, Paolo ; TABET, Xavier (ed.). *Machiavelli Nel XIX e XX Secolo: Giornate di Studio Organizzate dal Dipartimento di Scienze Giuridiche di Trento, l'Université Paris 8, e l'ENS-LSH de Lyon*. Padova: Cedam, 2007. p. 49-66.
- BURNHAM, James. *The Machiavellians: Defenders of Freedom*. New York: The John Day Company, 1943.
- BUTTERS, Humfrey. Machiavelli and the Medici. In: NAJEMY, John (ed.). *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 64-80.
- CANTER, H.V. Fortuna in Latin Poetry. *Studies in Philology*, v.19, n.1, p. 64-82, 1992.
- CASSIRER, Ernest. *The Myth of State*. New Haven: Yale University Press, 1946.
- CÉSAIRE, Aimé. Poésie et connaissance. *Tropicque*, 12, p. 157-170, 1945.
- CHAPLIN, Jane. *Livy's Exemplary History*. New York: Oxford University Press, 2000.
- CHARLTON, Lewis ; SHORT, Charles. *A Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1956.
- CIOFFARI, Vincenzo. The function of Fortune in Dante, Boccaccio and Machiavelli. *Italica* v.24, n.1, p. 1-13, 1947.
- COLISH, Marcia. Republicanism, Religion and Machiavelli's Savonarolan Moment. *Journal of the History of Ideas* v.60, n.4, p. 597-616, 1999.
- COLLINGWOOD, R.G. *The idea of History*. New York: Oxford University Press, 1994.
- CORRADO, Vivanti. *Nicolau Maquiavel: nos tempos da Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

CORTINA, Arnaldo. *O Príncipe de Maquiavel e seus Leitores*. Uma Investigação sobre o processo de Leitura. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COX, Virginia. Rhetoric and Ethics in Machiavelli. In: NAJEMY, John (Ed.). *Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 173-190.

CROCE, Benedetto. Per un Detto del Machiavelli. *La Critica*. Rivista di Letteratura, Storia e Filosofia diretta de B. Croce, Roma, n. 28, p. 210-312, 1930.

d'AMICO, Jack. Love and Fear In Machiavelli's 'Discorsi'. *Il Politico*, Soverla Mannelli, v.45, n.3, p. 429-441, 1980.

DANTE, Alighieri. *Opere*. Bologna: Nicola Zanichelli, 1966.

DAVIS, Charles. Dante, Machiavelli and Rome, *Dante Studies*, 106, p. 43-60, 1988.

DE ASSIS, Jean Felipe. A questão maquiavélica e as diferentes formas de governo na ordenação do *stato*: uma leitura do Discurso sopra il Riformare lo Stato de Firenze. *Pensando – Revista de Filosofia*, v.10, n.21, p. 108-122, 2019.

DE ASSIS, Jean Felipe. Religião, *civiltà* e Manutenção do *vivere libero*: as ordenações Civis nos *Discorsi* de Niccolò Maquiavel. *Alamedas*, 7.1, p. 237-259, 2019.

DE ASSIS, Jean Felipe. Acaso, Chance, Fortuna e Azar: Imagens da *Tyche* no pensamento grego antigo, *Fragmentos de Cultura* 29.2, p. 301-309, 2019.

DEITZ, Mary. Trapping the Prince: Machiavelli and the Politics of Deception, *American Political Science Review*, 80, p. 777-799, 1986.

DESCENDRE, Romain. “Stato”. Gennaro Sasso. *Machiavelli: enciclopedia machiavelliana*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014. p. 570-576.

DIETZ, Mary. The Prince: Machiavelli and the Politics of Deception, *The American Political Science Review* 80.3, p. 777-799, 1986.

DRAKE, Richard. Leonardo Bruni and Humanist Historiography, *The European Legacy*, 10.6, p. 633-635, 2005.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

FEAVER, George. The Eyes of Argus: The Political Art of Niccolo Machiavelli, *Canadian Journal of Political Science*, 17.3, p. 555-576, 1984.

FERRONE, Vincenzo. *The Politics of Enlightenment: Constitutionalism, Republicanism, and the Rights of Man* in Gaetano Filangieri. London: Anthem Press, 2012. p. 78-82.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Pensamento Político de Maquiavel*. São Paulo: Hedra, 2010. p. 39-52

FONTANA, Benedetto. Love of Country and Love of god: The Political Uses of Religion in Machiavelli. *Journal of the History of Ideas*, v.60, n.4, p. 639-658, 1999.

Frakes, Jerold. *The Fate of Fortune in the Early Middle Ages: The Boethian Tradition*. Leiden: Brill, 1988.

FRANCESE, Joseph. La Meritocrazia di Machiavelli. *Dagli Scritti Politici alla Mandragola. Italica*, 71.2, 153-175, 1994.

FREDERICO II. *O Anti-Maquiavel*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 6-12; 101-109.

FRYDE, Edmund. The Beginnings of Italian Humanist Historiography: The 'New Cicero' of Leonardo Bruni. *The English Historical Review*, 95, p. 533-552, 1980.

FUBINI, Riccardo. *Italia Quattrocentesca: Politica e Diplomazia nell'età di Lorenzo il Magnifico*. Milano: FrancoAngeli, 2007.

GARIN, Eugenio. *Medioevo e Rinascimento: Studi e Ricerche*. Bari: Editori Laterza, 1954.

GARIN, Eugenio. *Scienza e Vita Civile Nel Rinascimento Italiano*. Bari: Editori Laterza, 1975.

GARIN, Eugenio. *L'Umanesimo Italiano: Filosofia e Vita Civile Nel Rinascimento*. Bari: Editori Laterza, 1978.

GEERKEN, John. Machiavelli's Moses and Renaissance Politics. *Journal of the History of Ideas* v. 60, n.4, p. 579-595, 1999.

- GENNA, Marco. Machiavelli e il Problema della Dittatura. In: CABRINI, Anna Maria. *Ragionare dello Stato Studi su Machiavelli*. Milano: Ledizioni, 2017. p. 81-132.
- GERMINO, Dante. Machiavelli's Political Anthropology. In: *Theorie und Politik: Festschrift zum 70. Geburtstag für Carl Joachim Friedrich*. Ed. Klaus von Beyme. Dordrecht: Springer, 1971. p. 35-60.
- GERSH, Stephen ; Bert Roest ed. *Medieval and Renaissance Humanism: Rhetoric, Representation and Reform*. Leiden: Brill, 2003.
- GILBERT, Felix. On Machiavelli's Idea of Virtù, *Renaissance News*, v.4, n.4, p. 53-55, 1951.
- GILSON, Étienne. *Introduction a L'Étude de Saint Augustin*. Paris: Librairie Philosophique J Vrin, 1949.
- GILSON, Simon. *Dante and Renaissance Florence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GIORGINI, Giovanni. Five Hundred Years of Italian Scholarship on Machiavelli's Prince. *The Review of Politics*, Cambridge, v.75, n. 4, p. 625-640, 2013.
- GLARE, P.G.W. (Org). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- HALE, John Rigby. *Machiavelli and Renaissance Italy*. New York: Macmillan, 1960.
- HARRISON, Simon. *Augustine's Way into the Will*. New York: Oxford University Press, 2006.
- HASKINS, Charles. *The Renaissance of the Twelfth Century*. Ithaca: Cornell University Press, 1957.
- HAYDN, Hiram. *The Counter-Renaissance*. New York: Charles Scribner's son, 1950
- HEBECHE, Luiz. *A Guerra de Maquiavel*. Ijuí: Inijui, 1988.
- HEXTER, J. H.. Il Principe and lo Stato. *Studies in the Renaissance*, v. 4, p. 113-138, 1957.
- HOLMAN, Christopher. Machiavelli's Philosophical Anthropology. *The European Legacy: Toward New Paradigms*, Cambridge, v.21, n., p. 769-790, 2016.

HORNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HULLIUNG, Mark. Machiavelli's 'Mandragola': A Day and a Night in the Life of a Citizen. *The Review of Politics*, 40.1, p. 32-57, 1978.

JACOBITTI, Edmund E. The Classical Heritage in Machiavelli's Histories: Symbol and Poetry as Historical Literature. In: SULLIVAN, Vickie (Org). *The Comedy and Tragedy of Machiavelli: Essays on the Literary Works*. New Haven: Yale University Press, 2000. p. 176-192.

JOUANNA, Jacques. The Legacy of Hippocratic Treatise the Nature of Man: The Theory of the Four Humors. In: *Greek Medicine from Hippocrates to Galen*. Ed. Philip van der Eijk. Leiden: Brill, 2012. p. 335-359.

JOUANNA, Jacques. The Legacy of Hippocratic Treatise the Nature of Man: The Theory of the Four Humours. In: *Greek Medicine from Hippocrates to Galen*. Ed. Philip van der Eijk. Leiden: Brill, 2012. p. 335-359.

JURDJEVIC, Mark. Machiavelli's Hybrid Republicanism, *The English Historical Review*, 122, p. 1228-1257, 2007.

KENNEDY, Emmet. Machiavelli, Religion, and Politics. In: *Secularism and Its Opponents from Augustine to Solzhenitsyn*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 57-72.

KLEINHENZ, C. Italian Prosody. In: CUCHMAN, Stephe (Org.). *The Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton: Princeton University Press, 2012. p. 734-737.

KOCIS, Robert A. *Machiavelli Redeemed: Retrieving His Humanist Perspectives on Equality, Power, and Glory*. Bethlehem, Pa.: Lehigh University Press, 1998.

KORVELA, Paul-Erik. *The Machiavellian Reformation: An Essay in Political Theory*. Jyvaskyla: University of Jyvaskyla Press, 2006.

KORVELA, Paul-Erik. *The Machiavellian Reformation: An Essay in Political Theory*. Jyvaskyla: Jyvaskyla University Printing House, 2006.

KRAFT, Joseph. The Myth of Machiavelli's Political Science. In: de LAMAR, Jense (ed.). *Machiavelli: Cynic, Patriot or Political Scientist?* Boston: D.C. Heath and Company, 1960.

KRAFT, Joseph. The Myth of Machiavelli's Political Science. In: Jense de Lamar (ed.). *Machiavelli: Ctnic, Patriot or Political Scientist?* Boston: D.C. Heath and Company, 1960. p. 72-78.

LEFORT, Claude. *Machiavelli in the Making*. Evanston: Northwestern University Press, 2012,

LUKES, Timothy. Lionizing Machiavelli, *The American Political Science Review*, 95.3, p. 561-575, 2001.

MAAS, Matthijs. The Machiavelli Code: J.H. Hexter's Analysis of 'Lo Stato' in Relation to Problems of Meaning in the History of Ideas. *Hydra: Interdisciplinary Journal of Social Sciences*, v. 1, n.1, p. 14-21, 2013.

MACFARLAND, Joseph C. Machiavelli's Imagination of Excellent Men: An Appraisal of the Lives of Cosimo de Medici and Castruccio Castracani, *American Political Science Review*, 93.1, p. 133-146, 1999.

MAJOR, Rafael. A New Argument for Morality: Machiavelli and the Ancients. *Political Research Quarterly*, 60.2, p. 171-179, 2007.

MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli's New Modes and Orders: A Study of the Discourses on Livy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli's Virtue*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Opere Volume Ottavo*. Firenze: Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, 1813.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Tutte le Opere di Niccolò Machiavelli a cura di Francesco Flora e di Carlo Cordiè – 2 volumi*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1949.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comedies of Machiavelli*. Bilingual edition of The Woman from Andros, The Mandrake, and Clizia edited by Sices, David e James Atkinson ed. University Press of New England, 1985.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Machiavelli: the Chief Works and Others* 3 vol. Translated by Allan Gilbert. Durham: Duke University Press, 1989.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe, Curso de Introdução à Ciência Política*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Hemus, 1977.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*: Edição bilíngue. São Paulo: Editora 34, 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Oeuvres Complètes*. Paris: Bibliothéqui de la Pléiade, 1952.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Opere complete di Niccolò Machiavelli Cittadino e Segretario Fiorentino*. Firenze, Tip. Borhi e Compagni, 1833.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Tutte le Opere di Niccolò Machiavelli a cura di Francesco Flora e di Carlo Cordiè* – 2 volumi. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1949.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as Formas de Governo de Florença*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década De Tito Lívio*. Brasília: Editora UNB, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCHAND, Jean-Jacques. *Niccolò Machiavelli, I Primi Scritti Politici (1499-1512): Nascita di um Pensiero e di Uno Stile*. Padova: Editrice Antenore, 1975.

MARITAIN, Jacques. The end of Machiavellianism. *The Review of Politics*, Cambridge, v.4, n.1, p. 1-33, 1942.

MATTINGLY, G. Machiavelli's Prince: Political Science or Political Satire?. *The American Scholar*, 28, p. 482–491, 1958.

MATTINGLY, Garrett. Political Science or Political Satire? In: Jense de Lamar (ed.). *Machiavelli: Ctnic, Patriot or Political Scientist?* Boston: D.C. Heath and Company, 1960. p. 98-108.

MATTINGLY, Garrett. *Renaissance Diplomacy*. New York: Dover Publication, 1988.

MCCORMICK, John. *Machiavellian Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MÉNISSIER, Thierry. Corruption, Virtue and Republic in Machiavelli's Work. *South-East European Journal of Political Science* v.1, n.1, p. 51-60, 2013.

MÉNISSIER, Thierry. *Le Vocabulaire de Machiavel*. Paris: Ellipses Marketing, 2002.

MISH, Frederick. *Merriam Webster's Collegiate Dictionary*. Springfield: Merriam-Webster, 2003.

MITAROTONDO, Laura. *Un 'Preludio' a Machiavelli*. Letture e interpretazioni fra Mussolini e Gramsci. Torino: Giappichelli, 2016.

MOSSINI, Lanfranco. *Necessità e legge nell'opera del Machiavelli*. Parma: Giuffrè, 1962.

NAJEMY, John ed. *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NAJEMY, John. Machiavelli and the Medici: The Lessons of Florentine History. *Renaissance Quarterly*, New York, v.35, n. 4, p. 551-576, 1982.

NAJEMY, John. Papirius and the Chickens, or Machiavelli on the Necessity of Interpreting Religion. *Journal of the History of Ideas* v.60, n.4, p. 659-681, 1999.

NEDERMAN, Cary ; GÓMEZ, Tatiana. Between Republic and Monarchy? Liberty, Security, and the Kingdom of France in Machiavelli. *Midwest Studies in Philosophy*, 26, p. 82-93, 2002.

NEDERMAN, Cary. Grace: Fortune, God, and Free Will in Machiavelli's Thought. *Journal of the History of Ideas* v. 60, n.4, p. 617-638, 1999.

NESTINGEN, James A. Luther and Erasmus on the Bondage of the Will. In: *The Captivation of the Will: Luther vs. Erasmus on Freedom and Bondage*. Ed. Steven Paulson. Grand Rapids: William Eerdmans Publishing Company, 2005, p. 1-22.

OLSCHKI, Leonardo. *Machiavelli: the Scientist*. Berkeley: The Gillick Press, 1945.

PANTELIMON, Cristi ; MANU, Beatrice. Machiavelli's Political Anthropology. *Review of Contemporary Philosophy*, Frankfurt, n. 9, p. 172-184, 2010.

PANTELIMON, Cristi ; MANU, Beatrice. Machiavelli's Political Anthropology. *Review of Contemporary Philosophy*, Frankfurt, n. 9, p. 172-184, 2010.

PAREL, A. The Question of Machiavelli's Modernity. *The Review of Politics*, 53.2, p. 320-339, 1991.

PAREL, A. J. Human Motions and Celestial Motions in Machiavelli's Historiography. In: *Niccolò Machiavelli: Politico, storico, letterato – Atti del Convegno di Losanna 27-30 settembre 1995*. Ed. Jean-Jacques Marchand. Roma: Salerno Editrice, p. 363-390.

PAREL, A.J. *The Machiavellian Cosmos*. New Haven: Yale University Press, 1992.

PARKINSON, G.H.R. Ethics and Politics in Machiavelli. *The Philosophical Quarterly*, 5.18, p. 37-44, 1955.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica*. Vol II Cultura Romana. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984. p. 319-423.

PESMAN, Roslyn. Machiavelli, Piero Soderini, and the Republic of 1494-1512. In: NAJEMY, John (ed.). *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 48-64.

PHILLIPS, Mark. Machiavelli, Guicciardini and the Tradition of Vernacular Historiography in Florence. *The American Historical Review*, 84.1, p. 86-105, 1979.

PIO XI. *Litterae encyclicae de ordine sociali instaurando et ad evangelicae legis normam perficiendo in annum XL post editas Leonis XIII Litteras encyclicas "Rerum novarum"*. Freiburg: Herder, 1934.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton University Press, 1975.

POLLITT, J.J. An Obsession with Fortune. *Yale University Art Gallery Bulletin*, p. 12-17, 1994.

PREUS, Samuel. Machiavelli's Functional Analysis of Religion: Context and Object, *Journal of the History of Ideas*, v. 40, n. 2, p. 171-190, 1979.

PRICE, Russell. Ambizione in Machiavelli's Thought. *History of Political Thought*, v.3, p. 383-445, 1982.

PRICE, Russell. The Senses of *Virtù* in Machiavelli. *European Studies Review* v.3, p.315-345, 1973.

PRICE, Russell. The Theme of Gloria in Machiavelli. *Renaissance Quarterly*, Chicago, v.30, n.4, p. 588-631, 1977.

ROLLER, Matthew. *Models from the Past in Roman Culture: A World of Exempla*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Du Contrat Social. In: *Oeuvres Complètes*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1964. III.6

RUBENSTEIN, Nicolai. Machiavelli and Florentine Republican Experience. In: BOCK, Gisela et alli. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RUBENSTEIN, Nicolai. *The Government of Florence under the Medici (1434-1494)*. New York: Oxford University Press, 1997.

RUBINSTEIN, Nicolai. Notes On The Word Stato In Florence Before Machiavelli. In: *Studies in Italian history in the Middle Ages and the Renaissance*, I, Political thought and the language of politics. Art and politics. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, 2012. p. 151-164.

SABIA JR, Daniel. Machiavelli's Soderini and the problem of necessity. *The Social Science Journal*, Boise, n. 38, p. 53-67, 2001.

SABIA JR, Daniel. Machiavelli's Soderini and the problem of necessity. *The Social Science Journal*, 38, p. 53-67, 2001.

SABINE, George. *Historia de la Teoria Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

SASSO, Gennaro. "Guicciardini e Machiavelli" em *Francesco Guicciardini 1483-1983: nel V centenario della nascita*. Firenze: Leo S Olschki Editore, 1984. p. 3-130.

Sergio Bertelli. Machiavelli and Soderini. *Renaissance Quarterly*, v.28, n.1, p. 1-16, 1975.

SKINNER, Quentin. *Machiavelli: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SKINNER, Quentin. Republican Virtues in an Age of Princes. In: *Visions of Politics II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 118-159.

SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought: Volume 1, The Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SKINNER, Quentin. *Visions of politics*, vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: Renaissance Virtues*. New York: Cambridge University Press, 2004.

STRAUSS, Leo, *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo: É Realizações, 2015. p. 19-20.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Glencoe: The Free Press, 1958.

SULLIVAN, Vickie ed. *The Comedy and Tragedy of Machiavelli: Essays on the Literary Work*. New Haven: Yale University Press, 2000.

SULLIVAN, Vickie. Neither Christian nor Pagan: Machiavelli's Treatment of Religion in the Discourses. *Polity*, v. 26, n.2, p. 259-280, 1993.

TABET, Xavier. "Machiavel et le fascisme italien". In: CARTA, Paolo ; TABET, Xavier (ed.). *Machiavelli Nel XIX e XX Secolo: Giornate di Studio Organizzate dal Dipartimento di Scienze Giuridiche di Trento, l'Université Paris 8, e l'ENS-LSH de Lyon*. Padova: Cedam, 2007, p. 215-234.

TARCOV, Nathan. Quentin Skinner's Method and Machiavelli's Prince. *Ethics* 92.4, p. 692-709, 1982.

TENENTI, Alberto. La Religione di Machiavelli. *Studi Storici*, v.10, n.4, p. 709-748, 1969.

TROMPF, G. W. *The idea of Historical Recurrence in Western Thought: from antiquity to the Reformation*. California: University of California Press, 1979.

van EGMOND, Bart. *Augustine's Early Thought on the Redemptive Function of Divine Judgment*. New York: Oxford University Press, 2018.

VILLARI, Pasquale. *Niccolò Machiavelli e i suoi tempi: illustrati con nuovi documenti*. Firenze: Successori Le Monnier, 1877.

VIROLI, Maurizio, *O Sorriso de Nicolau: História de Maquiavel*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VIROLI, Maurizio. *For love of Country: An Essay on Patriotism and Nationalism*. New York: Oxford University Press, 2003.

VIROLI, Maurizio. *Il Sorriso di Niccolò: Storia di Machiavelli*. Bari: Laterza, 2013.

VIROLI, Maurizio. *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

VIROLI, Maurizio. *Machiavelli's God*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

VIROLI, Maurizio. *Redeeming the Prince: The Meaning of Machiavelli's Masterpiece*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

VIVANTI, Corrado. *Nicolau Maquiavel nos Tempos da Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

VON VACANO, Diego. *The Art of Power: Machiavelli, Nietzsche, and the Making of Aesthetic Political Theory*. Lanham: Lexington Books, 2007.

WAGGONER, John. Joly and the Portrait of Machiavelli. In: JOLY, Maurice. *The Dialogue in Hell Between Machiavelli and Montesquieu: Humanitarian Despotism and the Conditions of Modern Tyranny*. Lanham: Lexington Books, 2003. p. 293-320.

WHITFIELD, J.H. The Anatomy of Virtue. *The Modern Language Review*, Cambridge, v.38, n.3, p. 222-225, 1943.

WITTE Jr, John. Between Sanctity and Depravity: Law and Human Nature in Martin Luther's Two Kingdoms. *Villanova Law Review*, Villanova, v.48, n.3, p.727-762, 2003.

WYDRA, Harald. Human Nature and Politics: A mimetic Reading of Crisis and Conflict in the Work of Niccolò Machiavelli. *Contagion: Journal of Violence, Mimesis and Culture*, Michigan, v.7, p. 36-57, 2000.

YORAN, Hanan. Florentine Civic Humanism and the Emergence of Modern Ideology. *History and Theory*, Connecticut, v. 46, p. 326-344, 2007.

YORAN, Hanan. Machiavelli's Critique of Humanism and the Ambivalence of Modernity. *History of Political Thought, Exeter*, v.2, n. 31, p. 247-282, 2010.

ZETZEL, James. Introduction. In: CICERO. *On the Commonwealth and On the Laws*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. vii-xxiv

ZUCKERT, Catherine. *Machiavelli's Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

ZUCKERT, Catherine. The Life of Castruccio Castracani: Machiavelli as Literary Artist, Historian, Teacher and Philosopher. *History of Political Thought, Exeter*, v.31, n.4, p. 577-603, 2010.